

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	27
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	43
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	44
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	51
4.5 - Processos sigilosos relevantes	52
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	53
4.7 - Outras contingências relevantes	54
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	55

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	56
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	58
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	60
5.4 - Outras informações relevantes	61
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	62
6.3 - Breve histórico	63
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	67
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	76
6.7 - Outras informações relevantes	77
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	78
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	86
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	87
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	98
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	99
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	119
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	120
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	121
7.9 - Outras informações relevantes	122
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	133
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	136
8.3 - Operações de reestruturação	137
8.4 - Outras informações relevantes	138
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	139
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	140

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	142
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	144
9.2 - Outras informações relevantes	170

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	171
10.2 - Resultado operacional e financeiro	198
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	199
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	202
10.5 - Políticas contábeis críticas	204
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	209
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	210
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	211
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	212
10.10 - Plano de negócios	213
10.11 - Outros fatores com influência relevante	214

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	220
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	221

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	222
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	227
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	229
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	230
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	231
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	232
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	237
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	238

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	239
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	503
12.12 - Outras informações relevantes	504

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	505
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	507
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	510
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	512
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	518
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	519
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	521
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	523
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	524
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	525
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	526
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	527
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	528
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	529
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	530
13.16 - Outras informações relevantes	531

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	532
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	533
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	534

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	535
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	536
15.3 - Distribuição de capital	565
15.4 - Organograma dos acionistas	566
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	567
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	571
15.7 - Outras informações relevantes	572
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	573
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	574
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	610
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	611
17.2 - Aumentos do capital social	612
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	613
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	614
17.5 - Outras informações relevantes	615
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	616
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	617
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	620
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	621
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	622
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	625

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	626
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	627
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	628
18.10 - Outras informações relevantes	629
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	630
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	631
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	632
19.4 - Outras informações relevantes	633
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	634
20.2 - Outras informações relevantes	635
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	636
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	641
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	642
21.4 - Outras informações relevantes	643
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	644
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	645
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	646
22.4 - Outras informações relevantes	647

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcelo Antônio Gonçalves Souza
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Miguel Normando Abdalla Saad
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/04/2010 a 31/12/2010		
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com emissão de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$219,4 mil		
Justificativa da substituição	Questões comerciais		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve discordância da justificativa apresentada pela Companhia		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/04/2010 a 31/12/2010	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor? SIM

Código CVM 385-9

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CPF/CNPJ 49.928.567/0001-11

Período de prestação de serviço 01/01/2011 a 31/12/2011

Descrição do serviço contratado Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço O montante total da remuneração dos auditores independentes foi de R\$1.699 mil, divididos entre R\$840 mil relativos aos serviços de auditoria externa e R\$859 mil relativos aos serviços de compliance de consistência de prazos e custos incorridos em PCHs em construção.

Justificativa da substituição Não houve substituição.

Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Iara Pasion

01/01/2011 a 31/12/2011

011.207.508-81

R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor? SIM

Código CVM 385-9

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CPF/CNPJ 49.928.567/0001-11

Período de prestação de serviço 01/01/2012 a 31/12/2012

Descrição do serviço contratado

Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012; serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção; trabalhos de procedimentos pré-acordados conforme requerido pela ANEEL – P&D; assecuração sobre o cumprimento de covenants e serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

O montante total da remuneração dos auditores independentes foi de R\$2.817,5 mil, divididos entre R\$1.306,2 mil relativos aos serviços de auditoria externa, R\$220,5 mil relativos à serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção, R\$63,2 mil relativos aos trabalhos de procedimentos pré-acordados conforme requerido pela ANEEL – P&D; R\$39,4 mil relativos à assecuração sobre o cumprimento de covenants e R\$1.188,2 mil relativos a serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.

Justificativa da substituição

Não houve substituição

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/01/2012 a 31/12/2012	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor? SIM

Código CVM 385-9

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CPF/CNPJ 49.928.567/0001-11

Período de prestação de serviço 01/01/2013

Descrição do serviço contratado

Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 e serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

O montante total da remuneração dos auditores independentes será de R\$[.] mil, sendo R\$[.] mil relativos aos serviços de auditoria externa e R\$[.] mil relativos a serviços relacionados com a oferta pública de ações da Companhia.

Justificativa da substituição

Não houve substituição.

Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor

Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Iara Pasian

01/01/2013

011.207.508-81

R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	3.286.058.814,02	3.301.117.272,76	3.286.940.303,39	0,00
Ativo Total	8.811.637.363,31	8.806.663.056,94	6.545.533.492,73	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	229.000.000,00	806.400.000,00	171.854.046,94	0,00
Resultado Bruto	99.500.000,00	418.600.000,00	126.200.000,00	0,00
Resultado Líquido	-15.156.556,88	8.260.669,20	70.936.866,78	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	412.274.029	412.274.029	412.274.029	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	7,971000	8,007000	7,973000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	-0,040000	0,020000	0,300000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

a. valor das Medições não contábeis

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
		(R\$ milhões)	
EBITDA.....	140,3	504,3	84,7
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida).....	61,3%	62,5%	49,3%
Dívida líquida.....	3.809,3	3.555,3	1.266,5

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
		(R\$ milhões)	
Lucro (Prejuízo) Líquido.....	(15,2)	8,3	70,9
(+) Resultado Financeiro.....	65,7	197,6	(22,2)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social.....	5,2	9,2	(1,4)
(+) Depreciação e Amortização.....	84,6	289,2	37,4
EBITDA.....	140,3	504,3	84,7
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida).....	61,3%	62,5%	49,3%

DÍVIDA LÍQUIDA

Calculamos nossa dívida líquida como o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante deduzido do saldo de caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas. A dívida líquida não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente de nós.

3.2 - Medições não contábeis

As informações a seguir ilustram o cálculo de nossa dívida líquida consolidada, relativa aos períodos abaixo indicados.

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
	(R\$ milhões)		
Empréstimos e financiamentos – CP	642,5	713,9	118,8
Empréstimos e financiamentos – LP	2.564,3	2.485,1	1.356,3
Debêntures – CP	48,8	39,0	30,6
Debêntures – LP	1.092,0	1.080,9	486,2
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(403,0)	(640,1)	(651,6)
(-) Aplicações financeiras	(5,1)	–	–
(-) Títulos e valores mobiliários	(2,2)	(2,2)	(1,9)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(127,4)	(121,4)	(72,1)
Dívida líquida.....	3.809,8	3.555,3	1.266,5

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados pelo resultado financeiro, por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou pelos níveis de depreciação e amortização.

Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de nossa rentabilidade.

Entendemos que a medição da dívida líquida é útil tanto para a Companhia como para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do nosso grau de alavancagem financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Posteriormente a 31 de março de 2013, data de nossa última informação contábil divulgada, ocorreram os eventos subsequentes abaixo indicados.

Em abril de 2013, o BNDES realizou o desembolso da parcela restante do empréstimo ponte do complexo eólico Macacos no valor de R\$59,86 mil. Os empréstimos possuem encargos baseados em TJLP acrescidos de 3,02% ao ano e vencimento em abril de 2014.

Em 15 de maio de 2013, a Companhia contratou um empréstimo com o Banco Itaú no montante de R\$35 milhões ao custo de CDI mais 1,05% ao ano com vencimento em novembro de 2013.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais; e b. regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Nos termos do nosso Estatuto Social, o exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente após a distribuição dos dividendos obrigatórios terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, podendo, inclusive ser retido com base em orçamento de capital.

O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Poderemos pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Nosso Conselho de Administração poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.

Observados os requisitos e limites legais, nosso Conselho de Administração poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.

Em 13 de abril de 2012, a Assembleia Geral aprovou a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A retenção aprovada foi no montante de R\$20.740.027,67.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve retenções de lucros legais ou estatutários, considerando que nesse exercício foi apurado prejuízo.

Novas Regras Aprovadas pela Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2012, complementadas em 31 de maio de 2012. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no parágrafo abaixo; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do § 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

Em 18 de abril de 2013, a Assembleia Geral aprovou a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A retenção aprovada foi no montante de R\$10.827.000,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e sete mil reais), que teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais); (ii) constituição de Reserva de Lucros a Realizar, no montante de R\$2.571.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil reais), que seriam devidos a título de dividendo obrigatório, nos termos do artigo 197 da Lei nº. 6.404/76; e (iii) constituição da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$7.715.000,00 (sete milhões, setecentos e quinze mil reais), conforme previsto no orçamento de capital ora apreciado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos ocorre anualmente, observadas as regras mencionadas nos itens “a” e “b” deste item 3.4.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável, dado que não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à nós, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	-15.156.000,00	10.826.617,32	20.740.027,67	-15.713.382,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,059943	-1,780328
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	10.826.617,32	20.740.027,67	0,00
Data da aprovação da retenção		18/04/2013	13/04/2012	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Apuramos prejuízo contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não havendo declaração de dividendos em tal exercício, seja à conta de lucros retidos, seja à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$1.037.000,00 a título de reserva legal, foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R\$4.925.000,00 e o montante de R\$14.777.000,00 foi contabilizado como parcela do lucro não realizado no exercício, tendo em vista que o resultado da Companhia é oriundo de resultado de equivalência patrimonial de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R\$541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais) a título de reserva legal, foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R\$7.715.000,00 (sete milhões, setecentos e quinze mil reais) e o montante de R\$2.571.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil reais) foi contabilizado como parcela do lucro não realizado no exercício, tendo em vista que o resultado da Companhia é oriundo de resultado de equivalência patrimonial de suas controladas.

Os recursos retidos na conta de reserva de retenção de lucros têm como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2013	5.525.576.000,00	Índice de Endividamento	1,68152073	
31/12/2012	5.505.546.000,00	Índice de Endividamento	1,66778261	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	691.316.000,00	860.128.000,00	680.590.000,00	2.115.495.000,00	4.347.529.000,00
Quirografárias	183.387.000,00	170.822.150,00	96.922.100,00	726.915.750,00	1.178.047.000,00
Total	874.703.000,00	1.030.950.150,00	777.512.100,00	2.842.410.750,00	5.525.576.000,00

Observação

Os valores apresentados se referem às demonstrações financeiras consolidadas

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	752.933.000,00	853.692.000,00	630.970.000,00	2.081.363.000,00	4.318.958.000,00
Quirografárias	184.369.000,00	154.618.550,00	99.717.700,00	747.882.750,00	1.186.588.000,00
Total	937.302.000,00	1.008.310.550,00	730.687.700,00	2.829.245.750,00	5.505.546.000,00

Observação

Os valores apresentados se referem às demonstrações financeiras consolidadas

3.9 - Outras informações relevantes

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) e controladas compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. (“ERSA”) e CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. (“SMITA”), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. (“JANTUS”) ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. (“BVP”) ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da Companhia compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: a aquisição de BVP S.A. (“BVP”), ocorrida em junho de 2012, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

Essas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas da Companhia estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Oferta”) e serão incluídas nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta (“Prospectos”) e não devem ser utilizadas para nenhum outro propósito.

As informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, foram compiladas utilizando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia, da ERSA, da SMITA, da JANTUS e da BVP, auditadas ou revisadas conforme o caso, e devem ser lidas em conjunto e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações:

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem os efeitos: (a) da associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL; (b) da aquisição da JANTUS e controladas; e (c) da aquisição da BVP e controlada, conforme descritas na nota explicativa nº 2 – “Descrição das Transações – Associação e Aquisições”, como se referidas transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

- (i) Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraído das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, que contemplam: (a) o resultado de cinco meses de operações da ERSA (1º de agosto a 31 de dezembro de 2011); (b) o resultado de seis meses de operações da SMITA (1º de julho a 31 de dezembro de 2011); e (c) o resultado de um mês de operação da JANTUS (1º a 31 de dezembro de 2011), cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 6 de fevereiro de 2012, não contém ressalva.
- (ii) Resultados das operações consolidadas da SMITA referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011, extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas das atividades de energias renováveis da CPFL Energia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias, emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 18 de julho de 2012, não contém ressalva.

3.9 - Outras informações relevantes

- (iii) Resultados das operações consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. (“Antiga ERSA”), atualmente denominada CPFL Energias Renováveis S.A., referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Antiga ERSA, de 31 de julho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2012, não contém ressalva.
- (iv) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao mês de dezembro de 2011, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia no exercício de 2011 mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.
- (v) Resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da JANTUS para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 1º de fevereiro de 2012, não contém ressalva.
- (vi) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da BVP para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 10 de abril de 2012, não contém ressalva.

A coluna “Subtotal Pró-forma CPFL Renováveis” está sendo apresentada com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados pró-forma de CPFL Renováveis e de facilitar a sua comparação com os resultados históricos da sua entidade predecessora, SMITA. Dessa maneira, foram eliminados desse subtotal os efeitos de aquisições posteriores à associação da CPFL Renováveis (item (iv) mencionado anteriormente) que já estavam registrados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, refletem os efeitos da aquisição da BVP S.A. e controlada, conforme mencionada na nota explicativa nº 2 – “Descrição das Transações – Associação e Aquisições”, como se referida transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

- (i) Resultados das operações consolidadas da CPFL Renováveis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da CPFL Renováveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 22 de fevereiro de 2013, não contém ressalva.
- (ii) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao mês de junho de 2012, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.
- (iii) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, extraídos das informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas da BVP, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de julho de 2012, não contém ressalva.

2. DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES – ASSOCIAÇÃO E AQUISIÇÕES

(a) Associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração e CPFL Brasil, ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia, celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com a sociedade anteriormente denominada ERSA e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

3.9 - Outras informações relevantes

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os Grupos (CPFL e ERSA) no setor de energia renovável e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativa às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio líquido e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico – SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. (“Mohini”); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. (“Jayaditya”) e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. (“Chimay”).

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da SMITA, realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA, aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia S.A. passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R\$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, acrescido de um aporte de capital de R\$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e “fairness opinion” preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

Uma vez tendo sido concluído o processo de associação descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

3.9 - Outras informações relevantes

Para implementar a aquisição da Jantus, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R\$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%), em dezembro de 2011. Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), devido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e a IFRS 3 (R) – “Business Combination”, uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSa. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSa tenha emitido ações e, na “forma”, tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% (63,0% após a aquisição da Jantus) das ações ordinárias com poder de voto na ERSa, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e da IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSa foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSa de: (a) um ativo intangível – direito de concessão no montante de R\$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível (“goodwill”) no montante de R\$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R\$1.129. Isso perfaz o valor de R\$533.756, registrado como “Reserva de capital – ágio na subscrição de ações” no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011.

Os impactos da associação descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSa levantados em 31 de julho de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos da ERSa	CPFL Renováveis
			(em milhares de reais)		
Ativo:					
Ativo circulante.....	203.575	703.005	906.580	–	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado.....	760.260	956.444	1.716.704	–	1.716.704
Intangível – direito de concessão.....	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível – “goodwill”	–	200.052	200.052	(200.052)	–
Outros	70.830	12	70.842	–	70.842
Total ativo não circulante.....	875.690	1.189.424	2.065.114	913.492	2.978.606
Total do ativo.....	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186
Passivo e patrimônio líquido:					
Passivo circulante.....	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante.....	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido.....	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186

O montante de R\$1.113.544 foi alocado como “Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos”, em 24 de agosto de 2011, e é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.

O imposto diferido passivo foi constituído sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas é tributada pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Dessa forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

3.9 - Outras informações relevantes

(b) Aquisição da JANTUS e controladas

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Brasil, celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da JANTUS, empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da JANTUS, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento").

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, as quais detêm quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informação não revisada pelos auditores independentes).

O preço de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, foi de R\$1.517.209, correspondente a: (a) o valor de R\$841.768, desembolsados da seguinte forma: (i) R\$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores, (ii) o equivalente em euros a R\$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da JANTUS para quitação de determinadas obrigações perante terceiros e (iii) complemento de ajuste de preço no montante de R\$18.432; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R\$675.441.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R\$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

Os impactos da aquisição descrita, tomando-se como base o balanço patrimonial da JANTUS levantado em 30 de novembro de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	JANTUS	Valor justo dos ativos da JANTUS	Ativos líquidos da JANTUS a valor justo
		(em milhares de reais)	
Ativo:			
Ativo circulante.....	78.978	-	78.978
Ativo não circulante:			
Imobilizado.....	878.208	(162.344)	715.864
Intangível – direito de concessão.....	-	1.030.854	1.030.854
Outros.....	103.475	55.197	158.672
Total ativo não circulante.....	981.683	923.707	1.905.390
Total do ativo.....	1.060.661	923.707	1.984.368
Passivo e patrimônio líquido:			
Passivo circulante.....	191.404	-	191.404
Passivo não circulante	600.706	350.490	951.196
Patrimônio líquido.....	268.551	573.217	841.768
Total do passivo e patrimônio líquido.....	1.060.661	923.707	1.984.368

Os montantes de R\$1.030.854 (mais-valia) e R\$162.344 (menos-valia) foram alocados como "Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos" e "Valor justo do ativo imobilizado", respectivamente, em 30 de novembro de 2011 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R\$350.490, e no ativo não circulante, no montante de R\$55.197, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3.9 - Outras informações relevantes

(c) Aquisição da BVP e controlada

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (“Bons Ventos”), cujo preço da aquisição totalizou R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores; (ii) a assunção de dívida líquida no valor R\$439.191; e (iii) o valor de R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos. Adicionalmente, a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$ 83.428, integralmente pago.

A Bons Ventos detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar os parques eólicos Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Todos os parques eólicos estão localizados no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, estando a totalidade da energia contratada com a Eletrobrás por 20 anos, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante emitido em 19 de junho de 2012.

Os impactos da aquisição descrita nesta nota, tomando-se como base o balanço patrimonial da BVP levantado em 31 de maio de 2012, foram completados e são como segue:

Consolidado	BVP	Valor justo dos ativos da BVP	Ativos líquidos da BVP a valor justo
		(em milhares de reais)	
Ativo:			
Ativo circulante.....	51.311	–	51.311
Ativo não circulante:			
Imobilizado.....	739.499	(168.004)	571.495
Intangível – direito de concessão.....	–	760.029	760.029
Outros.....	48.752	57.121	105.873
Total ativo não circulante.....	788.251	649.146	1.437.397
Total do ativo.....	839.562	649.146	1.488.708
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante.....	76.481	–	76.481
Passivo não circulante.....	497.717	258.410	756.127
Patrimônio líquido.....	265.364	390.736	656.100
Total do passivo e patrimônio líquido.....	839.562	649.146	1.488.708

Os montantes de R\$760.029 (mais-valia) e R\$168.004 (menos-valia) foram alocados como “Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos” e “Valor justo do ativo imobilizado”, respectivamente, em 31 de maio de 2012 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R\$258.410, e no ativo não circulante, no montante de R\$57.121, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3. BASE PARA COMPILAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras pró-forma, não auditadas, foram baseadas nas estimativas e premissas descritas a seguir e refletem os impactos pró-forma da associação entre CPFL e ERSA e as aquisições de JANTUS e BVP. Essas informações foram baseadas nas premissas descritas nesta nota e estão de acordo com a OCPC 06 aprovada pela Deliberação n° CVM 709/13.

As informações financeiras pró-forma não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como demonstrações do resultado efetivo da Companhia e suas controladas ou utilizadas como indicativo de futuros resultados financeiros consolidados da Companhia e suas controladas ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras pró-forma, não auditadas, também não devem ser consideradas representativas dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas caso as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012, conforme descrito anteriormente.

3.9 - Outras informações relevantes

(i) Custos diretos das transações

Demonstração de resultado <i>Pro forma</i>	Ajustes <i>Pro forma 1a</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes <i>Pro forma 1b</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes <i>Pro forma 2</i> 01.01.2012 a 31.12.2012
		(em milhares de reais)	
a) Associação da ERSa e CPFL.....	22.409	-	-
b) Aquisição JANTUS	-	43.831	-
c) Aquisição BVP	-	-	2.496
Total – Despesas gerais e administrativas	22.409	43.831	2.496

a) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à associação entre a ERSa e CPFL, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R\$22.409 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da JANTUS, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R\$43.831 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

c) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da BVP, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R\$2.496 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não houve reconhecimento dos impactos de imposto de renda e contribuição social diferido sobre essas despesas de custos diretos das transações, uma vez que essas despesas não foram dedutíveis nas apurações de imposto de renda e contribuição social das companhias.

(ii) Amortização da alocação dos valores justos alocados aos ativos das companhias adquiridas e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado <i>Pro forma</i>	Ajustes <i>Pro forma 1a</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes <i>Pro forma 1b</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes <i>Pro forma 2</i> 01.01.2012 a 31.12.2012
		(em milhares de reais)	
a) Associação da ERSa e CPFL.....	3.686	-	-
Total – Depreciação e Amortização do Intangível – goodwill	3.686	-	-
a) Associação da ERSa e CPFL.....	(20.573)	-	-
b) Aquisição JANTUS	3.531	(42.368)	-
c) Aquisição BVP	-	(29.604)	12.335
Total – Depreciação e Amortização do direito de exploração	(17.042)	(71.972)	(12.335)
d) Associação da ERSa e CPFL.....	6.995	-	-
d) Aquisição JANTUS	(1.201)	14.405	-
d) Aquisição BVP	-	10.065	4.194
Total – Imposto de renda e contribuição social – diferidos	5.794	24.470	4.194

a) Este ajuste pró-forma reflete a amortização linear do direito de exploração apurado quando da associação da ERSa e CPFL, no montante de R\$1.113.544, e alocado como intangíveis – direito de exploração, e a reversão do saldo do intangível ("goodwill"), no montante de R\$200.052, como se a reestruturação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedidos pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização varia entre 226 e 360 meses. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 1,8%.

b) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis, no montante de R\$162.344 (menos-valia) e R\$1.030.854 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 246 meses para os empreendimentos que estão em operação na JANTUS. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 4,9%.

c) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis no montante de R\$168.004 (menos-valia) e R\$760.029 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 240 meses para os empreendimentos que estão em operação da BVP. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 5,0%.

d) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre a amortização dos direitos de exploração considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3.9 - Outras informações relevantes

(iii) Resultado financeiro decorrente das transações e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado <i>Pro forma</i>	Ajustes	Ajustes	Ajustes	Ajustes	Ajustes
	<i>Pro forma 1b</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	<i>Pro forma 1b</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	<i>Pro forma 1b</i> 01.01.2011 a 31.12.2011	<i>Pro forma 2</i> 01.01.2012 a 31.12.2012	<i>Pro forma 2</i> 01.01.2012 a 31.12.2012
	(em milhares de reais)				
a) Aquisição JANTUS	(28.942)	-	-	-	-
b) Aquisição BVP	-	-	-	-	-
Total – Receitas financeiras.....	(28.942)	-	-	-	-
a) Aquisição JANTUS	109.005	-	-	-	-
b) Aquisição BVP	-	30.184	(58.088)	(24.292)	9.584
Total – Despesas financeiras.....	109.005	30.184	(58.088)	(24.292)	9.584
c) Aquisição JANTUS	(27.221)	-	-	-	-
c) Aquisição BVP	-	(10.263)	19.750	8.259	(3.259)
Total – Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(27.221)	(10.263)	19.750	8.259	(3.259)

- a) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da JANTUS definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação do empréstimo "Recap Loan" pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Este ajuste pró-forma reflete os efeitos da eliminação dos encargos financeiros e das variações cambiais do empréstimo "Recap Loan" registrados pela JANTUS, nos montantes de R\$109.005 e de R\$28.942, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foram liquidados na aquisição, pela Companhia, em 19 de dezembro de 2011. Dessa maneira, os efeitos financeiros desse empréstimo foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.
- b) Este ajuste pró-forma reflete:
- (i) Os efeitos financeiros da captação de empréstimos realizados pela Companhia no segundo trimestre de 2012, para viabilizar a aquisição da BVP. A Administração captou duas dívidas para a aquisição da BVP. Uma, no montante de R\$400.000, com taxa de CDI mais 0,5%, e outra, no montante de R\$430.000, com taxa de CDI mais 1,7%. Entretanto, foi utilizado o valor limitado até R\$256.100, referente à dívida que totaliza o valor do preço de compra de R\$656.100 da BVP. O ajuste pró-forma reflete o efeito das despesas financeiras no montante de R\$58.088 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R\$24.292 para o período de cinco meses findo em 31 de maio de 2012, portanto, antes da efetiva captação. A taxa de CDI utilizada foi baseada em projeções de mercado referentes ao período de maio de 2012 a maio de 2013.
- (ii) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da BVP definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação das debêntures emitidas pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Os efeitos financeiros da eliminação dos encargos financeiros dessas debêntures emitidas pela BVP foram no montante de R\$30.184 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R\$9.584 o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Dessa maneira, os efeitos financeiros dessas debêntures foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.
- c) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre os resultados financeiros decorrentes das transações considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada), uma vez que esses resultados financeiros foram considerados na apuração da tributação do lucro nas demonstrações financeiras históricas das companhias.

Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas Referentes aos Resultados Consolidados de Doze Meses para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012

Demonstração do resultado <i>pro forma</i> para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012	(+) CPFL Renováveis	(-) BVP	(+) BVP	(+) Ajustes	(=) Total <i>Pro forma</i>
	01.01 a 31.12.2012	01.06 a 30.06.2012	01.06 a 30.06.2012	<i>Pro forma 2</i>	01.01 a 31.12.2012
	(em milhares de reais)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806.420	(12.588)	70.051	-	863.883
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387.815)	3.755	(29.012)	-	(413.072)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	418.605	(8.833)	41.039	-	450.811
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas.....	(90.459)	1.393	(4.907)	2.496	(91.477)
Depreciação e amortização do direito de exploração.....	(113.007)	-	(1.564)	(12.335)	(126.906)
Total	(203.466)	1.393	(6.471)	(9.839)	(218.383)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	215.139	(7.440)	34.568	(9.839)	232.428
Receitas financeiras.....	56.461	(383)	2.440	-	58.518
Despesas financeiras.....	(254.084)	5.788	(36.556)	(14.708)	(299.560)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	17.516	(2.035)	452	(24.547)	(8.614)
Imposto de renda e contribuição social – correntes.....	(36.226)	-	-	-	(36.226)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos.....	26.971	3.037	(10.047)	9.194	29.155
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	8.261	1.002	(9.595)	(15.353)	(15.685)

3.9 - Outras informações relevantes

Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas Referentes aos Resultados Consolidados de Doze Meses para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 (em milhares de reais)										
	(+) CPFL Renováveis 01.01 a 31.12.2011	(+) SMITA 01.01 a 30.06.2011	(+) ERSÁ 01.01 a 31.07.2011	(-) JANTUS 01.12 a 31.12.2011	(+) Ajustes Pro forma 1a	(=)Subtotal Pro forma CPFL Renováveis	(+) JANTUS 01.01 a 31.12.2011	(+) BVP 01.01 a 31.12.2011	(+) Ajustes Pro forma 1b	(=)Total Pro forma 01.01 a 31.12.2011
Demonstração do resultado pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011	171.854	68.355	77.889	(22.300)	-	295.798	146.780	112.612	-	555.190
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(45.692)	(21.278)	(24.534)	119	-	(91.385)	(74.381)	(58.080)	-	(223.846)
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	126.162	47.077	53.355	(22.181)	-	204.413	72.399	54.532	-	331.344
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(60.429)	(148)	(31.861)	12.690	22.409	(57.339)	(66.224)	(8.552)	43.831	(88.284)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(19.081)	-	(4.188)	5.706	(13.356)	(30.919)	-	(3.084)	(71.972)	(105.975)
Despesas gerais e administrativas	614	(67)	14	854	-	1.415	(1.117)	(339)	-	(41)
Depreciação e amortização do direito de exploração	(78.896)	(215)	(36.035)	19.250	9.053	(86.843)	(67.341)	(11.975)	(28.141)	(194.300)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	47.266	46.862	17.320	(2.931)	9.053	117.570	5.058	42.557	(28.141)	137.044
Total	57.036	10.467	16.527	-	-	84.030	35.950	5.732	(28.942)	96.770
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(34.798)	(8.143)	(27.180)	(15.802)	-	(85.923)	(207.727)	(85.261)	81.101	(297.810)
Despesas financeiras	69.504	49.186	6.667	(18.733)	9.053	115.677	(166.719)	(36.972)	24.018	(63.996)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.700)	(5.552)	(3.900)	(5.567)	5.794	(20.719)	(1.723)	(303)	-	(22.745)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	7.133	(11)	-	-	5.794	12.916	11.507	(2.866)	6.736	28.293
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	70.937	43.623	2.767	(24.300)	14.847	107.874	(156.935)	(40.141)	30.754	(58.448)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO										

3.9 - Outras informações relevantes

EBITDA *Pro Forma*

As informações a seguir ilustram o cálculo do nosso EBITDA *Pro Forma*, com base em nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas, relativos aos períodos abaixo indicados.

EBITDA PRO FORMA⁽¹⁾	(=) Total <i>Pro forma</i> 31.12.2012	(=) Total <i>Pro forma</i> 31.12.2011
	(em milhares de R\$ exceto percentual)	
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(15.685)	(58.448)
Depreciação no custo	193.108	133.470
Depreciação e amortização do direito de exploração	126.906	105.975
Resultado financeiro líquido	241.042	201.040
Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos	7.071	(5.548)
EBITDA PRO FORMA	552.442	376.489
MARGEM EBITDA PRO FORMA	63,9%	67,8%

⁽¹⁾ O EBITDA *Pro Forma* segue as disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as informações financeiras *pro forma* não auditadas como segue: lucro líquido *pro forma* acrescido das despesas e receitas *pro forma* referentes ao imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA *Pro Forma* não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA *Pro Forma* não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA *Pro Forma* funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA *Pro Forma* funciona como uma ferramenta adequada para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA *Pro Forma* não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA *Pro Forma* apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Grupamento de Ações

Em 31 de maio de 2012 foi aprovado o grupamento de nossas ações ordinárias na proporção de 5:1, ou seja, cada cinco ações ordinárias de emissão da Companhia passaram a corresponder a uma ação ordinária.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Ações” e “Companhia”, respectivamente), envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

O preço de mercado de nossas Ações poderá diminuir em razão de qualquer um desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder partes substanciais ou a totalidade de seus investimentos. Os riscos descritos são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente.

Na data deste Formulário de Referência, possuímos 57 (cinquenta e sete) projetos em operação e 20 (vinte) projetos em construção. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados nesta Seção 4 e na Seção 5 deste Formulário de Referência, poderão prejudicar de modo relevante a nossa capacidade de implantar as estratégias propostas e, conseqüentemente, poderão afetar de forma adversa os nossos resultados:

- incapacidade de adquirir equipamentos de geração de energia eólica, hidrelétrica ou termelétrica nos prazos e preços que viabilizem os projetos;
- inexistência de leilões onde se possa comercializar energia de fontes alternativas;
- incapacidade de obter novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”);
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização de nossos projetos em desenvolvimento;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação de nossos projetos e outros problemas relacionados à construção dos ativos;
- indisponibilidade de financiamento adequado às nossas necessidades, ou incapacidade de realizar o volume de investimento previsto no plano de negócios dentro do cronograma inicialmente previsto;
- indisponibilidade de combustível (biomassa) para a operação dos projetos termelétricos;
- rescisão dos Contratos de Arrendamento de Terras para implantação de Parques Eólicos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; (iii) contribuições, taxas e impostos; e (iv) tarifas de transporte de energia elétrica, de tal modo que venham a afetar nossas margens de lucro;
- dificuldades de acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;
- incapacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem os projetos;
- incapacidade de cumprir com todas as condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento ambiental dentro dos prazos por nós estimados;
- responsabilização por danos causados ao meio ambiente em razão da implementação de nossos empreendimentos, ou de atividades realizadas por terceiros relativas à instalação e operação de nossos empreendimentos;
- alterações na legislação e regulamentação vigentes e imposição de futuras legislações e regulamentos, ensejando expressivos atrasos na condução dos projetos, gastos de capital e aumento dos custos operacionais;
- incapacidade de obter a posse ou a titularidade dos imóveis necessários para a implantação dos projetos dentro dos prazos e preços inicialmente previstos, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, na aquisição ou arrendamento de terras, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse nos imóveis, dentre outros fatores;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- incapacidade de obter a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para transferência da titularidade dos projetos e para eventuais alterações nos projetos que adquirimos ou desenvolvemos;
- possibilidade de imposição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) de restrições operativas relacionadas à capacidade e ou estabilidade de escoamento de energia pelas linhas de transmissão;
- advento ou alteração de regulamentos ou de conjuntura do mercado, em particular para vendas de energia elétrica no ACR ou no ACL, que nos impeçam ou limitem a indexação de nossas contas a receber de acordo com certos índices, conforme permitido atualmente, o que pode gerar menor retorno ou até mesmo perda no valor de investimentos a realizar no futuro;
- incapacidade de obter ventos médios em linha com as medições e expectativas utilizadas para a decisão de investimento em projetos eólicos; aspectos ambientais não previstos que onerem em excesso os projetos e causem atrasos;
- alterações climáticas que causem secas prolongadas, interferência no regime de velocidade e frequência de ventos, alterações nos regimes hidrológicos, entre outros;
- invasões de movimentos sociais organizados nos canteiros de obras que causem paralisação dos trabalhos; e
- demandas excessivas de movimentos sociais organizados não previstas, tais como, reivindicações de reassentamento, concessão de compensações ou indenizações acima dos valores previstos; indisponibilidade de mão-de-obra qualificada.

Ademais, nossas demonstrações financeiras históricas individuais e consolidadas têm comparabilidade limitada e podem não fornecer uma base para avaliação das perspectivas comerciais ou do valor futuro das nossas Ações.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, nossa situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez ou negócios futuros, bem como de nossas subsidiárias, e no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.

a) com relação à Companhia

Nossas operações e projetos de investimento podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

Incorremos em prejuízos em 2009 e em 2010, e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, como resultado da associação entre os ativos de energias renováveis da ERSA – Energias Renováveis S.A. (“ERSA”) e da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) e aliado ao crescimento do nosso portfólio de ativos em operação, atingimos um lucro líquido de R\$70,9 milhões e R\$8,3 milhões, respectivamente. Ao longo destes últimos anos, realizamos também desembolsos significativos em investimentos (i) na construção de nossos projetos; (ii) no desenvolvimento do nosso portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de nossa infraestrutura operacional.

Pre vemos incorrer em expressivos investimentos de capital e, conseqüentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades por nós planejadas. Dessa forma, podemos não alcançar a rentabilidade prevista em nosso plano de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode nos impedir de pagar dividendos ou saldar as demais obrigações tempestivamente, comprometendo nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significativamente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (xvi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

Por fim, a concorrência na aquisição de empresas em mercados nos quais temos interesse poderá resultar em preços mais altos que os habituais para a aquisição de tais negócios, afetando adversamente o ritmo de aquisições ou mesmo o seu grau de sucesso. Podemos não ser capazes de atingir os benefícios que esperamos como resultado das aquisições que poderemos realizar. Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, ambientais, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas ou projetos-alvos, e outras questões regulatórias relativas a ANEEL. Além disso, eventuais aquisições de outras empresas de energia elétrica estão sujeitas aos limites estabelecidos pela ANEEL, como, por exemplo, a aprovação da mudança do controle das empresas adquiridas, o que pode consumir uma parte do tempo e atenção de nossa administração, não sendo garantida a aprovação de tais aquisições pelos órgãos reguladores competentes. Qualquer processo de integração com empresas adquiridas pode demandar tempo e recursos relevantes, e podemos não conseguir conduzir este processo com êxito, de modo que as nossas receitas e resultados consolidados com os das empresas adquiridas podem ser afetados de maneira adversa.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

De acordo com nossos contratos de venda de energia no mercado regulado, podemos ser penalizados pela nossa eventual incapacidade de fornecimento de energia.

Firmamos contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os nossos contratos contêm disposições que nos obrigam a entregar a energia de acordo com níveis razoáveis de produção esperada de nossas usinas.

Em algumas situações, tais contratos são firmados ainda na fase de construção e implementação dos nossos projetos, de modo que eventuais atrasos na sua construção e na implantação podem provocar atraso no início de geração e entrega da energia contratada.

No caso de atrasos em determinados contratos, podemos ser obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos. Tal compra pode ser feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE"), por um preço superior ou igual ao Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por nós celebrados, prejudicando o nosso resultado. Eventuais atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva implicarão penalidades financeiras para os projetos e impactarão negativamente o nosso resultado. Ademais, eventual descumprimento do fornecimento poderá gerar penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como ajustes de volumes, preços, ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os nossos projetos e influenciaria de forma adversa os nossos resultados.

Nossos contratos financeiros possuem garantias reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer nossos resultados e nossa condição financeira.

Nossos contratos financeiros preveem que nós ou nossas controladas cumpram com diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração do nosso controle e oneração de nossos ativos. Os contratos financeiros também estabelecem o dever de observância de certos índices, incluindo índices de cobertura de dívida. Não há como garantir que nós atingiremos todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, conseqüentemente, executar as garantias concedidas. Nossos ativos e fluxos de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de nossos contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado de dívidas, nossos resultados e condição financeira podem ser comprometidos, o que pode impactar adversamente nossos resultados. Não podemos assegurar que seremos capazes de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A perda dos membros da nossa administração ou nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá ter um efeito material adverso sobre nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados.

A execução de nossas atividades, a implementação de nossos projetos e a capacidade de manter nossa posição competitiva dependem dos serviços prestados por membros da nossa administração e por nosso pessoal técnico. Se não formos capazes de mantê-los, teremos de atrair e, possivelmente, treinar pessoal adicional, em especial, para a área técnica, o qual pode não estar disponível no momento ou ter um custo elevado. Oportunidades atraentes no Brasil e em outros países poderão afetar nossa capacidade de contratar ou de reter os talentos que precisamos, de modo que não podemos garantir que teremos êxito em manter e atrair pessoal qualificado e renomado no mercado necessário para desenvolver nossa equipe e nossos negócios. Se não conseguirmos tal feito, poderemos ser incapazes de administrar nossos negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados.

Durante a construção, implementação, e operação de nossos projetos, poderemos incorrer em prejuízos e ser considerados responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, cujos respectivos seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.

Poderemos ser responsabilizados por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na construção, implementação, e operação de nossas usinas, que acarretem interrupções ou distúrbios nos sistemas de distribuição ou transmissão; (ii) quaisquer danos causados ao meio ambiente ou a terceiros decorrente do desenvolvimento de nossas atividades, ainda que não tenhamos concorrido para isso; ou (iii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente identificado do setor elétrico. Não é possível garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos durante o período de construção e operação do projeto. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou cuja cobertura de seguro seja insuficiente pode ter um efeito adverso em nossa Companhia e nos resultados operacionais. Além disso, nós não poderemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso em nossa Companhia, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigem uma quantidade significativa de investimento em capital fixo. Será necessário que busquemos capital adicional, seja mediante a emissão de títulos de dívida, tomada de empréstimos ou mediante a emissão de ações. Nossa capacidade futura de captação de recursos dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial. É possível que tal capital adicional não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis. Se financiarmos nossas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por escritura de emissão ou por outro instrumento contendo obrigações que restrinjam nossa flexibilidade operacional. A restrição à captação em condições aceitáveis à nossa Companhia poderá ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados a nossa alavancagem financeira, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar, causando um efeito adverso relevante sobre nós.

b) com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Os interesses de nosso acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Nosso acionista controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso acionista controlador poderá optar pelo cancelamento da negociação de nossas ações no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que poderia implicar na alteração da liquidez e do preço de nossas ações, bem como alteração dos direitos de nossos acionistas minoritários. Além disso, é possível que o cancelamento da negociação de nossas ações no Novo Mercado ocorra por motivos alheios à nossa vontade.

Nosso acionista controlador poderá, a qualquer momento, requerer o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas ações e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Nossa saída do Novo Mercado não implicará na perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Se a saída do Novo Mercado ocorrer para que as nossas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) pertencentes aos nossos demais acionistas. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação cujo resultado independará da ingerência do nosso acionista controlador ou de nossa administração. O valor econômico apurado conforme o laudo de avaliação não estará sujeito à revisão e a saída do Novo Mercado não dependerá de quórum mínimo de aceitação da OPA por parte dos acionistas titulares de ações em circulação da Companhia.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado.

A cotação e a liquidez das nossas ações podem ser adversamente afetadas após a realização da OPA o que poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores alienarem as ações pelo preço e momento desejados.

c) com relação aos acionistas da Companhia

Nossas Ações nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado secundário ativo para elas pode não se desenvolver ou a cotação das nossas Ações pode ser adversamente afetada após a nossa oferta pública inicial de Ações. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de alienarem suas Ações ou negociá-las pelo preço e no momento desejado.

Antes de nossa oferta inicial, as nossas Ações não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. Investimento em valores mobiliários é considerado especulativo por natureza.

Ademais, valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o brasileiro, envolve, um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários negociados em países que possuem cenários políticos e econômicos mais estáveis. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) apresentou uma capitalização de mercado de aproximadamente R\$2,5 trilhões em 31 de dezembro de 2012, e um volume médio diário de negociação no mercado à vista de R\$6,9 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, as dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 46% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA em 2012. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das nossas Ações de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização de nossas Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O preço das nossas Ações na nossa oferta inicial será determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento com investidores institucionais, realizado pelos coordenadores da nossa oferta (*bookbuilding*), que não é indicativo do preço pelo qual as nossas Ações serão comercializadas no mercado após a nossa oferta inicial. O preço de mercado das nossas Ações poderá variar por diversas razões, incluindo aquelas descritas nesta seção.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas no mínimo 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Ademais, considerando que recentemente realizamos aquisições relevantes de ativos e projetos, a amortização do ágio gerado em tais aquisições poderá reduzir significativamente o nosso lucro e, conseqüentemente, a capacidade de distribuição de dividendos aos nossos acionistas. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nos últimos três exercícios sociais, não distribuímos dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de nossas ações.

Podemos ter que buscar capital adicional no futuro.

Podemos ter que buscar recursos financeiros adicionais por meio de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação do investidor nas nossas ações.

d) com relação às controladas e coligadas da Companhia

Somos uma sociedade *holding* e dependeremos dos resultados de nossas subsidiárias, que podem não ser distribuídos.

A nossa capacidade de distribuir dividendos aos nossos acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou de que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos aos nossos acionistas.

Podemos não ser capazes de extrair as sinergias que planejamos entre nossas coligadas ou controladas.

Grande parte do nosso sucesso depende das sinergias com nossas controladas, que visam o aumento do volume de vendas realizadas, bem como a redução de custos e despesas. As sinergias entre nós e nossas controladas incluem, dentro outros aspectos, (i) a unificação dos esforços comerciais de venda de energia; (ii) a unificação dos esforços comerciais de compra de insumos e custos de produção; (iii) a unificação dos esforços de contratação de empregados; e (iv) a unificação dos custos e investimentos relativos à tecnologia da informação, publicidade, logística e atendimento ao cliente. Podemos não ser capazes de extrair adequadamente as sinergias necessárias para aumentar nossas vendas e diminuir nossos custos de produção, o que pode afetar negativamente nosso negócio.

Participações em sociedades de propósito específico (“SPEs”) poderão resultar em riscos de natureza fiscal.

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente o resultado de nossas subsidiárias e, por consequência, os resultados da Companhia.

e) com relação aos fornecedores da Companhia

Contratamos empresas prestadoras de serviços para a construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, nossa situação financeira e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A implantação de nossos projetos depende, em grande parte, do fornecimento de equipamentos e serviços que contratamos junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Assim, celebramos e celebraremos contratos de fornecimento de equipamento, de prestação de serviços de desenvolvimento, construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica com diversos prestadores de serviços.

A incapacidade ou indisposição desses terceiros em fornecer equipamentos ou prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) acarretar no inadimplemento de nossas obrigações previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em risco a preservação das nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas usinas, conseqüentemente, sujeitando-nos a menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em nossos contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre nós. Igualmente, impactos adversos sofridos por nossos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos equipamentos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado de nossos projetos.

Ademais, poderemos ser considerados solidariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e nossos resultados. Finalmente, conforme a regulamentação civil ambiental, poderemos ser considerados solidariamente e objetivamente responsáveis por quaisquer danos ambientais em decorrência das atividades realizadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que também poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e nossos resultados.

Nossos fornecedores de energia podem não ter capacidade de cumprir com os acordos firmados com a Companhia.

Possuímos contratos com terceiros que estabelecem a obrigação de que eles nos forneçam energia em determinados padrões pré-estabelecidos. Não podemos garantir que os terceiros não sofrerão redução ou interrupção na capacidade de geração e entrega de energia elétrica para a Companhia, como, por exemplo, por incapacidade de adquirir insumos para a geração ou mesmo a falência do terceiro. Não podemos garantir também a entrada em operação comercial destes terceiros dentro do cronograma estabelecido pela ANEEL, ou que estes terceiros não terão sua garantia física de energia reduzida. Caso tais fatos ocorram, teremos que adquirir no mercado *spot* a energia que deixamos de receber deles, para que cumpramos com as obrigações impostas pelos nossos contratos de compra e venda de energia com nossos clientes. Não podemos garantir que tenhamos como cobrar as indenizações previstas nos contratos que temos com aqueles terceiros nem que tais indenizações sejam suficientes para cobrir eventuais perdas que poderemos sofrer caso tenhamos que adquirir a energia no mercado *spot*.

Em 22 de junho de 2012, a Baldin Bioenergia S.A. ingressou na justiça do Estado de São Paulo com pedido de recuperação judicial. O pedido foi aceito pelo juízo e o plano de recuperação judicial foi aprovado. A Baldin Bioenergia S.A. é nossa parceira comercial na UTE Baldin, que possui capacidade instalada de 45MW e está localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo. Caso a Baldin Bioenergia S.A. deixe de cumprir suas obrigações no âmbito do plano de recuperação judicial, poderá haver a falência da Baldin Bioenergia S.A. e a conseqüente paralisação das atividades de co-geração de energia elétrica da UTE Baldin, o que poderá causar aumento de nossos custos operacionais associados à UTE Baldin, resultantes de eventual necessidade de compra de energia no mercado *spot* para que possamos cumprir as obrigações contratuais assumidas pela UTE Baldin.

f) com relação aos clientes da Companhia

Estamos sujeitos ao risco de inadimplência de nossos clientes, o que pode impactar negativamente a nossa situação financeira e o nosso resultado.

Em nossos projetos de investimento celebramos diversos contratos com compradores da energia gerada. Não podemos garantir que as contrapartes honrarão tais contratos. No caso de descumprimento dos termos dos contratos por algum cliente, podemos ter nossas operações comprometidas e conseqüentemente sofrer um impacto negativo em nossa situação financeira e nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, como as vendas de energia elétrica no ACL não dispõem de garantias de pagamento semelhantes às observadas nos contratos decorrentes dos leilões de compra e venda de energia, a eventual inadimplência de nossos clientes poderá resultar em contingências e eventuais dificuldades de recuperação de nossos créditos. Como nossos contratos de venda são de longo prazo, não podemos garantir que a qualidade do crédito do comprador continuará a mesma e que o mesmo honrará o contrato durante toda a sua vigência. Uma eventual elevação no nível de inadimplência dos nossos clientes poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e comprometer nossos resultados.

g) com relação ao setor de atuação da Companhia

O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil e o crescimento do setor de energias renováveis poderão não se confirmar ou ser inferiores às nossas estimativas ou poderão ser supridos por outros projetos de geração de energia elétrica.

Nossos investimentos em novos projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica nos próximos anos e no potencial estimado de crescimento do setor de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Contudo, esse aumento da demanda e crescimento do setor de energias renováveis em relação ao setor de geração de energia elétrica em geral poderão não ocorrer ou ser inferiores ao inicialmente estimado.

A demanda pela energia gerada pode ainda ser negativamente afetada pelo avanço no desenvolvimento de alternativas energéticas que poderão reduzir significativamente o consumo de energias renováveis. Quaisquer avanços na tecnologia que exijam investimentos significativos para manter a nossa competitividade ou que de outra forma reduza a demanda por energias renováveis poderá ter um efeito material adverso sobre nossos negócios e desempenho financeiro.

Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ele inferior, igual ou superior ao aumento estimado, poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica a partir de fontes não renováveis, grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Nessa hipótese, nós teremos dificuldades para comercializar energia de nossos projetos, limitando nossa capacidade de crescimento e gerando um efeito adverso sobre nossa situação financeira e nossos resultados.

A tudo isso, soma-se o fato de que nossas autorizações para geração de energia elétrica nos submetem ao regime de produção independente de energia elétrica, o qual, por definição legal e regulamentar, obriga-nos a comercializar a energia que geramos por nossa conta e risco, ou seja, sem qualquer garantia de mercado consumidor para a energia elétrica. Consequentemente, caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia gerada, teremos que liquidar a quantidade não contratada aos valores de PLD, o que pode ocasionar uma redução de nossa receita estimada, gerando um efeito adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados.

Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção de nossas usinas, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a nossa rentabilidade.

Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que provavelmente venhamos a investir, as usinas não dispõem de proteção policial. Consequentemente, não podemos garantir que nossas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos nossos projetos e afetar adversamente nossos resultados. Ademais, ainda que tenhamos obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de nossos projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar nosso empreendimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A participação no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) para nossos projetos hídricos pode não garantir a cobertura da demanda de clientes, sujeitando-nos às penalidades pela não entrega da energia contratada, incluindo o pagamento de multas ou compra de energia no âmbito da CCEE de forma a suprir os volumes contratados em função de atrasos na implantação dos projetos, o que poderá afetar negativamente os nossos resultados futuros.

O Sistema Interligado Nacional (“SIN”) opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, e as usinas hidrelétricas (“UHE”), incluindo as nossas pequenas centrais hidroelétricas (“PCH”), estão sujeitas não só à variação nas condições hidrológicas verificadas na região geográfica em que operam, como também em outras regiões do País. Diante da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, a energia assegurada do MRE é escalonada de forma a refletir os números efetivos de geração do MRE, ou seja, a energia gerada pelos membros do MRE é ajustada de forma que os membros que produziram menos energia do que sua energia assegurada comprem dos membros que produziram mais energia do que sua Energia Assegurada, mediante pagamento da Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que em 31 de março de 2013 era de R\$10,01/MWh. A TEO é reajustada no início de cada ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Diante de cenários desfavoráveis, onde a energia total gerada no MRE seja inferior à soma das energias asseguradas de todas as usinas participantes, poderemos ser obrigados a adquirir a energia no ambiente de contratação livre ou no mercado *spot*, no qual o preço do MWh é bastante volátil, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossos resultados futuros.

Nossos resultados operacionais dependem de condições hidrológicas e eólicas favoráveis, além da manutenção das safras de cana-de-açúcar e demais culturas para produção de biomassa. Níveis pluviométricos baixos, a alteração no regime dos ventos, quebras em safras que reduzam a disponibilidade de biomassa, bem como uma escassez e racionamento de energia, poderão causar um efeito relevante e adverso sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Nas situações em que o regime pluviométrico afete os montantes de água necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão mínima dos rios, poderá haver reduções compulsórias das quantidades de energia elétrica comercializada, sendo tal redução compartilhada de forma *pro rata* entre todos os agentes geradores de energia elétrica conectados ao SIN. O regime de chuvas e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores, dentre os quais, temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, acúmulo de sedimentos no leito do rio, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o País enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética (“CGE”), imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da disponibilidade de energia elétrica em percentual de aproximadamente 20% do consumo de energia durante esse período, ~~bem como no período a partir de novembro de 2012 que resultou em um aumento substancial do PLD.~~ Em 2012 os níveis dos reservatórios abaixaram substancialmente com relação aos anos anteriores devido às baixas aflúncias que ocorreram, consequentemente, a partir de novembro de 2012 resultou em um aumento significativo do PLD. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória da garantia física/energia segura dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios das UHEs e das PCHs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nossos resultados.

Caso nossas projeções a respeito do regime de ventos para o desempenho das nossas Usinas Eólicas não estejam precisas, poderemos incorrer em receitas de venda de energia elétrica inferiores às receitas estimadas. Com base em estudos independentes, projetamos a geração de energia elétrica para nossas Usinas Eólicas. Entretanto, correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Caso as estimativas acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, nossas Usinas Eólicas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre nossos resultados.

Em situações em que a safra de cana-de-açúcar de nossos parceiros em estruturas de consórcio para produção de excedentes de energia através das Usinas Térmicas movidas a Biomassa de cana-de-açúcar passe por redução de produção, poderemos incorrer em receitas de venda de energia inferiores às originalmente projetadas. Todas as projeções da Companhia são realizadas conforme históricos de produção e consumo interno dos parceiros. Porém, efeitos como chuvas excessivas, redução de valores das commodities, desaquecimento da economia mundial, entre outros, podem afetar diretamente a produção e consequente geração de biomassa de nossos parceiros, causando efeitos adversos sobre nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa estratégia de crescimento considera a crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro em linha com a regulamentação vigente.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração de fonte hidráulica, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Nesta fase, existem riscos inerentes ao desenvolvimento de projetos, devido ao processo de competição estimulado pela própria Agência.

A exploração dos potenciais hidrelétricos enquadrados como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), submetida ao regime de autorização, é sujeita ao processo de seleção de projeto básico definido pela ANEEL, nos termos do disposto na Resolução nº 343/2008, em caso de mais de um interessado no mesmo potencial hidráulico.

De acordo com a referida regulamentação, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar o empreendedor apto a explorar a PCH, considerando os projetos apresentados pelos interessados, visando aumentar o número de agentes produtores de energia elétrica e assegurar maior competitividade para a outorga de autorização, na seguinte ordem:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução nº 393, de 4 de dezembro de 1.998; e

III – aquele que for proprietário da maior área a ser atingida pelo reservatório do aproveitamento em questão, com documentação devidamente registrada em cartório de imóveis até o prazo de quatorze meses após a efetivação do primeiro registro na condição de ativo.

Ressalta-se que as situações de disputa apenas ocorrerão quando houver a existência de mais de um interessado e, portanto, a entrega de mais de um projeto básico para o mesmo potencial, dentro dos prazos estabelecidos. Extrapolado o referido prazo, será avaliado o único projeto básico protocolado em condições de aceite, para fins de outorga da autorização.

Por outro lado, por meio da Resolução Normativa nº 393/98, com redação dada pela Resolução Normativa nº 343/2008, é assegurado ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário o direito de preferência a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do potencial inventariado, ou, no mínimo, um aproveitamento identificado, desde que enquadrado(s) como PCH(s). Verifica-se, desta forma, que em relação ao percentual sobre o qual se tenha o direito de preferência, não se aplicam os critérios de seleção estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 343/2008.

Para os demais projetos não caracterizados como PCHs e com potência instalada entre 1 e 50 MW, segundo a Resolução nº 412/2010, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar outros interessados no aproveitamento:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução ANEEL nº 393/1998;

III – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL com as disciplinas cartografia, topografia, hidrologia e estudos energéticos em condições de aprovação sem necessidade de complementação, nos termos do ANEXO IV da referida Resolução;

IV – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL.

O principal risco neste processo refere-se ao item IV, pois é aquele que definirá o agente selecionado, em uma eventual disputa, em que os concorrentes se encontram em condições de igualdade, cumprindo todos os demais requisitos que são de sua própria gestão.

A Resolução Normativa nº 393/98, com a redação dada pela Resolução Normativa nº 412/2010, também assegura, alternativamente ao direito de preferência previsto na Resolução ANEEL nº 343/2008, ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário, o direito de preferência a 1 (um) eixo de potência maior do que 1.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, sem características de PCH, porventura identificado no potencial inventariado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Contudo, o autor do inventário não fará jus as preferências asseguradas pela Resolução Normativa nº 393/98, caso se trate de revisão de inventário aprovado em período inferior a oito anos, a contar da data de solicitação do registro da revisão.

Adicionalmente, embora a autoria dos estudos de inventário seja um critério de preferência relevante tanto para garantir a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas, quanto para os empreendimentos entre 1 (um) e 50 (cinquenta) megawatts sem características de PCH, a aprovação dos estudos de inventário elaborados pela empresa também passam por processo de seleção, segundo os critérios definidos nas Resoluções Normativas nº 398/2001 e 393/1998. Sendo assim, mesmo para os casos em que a empresa esteja em processo de aprovação de inventário hidrelétrico, não há garantia de que lhe será dada preferência para exploração dos referidos potenciais, pois os próprios estudos de inventário também são objeto de seleção pela ANEEL, o que constitui risco adicional.

Assim, por se tratar de um processo competitivo entre empresas estatais e privadas, não se pode assegurar que teremos pleno êxito em obter as autorizações outorgadas pela ANEEL de todos os aproveitamentos de interesse, tendo em vista os fatores alheios ao nosso controle, dadas as regras aplicáveis às disputas pelos projetos. Caso não consigamos gerenciar com sucesso os riscos da competição por potenciais hidrelétricos, pode haver impactos em nossa capacidade de crescimento e nossos resultados.

Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem nos sujeitar a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente nosso resultado.

Para o desenvolvimento e operação dos nossos projetos de geração de energia, é necessária a obtenção das seguintes licenças ambientais: (i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, conseqüentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as nossas licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, podem haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos nossos projetos de investimento, e portanto, poderiam comprometer nossos resultados.

O mercado de créditos de carbono ainda é incipiente e pode não se desenvolver de forma relevante.

A preocupação com o meio ambiente levou os países da Organização das Nações Unidas (“ONU”) a assinarem um acordo que estipulasse controle sobre as intervenções humanas no clima. Este acordo nasceu em dezembro de 1999 com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Em resumo, o Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos signatários, reduzam suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em média, relativas ao ano de 1990, entre 2008 e 2012. Esse período é também conhecido como primeiro período de compromisso.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo estabeleceu que parte desta redução pode ser feita através da aquisição de créditos de carbono denominados Redução Certificada de Emissão. Tais créditos podem ser negociados, o que possibilita a criação dos chamados mercados de crédito de carbono.

Pretendemos nos beneficiar da comercialização dos citados créditos gerados pelos nossos projetos que forem aprovados pela ONU, para auferir uma fonte adicional de receita. Contudo, o mercado de créditos de carbono caracteriza-se como um mercado volátil e dependente da situação econômica mundial, principalmente do desempenho dos países da Europa e Ásia, principais compradores destes créditos. Desta forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar, dado que os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação.

Especificamente com relação aos projetos referentes às usinas cuja energia tenha sido vendida no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia (“PROINFA”), o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito deste programa serão de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”).

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, caso o mercado de créditos de carbono não se desenvolva ou se desenvolva de forma relevante e com preços pouco atrativos, poderemos deixar de auferir receitas adicionais geradas por meio da comercialização de tais créditos, o que pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados. Ademais, podemos ser adversamente afetados caso os custos para certificação dos créditos sejam elevados e não sejam compensados pelas receitas geradas com a comercialização dos créditos de carbono.

A mudança climática e o efeito estufa podem ter um efeito adverso nas nossas atividades e mercados.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos que afetarão o desempenho físico de nossos empreendimentos e, por consequência, a necessidade de dispêndio adicional de recursos para manutenção de nossas instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos. Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, *blade icing*, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento de nossas turbinas ou equipamentos, impedindo a nossa capacidade de manter e operar nossas usinas e diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade.

Ademais, as matérias-primas utilizadas para a produção de energia a base de biomassa, tal como a cana-de-açúcar, são afetadas pelas condições climáticas, qualidade do solo, aparecimento de doenças e ataques de parasitas. Elas também são suscetíveis a perdas decorrentes de condições hídricas extremas, como secas ou inundações. Se as condições de cultivo forem menos favoráveis do que o previsto, a quantidade e a qualidade produzida podem ser insuficientes para as necessidades de geração de energia e podemos ser forçados a pagar preços mais elevados pela aquisição da energia de biomassa, sem que tal aumento seja repassado ao nosso consumidor.

Assim, as mudanças climáticas podem ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais, na nossa condição financeira e na nossa liquidez se vierem a afetar as correntes de vento, níveis de precipitação da chuva, ou os fluxos dos rios nas localizações das nossas usinas.

Considerando o longo período entre o desenvolvimento e a entrada em operação de um projeto, poderemos enfrentar mudança do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a nossa capacidade de concluir nossos projetos com sucesso.

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, podem haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que nos afetam e afetam o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes de nossas atividades. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade de nossos projetos e consequentemente nossa rentabilidade pode ser adversamente afetada.

h) com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

Atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade ou mudanças nos critérios para outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- descontinuidade ou mudanças nos critérios para emissão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- descontinuidade ou mudanças nos critérios para comercialização de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes alternativas e comercializadas a Consumidores Livres e Consumidores Especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios;
- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias; e
- alterações na regulamentação referente ao lucro presumido.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

A nossa atividade é regulamentada e supervisionada, principalmente, pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e pela ANEEL. O Governo Federal, por meio do MME, e a ANEEL têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os nossos negócios, inclusive sobre as modalidades, os termos e as condições dos contratos de venda de energia que estamos autorizados a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das referidas ações, por sete votos a quatro, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das referidas ações ainda não foi julgado. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados, dado que poderão ter que se submeter a um novo formato do setor a ser estabelecido, o que poderá resultar em condições adversas, afetando negativamente nossos resultados.

Recentemente, foi editada a Lei nº 12.783, publicada em 14/01/2013, objeto da conversão da Medida Provisória nº 579/2012, disciplinando a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No que se refere a geração, as concessões vincendas representavam 20% (vinte por cento) do parque gerador brasileiro, sendo que as concessionárias optantes pela prorrogação tiveram que antecipar o termo final de suas concessões, aceitar uma nova remuneração, e ter sua produção submetida ao regime de cotas alocadas para as distribuidoras. A nova receita das geradoras com concessões prorrogadas (RAG – Receita Anual de Geração) passou a cobrir apenas os custos de operação e manutenção, adicionados de uma margem de lucro a ser calculada, já que se considerou que os ativos estavam totalmente depreciados ou foram indenizados pela parcela não depreciada por ocasião da prorrogação, o que ocasionou um impacto significativo no valor da sua remuneração. Assim, da mesma forma como foi feito para as concessões, não há como antecipar quais condições e contrapartidas serão exigidas ao solicitar eventuais prorrogações e renovações de nossas outorgas.

Além disso, qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Ademais, reformas futuras na legislação e na regulamentação do setor elétrico brasileiro e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Na medida em que não formos capazes de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas legislações e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A resolução nº 3 do CNPE de 06 de março de 2013 determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. O impacto que a resolução pode vir a causar ainda está em análise, tendo em vista que não há regulamentação definitiva sobre o assunto. No entanto, caso a ANEEL venha de fato a determinar a cobrança do referido custo, poderá impactar negativamente o faturamento das geradoras, uma vez que as geradoras conseguirão repassar os custos em questão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá nos afetar adversamente.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.337/2004, que dispõe sobre a gestão, organização e controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso o mencionado projeto seja aprovado, as medidas dele decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem eventualmente aprovadas não afetarão adversamente as empresas geradoras de energia elétrica, inclusive a nossa Companhia.

Tramita também outro Projeto de Lei (PLS 495/09), que, caso aprovado resultará na criação de nova agência. A Agência Nacional de Energias Renováveis, que terá como objetivo institucional a coordenação do processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis, bem como o estudo e a elaboração de políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional, visando o desenvolvimento sustentável. Neste caso também não há como garantir que as alterações a serem eventualmente aprovadas não afetarão adversamente as empresas geradoras de energia elétrica, inclusive a nossa Companhia.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que estamos sujeitos a aumentos imprevistos em nossos custos ou diminuição da nossa receita projetada e caso não tenhamos capacidade de cumprir com as novas condições impostas, poderemos ser penalizados.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas são outorgadas pela União Federal. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos, eólico e biomassa por prazo determinado, limitado a até 35 anos, com a possibilidade de prorrogação sob determinadas condições, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário, incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implantação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. Porém, as autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir.

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, tais como (i) se deixarmos de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) se tivermos decretada nossa falência ou dissolução, a ANEEL poderá nos impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento e vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo extinção de nossas autorizações.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A extinção antes do prazo final de quaisquer de nossas autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão nos causar um efeito adverso.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

Somos beneficiários de incentivos fiscais concedidos, como isenção de ICMS na compra de equipamentos eólicos, isenção de PIS e COFINS, entre outros. Os referidos incentivos podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda dos referidos incentivos, afetando de maneira adversa a nossa situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) com relação a países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável, uma vez que não desenvolvemos atividades operacionais no exterior.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Atualmente, não identificamos cenários de aumento ou redução em nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 e, especificamente em relação aos riscos com relação aos nossos fornecedores, acreditamos possuir grau de controle razoável sobre nossos fornecedores, tanto no monitoramento da execução dos nossos contratos com tais fornecedores, quanto em relação à nossa capacidade de prontamente contratarmos novos fornecedores e prestadores de serviços, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em nossas atividades, além de adotarmos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva e ativa em processos judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental e tributária e parte passiva em procedimentos administrativos de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e ambiental envolvendo valor de causa total de R\$88.399.760,50. Deste montante, constituímos uma provisão contábil atualizada no valor de R\$879.405,35 relativos aos processos cujas possibilidades de perda e de saídas de recursos foram consideradas prováveis pela administração da Companhia. Foram avaliados como perda possível processos que representam o valor de causa de R\$11.516.476,56 e como perda remota, processos que representam o valor de causa de R\$50.563.557,84, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas, cuja perda é considerada como provável por nossos advogados externos; e (ii) contingências passivas relacionadas a sociedades que adquirimos, cuja perda é considerada como provável.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R\$35.000,00 decorrentes de riscos trabalhistas, tributários e cíveis e quando da aquisição da Jantus e BVP reconheceu o montante de R\$23.950.000,00, decorrentes de passivos contingentes avaliados aos seus valores justos na combinação de negócios. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante equivalente ao passivo, conforme condições contratuais. Podemos vir a ser demandados no futuro, incluindo, sem limitação, por terceiros, funcionários (próprios ou disponibilizados por prestadores de serviços) e, inclusive, por órgãos do âmbito federal, estadual ou municipal em face de operações e procedimentos realizados pelas empresas adquiridas. Contudo, ainda que essas demandas sejam instauradas contra nós, existe a previsão de ressarcimento e de responsabilidade por parte dos acionistas vendedores das empresas adquiridas, nos termos do contrato de aquisição firmado.

Todas as ações que, isoladamente ou em conjunto, se decididas de maneira desfavorável a nós, causariam um efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre os nossos resultados operacionais estão descritas abaixo. O critério de relevância que adotamos para a apresentação individual de ações relevantes correspondente a 5% do total do nosso patrimônio líquido. Desta forma, as ações ou procedimento que individualmente não atingiram o critério de relevância não foram descritas abaixo, exceto aquelas que julgamos relevantes em razão de sua matéria.

(i) Contingências Cíveis

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva e ativa em 59 processos judiciais de natureza cível e um procedimento arbitral, no valor de causa total de R\$9.648.110,72. De acordo com a opinião de nossos advogados externos constituímos uma provisão contábil no valor de R\$634.377,78 para perdas prováveis, visto que essa é a expectativa de saídas de recursos para os referidos processos; R\$4.941.491,45 foram avaliados como perda possível e R\$4.602.636,75 como perda remota, para os quais não foi constituída provisão contábil.

Os nossos processos cíveis em andamento versam, em geral, sobre pedidos de indenização em razão de eventuais impactos decorrentes da construção dos empreendimentos.

Não há processos cíveis que consideramos relevantes em que nós e/ou nossas controladas sejamos parte.

(ii) Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 97 reclamações trabalhistas e em 79 autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de causa total de R\$5.553.387,99. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, foi constituída uma provisão contábil atualizada no valor de R\$245.027,57 para perdas prováveis, que é a expectativa de saídas de recursos para o referido montante; R\$3.303.012,57 foram avaliados como perda possível e R\$19.631,84 como perda remota, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

Os nossos processos trabalhistas em andamento versam, em geral, sobre responsabilidade subsidiária decorrentes da contratação de prestadores de serviços para construção de nossos empreendimentos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Contingências Tributárias

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 07 processos judiciais e em 11 autos de infração de natureza fiscal-tributária, no valor de causa total atualizado de R\$47.808.518,66. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, nenhum processo representa uma possibilidade de perda provável, razão pela qual não foi constituída provisão contábil; R\$2.060.229,41 foram avaliados como perda possível e R\$45.748.289,25 como perda remota, para os quais também não foram constituídas provisões contábeis.

Nossos processos tributários em andamento versam exclusivamente sobre o recolhimento de Imposto Sobre Serviços ("ISS").

As ações judiciais individualmente considerados e pendentes, que se decididos de maneira desfavorável a nós causariam efeito adverso relevante sobre nossas atividades, nossa situação financeira ou resultados operacionais foram listados abaixo:

1. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 4160-13.2012.8.06.0032)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Amontada/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/11/2012
d. partes no processo	Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Amontada.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$18.000.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R\$17.144.792,55 na dívida ativa do Município. Processo concluso com o Juiz aguardando despacho inicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

2. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 5965-65.2012.8.06.0140)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Paracuru/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24/10/2012
d. partes no processo	Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Paracuru.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.524.657,46
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R\$2.524.657,46 na dívida ativa do Município. O Juiz negou a antecipação de tutela para manifestar-se sobre a liminar após formado o contraditório.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

3. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 10645-75.2012.8.06.0049)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Beberibe/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/12/2012
d. partes no processo	SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.039.419,62
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R\$4.039.419,62 na dívida ativa do Município. Processo concluso com o Juiz aguardando despacho inicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4. Execução Fiscal (Autos nº 10552-15.2012.8.06.0049)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Beberibe/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/11/2012
d. partes no processo	SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.039.419,62
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$4.039.419,62 inscrito na dívida ativa do município. Apresentada Exceção de Pré Executividade com o objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal em decorrência dos varios vícios formais e materiais que antecederam a inscrição do débito. Processo concluso com o Juiz.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5. Execução Fiscal (Autos nº 3996-48.2012.8.06.0032)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Amontada/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/12/2012
d. partes no processo	Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$17.144.792,55
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R\$17.144.792,55 inscrito na dívida ativa do município. Apresentada Exceção de Pré Executividade com o objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal em decorrência dos varios vícios formais e materiais que antecederam a inscrição do débito. Processo concluso com o Juiz.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

(iv) Contingências Ambientais

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 14 processos judiciais e 24 processos administrativos de natureza ambiental, no valor da causa total de R\$1.404.743,13. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, nenhum dos processos foram avaliados com possibilidade de perda provável e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil; R\$1.211.743,13 foram avaliados como perda possível e R\$193.000,00 foram avaliados como perda remota, para os quais não foi constituída provisão.

As ações judiciais individualmente considerados e pendentes, que se decididos de maneira desfavorável a nós causariam efeito adverso relevante sobre nossas atividades, nossa situação financeira ou resultados operacionais foram listados abaixo:

1. Ação Popular Ambiental com Pedido de Liminar (Autos nº 2009.72.02.003468-2)

a. juízo	Tribunal Federal da 4ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26.11.2009
d. partes no processo	Autores: Luis Carlos Crema; Gerson João Zancanaro e Neimar Antônio Araldi. Réus: SPE Arvoredo Energia S.A. e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$100.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Popular visando tornar nulas as licenças ambientais e as autorizações da ANEEL concedidas à PCH Arvoredo, bem como, reparação de dano ambiental decorrente da restrição de acesso à água por parte de 30 famílias, em razão do alagamento do reservatório. A Ação foi julgada parcialmente procedente apenas para declarar a omissão do EIA/RIMA do empreendimento em relação ao poço artesiano e a necessidade de adoção de medidas alternativas pela empresa. Houve apresentação de recurso contra a sentença e apresentação de contrarrazões e recurso adesivo pela SPE Arvoredo ao recurso de apelação do autor e protocolo de recurso adesivo pela SPE Arvoredo. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e conseqüente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

2. Ação Civil Pública (Autos nº 0002324-10.2009.4.05.8103)

a. juízo	18º Vara Federal da Comarca de Sobral/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19.10.2009
d. partes no processo	Ministério Público Federal e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Paralisação e remoção dos Aerogeradores 01 e 46, supostamente, construídos em terreno de marinha, além de indenização decorrente de conduta ilícita praticada. Liminar deferida em favor do MPF, revogada, posteriormente, pelo TRF5. Atualmente o processo encontra-se aguardando a conclusão dos serviços periciais solicitados tanto pela Parte Autora, como pelo MPF.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará na remoção dos Aerogeradores 01 e 46, além do pagamento de indenização.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

3. Ação Cautelar (Autos nº 1208-91.2008.8.06.0035)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	5.6.2008
d. partes no processo	Ministério Público Estadual e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE; anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos em implantação no município de Aracati/CE. Liminar negada ao MPE. Processo aguarda o julgamento do recurso impetrado pelo MPE contra o despacho que negou a concessão de liminar.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e conseqüente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4. Ação Civil Pública (Autos nº 0000177-80.2010.4.05.8101)

a. juízo	15ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Limoeiro do Norte/CE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	2.3.2010
d. partes no processo	Ministério Público Federal e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE; anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos localizados naquele Aracati/CE. Através da sentença datada de 06/03/2012, o Juízo do feito determinou a extinção do processo sem resolução do mérito com relação à ré Bons Ventos, dessa feita, a referida empresa fora excluída da demanda. Aguarda-se trânsito em julgado dessa decisão.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

5. Ação Civil Pública (Autos nº 0006806-44.2008.4.05.8100)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	21.5.2008
d. partes no processo	Ministério Público Federal Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Anulação de licenciamento ambiental do Parque Eólico "Taíba Albatroz", localizado no município de São Gonçalo do Amarante/CE. O Juízo competente julgou totalmente improcedente o pedido do Ministério Público Federal. O MPF interpôs recurso de apelação contra a sentença, aguarda-se o julgamento do recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

6. Ação Civil Pública (Autos nº 0000396-30.2009.4.05.8101)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	21.9.2009
d. partes no processo	Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	<p>Paralisação das obras dos Parques Eólicos situados no município de Aracati/CE e revogação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE.</p> <p>O Juízo competente negou o pedido de tutela antecipada do Ministério Público Federal, garantindo a continuidade das obras dos Parques Eólicos. O MPF interpôs agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento. Após o regular seguimento do feito, a União foi intimada para esclarecer seu interesse na lide. Do outro lado, as Partes foram intimadas para apresentação de provas que entenderem necessárias. Aguarda-se apreciação da eventual manifestação da União e do pedido de provas.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e conseqüente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que nós sejamos parte e cujas partes contrárias sejam nossos administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores ou de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos partes e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de março de 2013, éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme abaixo:

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS

Nós figuramos como parte em ações de natureza fiscal, consideradas repetitivas ou conexas e não sigilosas relevantes.

Valores envolvidos R\$47.808.518,66

**Valor provisionado
(se houver provisão)** Não há provisão

**Prática do emissor ou
de suas controladas que
causou tal contingência.** Cobrança de ISS devido pela construção de parques eólicos

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta Seção 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não detemos valores mobiliários custodiados fora do Brasil, país de nossa origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de nossos negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado que são inerentes às suas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade.

Os principais aspectos que representam risco para a Companhia são: (i) preços de energia elétrica, que afetam nossas receitas; (ii) taxas de juros da economia, que afetam o custo de capital e a atratividade dos investimentos e; (iii) taxas de inflação que normalmente indexam nossas receitas e nossos custos operacionais. A Companhia não realiza projetos no exterior ou transações relevantes atreladas a moedas estrangeiras, porém riscos cambiais e condições internacionais do mercado podem afetar a Companhia indiretamente.

Quanto aos principais riscos, eles podem nos afetar da seguinte maneira:

Variações nos preços de energia elétrica podem afetar nossas receitas.

Atuamos em um mercado de comercialização de energia denominado “incentivado”, oriundo de geração através de fontes alternativas ou renováveis, produzida através de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Eólicas e ainda Usinas Térmicas movidas a Biomassa e com possibilidade de comercialização (i) no mercado livre, junto a uma classe de consumidores classificados como especiais face a incentivos regulatórios que lhes garante redução de encargos setoriais ou (ii) em leilões regulados pelo Estado.

Possuímos a totalidade da nossa energia comercializada através de contratos com 18 anos de duração média, ao preço por MWh médio de R\$192,00 em 31 de março de 2013. Porém, a energia originada pela expansão da nossa potência instalada através do desenvolvimento de novos projetos e da descontração da energia atualmente presente nos contratos de longo prazo demandará uma estratégia de comercialização em novos leilões regulados ou ainda no mercado livre.

Os resultados dos leilões de energia e as negociações em ambiente de contratação livre ao longo dos últimos 4 (quatro) anos têm apresentado valores em patamares abaixo das médias históricas praticadas. Caso tenhamos que comercializar no futuro a nossa energia gerada por valores inferiores à faixa acima indicada, isto poderá representar impacto adverso para nossos negócios.

A volatilidade das taxas de juros afeta nosso custo de capital e atividades de investimento.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente nossos negócios. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% ao ano para 25% ao ano, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros base do Brasil de 25,5% ao ano para 16,5% ao ano, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 as taxas de juros de curto prazo foram 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75% e 11,00% ao ano, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 30 de abril de 2013, data em que a taxa de juros foi revisada pelo Banco Central, a taxa de juros de curto prazo era de 7,25% e 7,50% ao ano, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de março de 2013 possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures que somavam, respectivamente, R\$4.318,9 milhões e R\$4.347,5 milhões, com encargos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e a uma taxa de juros fixa ao ano (*spread*). Aumentos na taxa básica de juros de curto prazo do Brasil podem impactar adversamente nossa capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos, reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos da Companhia em usinas de geração de energia elétrica que, devido ao seu estágio inicial, ainda não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo podem obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Adicionalmente, a Companhia tem como estratégia realizar operações de dívidas no mercado bancário brasileiro para aproveitar eventuais espaços de refinanciamento de seus projetos, os quais usualmente são lastreados a taxas de juros de curto prazo. Em caso de taxas de juros elevadas, os custos de nossas dívidas aumentarão, afetando nossos resultados adversamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios e resultados operacionais.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do Governo para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. Taxas de inflação foram de 3,14% em 2006, 4,46% em 2007, 5,90% em 2008, 4,31% em 2009, 5,91% em 2010 e 6,50% em 2011. Já em 2012 tivemos uma inflação de 5,84% medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”).

Nossos custos e despesas operacionais são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque os fornecedores da Companhia geralmente aumentam preços para refletir a depreciação da moeda.

As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando na capacidade de acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais. Adicionalmente, nossas receitas e nossos custos operacionais são corrigidos por índices de inflação, e a variação desses índices pode afetar nossos resultados.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado para nós consiste nas eventuais oscilações em índices e taxas de juros. Adicionalmente, buscamos proteção para os riscos de liquidez e de resultado.

A Companhia está exposta aos riscos gerais de mercado e adota planos de ação para tentar mitigá-los. Vale mencionar que a Companhia não possui exposição cambial, já que suas receitas e a maioria de seus custos não são atreladas à moedas estrangeiras. Entretanto, a Companhia analisa diferentes conjunturas macroeconômicas como subsídio para sua estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários. Entre estes riscos está a inflação que pode afetar as receitas e a estrutura de custos da Companhia.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza operações financeiras para a proteção patrimonial.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não utiliza instrumentos para a proteção patrimonial.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Como objetivo de gerenciar os riscos a que estamos sujeitos, atualizamos periodicamente os indicadores macroeconômicos estimados pelo mercado financeiro e incorporamos tais estimativas em nossa projeção de caixa de longo prazo, e realizamos uma gestão rígida e criteriosa do nosso caixa de curto e longo prazo, com o apoio da nossa administração e dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração.

e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

Monitoramos nossos riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, tendo como responsável a diretoria administrativo-financeira, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas conforme as políticas adotadas para gerenciamento de riscos.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de: (i) estabelecer critérios, diretrizes e responsabilidades da Política de Gestão de Riscos Operacionais da Companhia (etapas de desenvolvimento, preparação, construção e operação); (ii) Gerenciar riscos em nível corporativo e operacional, visando atingir os objetivos estratégicos da Companhia e viabilizar um crescimento sustentável.

Esta estrutura abrange os colaboradores da Companhia, incluindo sua alta administração (Diretoria e Conselho de Administração).

Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos classifica os Riscos quanto aos seguintes critérios:

Probabilidade de Ocorrência	Impacto
Quase certo (5)	Catastrófico (5)
Provável (4)	Maior (4)
Possível (3)	Moderado (3)
Improável (2)	Menor (2)
Raro (1)	Insignificante (1)

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

De acordo com os critérios acima, os Riscos podem ser classificados como Extremo (E), Alto (A), Moderado (M) e Baixo (B)

	Financeiro	1% do orçamento	2.5% do orçamento	> 5% do orçamento	> 10% do orçamento	>25% do orçamento
		\$	\$\$	\$\$\$	\$\$\$\$	\$\$\$\$\$
		Insignificante	Menor	Moderado	Maior	Catastrófico
		1	2	3	4	5
5	Quase certo	M	A	A	E	E
4	Provável	M	M	A	A	E
3	Possível	B	M	M	A	E
2	Improvável	B	M	M	A	A
1	Raro	B	B	M	M	A

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Possuímos e seguimos uma Política Financeira, que nos orienta e requer a diversificação de nossas operações, assim como determinadas contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito da Companhia perante as instituições financeiras com as quais trabalha.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotados por nós.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/10/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	08/03/2007

6.3 - Breve histórico

Fomos constituídos em outubro de 2006 por Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participação Ltda. (atual “Pátria Investimentos Ltda.”), que detinha direta ou indiretamente, naquela data, a totalidade de nosso capital social. Em março de 2007, o Pátria Investimentos transferiu sua participação acionária para o Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações (“Pátria Energia”), que subscreveu um aumento de capital no valor de R\$19,6 milhões. Em julho e agosto de 2007, Eton Park Capital Management, L.P. (“Eton Park”), acionista do Secor, LLC (“Secor”), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Bradesco BBI FIP (“Bradesco BBI FIP”) e Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft MBH (“DEG”) ingressaram como nossos acionistas, mediante a subscrição integral de aumento de capital, totalizando R\$408,0 milhões. Naquela ocasião, emitimos as debêntures conversíveis no valor de R\$51,2 milhões as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI FIP. Considerando, conjuntamente, o aporte de capital dos Acionistas Iniciais e a subscrição das debêntures conversíveis, o investimento total dos acionistas Pátria Energia, Secor, DEG e Banco Bradesco BBI FIP, em conjunto denominados “Acionistas Iniciais” foi de R\$478,9 milhões em 2007.

Em 30 de julho de 2007, os Acionistas Iniciais celebraram um Acordo de Acionistas, posteriormente aditado para inclusão do DEG, GMR Empreendimentos Energéticos Ltda. (“GMR”), Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade, doravante denominados, em conjunto com os Acionistas Iniciais, Acionistas Controladores, cujo objetivo foi estabelecer os termos e condições que disciplinaram o relacionamento dos Acionistas Controladores.

Em março de 2007, nos registramos como companhia aberta na CVM e iniciamos nossas atividades operacionais, formando nossa equipe, constituindo parcerias, definindo sistemas, processos e adquirindo nossos primeiros projetos. Neste ano, adquirimos 15 projetos de PCHs.

Em 2008, constituímos a PCH Holding S.A. (“PCH Holding”), holding constituída com o objetivo de participar, como acionista em outras sociedades, controladora de 10 (dez) de nossas SPEs das quais 9 (nove) receberam financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Também em 2008, adquirimos as PCHs Plano Alto e Alto Irani, usinas desenvolvidas por nossa equipe técnica. Desta operação, 80% da aquisição foi paga em dinheiro, enquanto 20% se deu através de conferência de ativos. Naquele mesmo ano, adquirimos 15 (quinze) projetos, sendo seis PCHs, incluindo Plano Alto e Alto Irani e 9 (nove) Parques Eólicos, e vendemos o projeto de PCH Cristina por se tratar de uma usina muito pequena.

Em novembro de 2008, foi aprovado um aumento em nosso capital social, no valor de R\$127,4 milhões (homologado em dezembro de 2008), mediante a emissão de novas ações, totalmente subscritas por nossos Acionistas Iniciais, Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade. Também em dezembro de 2008, realizamos a emissão de debêntures conversíveis, no valor de R\$5,2 milhões que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI FIP.

Em 2009, adicionamos ao nosso portfólio 2 (dois) projetos de Parques Eólicos, através de associação para o desenvolvimento dos projetos. Adicionalmente, em março de 2009, iniciamos a operação comercial da PCH Cocais Grande.

Em outubro de 2009, Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia “FIP Brasil Energia” ingressou como acionista em nossa companhia, mediante a subscrição integral de aumento de capital no valor de R\$300 milhões.

Em 2010, 4 (quatro) de nossas PCHs começaram a operar comercialmente: Arvoredo, Paiol, São Gonçalo e Varginha. Em maio de 2010, foi cancelada pela ANEEL a autorização da PCH Paraitinga, em decorrência de inviabilidade técnica e financeira.

Em julho de 2010, nossa controladora CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) adquiriu a totalidade das ações de Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos I”); Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos II”); Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos III”); Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos IV”); Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos V”); e Eurus V Energias Renováveis S.A. (“Eurus V”) que, posteriormente, em decorrência da incorporação da Smita pela ERSA, passaram a ser subsidiárias da Companhia. Nesta operação, Eurus V e Campos dos Ventos III tiveram a totalidade de suas ações vendidas por R\$1,00 por cada sociedade; já as sociedades Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos IV e Campos dos Ventos V foram compradas por R\$179.177,78 por MW, em uma base total de potência de 90 MW corrigido esse valor pelo IGPM desde abril de 2010 até a data do efetivo pagamento, que foi realizado 90% em 60 dias contados da data do segundo aditamento e os outros 10%, conforme o contrato, aguardam a publicação do despacho emitido pela ANEEL que autorizará o início da operação comercial das sociedades, data na qual será realizado o pagamento; por fim a Campos dos Ventos II foi comprada pelo valor de R\$5.160.000,00, com o valor pago até 30 de novembro de 2010.

6.3 - Breve histórico

Em janeiro, fevereiro, março e abril de 2011, 4 (quatro) de nossas PCHs entraram em operação comercial: Ninho da Águia, Corrente Grande, Barra da Paciência e Várzea Alegre.

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "CPFL"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras CPFL Energia, a saber: CPFL Geração e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" e "Associação", respectivamente). Esta Associação inclui Parques Eólicos, Usinas Termelétricas à Biomassa e PCHs localizadas no Brasil.

Nos termos do referido acordo, os seguintes atos foram realizados almejando a realização da incorporação mencionada abaixo:

- (i) Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração realizou a segregação das PCHs que compunham diretamente seu patrimônio, contribuindo tais ativos ao capital das sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., sociedades estas sob o seu controle direto;
- (ii) Ademais, no mesmo dia 18 de julho de 2011, a CPFL Geração e a CPFL Brasil, na qualidade de únicas acionistas da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, realizaram um aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir a totalidade de seus empreendimentos para a *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, inclusive as participações nas sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.; e
- (iii) Em 22 de agosto de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ERSA que aprovou, sinteticamente, o cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela ERSA em 2 de março de 2007 e a conversão, em ações ordinárias da ERSA, da totalidade das debêntures emitidas pela ERSA conforme os termos da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 15 de agosto de 2007 e da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Segunda Emissão, datada de 23 de dezembro de 2008, com o conseqüente aumento de capital social da ERSA decorrente de tal conversão.

Em 24 de agosto de 2011, a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da incorporação da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.* pela ERSA ("Incorporação"), razão pela qual os empreendimentos da CPFL e os empreendimentos da ERSA passaram a ser operados por nós. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram à condição de nossos acionistas, mediante a emissão de 733.141.077 novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, tivemos nossa denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis").

Na mesma data, a CPFL Brasil e a CPFL Geração subscreveram e integralizaram, em dinheiro, um aumento de capital, no valor de R\$384.196.650,00, mediante a emissão de 180.334.222 novas ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis.

Mediante a realização da Incorporação e do aumento de capital acima descrito, a CPFL Geração e CPFL Brasil atingiram uma participação societária total no capital social da CPFL Renováveis equivalente, em conjunto, a 54,5% do capital social total e votante da referida companhia.

Também em 24 de agosto de 2011, o nosso Acordo de Acionistas foi aditado e substituído, com a finalidade de estabelecer os termos e condições que disciplinam o relacionamento dos nossos acionistas e, indiretamente, das nossas sociedades investidas, incluindo (i) o exercício de direitos de voto por parte dos acionistas nas Assembleias Gerais de acionistas; (ii) a participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos; (iii) o direito de preferência dos acionistas em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações de nossa emissão; e (iv) a Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras nossas.

6.3 - Breve histórico

Por fim, destacamos que a consumação da Associação foi previamente autorizada pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, conforme destacado abaixo:

- (i) pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de julho de 2011;
- (ii) pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme voto proferido em 13 de julho de 2011, no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04;
- (iii) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme aprovação em reunião de diretoria do dia 28 de junho de 2011, encaminhada à companhia no dia 30 de junho de 2011;
- (iv) pelo Banco Itaú S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 22 de junho de 2011;
- (v) pelo Banco do Brasil S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 08 de julho de 2011;
- (vi) pelo Banco ABC Brasil S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 26 de maio de 2011;
- (vii) pelo Banco Santander S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 15 de junho de 2011; e
- (viii) pelo Banco Votorantim S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 30 de junho de 2011.

Destaca-se que, em 29 de março de 2011, anunciamos ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados em complexo no Rio Grande do Norte, previstos para entrarem em operação em 2013, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 64,6 MW médios.

Ainda em 2011, através de contratos de parceria adicionamos ao nosso portfólio 2 (dois) projetos de usina Termoelétrica à Biomassa (bagaço de cana) – Bio Coopcana e Bio Alvorada e também realizamos a aquisição da PCH Santa Luzia.

Adicionalmente, em 19 de agosto de 2011 comunicamos ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados em outro complexo no Rio Grande do Norte, previstos para entrarem em operação em 2015, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 60,9 MW médios.

Em 19 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIIF”) e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), com um total de 4 (quatro) Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados (“Empreendimentos SIIF”). Para implementar a transação acima descrita, a CPFL Brasil realizou aportes de capital na Companhia, de forma que CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter, em conjunto, 63,0% da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2012, anunciamos ao mercado a celebração, com terceiros, de contrato de compra e venda, cujo objeto foi a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A. (em conjunto “Complexo Atlântica”), sociedades detentoras de autorização, pelo prazo de 35 anos, para geração de energia elétrica de fonte eólica sob o regime de produção independente, mediante a implantação de seus respectivos 4 (quatro) parques eólicos, localizados no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, que possuem em conjunto potência instalada de 120 MW (sendo 30 MW cada um) e garantia física de 52,7 MW médios. Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 26 de março de 2012, todas as ações de emissão das sociedades do Complexo Atlântica foram transferidas para a Companhia, tendo em vista o cumprimento de todas as condições precedentes para a conclusão do negócio.

6.3 - Breve histórico

Em 24 de fevereiro de 2012, comunicamos a celebração do contrato para adquirir 100% das ações da BVP S.A., sociedade controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., que detém 4 (quatro) Parques Eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW. A transferência do controle dos parques da Bons Ventos para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

Em 12 de março de 2012, anunciamos a celebração do contrato de aquisição de ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, que detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a energia proveniente da biomassa produzida pela moagem de cana-de-açúcar e com capacidade instalada de 40,0 MW. Os ativos de co-geração localizam-se no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, e encontram-se em operação comercial plena. A incorporação dos ativos de cogeração da SPE Lacenas Participações Ltda foi finalizada, conforme comunicado ao mercado publicado em 18 de outubro de 2012.

Em 31 de maio de 2012, aprovamos o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5:1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do capital social da Companhia, conforme descrito no item 17.3 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Eventos Societários em 2010

Aquisição pela Companhia de 6 de suas empresas controladas: Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos I”); Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos II”); Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos III”); Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos IV”); Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. (“Campos dos Ventos V”); e Eurus V Energias Renováveis S.A. (“Eurus V”)

Evento:

Em julho de 2010, a CPFL Geração, controladora da Companhia, adquiriu a totalidade das ações das empresas Campo dos Ventos I; Campo dos Ventos II; Campo dos Ventos III; Campo dos Ventos IV; Campo dos Ventos V; e Eurus V, posteriormente sendo adquiridas pela Companhia na fusão da Smitta pela ERSA.

Principais Condições do Negócio:

A CPFL Geração adquiriu as empresas Campo dos Ventos I; Campo dos Ventos II; Campo dos Ventos III; Campo dos Ventos IV; Campo dos Ventos V; e Eurus V, para ampliar sua estrutura societária e a otimizar os resultados dos negócios e operações das Sociedades envolvidas, na medida em que tal operação possibilita maior produção de energia. A aquisição resultará em maior eficácia e sinergia das atividades, havendo ainda, maior eficiência fiscal e redução de custos.

Nesta operação, Euros V e Campos dos Ventos III tiveram a totalidade de suas ações vendidas por R\$1,00 por cada sociedade; já as sociedades Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos IV e Campos dos Ventos V foram compradas por R\$179,177,78 por MW, em uma base total de potência de 90 MW corrigido esse valor pelo IGPM desde abril de 2010 até a data do efetivo pagamento, que foi realizado 90% em 60 dias contados da data do segundo aditamento e os outros 10%, conforme o contrato, aguardam a publicação do despacho emitido pela ANEEL que autorizará o início da operação comercial das sociedades, data na qual será realizado o pagamento; por fim a Campos dos Ventos II foi comprada pelo valor de R\$5.160.000,00, com o valor pago até 30 de novembro de 2010.

Sociedades Envolvidas:

CPFL Geração de Energia S.A.
SALUS – Fundo de Investimento em Participações
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.
Eurus V Energias Renováveis S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Quadro Societário

Sociedade	Antes	Depois
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – Mário Araújo Alencar Araripe e Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Eurus V Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Incorporação pela Companhia de 2 (duas) de suas sociedades controladas: ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.

Evento:

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia incorporou as atividades desenvolvidas pela ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.

Principais Condições do Negócio:

A Companhia incorporou as sociedades ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A., para simplificar sua estrutura societária e a otimizar os resultados dos negócios e operações das sociedades envolvidas, na medida em que tal operação diminui custos operacionais e promove uma administração mais eficiente. A incorporação resultará em maior eficácia e sinergia das atividades, havendo ainda, maior eficiência fiscal e redução de custos.

A operação realizou-se após (i) a avaliação e aprovação dos Laudos de Avaliação da ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e da ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. e (ii) o exame e aprovação dos respectivos Protocolos e Justificações das Incorporações, firmados pelos administradores das empresas envolvidas e acompanhados dos documentos pertinentes.

Conseqüentemente, houve a extinção das sociedades ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A., com a incorporação de todo os seus respectivos patrimônios pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os seus respectivos bens, direitos e obrigações.

As ações de emissão da ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. e as quotas de emissão da ERSA Comercializadora de Energia Ltda. foram extintas, procedendo-se aos necessários ajustes e adaptações nos registros contábeis da ERSA, sem que houvesse qualquer aumento ou diminuição do capital social da ERSA ou do número de ações em que se encontra dividido seu capital social. Nos termos dos Protocolos de Incorporação, foi consignado que, com a incorporação das sociedades e a sua conseqüente extinção, a ERSA passou a ser a sucessora legal das sociedades, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações.

Sociedades Envolvidas:

Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. (“ERSA”)
ERSA Comercializadora de Energia S.A. (“ERSA COM”)
ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. (“EDP”)
Pátria Investimentos S.A. (“Pátria”)

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Sociedade	Quadro Societário	
	Antes	Depois
ERSA Comercializadora de Energia Ltda.....	2.500.999 cotas – ERSA 1 cota – Pátria	Incorporada integralmente pela ERSA
ERSA Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	11.999.999 ações – ERSA 1 ação – Pátria	Incorporada integralmente pela ERSA

Eventos Societários em 2011

Associação de ativos e projetos de energia renovável entre ERSA e CPFL Energia

Evento:

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras da CPFL Energia, a saber a CPFL Geração a CPFL Brasil (“Associação”). Esta associação inclui Parques Eólicos, Usinas Termelétricas à Biomassa e PCHs localizadas no Brasil.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Principais Condições do Negócio:

Nos termos do referido acordo, os seguintes atos foram realizados almejando a realização da incorporação da sociedade Smita Empreendimentos e Participações S.A. (“Incorporação”).

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração realizou a segregação das PCHs que compunham diretamente seu patrimônio, contribuindo tais ativos ao capital das sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., sociedades estas sob o seu controle direto;

Ademais, no mesmo dia 18 de julho de 2011, a CPFL Geração e a CPFL Brasil, na qualidade de únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A., realizaram um aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir a totalidade de seus empreendimentos para a Smita Empreendimentos e Participações S.A., inclusive as sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.H; e

Em 22 de agosto de 2011 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ERSA que aprovou, sinteticamente, o cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela ERSA em 2 de março de 2007 e a conversão, em ações ordinárias da ERSA, da totalidade das debêntures emitidas pela ERSA conforme os termos da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 15 de agosto de 2007 e da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 23 de dezembro de 2008, com o consequente aumento de capital social da ERSA decorrente de tal conversão.

Em 24 de agosto de 2011 a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da Incorporação da Smita Empreendimentos e Participações S.A., razão pela qual os Empreendimentos da CPFL e os Empreendimentos da ERSA passaram a ser operados pela ERSA. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram à condição de acionistas da ERSA, mediante a emissão de 733.141.077 novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, a ERSA teve sua denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”).

Ademais, a CPFL Brasil e a CPFL Geração realizaram um aumento de capital no valor de R\$384.196.650,00 na CPFL Renováveis, mediante a emissão de 180.334.222 mil novas ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis e cuja integralização ocorreu em dinheiro.

Por fim, destacamos que a consumação da Associação foi previamente autorizada pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, conforme destacado abaixo:

- pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de julho de 2011; e
- pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme voto proferido em 13 de julho de 2011, no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04.

Sociedades Envolvidas:

CPFL Energia S.A.
 CPFL Geração de Energia S.A.
 CPFL Comercialização Brasil S.A.
 ERSA – Energias Renováveis S.A.
 Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações
 Secor, LLC
 Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia
 Fundo de Investimento em Participações Multisetrial Plus
 DEG – Deutsche Investitions-UND Entwicklungsgesellschaft MBH
 GMR Energia S.A.
 Roberto Sahade
 Guilherme Sahade
 Marcelo Sahade
 Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Mediante a realização da Incorporação e do Aumento de Capital adicional, a CPFL Geração e CPFL Brasil atingiram uma participação societária total no capital social da CPFL Renováveis equivalente a 54,5% do capital social total e votante da companhia.

Sociedades	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
	Ações	%	Ações	%
CPFL Geração	–	–	731.564.653	43,65
CPFL Brasil.....	–	–	181.910.646	10,85
Secor	197.951.768	27,94	190.413.272	11,36
Pátria Energia FIP.....	171.908.925	24,27	165.362.205	9,87
FIP Pátria	–	–	29.042.714	1,73
FIP Brasil Energia.....	163.419.875	23,07	157.196.439	9,38
Bradesco BBI FIP	52.723.053	7,44	102.872.952	6,14
DEG	53.045.360	7,49	51.025.261	3,04
GMR Energia	47.875.000	6,76	46.051.800	2,75
Roberto Sahade.....	7.159.837	1,01	6.887.172	0,41
Marcelo Sahade.....	7.159.837	1,01	6.887.172	0,41
Guilherme Sahade	7.159.836	1,01	6.887.172	0,41
Administradores	8	0,00	–	–
Total	708.403.499	100	1.676.101.458	100

Parceria para desenvolver e construir ativo importante: UTE Bio Alvorada, ativo importante da Companhia.

Evento:

Em 26 de julho de 2011, conforme Fato Relevante publicado em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda (“Usina Alvorada”), com o objetivo de desenvolver, construir e operar uma Usina Termoelétrica a Biomassa (bagaço de cana), situada no município de Araporã – MG, visando a produção de energia elétrica e vapor d’água para auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada “SPE Bio Alvorada”. A potência instalada da usina será de 50MW, dos quais 18MW médios serão exportados como excedente. O projeto tem investimentos previstos da ordem de R\$156 milhões, com entrada comercial prevista para maio de 2013.

Principais Condições do Negócio:

O contrato firmado entre a CPFL Renováveis e a Usina Alvorada prevê que todo o CAPEX será realizado pela CPFL Renováveis. Não haverá pagamento pelo bagaço, e a operação e manutenção ficarão a cargo do usineiro, pelo qual o mesmo será remunerado em R\$10,72 / MWh (data base fevereiro-2011). Por fim, do total de energia gerada pela SPE Bio Alvorada, 9,97 MW médios serão consumidos sem custo pela Usina Alvorada, e 18,0 MW médios serão exportados. Fica a encargo da CPFL Renováveis obter ata autorizativa junto a ANEEL e licenças ambientais necessárias.

Sociedades Envolvidas:

Sócio: CPFL – Energias Renováveis S.A.

Sócio: Alvorada Administração e Participações S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A CPFL Renováveis será detentora de 100% de participação na SPE BIO Alvorada, e terá posse de todos os ativos da termoelétrica por 20 (vinte) anos. Após este período, a posse dos ativos passará ao usineiro, pelo valor residual dos mesmos.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Parceria para desenvolver e construir ativo importante: UTE Bio Coopcana, ativo importante da Companhia.

Evento:

Em 02 de agosto de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda. O objetivo é desenvolver, construir e operar uma Usina Termoelétrica à Biomassa (bagaço de cana), situada no município de São Carlos do Ivaí (PR) "UTE Coopcana", visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para o auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da UTE Coopcana será de 50 MW, dos quais 18 MW médios serão exportados como excedente. O projeto tem investimentos previstos na ordem de R\$155 milhões. A entrada em operação comercial da usina está prevista para maio e de 2013.

Principais Condições do Negócio:

O contrato firmado entre a CPFL Renováveis e a UTE Coopcana prevê que todo o CAPEX será realizado pela CPFL Renováveis. Não haverá pagamento pelo bagaço, e a operação e manutenção ficarão a cargo do usineiro, pelo qual o mesmo será remunerado em R\$12,83 / MWh (data base Junho-2011). Por fim, do total de energia gerada pela UTE Coopcana, 14,6MW médios serão consumidos pela UTE Coopcana, sem custo, e 18,0 MW médios serão exportados. Fica a encargo da CPFL Renováveis obter ata autorizativa junto a ANEEL e licenças ambientais necessárias.

Sociedades Envolvidas:

Sócio: CPFL – Energias Renováveis S.A.

Sócio: Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A CPFL Renováveis será detentora de 100% de participação na SPE BIO Coopcana, e terá posse de todos os ativos da termoelétrica por 20 anos. Após este período, a posse dos ativos passará ao usineiro, pelo valor residual dos mesmos.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: PCH Santa Luzia

Evento:

A PCH Santa Luzia (SC – 28,5 MW) foi adquirida pela CPFL Renováveis, conforme comunicado divulgado ao mercado em 17 de agosto de 2011. Em 29 de dezembro de 2011 foi concretizada a transferência de 100% das ações, pertencentes à PST Energias Renováveis e Participações e à Glep Energias Renováveis e Participações S.A., com a aprovação da ANEEL e do BNDES. A PCH Santa Luzia está situada entre os municípios catarinenses de São Domingos e Iguazu tem energia assegurada de 18,4 MW médios. Toda a energia gerada pela PCH Santa Luzia foi vendida por contratos de longo prazo. A unidade entrou em operação em julho de 2011, passando a integrar o portfólio da nossa Companhia.

Principais Condições do Negócio:

Valor: R\$288 milhões sendo: (i) a R\$152 milhões a serem pagos aos vendedores; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R\$136 milhões (para o pagamento aos vendedores foi feito uma captação de 158 milhões com o Santander).

Condições suspensivas: (i) anuência prévia da ANEEL (ii) anuência prévia do BNDES

Sociedades Envolvidas:

Comprador: PCH Holding 2 S.A.

Vendedores: PST Energias Renováveis e Participações e Glep Energias Renováveis e Participações S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Sociedade	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
PCH Santa Luzia	PST	89,75%	CPFL Renováveis	100%
	Glep	10,25%		

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: São Benedito Energias Renováveis S.A. ("São Benedito"); São Domingos Energias Renováveis S.A. ("São Domingos"); Santa Mônica Energias Renováveis S.A. ("Santa Mônica"); Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. ("Santa Úrsula"); Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. ("São Martinho"); e Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. ("Santo Dimas" e em conjunto com São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula e São Martinho, "Complexo São Benedito").

Evento:

Em 8 de agosto de 2011, a ERSA – Energias Renováveis S.A. (antiga denominação da Companhia, "ERSA") celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações do Complexo São Benedito, condicionado à vitórias nos leilões da ANEEL mencionados no contrato. Apesar de não terem sido ganhadoras do leilão, em 11 de setembro de 2011 a ERSA exerceu sua opção de compra das sociedades. Através desta aquisição adquirimos os 6 respectivos parques eólicos de cada companhia localizados no Rio Grande do Norte.

Principais condições do negócio:

O preço total pago pela aquisição das ações foi calculado pelo MW multiplicado pela potência cadastrada na EPE e pago da seguinte maneira: (i) o valor de R\$33,56 milhões, equivalentes ao valor total do caixa da São Domingos, Santa Mônica e Santa Úrsula; (ii) valor de R\$33,56 milhões, equivalentes ao valor total do caixa da São Benedito, São Martinho e Santo Dimas (iii) 90% do valor restante, descontados os itens (i) e (ii) em 60 da do aditivo; e (iv) 10% do valor restante, descontados os itens (i) e (ii) na data em que todas as sociedades adquirirem autorização da ANEEL para início da operação comercial.

Sociedades envolvidas: Complexo São Benedito e ERSA – Energias Renováveis S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A Companhia é a detentora de 100% de participação nas sociedades do Complexo São Benedito.

Contrato importante de venda de energia: Complexo São Benedito

Evento:

Em 19 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis recebeu proposta firme para venda por 20 (vinte) anos no mercado livre de 60,9 MW médios de 4 (quatro) Parques Eólicos situados no Rio Grande do Norte, sobre os quais a CPFL Renováveis possui opção firme e irrevogável de compra de 100% das ações de suas respectivas SPEs, totalizando 116 MW de potência instalada.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A. e CPFL – Comercialização Brasil S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: Jantus SL

Evento:

Em 19 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. (SIIF) e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com suas respectivas subsidiárias, com um total de 4 (quatro) Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados ("Empreendimentos SIIF").

Principais condições do negócio:

O preço de aquisição das quotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, compreende (i) o valor de R\$823,3 milhões, desembolsados da seguinte forma (a) R\$468,9 milhões pagos à vista por nós SIIF e a SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. em 19 de dezembro de 2011, e (b) o equivalente em Euros à R\$354,4 milhões contribuídos por nós ao capital da Jantus S.L. para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R\$675,4 milhões.

O Contrato de Compra e Venda de Energia – CT. PROINFA relativo ao Parque Eólico localizado no Estado do Rio de Janeiro, com capacidade instalada potencial de 135 MW ("Quintanilha Machado"), celebrado entre Eletrobrás e SIIF foi rescindido amigavelmente e sem encargos para as partes, através do Termo de Distrato do Contrato de Compra e Venda de Energia – CT. PROINFA celebrado em 01 de dezembro de 2011. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar a reorganização societária na Jantus SL, nem de efetuar o pagamento do preço de R\$70 milhões estabelecido para a aquisição do empreendimento em questão, conforme divulgado no Fato Relevante emitido pela CPFL Energia em 07 de abril de 2011.

Sociedades Envolvidas

CPFL Energias Renováveis S.A., CPFL Energia S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A., Jantus SL, SIIF Énergies do Brasil Ltda. e SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com suas respectivas subsidiárias.

Nesta operação a CPFL Brasil realizou aportes de capital na Companhia no valor de R\$820,8 milhões, de forma que CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Brasil passaram a deter, em conjunto, 63,0% da Companhia.

Quadro Societário

Sociedades	Antes		Depois	
	Ações	%	Ações	%
CPFL Geração	731.564.653	43,65	731.564.653	35,49%
CPFL Brasil.....	181.910.646	10,85	567.179.333	27,51%
Secor	190.413.272	11,36	190.413.272	9,24%
Pátria Energia FIP.....	165.362.205	9,87	165.362.205	8,02%
FIP Pátria.....	29.042.714	1,73	29.042.714	1,41%
FIP Brasil Energia.....	157.196.439	9,38	157.196.439	7,63%
Bradesco BBI FIP	102.872.952	6,14	102.872.952	4,99%
DEG	51.025.261	3,04	51.025.261	2,48%
GMR Energia	46.051.800	2,75	46.051.800	2,24%
Roberto Sahade.....	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Marcelo Sahade.....	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Guilherme Sahade.....	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Administradores.....	–	–	–	–
Total	1.676.101.458	100	2.061.370.145	100

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Eventos societários em 2012.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Atlântica S.A.)

Evento:

Em 12 de janeiro de 2012, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Ações, cujo objeto foi a aquisição pela Companhia da totalidade das ações de emissão das sociedades ATLÂNTICA I PARQUE EÓLICO S.A., ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A., ATLÂNTICA IV PARQUE EÓLICO S.A. e ATLÂNTICA V PARQUE EÓLICO S.A. ("Sociedades"). As Sociedades são detentoras de autorização, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, para geração de energia elétrica de fonte eólica sob o regime de produção independente, mediante a implantação de seus respectivos parques eólicos.

Principais condições do negócio:

A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme comunicado ao mercado realizado em 26 de março de 2012.

O preço total de aquisição foi de R\$24 milhões pagos à vista aos vendedores.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A., Cobra Instalaciones Y Servicios S.A., Barra do Peixe Montagens e Serviços Ltda., Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (BVP)

Evento:

Em 24 de fevereiro de 2012, assinamos um contrato para adquirir, através de uma controlada (PCH Participações S.A.) 100% das ações da BVP S.A. ("BVP"). A BVP controla a Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Bons Ventos") que detém quatro Parques Eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW, fator de capacidade médio de cerca de 40% e contratos de venda de energia de 20 (vinte) anos com a Eletrobrás incluídos no PROINFA.

Principais condições do negócio:

O preço total da aquisição é de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 a ser pago aos vendedores; (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R\$439.191; (iii) R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia; e (iv) o valor de R\$83.428 que, conforme cláusula contratual, será pago aos vendedores após a conclusão da auditoria do balanço de ajuste. A transferência do controle dos parques da Bons Ventos para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado no dia 19 de junho de 2012.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A., FIP Brasil Energia, Servtec Investimentos e Participações Ltda. e Fundo de Investimento em Participações Progresso.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Usina Ester)

Evento:

Em 9 de março de 2012, celebramos com terceiros contrato de aquisição de ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, que detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a energia proveniente da biomassa produzida pela moagem de cana-de-açúcar e com capacidade instalada de 40,0 MW. Os ativos de co-geração localizam-se no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, e estão em operação comercial plena. A incorporação dos ativos de cogeração da SPE Lacenas Participações Ltda foi finalizada conforme comunicado ao mercado publicado em 18 de outubro de 2012.

Principais condições do negócio:

O valor da aquisição totaliza R\$111,5 milhões, que compreende, na data de assinatura do contrato, (i) a R\$55,2 milhões pagos aos vendedores; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R\$56,3 milhões.

A operação prevê ainda que realizaremos investimentos para aumentar a eficiência da produção e co-geração da usina, aumentando o volume de energia exportável de 11 MW médios em 2012 para até 16,3 MW médios em 2016.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A, Usina Açucareira Ester S.A. e Lacenas Participações Ltda.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Eventos Societários em 2013

Incorporação da Jantus

Evento:

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da LSA e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L. detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus S.L. foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Sociedades envolvidas:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Jantus S.L.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma companhia cujo objeto social é o investimento em sociedades de produção independente de energia renovável, de baixo impacto ambiental e social, com foco exclusivo no mercado brasileiro, tais como PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica. Possuímos larga experiência no desenvolvimento, aquisição, construção e operação de usinas de geração de energia a partir de fontes renováveis.

Como resultado da implementação da associação entre a CPFL Energia, através de suas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A., em agosto de 2011, nos tornamos o maior grupo de geração de energias renováveis do Brasil em termos de capacidade em operação e construção, com presença marcante nas 3 (três) principais fontes de energia renovável desenvolvidas atualmente no país (PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa) com base na capacidade instalada em operação e construção, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Nossos empreendimentos estão presentes em 8 (oito) estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

Em 31 de março de 2013, nosso portfólio de projetos totalizava 1.153 MW de capacidade instalada em operação e 582 MW de capacidade em construção, sendo composto de 35 (trinta e cinco) PCHs em operação (327 MW), 15 (quinze) Parques Eólicos em operação (555 MW) e 18 (dezoito) Parques Eólicos em construção (482 MW), 6 (seis) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em operação (270 MW) e 2 (duas) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção (100 MW), e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica em operação (1 MW).

Adicionalmente, possuíamos em 31 de março de 2013 projetos em desenvolvimento de PCHs e Parques Eólicos perfazendo um portfólio total de 3.818 MW.

A tabela abaixo ilustra nosso portfólio geral de ativos em operação, construção e desenvolvimento, e sua capacidade instalada, em 31 de março de 2013 (em MW):

	PCH	Eólica*	Biomassa	Solar	Total
Operação	327	555	270	1	1.153
Construção.....	–	482	100	–	582
Desenvolvimento	626	3.192	–	–	3.818
Total	953	4.229	370	1	5.553

* Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW. Tais parques estão aptos para gerar energia, e tem direito a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda o término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada) para o início efetivo das operações.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo contém uma descrição detalhada das principais características dos nossos projetos em operação e construção, em 31 de março de 2013:

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado		Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)
										ACR/ACR/Ponilha				
Americana	PCH	Operação	SP	Americana	30,00	1949	8,10	8,10	184,93	ACL		8	jan-13	30
Buritis	PCH	Operação	SP	Buritis	0,80	1922	0,35	0,35	184,93	ACL		8	jan-13	30
Capão Preto	PCH	Operação	SP	São Carlos	4,30	1911	2,28	2,28	184,93	ACL		8	jan-13	30
Chibarro	PCH	Operação	SP	Araquara	2,60	1912	1,69	1,69	184,93	ACL		8	jan-13	30
Dourados	PCH	Operação	SP	Nupuranga	10,80	1926	6,99	6,99	184,93	ACL		8	jan-13	30
Eloy Chaves	PCH	Operação	SP	Espirito Santo do Pinhal	18,80	1954	11,59	11,59	184,93	ACL		8	jan-13	30
Esmeril	PCH	Operação	SP	Patrocínio Paulista	5,00	1912	2,88	2,88	184,93	ACL		8	jan-13	30
Gavião Peixoto	PCH	Operação	SP	Gavião Peixoto	4,80	1913	3,82	3,82	184,93	ACL		8	jan-13	30
Jaguari	PCH	Operação	SP	Pedreira	11,80	1917	4,50	4,50	184,93	ACL		8	jan-13	30
Lençóis	PCH	Operação	SP	Mocatuba	1,70	1917	1,04	1,04	184,93	ACL		8	jan-13	30
Monjolinho	PCH	Operação	SP	São Carlos	0,60	1909	0,11	0,39	156,30	ACL		18	jan-03	30
Pinhal	PCH	Operação	SP	Espirito Santo do Pinhal	6,80	1928	3,70	3,70	184,93	ACL		8	jan-13	30
Salto Grande	PCH	Operação	SP	Campinas	4,60	1912	2,58	2,58	184,93	ACL		8	jan-13	30
Santana	PCH	Operação	SP	São Carlos	4,30	1951	2,61	2,61	184,93	ACL		8	jan-13	30
São Joaquim	PCH	Operação	SP	Guara	8,10	1911	5,07	5,07	184,93	ACL		8	jan-13	30
Socorro	PCH	Operação	SP	Socorro	1,00	1909	0,31	0,31	184,93	ACL		8	jan-13	30
Três Saltos	PCH	Operação	SP	Torrinha	0,60	1928	0,54	0,54	184,93	ACL		8	jan-13	30
PCHs - Início de Operação anterior a 2007	PCH	Operação			116,60	em operação	58,16	58,44	164,29	ACL		8,1	-	30
Alto Irani	PCH	Operação	SC	Arvoredo	21,00	2008	13,70	13,53	189,82	(Proinfa)		20	out-08	30
Arvoredo	PCH	Operação	SC	Arvoredo e Xanxerê	13,00	2010	7,77	7,00	176,61	ACR		30	jan-10	30
Barra da Padência	PCH	Operação	MG	Apuena e Gonzaga	23,00	2011	14,89	14,30	188,94	ACL		15	jan-10	30
Cocais Grande	PCH	Operação	MG	Antonio Dias	10,00	2009	5,12	5,16	189,82	(Proinfa)		20	jun-09	30
Corrente Grande	PCH	Operação	MG	Apuena e Gonzaga	14,00	2011	8,53	7,90	188,94	ACL		15	jan-10	30
Ninho da Águia	PCH	Operação	MG	Delfim Moreira	10,00	2011	6,50	5,75	188,94	ACL		15	jan-10	30
Palói	PCH	Operação	MG	Frei Inocêncio e Mathias Lobato	20,00	2010	11,02	10,90	188,94	ACL		15	jan-10	30
Plano Alto	PCH	Operação	SC	Xavantina	16,00	2008	10,27	10,20	189,82	(Proinfa)		20	fev-08	30
São Gonçalo	PCH	Operação	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	11,00	2010	7,60	6,45	188,94	ACL		15	jan-10	30
Varginha	PCH	Operação	MG	Chalé e São José do Mantimento	9,00	2010	5,39	4,00	176,61	ACR		30	jan-10	30
Várzea Alegre	PCH	Operação	MG	Conceição de Ipanema	7,50	2011	4,88	4,30	188,94	ACL		15	jan-10	30
11 PCHs ERS	PCH	Operação			154,50	em operação	95,67	89,49	187,71	Diversos		18,5	-	30
Andorinhas (5)	PCH	Operação	RS	Bozano	0,50	1940	0,42	0,42	190,76	ACL		9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Diamante	PCH	Operação	MT	Nortelândia	4,20	2005	1,60	1,60	177,16	ACL		9	jan-11	30
Guaporé	PCH	Operação	RS	Guaporé	0,70	1950	0,56	0,56	190,76	ACL		9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Pirapó (5)	PCH	Operação	RS	Roque Gonzales	0,80	1952	0,58	0,58	190,76	ACL		9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Salitrimo (5)	PCH	Operação	RS	Muitos Capões	0,80	1950	0,73	0,73	190,76	ACL		9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
CPFLSUL CENTRAIS	PCH	Operação			7,00	em operação	3,89	3,89	185,17	ACL		9,3	-	30
PCH Santa Luzia (LFA)	PCH	Operação	SC	São Domingos e Ipuacu	22,20	2010	18,42	14,00	176,61	ACR		30	jan-10	35
PCH Santa Luzia (Mercado Livre)	PCH	Operação	SC		6,30	2010	-	4,00	202,76	ACL		12	jan-10	35
Salto Góes	PCH	Construção	SC	Tangará	20,00	2012	11,10	11,10	166,31	ACR		30	jan-13	30
PCHs - Início de Operação posterior a 2007	PCH	Operação			210,00	em operação	129,08	122,48	184,91	Diversos		20,32	-	30

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado		Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)
										ACL/ACR/Profiña	Profiña			
Baía Formosa (LEN)	BIO	Operação	RN	Baía Formosa	27,40	2011	11,00	11,00	195,46	ACR	15	jan-11	30	
Baía Formosa (Mercado Livre) (6)		Operação	RN	Baía Formosa	12,60	2011	-	5,03	162,77	ACL	18	out-11	30	
UTE Baía Formosa	BIO	Operação			40,00	em operação	11,00	16,03	185,20	Diversos	15,94	-	30	
UTE Pedra	BIO	Operação	SP	Serrana	70,00	2012	24,40	24,40	160,79	ACR	15	mar-12	35	
UTE Buriti	BIO	Operação	SP	Buriti	50,00	2011	21,02	21,02	185,33	ACL	20	jun-11	30	
UTE Ipê	BIO	Operação	SP	Nova Independência	25,00	2012	8,19	8,19	185,83	ACL	20	jun-11	30	
UTE Complexo Pedra	BIO	Operação			145,00	em operação	53,61	53,61	174,24	Diversos	17,72	-	32	
Baldim	BIO	Operação	SP	Pirassununga	45,00	2010	12,80	10,32	186,16	ACL	26	jan-10	30	
Bio Ester ACR	BIO	Operação	SP	Cosmópolis	40,00	2010	10,20	7,00	195,47	ACR	15	jan-10	30	
Bio Ester ACL (7)	BIO	Operação	SP	Cosmópolis	-	2010	-	3,20	118,54	ACL	1	jan-13	30	
Total BIO em Operação	BIO	Operação			270,00	em operação	87,61	90,16	177,22	Diversos	17,55	-	31	
Foz do Rio Chorró	EOL	Operação	CE	Beberibe	25,20	2009	7,37	7,37	338,12	(Profiña)	20	jun-09	30	
Paracuru	EOL	Operação	CE	Paracuru	25,20	2008	12,58	11,78	285,63	(Profiña)	20	nov-08	30	
EOLs SIF I (8)	EOL	Operação			50,40	em operação	19,95	19,15	305,83	(Profiña)	20	-	30	
Icaraizinho	EOL	Operação	CE	Amontada	54,60	2009	22,08	21,51	289,86	(Profiña)	20	out-09	30	
Praia Formosa	EOL	Operação	CE	Canoicim	105,00	2009	28,33	28,09	327,80	(Profiña)	20	ago-09	30	
EOLs SIF II (8)	EOL	Operação			159,60	em operação	50,41	49,60	311,35	(Profiña)	20	-	30	
Complexo Bons Ventos	EOL	Operação	CE	Taliba/Aracati	16,80	2008	6,71	6,58	294,01		20	nov-08	30	
	EOL	Operação	CE	Taliba/Aracati	58,80	2010	24,08	22,93	294,91		20	jan-10	30	
	EOL	Operação	CE	Taliba/Aracati	50,40	2010	16,37	15,94	322,62		20	fev-10	30	
	EOL	Operação	CE	Taliba/Aracati	31,50	2010	10,23	9,97	331,19		20	mar-10	30	
Complexo Bons Ventos (8)	EOL	Operação			157,50	em operação	57,39	55,42	309,30	(Profiña)	20	-	30	
Santa Clara I					30,00	2012	13,71	13,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Santa Clara II					30,00	2012	12,76	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Santa Clara III					30,00	2012	12,51	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Santa Clara IV					30,00	2012	12,31	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Santa Clara V					30,00	2012	12,41	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Santa Clara VI					30,00	2012	12,29	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
Eurus VI					8,00	2012	3,16	3,00	187,79	ACR	20	jul-12	35	
EOL Complexo Santa Clara	EOL	Operação			188,00	em operação	79,15	76,00	187,79	ACR	20	-	35	
Total EOL em Operação	EOL	Operação			555,50	em operação	206,90	200,17	263,34	Diversos	20,00	-	32	

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (t)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado		Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Conexões/Autorização (anos) (4)
										ACL/ACR/Preleta	ACL			
Solar Tanquinho	Solar	Operação	SP	Campinas	1,05	2012	0,20	0,19	172,72	ACL	24,00	jan-13	-	
Total Solar em Operação	Solar	Operação			1,05	em operação	0,20							
Costa Branca	EOL	Construção	RN	João Câmara	20,70	3º TRI 2013	9,80	9,80	149,61	ACR	20	set-13	35	
Juremas	EOL	Construção	RN	João Câmara	16,10	3º TRI 2013	7,60	7,50	156,01	ACR	20	set-13	35	
Méscas	EOL	Construção	RN	João Câmara	20,70	3º TRI 2013	9,80	9,70	156,01	ACR	20	set-13	35	
Pedra Preta	EOL	Construção	RN	João Câmara	20,70	3º TRI 2013	10,30	10,10	149,61	ACR	20	set-13	35	
EOL Méscas I (17)	EOL	Construção			78,20	3º TRI 2013	37,50	37,10	152,58	ACR	20	set-13	35	
Campo dos Ventos II	EOL	Construção	RN	João Câmara	30,00	3º TRI 2013	15,00	14,00	142,47	ACR	20	set-13	35	
EOL Campo dos Ventos II	EOL	Construção			30,00	3º TRI 2013	15,00	14,00	142,47	ACR	20	set-13	35	
Atlântica I	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,10	13,10	154,85	ACR	20	jul-13	35	
Atlântica II	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	12,90	12,90	154,85	ACR	20	jul-13	35	
Atlântica IV	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,00	13,00	154,85	ACR	20	jul-13	35	
Atlântica V	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,70	13,70	154,85	ACR	20	jul-13	35	
EOL Complexo Atlântica (17)	EOL	Construção			120,00	3º TRI 2013	52,70	52,70	154,85	ACR	20	jul-13	35	
Campo dos Ventos I	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	13,60	12,85	146,12	ACL	19	jan-15	30	
Campo dos Ventos III	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	13,40	12,62	146,12	ACL	19	jan-15	30	
Campo dos Ventos V	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	13,25	12,52	146,12	ACL	19	jan-15	30	
EOL Complexo Campo dos Ventos (9)(18)	EOL	Construção			84,00	3º TRI 2016	40,25	37,99	146,12	ACL	19	jan-15	30	
Ventos de Santa Mônica	EOL	Construção	RN	João Câmara	30,00	3º TRI 2016	14,86	14,80	124,60	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
Ventos de Santa Ursula	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	14,60	14,54	124,60	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
Ventos de São Domingos	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	14,08	13,31	146,12	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
Ventos de São Martinho	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	14,09	13,31	146,12	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
Ventos de São Benedito	EOL	Construção	RN	João Câmara	28,00	3º TRI 2016	14,76	14,71	124,60	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
Ventos de São Dimas	EOL	Construção	RN	João Câmara	30,00	3º TRI 2016	16,61	16,55	124,60	ACL	19	jul-15	Em obtenção	
EOL Complexo Campo Sul e Norte (18)	EOL	Construção			172,00	3º TRI 2016	89,00	87,22	131,17	ACL	19,0			
Total EOLs em Construção (10)	EOL	Construção			482,20		234,45	229,01	143,26	Diversos	19,45			
BIO Alvorada	Bio	Construção	MG	Araporã	50,00	2º TRI 2013	15,03	18,03	142,88	ACL	20	mar-13	30	
BIO Alvorada	Bio	Construção	PR	São Carlos do Ivaí	50,00	2º TRI 2013	15,04	18,04	142,88	ACL	21	jan-00	-	
BIO Coopcana	Bio	Construção												
BIO Coopcana	Bio	Construção												
Total BÍOs em Construção (10)	Bio	Construção			100,00	2º TRI 2013	36,07	36,07	142,88	ACL	20,50			

Notas:

- (1) No caso dos projetos em construção, foi considerado o trimestre no qual estima-se o início das operações de cada projeto;
- (2) Garantia física estimada para os projetos de Complexo Campo dos Ventos, Complexo São Benedito, BIO Burti, BIO Ipê, BIO Alvorada e BIO Coopcana. Para Bons Ventos e SIF foi adotada a Energia de Referência;
- (3) Prazo médio de PPA é ponderado pela energia contratada dos projetos;
- (4) Prazo total concedido a partir da outorga original, que pode ser consultada na sessão Itens Gerais das demonstrações financeiras da Companhia;
- (5) PC-Hs Andorinhas, Pirapó e Salitinho possuem Registro na ANEEL, regime para o qual não há prazo de autorização;
- (6) A usina BIO Formosa possui Garantia Física atual de 11,0 MWh, mas é projetado aumento de 5,03 MWh nos próximos anos, para o qual já há contrato de PPA assinado, condicionado à aprovação pela ANEEL da alteração da Garantia Física;
- (7) BIO Ester possui contrato de PPA com início em jan-2013 com energia contratada inicial de 3,20 MWh e previsão de aumento escalonado até 9,44 MWh em 2019, e valor de R\$112 (data base mar-2013);
- (8) Para os Complexos SIF I, II e Bons Ventos os contratos prevêm ajuste referente a diferença entre geração efetiva e energia contratada, ou seja, montantes de energia gerados acima do previsto no contrato serão remunerados pelo valor do PPA;
- (9) O contrato de PPA de Complexo Campo dos Ventos prevê energia contratada de jan-2014 a jun-2014 de 39,00 MWh, e a partir de jul-2014 de 64,60 MWh;
- (10) Para projetos em construção, nos quais ainda não há faturamento, o valor do PPA foi calculado atualizado da data-base pela inflação; e
- (11) O CAPEX executado dos projetos que já possuem financiamento é afetado pela capitalização dos juros durante o período de construção.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo apresenta o detalhamento do estágio de cada um dos nossos projetos em desenvolvimento, incluindo, sobre nossos projetos de PCHs, informações sobre os estudos de inventário, projeto básico e de viabilidade, licenças ambientais e outorga da ANEEL, e sobre nossos projetos de Parques Eólicos, informações sobre as medições de vento, aspecto fundiário, certificações e licenças ambientais, em 31 de março de 2013.

Projeto	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Prazo PPA (anos) (3)	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)	Capex executado R\$ MM (11)	Capex à ser executado R\$ MM	Saldo da dívida R\$ MM 31/03/2013 (12)	Dívida à ser captada R\$ MM (13)	Custo médio da dívida Contratada (14) (15)	Vencimento Final da dívida (15) (16)
Projetos em operação													
PCHs - Início de Operação anterior a 2007	116,60	em operação	58,2	58,4	184,74	8	30	Em operação	-	4	-	8,4%	1,3
PCHs - Início de Operação posterior a 2007 (5)	210,00	em operação	129,1	122,5	184,91	20	30	Em operação	-	803	15	10,7%	15,1
Total BIO em Operação (6)	270,00	em operação	87,6	90,2	177,22	18	31	Em operação	-	477	3	6,1%	9,5
Total EOL em Operação (6)	555,50	em operação	206,9	200,2	263,34	20	32	Em operação	-	2.614	1	7,8%	12,9
Total Solar em Operação	1,05	em operação	0,2	-	-	-	-	Em operação	-	-	2	-	-
Projetos em construção													
Total EOLs em Construção (10)	482,20	-	234,5	229,0	143,26	19,45	-	560,15	1.655,98	351	1.630	6,6%	0,5
Total BIOs em Construção (10)	100,00	2º TRI 2013	36,1	36,1	142,88	20,50	-	240,43	68,06	99	111	4,3%	12,7

Notas:

- (1) No caso dos projetos em construção, foi considerado o trimestre no qual estima-se o início das operações de cada projeto;
- (2) Garantia física estimada para os projetos de Complexo Campo dos Ventos, Complexo São Benedito, BIO Burti, BIO Ipê, BIO Alvorada e BIO Coopcana. Para Bons Ventos e SIF foi adotada a Energia de Referência;
- (3) Prazo médio de PPA é ponderado pela energia contratada dos projetos;
- (4) Prazo total concedido a partir da outorga original, que pode ser consultada na sessão Itens gerais das demonstrações financeiras da Companhia;
- (5) PCHs Andorinhas, Pirapó e Saltinho possuem Registro na ANEEL, regime para o qual não há prazo de autorização;
- (6) A usina BIO Formosa possui Garantia Física atual de 11,0 MWm, mas é projetado aumento de 5,03 MWm nos próximos anos, para o qual já há contrato de PPA assinado, condicionado à aprovação pela ANEEL da alteração da Garantia Física;
- (7) BIO Ester possui contrato de PPA com início em jan-2013 com energia contratada inicial de 3,20 MWm e previsão de aumento escalonado até 9,44 MWm em 2019, e valor de R\$112 (data base mar-2013);
- (8) Para os Complexos SIF I, II e Bons Ventos os contratos preveem ajuste referente a diferença entre geração efetiva e energia contratada, ou seja, montantes de energia gerados acima do previsto no contrato serão remunerados pelo valor do PPA;
- (9) O contrato de PPA de Complexo Campo dos Ventos prevê energia contratada de jan-2014 a jun-2014 de 39,00MWm, e a partir de jul-2014 64,60MWm;
- (10) Para projetos em construção, nos quais ainda não há faturamento, o valor do PPA foi calculado atualizado da data-base pela inflação;
- (11) O CAPEX executado dos projetos que já possuem financiamento é afetado pela capitalização dos juros durante o período de construção;
- (12) O saldo da dívida apresentado não considera qualquer amortização de custos de emissão;
- (13) O montante de financiamento a ser captado pelos projetos em construção sem dívida contratada considera que a companhia irá obter uma alavancagem de 70% para PCHs e 75% para projetos eólicos e de biomassa;
- (14) Para cálculo do custo médio dos financiamentos foram consideradas os seguintes indicadores: TJLP @ 5,0%, CDI @ 7,25% e IGP-M @ 7,82% (acumulado nos últimos 12 meses - mar/13);
- (15) A Companhia estima que novas contratações para o financiamento de projetos junto ao BNDES serão realizadas com o custo médio de TJLP + 2% a.a. e prazo total de 16 anos;
- (16) O prazo da dívida demonstra o período remanescente para que ocorra o pagamento da última parcela;
- (17) Valores de Dívida a ser captada incluem empréstimos ponte; e
- (18) Valores de CAPEX realizado não incluem a compra da Autorização.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo apresenta o detalhamento do estágio de cada um dos nossos projetos em desenvolvimento, incluindo, sobre nossos projetos de PCHs, informações sobre os estudos de inventário, projeto básico e de viabilidade, licenças ambientais e outorga da ANEEL, e sobre nossos projetos de Parques Eólicos, informações sobre as medições de vento, aspecto fundiário, certificações e licenças ambientais, em 31 de março de 2013.

Projeto	Capacidade (MW)	Estudo Preliminar			Projeto-base			Meio Ambiente			ANEEL		
		Registro Ativo	Estudos Conclusórios	Aceleração Técnica	Estudo Aprovado	Registro Ativo	Estudos Conclusórios	Aceleração Técnica	Estudo Aprovado	Estudos Conclusórios		LP	LI
PCH Boa Vista II	28	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
PCH Cachoeira Grande ⁽¹⁾	16	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Santa Cruz ⁽¹⁾	13	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Subtotal	57												
PCH Aluruoca ⁽²⁾	18	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Bom Retiro	29	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCHs Águas de Chapecó	21	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Porto Ferreira	20	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Subtotal	88												
PCH Fox do Xaxim	11	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
AHE Ivai	75	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Ivai	28	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCHs Ijuí - Ijuizinho	26	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
AHE Rio das Antas	78	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Rio Piracanjuba	11	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Rio Turvo	16	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
AHE Rio das Cinzas	85	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
AHE Rio Dos Bois	62	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Penedo	17	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Nova União	28	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
PCH Saudade	46	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Subtotal	482												
Total	626												

Notas:

⁽¹⁾ PCHs com LI e Outorgas em processo de revisão.

⁽²⁾ PCH com Outorgas em processo de revisão.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Capacidade (MW)	Medição do Vento			Terra			Certificações			Meio-Ambiente		
		Torre	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Arrendamento	Averb. Contrato	Averb. Georef.	Instalação da Torre	Dados Edificos	Produção	Estudos Conclusórios	LP
EOL Gameleira	85	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Curral Velho	84	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Pontal das Falésias	22	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Praia de Bitupitá	70	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Royale	30	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Royale Expansão	136	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Macacos II	44	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Subtotal	470												
EOL Pedra Cheirosa	50	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Pé da Serra	234	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Serra do Angelim	202	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Serra do Cabral	90	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Viçosa do Ceará	96	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Tapuia	106	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Saloá	94	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Serra das Vacas	117	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Subtotal	989												
EOL Serra dos Ventos	159	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Lagoas de Saloá	76	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Bom Conselho	223	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Ventania	117	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Serra Grande	106	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Rodoleiro	104	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Olho D'Água	145	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Farroupilha	37	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Taipa	104	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Sacatruz	44	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL São Nicolau	104	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Palmeiras	44	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Cerquinha	60	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Tarumã	145	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Canguçu	115	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EOL Dourados	152	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Subtotal	1.732												
Total	3.192												

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente, 76 de nossos projetos, representando 1.735 MW de Capacidade Instalada, possuem energia contratada e a previsão para entrada em fase de operação em sua totalidade é até 2016, o que nos assegura alta previsibilidade de geração de caixa.

Acreditamos estar bem posicionados para continuar aproveitando as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis, além de crermos que nossa capacidade para aquisições de ativos e projetos de qualidade e nosso portfólio robusto de projetos em desenvolvimento irá suportar nosso crescimento rentável.

Possuímos uma equipe composta por 326 colaboradores, com larga experiência na otimização de projetos de engenharia e condução de processos de licenciamento ambiental, bem como na contratação e gestão de contratos de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos de geração de energia.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Nossa receita operacional é proveniente da atividade de venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis pelas nossas controladas.

Em 31 de março de 2013 tínhamos uma capacidade instalada de geração de energia em operação de 1.153 MW. Em 2012, alcançamos uma energia anual contratada de 482 MW de energia elétrica e tivemos 442 MW de garantia física (quantidade de energia representativa de nossa produção média de longo prazo, conforme estabelecido pela ANEEL).

b. receita proveniente do Segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Nossa receita operacional consolidada, proveniente da venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, está apresentada no quadro abaixo:

Período	1ºT 2013	2012	2011
	(em milhões de reais R\$)		
Receita Operacional Líquida do Período/Exercício.....	229,0	806,4	171,9

No período de três meses findos em 31 de março de 2013 a receita está segregada de forma equilibrada entre as nossas três fontes de atuação, sendo: 41% em PCH, 50% em Parques Eólicos, 8% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 5% na CPFL Renováveis em função de ser a representante perante à CCEE de determinadas controladas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso resultado líquido consolidado, tendo sua receita operacional proveniente da venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, está apresentado no quadro abaixo:

Período	1ºT 2013	2012	2011
	(em milhões de reais R\$)		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período/Exercício.....	(15,2)	8,3	70,9

Apresentamos nossas demonstrações financeiras considerando somente o segmento operacional de geração e comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, eólica, PCHs e solar).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Atualmente, operamos com capacidade instalada de 1.153 MW e possuíamos um portfólio de ativos em construção com capacidade instalada de 582 MW, além de um portfólio de projetos em desenvolvimento de 3.818 MW. Nossa atuação abrange desde o desenvolvimento de projetos até a construção e operação de PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica.

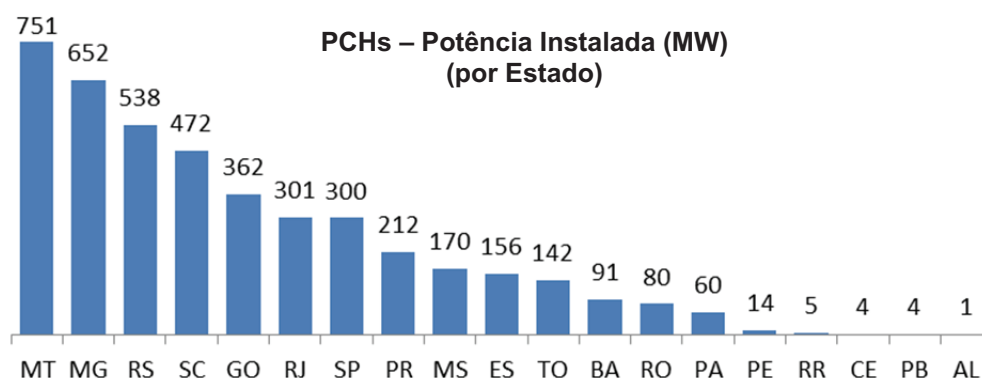
As características de cada fonte de geração de energia renovável que utilizamos estão listadas a seguir:

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

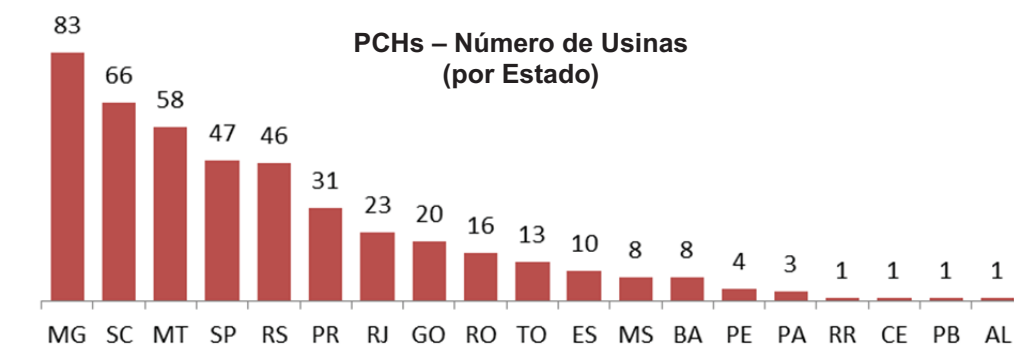
PCHs são usinas hidrelétricas de pequeno porte cuja capacidade instalada é superior a 1 MW e inferior a 30 MW e cuja área ocupada por seu reservatório é inferior a 13 Km². O reservatório de uma PCH típica não permite o armazenamento do fluxo da água. Quando não há homogeneização, convencionou-se interpretar que a PCH opera “a fio d'água”. Em PCHs, são comuns as situações em que a vazão disponível é menor do que a capacidade das turbinas, causando ociosidade. Em outras situações, as vazões são maiores do que a capacidade das máquinas, “vertendo” água. Observa-se que, por conta da possibilidade de as PCHs participarem do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a quantidade de energia comercializada pela usina depende somente do seu certificado de garantia física, independentemente, portanto, de sua produção individual de energia. As PCHs são construídas, em sua maioria, em rios de médio porte que possuem desníveis significativos em seu percurso, gerando força hidráulica suficiente para movimentar pequenas turbinas.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e criou mecanismos para o cumprimento destas metas. As PCHs são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), status concedido aos projetos concebidos em países em desenvolvimento e que resultem em redução certificada de emissões (“RCEs”). Para auxiliar no cumprimento de suas metas, os países que tem metas de redução compram créditos de carbono no mercado para auxiliar no cumprimento.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o setor de PCHs no Brasil é composto por 440 usinas, localizadas predominantemente no Sudeste, Sul e Centro-oeste do país, cuja capacidade instalada total corresponde a 4.315 MW.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Parques Eólicos

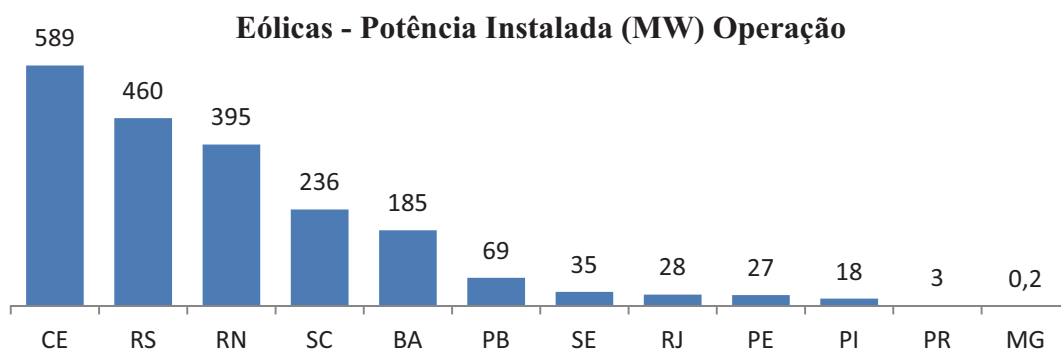
A energia eólica é, basicamente, obtida por meio da energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador.

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de PCHs, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados no local pelos fornecedores. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico é proporcionalmente inferior ao investimento para construção de uma PCH. Por outro lado, a operação pode ser mais complexa e com riscos associados à variabilidade do regime de ventos maiores, em especial no Brasil, onde não há um longo histórico de medição de ventos.

Algumas regiões do Brasil são favorecidas em termos de ventos, por apresentarem alta velocidade média e baixa volatilidade (oscilação da velocidade), gerando maior previsibilidade do volume de energia eólica a ser produzida. A operação de usinas eólicas apresenta complementaridade com a operação das usinas hidrelétricas, visto que a velocidade dos ventos costuma ser maior em períodos de estiagem e, assim, é possível preservar a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas. A operação simultânea de usinas eólicas e PCHs permitiria, portanto, o armazenamento da energia elétrica nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Por fim, estimativas constantes do Atlas do Potencial Eólico de 2001 (último estudo realizado a respeito) apontam para um potencial de energia eólica de 143 GW de capacidade instalada no Brasil, volume significativamente superior à atual potência instalada total no país, de 2,0 GW em 31 de março de 2013, mostrando um alto potencial de crescimento deste segmento no Brasil.

Assim como nas PCHs os Parques Eólicos são elegíveis ao MDL.

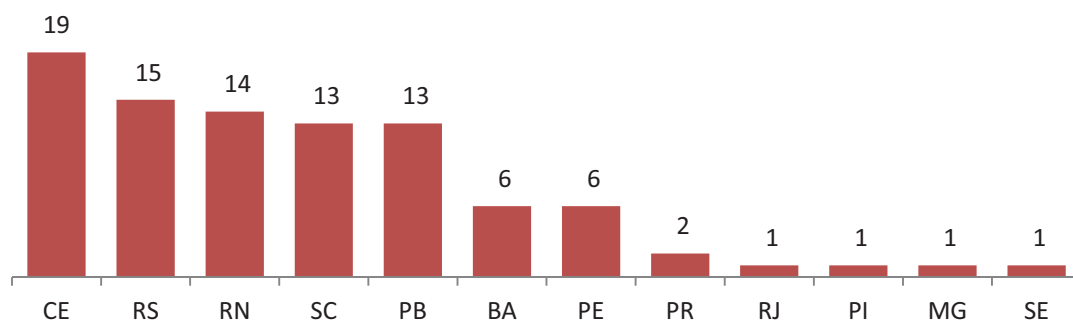
De acordo com a ANEEL, as 92 usinas eólicas em operação em 31 de março de 2013 apresentavam capacidade instalada de 2.045 MW. Além disso, em 31 de março de 2013, o Banco de Informações de Geração (“BIG”) da ANEEL registrava a existência de 86 projetos de energia eólica em construção com potência total de 2.131 MW de capacidade instalada. Outros 200 empreendimentos com potência total de 5.316 MW possuem outorgas, porém sem obras iniciadas.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Eólicas - Número de Parques em operação



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa

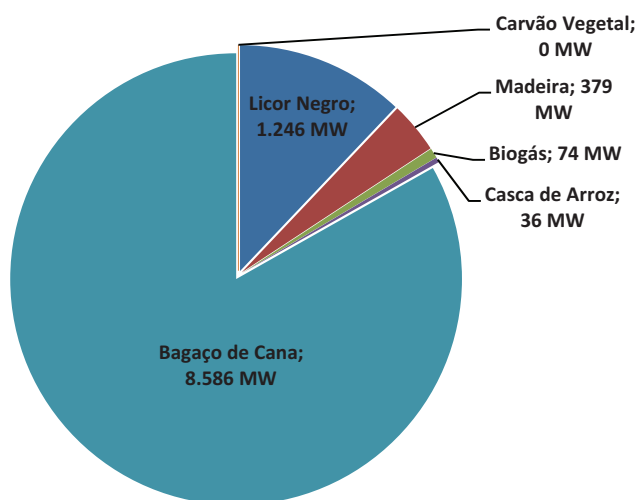
Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são geradoras que utilizam a combustão de material orgânico para produção de energia. Alguns exemplos desse tipo de material orgânico são: bagaço de cana, carvão vegetal, biogás, licor negro, casca de arroz e resíduos de madeira. A geração de energia movida à biomassa é renovável, permitindo o reaproveitamento de resíduos, além de ser menos poluente que outras formas de energia, como aquelas obtidas a partir da utilização de combustíveis fósseis como petróleo e carvão mineral. A construção de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tem prazo mais curto do que as PCHs (entre 1 e 2 anos, em média). O investimento necessário por MW instalado para a construção de uma Usina Termelétrica Movida a Biomassa é proporcionalmente inferior ao investimento para construção de uma PCH. Por outro lado, seu modelo de operação é mais complexo, por envolver a aquisição, logística e operação de material orgânico utilizado para geração de energia. Por esta razão, os custos operacionais de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tendem a ser maiores do que os custos de operação das PCHs.

Apesar da maior complexidade de operação, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa beneficiam-se de: (i) licenciamentos ambientais mais céleres, (ii) combustível abundante no Brasil, podendo vir de subproduto de outras atividades (ex.: resíduos de madeira) e (iii) localização mais próxima aos centros de consumo, reduzindo os custos de transmissão. Em Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, o custo de aquisição e logística do combustível, em comparação com outras usinas térmicas (de fontes não renováveis) é significativamente inferior. Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, embora sejam elegíveis ao MDL, e, portanto, com potencial de geração de créditos de carbono, vem encontrando dificuldades quanto à aprovação dos projetos devido à metodologia aplicada. Alternativamente, a CPFL Renováveis vem buscando desenvolver projetos com foco no mercado voluntário, buscando agregar valor aos empreendimentos.

Segundo a ANEEL, existem atualmente em operação 455 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa totalizando 10.322 MW de capacidade instalada, que são divididas de acordo com o tipo de insumo utilizado no processo de produção de energia. Atualmente as usinas nacionais de bioenergia utilizam seis tipos de biomassa no processo de geração de energia, sendo eles: (i) bagaço de cana-de-açúcar; (ii) biogás; (iii) carvão vegetal; (iv) casca de arroz; (v) licor negro; e (vi) resíduo de madeira.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Matriz da Indústria de Bioenergia Brasileira



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

Usinas Solares Fotovoltaicas

A energia do sol é a fonte indireta de muitos combustíveis, como a própria biomassa. Mas foi na década de 70, marcada pelos choques do petróleo que elevaram de forma acentuada os preços desse combustível, afetando em efeito dominó as economias dos países ao redor do mundo, que as pesquisas com o uso da energia solar para a produção de energia deslancharam. Com os preços do petróleo - que dominava as matrizes energéticas dos países industrializados - subindo sem escalas, era necessário buscar alternativas que reduzissem a dependência desta *commodity*.

O aproveitamento da energia solar para a geração de energia elétrica galgou, nos últimos anos, alguns degraus em seu desenvolvimento no Brasil, com a implementação de projetos de maior porte, com cerca de 1 MW de capacidade. Segundo estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), órgão que responde pelo planejamento do setor elétrico, existem no Brasil cerca de 20 MW de capacidade instalada de geração fotovoltaica, em sua grande maioria distribuída em sistemas isolados e remotos. O número de pedido de registros de usinas fotovoltaicas encaminhados à Aneel até 2012 alcançou 117 projetos, somando 3.128 MW de capacidade, o que revela uma predisposição a uma forte ampliação do parque gerador de geração de energia a partir da radiação solar.

Segundo a ANEEL, existem atualmente em operação 13 usinas solares totalizando 8 MW de capacidade instalada.

b. características do processo de distribuição

Em 31 de março de 2013 os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 40% no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e 60% no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”). Do total de contratos negociados no ACL, 85% foram celebrados com a CPFL Brasil. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Nossa estratégia é manter a exploração das 2 (duas) alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do nosso portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 40% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio de 17 anos e 60% no mercado regulado a um prazo médio de 21 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais participamos, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos 3 (três) anos foram realizados 7 (sete) leilões, totalizando mais de 8,4 GW de capacidade instalada com energia comercializada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em paralelo, buscamos de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda se encontra abaixo de seu potencial e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como, desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. O mercado livre é estimado em 25,2 GW médios, dos quais apenas 14,4 GW médios ou 57,1% foram explorados. Com o auxílio da reconhecida experiência em comercialização do nosso acionista controlador, que atualmente conta com a maior comercializadora do país com 10% da participação de mercado neste setor, pretendemos focar nossa atuação nesse segmento de consumidores.

Para tanto, firmamos com a CPFL Brasil um regulamento sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos tem como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Deveremos manter um volume de 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo realizaremos uma cotação de mercado para 40% da energia dos nossos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, poderemos aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, ficaremos livres para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço.

O mecanismo de montante estabelece que a proposta da CPFL Brasil perde validade caso a CPFL Renováveis não venda energia no leilão organizado pelo governo. Caso a CPFL Renováveis venda energia no leilão, o montante da proposta da CPFL Brasil será ajustado para que represente no máximo 40% do montante total de energia dos projetos. Portanto, o montante da proposta da CPFL Brasil pode ser ajustado para baixo caso o volume comercializado em leilão não atinja 60% do total dos projetos.

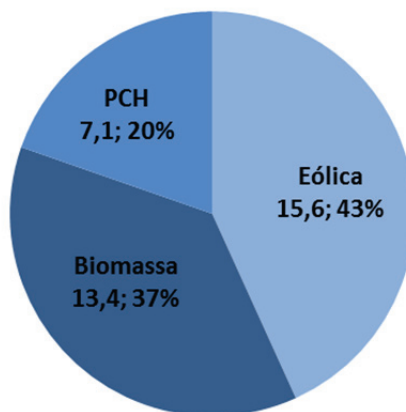
O mecanismo de preço estabelece que caso o preço do leilão seja superior ao da proposta da CPFL Brasil, ficaremos livres para vender até 100% no referido leilão sendo que, neste caso, a CPFL Brasil fará jus a um prêmio pela opção disponibilizada, de 2% (dois por cento) sobre seu preço ofertado. Caso o preço do leilão seja inferior ao da proposta da CPFL Brasil, o preço da proposta da CPFL Brasil será ajustado para refletir a média aritmética entre o nosso preço no leilão e o preço da proposta da CPFL Brasil.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

A matriz energética brasileira é constituída predominantemente de fontes de energia limpa, baseando-se particularmente na geração de energia através de hidrelétricas. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos podemos destacar Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em construção no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto sócio-ambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Atualmente, as fontes de energia usualmente classificadas como renováveis, e conseqüentemente alvo de incentivos do Governo Federal, compreendem as PCHs, os Parques Eólicos, e as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, fontes que aliam insumos renováveis a reduzidos impactos sociais e ambientais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Brasileiro de Energia Renovável – Capacidade Instalada (MW) em 2021.



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia – 2021.

Embora as PCHs estejam presentes no país há mais de um século (a primeira foi instalada em Diamantina, Minas Gerais, no reinado de Dom Pedro II), as duas últimas décadas presenciaram a instalação da grande maioria dos projetos de PCHs atualmente em operação, em especial após a reforma do setor energético brasileiro iniciada em 1995. Com a abertura do mercado à participação de agentes privados, uma grande quantidade de empresas de pequeno e médio porte, muitas de caráter familiar e ligadas a empresas de construção, investiram na construção de PCHs, e, mais recentemente, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Duas iniciativas do governo foram fundamentais para o crescimento e consolidação deste mercado: o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e os Leilões de Fontes Alternativas (“LFAs”).

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores renováveis e a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação no Brasil de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo consequentemente o custo de geração através da fonte eólica, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

Os LFAs foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, em especial o setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo (até 30 anos) com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi criado o Leilão de Energia de Reserva (“LER”). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE.

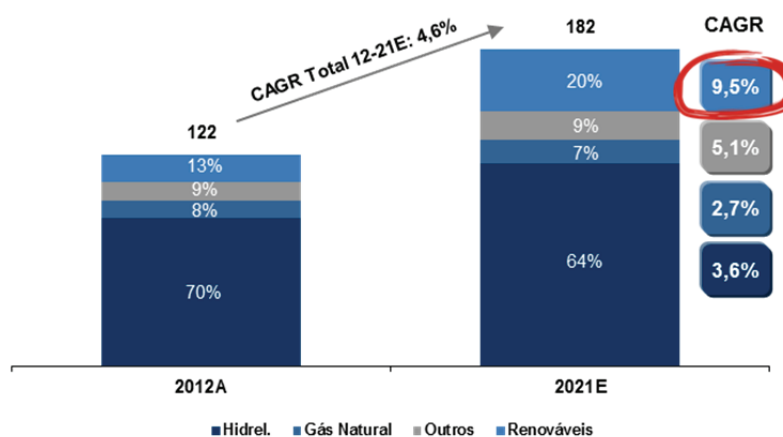
Surgido no contexto no Novo Modelo do Setor Elétrico de 2004, o ACL é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa). Dentre estes incentivos, os principais são:

- Empreendimentos recebem autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de licitação para venda de energia no ACL (ex: os projetos não são leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores;
- “Reserva de Mercado”: consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”), Uso do Bem Público (“UBP”) e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES;

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa representavam 2,85% da matriz ou 2.801 MW, em comparação com 9,5% ou 10.928 MW registrado em 2011 (crescimento de 290% nos últimos 4 anos). Este ritmo de crescimento deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje 59 PCHs, 59 parques eólicos e 26 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção. Quando concluídas, estas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro capacidades instaladas de 717 MW, 1.507MW e 1.026 MW, respectivamente. De acordo com o Plano Decenal de Expansão (2021) da Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), estas fontes passarão a representar 19,8% da capacidade instalada do Brasil até 2021, em comparação com o valor atual de 13,1%.



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia – 2021.

O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

i) Participação em cada um dos mercados

Em 31 de março de 2013 os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 40% no ACL e 60% no ACR. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii) Condições de competição nos mercados

Enfrentamos concorrência em duas diferentes esferas de nossa atuação: (i) a concorrência na obtenção de contratos de venda de energia (PPAs) e (ii) a concorrência na prospecção e/ou aquisição de projetos para investimentos.

A comercialização de energia elétrica no ACR dá-se por meio de leilões públicos. Neste sentido, concorreremos com todas as demais geradoras qualificadas para cada leilão, inclusive, em determinados casos, grandes hidrelétricas. Já no ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. A competição, neste caso, é exercida entre as geradoras, os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia elétrica no mercado livre e os comercializadores de energia elétrica. Para Consumidores Livres com consumo entre 0,5 MW e 3 MW, as nossas usinas concorrem somente com outras usinas de fontes renováveis.

Na identificação de projetos de PCHs pode haver uma disputa entre dois ou mais empreendedores interessados em explorar um mesmo local. Nestes casos, concorreremos apenas com os demais empreendedores que estão no processo formal de disputa por aquele aproveitamento na ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorreremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

No caso de Usinas Eólicas, a competição por projetos de investimentos ocorre, principalmente, na disputa pelas terras com os melhores potenciais de ventos. O mercado de energia eólica ainda é incipiente no Brasil quando analisada a capacidade instalada em operação, mas apresenta acentuado crescimento.

A competição no caso de biomassa ocorre na prospecção de usinas com potencial para exportar energia. Dentre os itens de maior relevância, quando na competição pelos empreendimentos, há o tema relacionado a solidez financeira do parceiro fornecedor da biomassa, tradição no setor de atuação e sólido conhecimento do processo agrícola. Na maioria dos negócios de biomassa há uma parceria entre o investidor e o fornecedor da biomassa (ex.: usina de açúcar e álcool) onde o fornecedor da biomassa detém o conhecimento do processo industrial para a industrialização da matéria prima e o investidor detém o conhecimento do mercado de energia e a capacidade de investimento. Outra fonte de competição ocorre quando o próprio fornecedor da biomassa opta por realizar o investimento na implantação/ampliação da planta de geração de energia.

d. eventual sazonalidade

No que se refere aos Parques Eólicos, as receitas e seus resultados poderão ser influenciados de forma significativa pelo regime de ventos, pois o resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto.

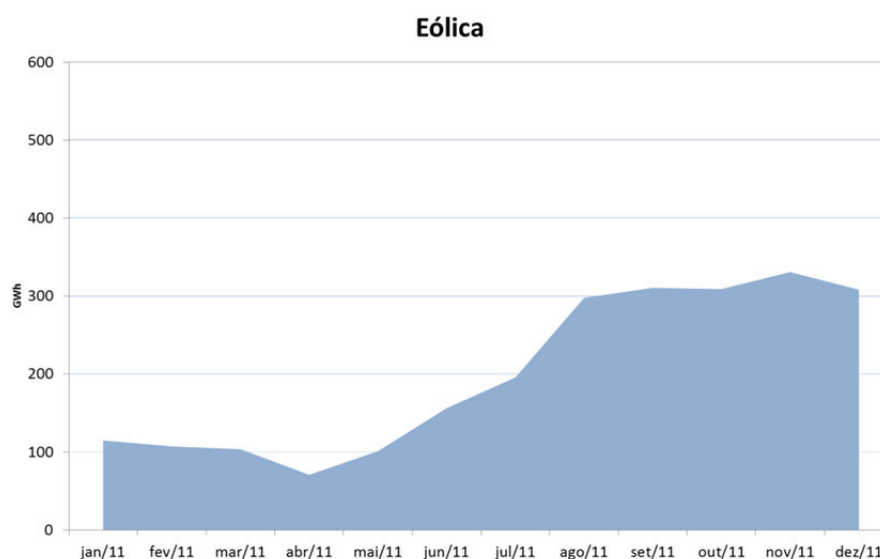
Os contratos de comercialização de energia firmados pela CPFL Renováveis no ambiente livre e no regulado possuem mecanismos de mitigação da variação anual no regime de ventos.

No Contrato de Energia de Reserva (“CER”) é estabelecida uma banda inferior (-10%) e superior (30%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, apenas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao preço do contrato, tanto para casos de geração em excesso como para casos de déficit. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a 70% do valor de contrato. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda a 115% do valor de contrato. Por fim, a cada quadriênio a energia contratada é ajustada para refletir a energia média efetiva do projeto desde o início do contrato (a energia contratada original é o limite superior destes ajustes).

No Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) do Leilão de Fontes Alternativas (“LFA”) é definida uma banda inferior fixa (-10%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A banda superior varia conforme o ano dentro do ciclo quadrienal de verificação (30% no primeiro ano, 20% no segundo, 10% no terceiro, 0% no quarto). A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, apenas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao máximo entre o preço do contrato e o PLD médio do período para casos de déficit e a PLD para casos de geração excedente. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a PLD. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

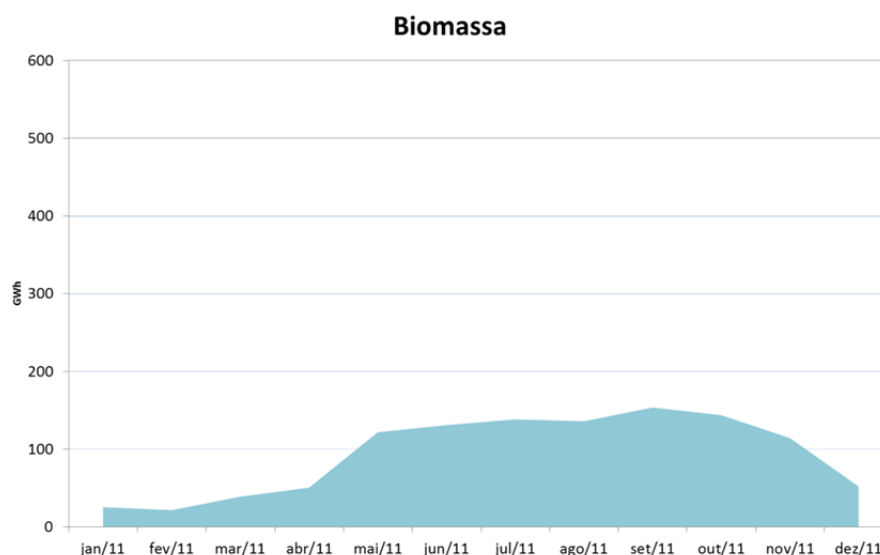
O gráfico abaixo, demonstra a sazonalidade da fonte eólica durante o ano:



Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, assim como nos Parques Eólicos, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana de açúcar, de maneira que o faturamento contábil tem relação com a energia efetivamente gerada (que é mais alta na safra e mais baixa na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente vai de abril a novembro, já no Norte-Nordeste ocorre de agosto a março.

O gráfico abaixo demonstra a curva de geração de energia típica desta fonte:



Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

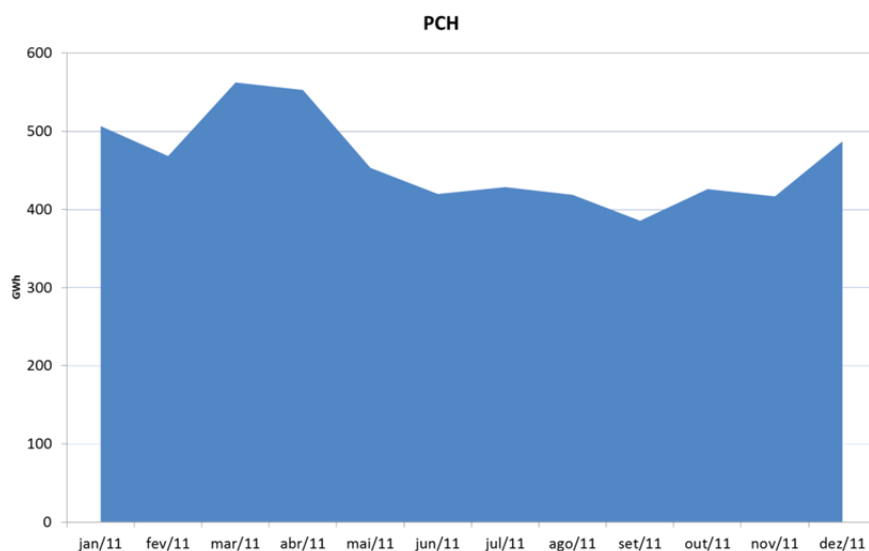
Com o aprimoramento do conceito dos projetos de engenharia e dependendo do estudo de viabilidade técnica e econômica, consegue-se reduzir a interferência da safra e entressafra na geração de energia pelas Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, através da reserva de um percentual da biomassa gerada na safra para ser usada na entressafra. Com este novo conceito de engenharia, há um melhor aproveitamento do ativo de geração e um aumento da competitividade deste tipo de empreendimento.

A energia gerada pelas PCHs sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Dessa forma, as nossas PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da Região Sul, que é o contrário da Região Sudeste, ou seja, período úmido entre maio e outubro e período seco entre os meses de novembro a abril.

O gráfico abaixo demonstra a sazonalidade desta fonte durante o ano:



Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs não é auferida pela energia efetivamente gerada, e sim da Garantia física de cada usina, determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a Garantia física são cobertas pelo MRE. O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de Garantia física independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Garantias físicas individuais, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da Garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador.

O mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos Parques Eólicos e às Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

Os principais insumos utilizados em nossas atividades são materiais de construção civil, mecânica e elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica, eólica, a vapor ou gás (estas duas últimas no caso das termelétricas) e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de nossos Parques Eólicos, barragens para nossas PCHs e instalação dos equipamentos nas nossas Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Com a implantação de nossas usinas, é necessária a realização de manutenção dos nossos ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis. No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, as atividades operacionais e de manutenção ficam sob responsabilidade da usina com a qual foi firmada a parceria, ficando a responsabilidade pelos custos de recomposição dos ativos a ser analisada caso a caso.

Para maiores informações sobre eventual volatilidade dos preços, vide o Fator de Risco “Atraso na construção e aumento do preço e custos relacionados à aquisição de equipamentos e às obras de construção civil, bem como intempéries, riscos geológicos e outros fatores não antecipados podem afetar adversamente a rentabilidade dos nossos projetos, ou mesmo torná-los inviáveis”, apresentado no item 4 deste Formulário de Referência.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Adquirimos equipamentos e serviços de diversos fornecedores, não possuindo dependência em relação a qualquer deles. Os principais fornecedores de aerogeradores para nossos Parques Eólicos são: Vestas, Wobben/Enercon, Siemens, Acciona e Suzlon.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Não possuímos volatilidade direta em nossos preços.

Há, conforme mencionado no item 4.1.g, risco associado à operação e ao setor de atuação, o qual poderá expor a Companhia à volatilidade de preço do PLD.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total estão apresentados abaixo:

Cliente	31/03/2013		31/12/2012	
	Receita Líquida (em milhões de reais)	% em relação a nossa receita líquida do período	Receita Líquida (em milhões de reais)	% em relação a nossa receita líquida do exercício
Eletrobrás.....	96,6	42,2%	367,1	45,5%
CPFL Paulista	–	–	126,7	15,7%
CPFL Brasil.....	67,3	29,4%	–	–
CCEE	28,1	12,2%	–	–
Outros	37,1	16,2%	312,6	38,8%
Receita líquida total	229,0	100%	806,4	100%

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

(A) Aspectos Regulatórios

(i) Fundamentos Históricos

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

(ii) Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro

Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE

O CNPE é um órgão que presta assessoria ao Presidente da República, e que possui como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

Em 06 de março de 2013 foi expedida a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética. Referida Resolução, dentre outras matérias, criou nova diretriz para cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças e determinou que as geradoras arquem com parcela do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços dos sistemas, até então suportado exclusivamente pelas distribuidoras, as quais repassavam os custos para o consumidor final.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais

A Agência Nacional de Águas (“ANA”) é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

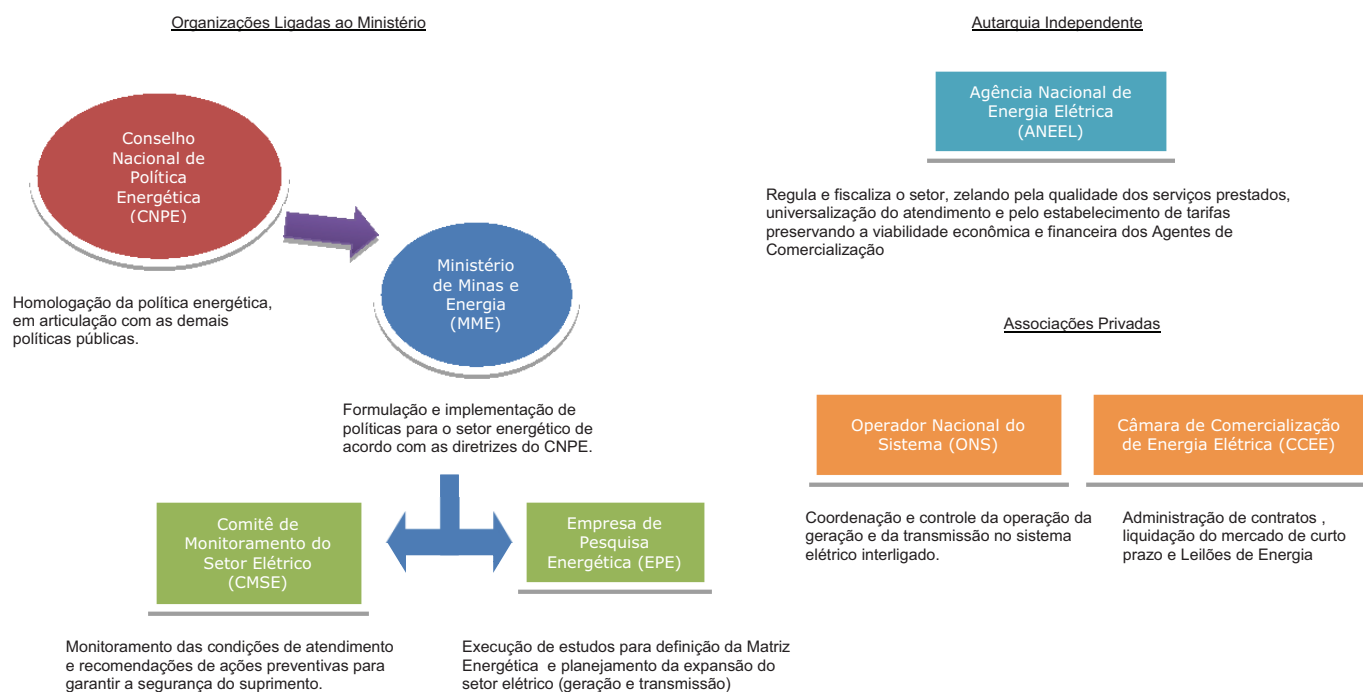
No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais, a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Meio Ambiente (“IBAMA”) é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente responsável pelo processo de licenciamento ambiental e pela fiscalização das atividades degradadoras do meio ambiente em âmbito federal. Quanto ao licenciamento ambiental sob sua responsabilidade, este se restringe às atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em dois ou mais Estados, e também cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil.

As atividades e empreendimentos situados em um determinado Estado da Federação, mas que abrangem mais de um Município, são licenciados pelos órgãos ambientais estaduais, a exemplo da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, órgão ambiental licenciador no Estado de Minas Gerais.

Finalmente, caso um determinado empreendimento tenha abrangência restrita a um único Município, cujos impactos ambientais gerados sejam de baixa magnitude e, desde que o Município tenha uma Secretaria de Meio Ambiente devidamente reconhecida por um Conselho de Meio Ambiente Municipal, o processo de licenciamento ambiental pode ser conduzido nessa esfera de governo.

Abaixo segue quadro ilustrativo com as principais entidades do setor de energia elétrica e suas respectivas atribuições.



(iii) Processo de Outorgas para Geração de Energia Elétrica

A Constituição Federal prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações.

Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos governos Federal ou Estaduais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão obter a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal.

Concessões

Uma concessão é obtida através de licitação, nos termos da Lei nº 8.987 datada de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei 8.987/95”). Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente de 35 (trinta e cinco) anos para novas concessões de geração e de 30 (trinta) anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes de geração anteriores a 11 de dezembro de 2003, poderão ser renovadas, a critério do Poder Concedente, por um período adicional de 20 (vinte) anos.

A Lei 8.987/95 estabelece, entre outros fatores, as condições que a concessionária deve cumprir ao prestar serviços relacionados ao mercado de energia elétrica, os direitos dos consumidores, bem como as obrigações das concessionárias e do Poder Concedente, dentre os quais (i) a obrigação de a concessionária prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente, acessível e seguro; (ii) a responsabilidade objetiva da concessionária pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de geração de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem que eventualmente causem perturbações ao sistema elétrico; (iii) a necessidade de obtenção de aprovação prévia do Poder Concedente a respeito de qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária; e (iv) a possibilidade do Poder Concedente intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias.

Quando a concessão expira, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços outorgados de energia são revertidos ao Poder Concedente relativos a empreendimentos hidráulicos. A concessionária tem direito a indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

O término do contrato de concessão também poderá ser antecipado por meio de encampação (término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público) ou de caducidade (término antecipado declarado em função de a concessionária ter deixado de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, não ter arcado com as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente ou não ter mais capacidade técnica, financeira ou econômica para prestar serviços adequados). A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo e terá direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.

No que se refere a PCHs, a Lei nº 11.943/09, de maio de 2009, introduziu modificações na disciplina do regime das concessões estabelecida pela Lei 9.427/06, ampliando os limites máximos de capacidade instalada de usinas hidrelétricas com permissão para comercializarem energia com os Consumidores Especiais. Assim, além das PCHs (capacidade instalada inferior à 30 MW) o atendimento ao mercado de “Energia Especial” também pode ser realizado por empreendimentos com capacidade instalada inferior à 50 MW.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 17 usinas sob o regime de concessão das quais 4 em regime de serviço público e 13 em regime de produção independente, localizadas no estado de São Paulo.

Autorizações

No total, possuímos 52 usinas sob regime de autorização, localizadas em São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os processos para obtenção de autorização para PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são mais céleres quando comparados ao processo de grandes usinas hidrelétricas (“UHEs”). Os prazos são relativamente curtos, e a documentação técnica e ambiental é menos complexa.

Autorizações para PCHs. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões tradicionais, dispensando a necessidade de licitações para venda de energia no ambiente de contratação livre. O processo de autorização para o desenvolvimento de PCH é regulamentado por resoluções estabelecidas pela ANEEL, e suas principais etapas compreendem:

- (i) Inventário – a identificação, registro e aprovação de estudo de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, observada a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (ii) Disputa – a decisão de eventuais disputas entre empreendedores concorrentes para o mesmo inventário seguem os critérios da Resolução ANEEL nº 398, de 21 de setembro de 2001;
- (iii) Projeto – caso o empreendimento se enquadre nas condições de pequena central hidrelétrica conforme estabelecem a Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003, o empreendedor deve elaborar, registrar e obter aprovação dos Estudos de Viabilidade ANEEL e projeto básico, assim como das licenças ambientais, da reserva de disponibilidade hídrica e da autorização para exploração do potencial, observada as Resoluções ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e nº 343, de 9 de dezembro de 2008.

No caso de PCHs, de um total de 27 em operação comercial, 14 são Autorizadas, outorgadas à título gratuito, e 13 são Concessionárias, outorgadas à título oneroso, via pagamento de Uso do Bem Público por cinco anos (2013 a 2018), sendo que destas, quatro pagam pela Compensação Financeira de Uso do Recurso Hídrico (CFURH).

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das PCHs e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações das PCHs são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, mediante prévia autorização da ANEEL.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. As PCHs têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação das PCHs, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos são outorgadas a título precário pela União Federal, em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações estabelecem direitos e obrigações do autorizatário incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implementação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. As autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pelo Poder Concedente quando o interesse público assim o exigir, independentemente de ser editada nova legislação. Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente, que pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, inclusive o valor das tarifas que poderemos cobrar.

No caso das PCHs, ao término das outorgas, não havendo prorrogação do prazo, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica poderão passar a integrar o patrimônio da União Federal, a seu exclusivo critério, mediante indenização somente dos investimentos realizados subsequentemente à realização do projeto original (Decreto Lei ANEEL nº 2003, art. 20), desde que tais investimentos tenham sido previamente autorizados e ainda não amortizados. A ANEEL também pode exigir que as autorizadas restabeleçam o livre escoamento das águas do rio no qual está implantada a PCH.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 17 PCHs, sob o regime de autorização, localizadas em Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina.

Autorizações para Usinas Eólicas. O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispensam a necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A implantação de Parques Eólicos com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na forma dos modelos anexos a Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, em conjunto com a licença ambiental para operação de central eólica. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente e as licenças ambientais.

Assim como nas PCHs, as autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Eólicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações dos Parques Eólicos são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações tem o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Os Parques Eólicos com capacidade instalada de até 30 MW tem direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação dos Parques Eólicos, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

O Poder Concedente poderá extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa determinadas infrações, tais como, a comercialização de energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações, a transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, o não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração e o descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração dos Parques Eólicos etc.

A Resolução Normativa nº 391/2009, que regula a implantação dos Parques Eólicos passou recentemente por um processo de evolução e sua revisão foi levada pela ANEEL à audiência pública (AP nº 036/2011). Dentre as alterações previstas destacam-se a necessidade de aporte de garantia de fiel cumprimento e o georreferenciamento dos aerogeradores.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 27 (vinte e sete) Parques Eólicos sob o regime de autorização, localizados no Rio Grande do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte.

Autorizações para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, incluindo autorizações para Usina Solar Fotovoltaicas. O processo de autorização para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, incluindo autorizações para Usina Solar Fotovoltaica, é semelhante ao processo de autorização dos Parques Eólicos, aplicando-se todos os dispositivos acima mencionados, e foi regulado pela Resolução ANEEL nº 390, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração destas centrais.

Uma revisão das regras da Resolução Normativa nº 390/2009, que regula a implantação de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, incluindo energia solar, também se encontra em processo de audiência pública.

Atualmente, possuímos 8 (oito) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa sob o regime de autorização, localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e Paraná.

Considerando as quatro fontes de atuação (PCH, Parque Eólico, Usina Termelétrica Movida a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica), a CPFL Renováveis detém 52 (cinquenta e duas) usinas sob regime de autorização, localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os ativos de geração sob regime de autorização não são revertidos ao final da autorização e não tem direito à indenização.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a 12 meses.

Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e (iii) mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão. Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

Término Antecipado das Autorizações

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo Poder Concedente. No entanto, o Poder Concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
- descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
- transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;
- não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
- descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da central geradora eólica ou das PCHs;
- solicitação das respectivas autorizadas; ou
- desativação da central geradora eólica ou das PCHs.

(B) Comercialização de Energia Elétrica

(i) Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e PCHs), (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (iii) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao ACR.

Ambiente de Comercialização Regulada (“ACR”)

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições meteorológicas como hidrologia e regime de ventos. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos de Itaipu; e
- Contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia de reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva (“CER”) entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 15 dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou PCHs.

Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o “mercado” de curto prazo, que é administrado pelo CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW e distribuidoras que comercializam menos que 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN, deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no ACR.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

(ii) Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-5"), e (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados 1 ano antes da data da entrega inicial (chamados de leilões "A-1"), e (ii) realizados aproximadamente 4 meses antes da data de entrega (chamados de "ajustes de mercado"). Os editais dos leilões são preparados pela CCEE, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões "A-5" e "A-3" terão um prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões "A-1" terão um prazo variando entre 3 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004 estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência ("VR"), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

Leilões de Energia Existente

Os leilões de energia existente ("EE") complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 3 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova ("EN") têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) **Leilão Principal** (“A-5”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) **Leilão Complementar** (“A-3”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste tem o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados de 3 a 4 vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo VR a ser descrito mais a frente.

Leilões de energia alternativa

Além dos leilões de EN e EE, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de energia alternativa ocorreu em junho de 2007.

Leilão de Geração Distribuída (“GD”)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

Leilões Especiais

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

Leilão de Projeto Estruturantes

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

Leilão de Reserva

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 30 de abril de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012 e por um período de 20 anos. O terceiro leilão de reserva ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega 2013, por um período de 30 anos (PCHs), 20 anos (Eólicas) e 15 anos (Biomassa). O quarto leilão de reserva ocorreu no dia 18 de agosto de 2011 e contratou energia proveniente de Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega em 2014 e por um período de 20 anos.

Possuímos empreendimentos vencedores em diferentes modalidades de leilões e recentemente temos habilitado nossos projetos para concorrer nos últimos leilões promovidos pelo Governo. Os projetos vencedores nos leilões regulados são:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Leilão de EN – A-5/2006: UTE Baía Formosa;
- Leilão de Fontes Alternativas de 2007: PCH Varginha, PCH Arvoredo e UTE Ester.
- Leilão de Reserva 2009: EOL Santa Clara I, EOL Santa Clara II, EOL Santa Clara III, EOL Santa Clara IV, EOL Santa Clara V, EOL Santa Clara VI e Eurus VI;
- Leilão de Fontes Alternativas 2010: EOL Juremas, EOL Macacos, EOL Pedra Preta, EOL Costa Branca, EOL Atlântica I, EOL Atlântica II, EOL Atlântica IV, EOL Atlântica V e PCH Salto Góes;
- Leilão de Reserva 2010: EOL Campo dos Ventos II e UTE Bio Pedra.

(C) Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

A **Reserva Global de Reversão (RGR)** é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, excetuando-se aquelas licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, e, pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da citada Lei.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)** é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipú.

Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (“CFURH”): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

ONS – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento (“**P&D**”): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

PROINFA: Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“**TFSEE**”): encargo setorial para cobrir os custos de atividade da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

Encargo de Serviço de Sistema (“**ESS**”): pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redespacho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Uso do Bem Público (“UBP”): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

Aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidroelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

(D) Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fontes renováveis não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“ICG”).

Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução nº 320 da ANEEL, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo e deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com proprietária das instalações e interveniência do ONS, CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

(E) Mecanismo de Realocação de Energia

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de 5 etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

- (1) aferição se a produção total líquida de energia dentro do MRE alcança os níveis totais de garantia física dos membros do MRE como um todo;
- (2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de garantia física, conforme determinados pelo ONS;
- (3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de energia assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de energia assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada “energia otimizada”, é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;
- (4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada “energia secundária”, deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço CCEE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e
- (5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido o nível de energia assegurada total do MRE, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Energia Otimizada

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de energia assegurada são compensados por custos variáveis de Operação e Manutenção (“O&M”) e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de energia assegurada devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de energia assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a TEO paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$10,01/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.403, de 08 de dezembro de 2012).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

(A) Licenciamento Ambiental

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs, Centrais de Geração de Energia Eólica, solar e Termelétricas, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- **Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- **Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- **Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”). Nestes casos também é obrigatória uma compensação ambiental, conforme definido pela art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, exigindo a aplicação de recursos financeiros em Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo valor será definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento, conforme os parâmetros previstos no Decreto Federal 6.848/09, porém limitados a 0,5% do valor do empreendimento licenciado.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA nº. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que pressupõe a apresentação de estudos simplificados (“Relatório Ambiental Simplificado – RAS”) junto com o registro na ANEEL, para o requerimento da emissão da Licença Prévia. Porém, apesar desta possibilidade, observa-se atualmente que os órgãos ambientais têm exigido o desenvolvimento dos EIA, por considerarem as PCHs como empreendimentos de alto impacto ambiental.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de nossos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal (“CTF”), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”). Nossas controladas estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Atualmente possuímos 35 PCHs em operação, distribuídas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que destas, 25 possuem Licença de Operação. Empreendimentos cujo licenciamento foi dispensado no passado encontram-se sob regularização junto aos órgãos ambientais competentes.

Da mesma forma, possuem Licença de Operação as 8 usinas de cogeração em operação, sendo que destas, 5 situam-se no Estado de São Paulo, 1 no Estado do Paraná, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no estado do Rio Grande do Norte. Adicionalmente, também possuem Licença de Operação as 8 usinas eólicas em operação no Ceará e 7 no Rio Grande do Norte.

Encontram-se em fase de licenciamento outros 43 empreendimentos dos quais 21 já obtiveram Licença Prévia e 22 Licença de Instalação.

Abaixo segue uma tabela indicando as PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, que já possuem Licença de Operação (“LO”) e Licença de Instalação (“LI”).

PCH

LO	25	Alto Irani, Plano Alto, Arvoredo, Salto Góes e Santa Luzia (Fatma – SC); Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre (Supram – MG); Andorinhas, Saltinho, Guaporé e Pirapó (Fepam – RS); Capão Preto, Chibarro, Gavião Peixoto, Lençóis, Pinhal, Saltinho e Socorro (Cetesb – SP); e Diamante (Sema – MT)
LI	2	Stª Cruz (Supram – MG), Cachoeira Grande (Supram – MG)

Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa

LO	8	Bio Ipê, Bio Buriiti, Bio Pedra, Baldin, Ester (CETESB-SP), Bio Formosa (Idema – RN), Alvorada (Supram – MG) e Coopcana (IAP – PR)
----	---	--

Parques Eólicos

LO	15	Paracuru, Foz do Rio Choró, Icaraizinho, Praia Formosa (4 empreendimentos – SEMACE – CE), Bons Ventos (4 empreendimentos – SEMACE – CE) e Santa Clara (7 empreendimentos – Idema – RN)
LI	19	Macacos 1 (4 empreendimentos – Idema – RN); Campo dos Ventos I, II, III e V, Santa Mônica, São Benedito, São Domingos e São Martinho (8 empreendimentos – Idema – RN); Macacos 2 (2 empreendimentos – Idema – RN); Gameleiras (4 empreendimentos – Idema – RN); Atlântica (FEPAM- RS);
LP	20	Santo Dimas, Santa Úrsula (2 empreendimentos – Idema – RN), Atalaia 1, 2, 3, 4, 5, e 6 (6 empreendimentos – Semar – PI), Bitupitá 1, 2 e 3, Falésias 1, 2, 3 e 4, Curral Velho 1, 2 e 4, Pedra Cheirosa 1 e 2 (12 empreendimentos – SEMACE – CE)

(B) Uso de Recursos Hídricos

A exploração de recursos hídricos, compreendida em (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d’água, depende da obtenção de outorga de uso, que será concedida pelo Poder Público Federal ou Estadual, conforme o domínio do curso d’água. A outorga visa controlar e possibilitar a acessibilidade aos recursos hídricos, sem implicar em alienação, uma vez que tais recursos possuem caráter de bem público.

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d’água, como é o caso das PCH.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A DRDH será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de uso dos recursos hídricos após a empresa detentora da Declaração receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

(C) Proteção da Flora

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs e Parques Eólicos, normalmente necessitam de autorização para supressão de vegetação em Área de Proteção Permanente (“APP”). As APPs são áreas que por sua importância para os ecossistemas, independente da vegetação ali existente, tem sua proteção garantida por determinação legal, não podendo ser alteradas. A proteção das APPs tem por objetivo geral preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, além de proteger o solo e o bem estar da população humana.

A legislação, no entanto, possibilita a supressão de vegetação em APPs, dentre outros, para os empreendimentos considerados de utilidade pública e interesse social, desde que demonstrada a inviabilidade de alternativa locacional para instalação do empreendimento pretendido. Além das APPs a legislação brasileira estabelece outros instrumentos para a proteção dos recursos naturais, criando áreas consideradas de relevante interesse ambiental, com restrições ao uso desses recursos, como é o caso das unidades de conservação.

No desenvolvimento de seus projetos a CPFL Renováveis tem buscado otimizar a utilização dos recursos naturais desde a concepção até a operação de seus empreendimentos, com a implantação de projetos com o melhor custo benefício ambiental e social, além de evitar a implantação dos mesmos nas áreas protegidas que apresentam maiores restrições ambientais, por entender a sua importância na preservação dos ecossistemas. Em todas as áreas de atuação da empresa, a área preservada excede a área degradada, sendo a taxa média, considerando todos os empreendimentos, de 2,51 hectares preservados para cada hectare degradado.

Fruto desta política de atuação, somente a PCH Ninho das Águias foi construída na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira que, apesar de ser uma área protegida, permite a implantação de empreendimentos hidrelétricos, desde que previamente autorizados pelo Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (“ICMbio”), órgão gestor das unidades de conservação federal. Este empreendimento possui LO.

(D) Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a sociedade a sanções administrativas, civis e criminais.

Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e Lei no 7.029, de 11 de dezembro de 2009 que estabelece as sanções e infrações ao meio ambiente. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa simples ou diária, cujo montante pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Cível

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa, (ii) restritiva de direitos e (iii) restritivas de liberdade.

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

(E) Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL"), descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissão ("RCE") em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas desses certificados.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes à PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Abaixo segue uma tabela indicando o potencial de créditos de carbono do nosso portfólio de projetos na data deste formulário de referência.

Projetos registrados junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (“CQNUMC”)

“A Repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no estado de São Paulo, Brasil.” Potencial de créditos.....	18.583 CERs/ano.
Total histórico de Emissões Certificadas Emitidas para este projeto	102.070 CERs.
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Arvoredo e Varginha.”.....	29.254 CERs/ano;
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Barra da Paciência, Ninho da Águia, Corrente Grande, Paio, São Gonçalo e Várzea Alegre.”.....	138.331 CERs/ano;
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Santa Clara I a VI e Eurus VI.”.....	149.358 CERs/ano;
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parque Eólico Campo dos Ventos II.....	51.922 CERs/ano
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca.”.....	68.632 CERs/ano.
Potencial total de CERs dos projetos registrados.....	456.080 CERs/ano.
Projetos em fase de fase de registro junto a CQNUMC	
“Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – PCH Salto Goes.”.....	30.094 CERs/ano.
Potencial total de CERsna CPFL Renováveis	486.174 CERs/ano.

(F) Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com o International Finance Corporation (“IFC”), subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Adotamos em nossas atividades os elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador. Esse é um relevante indicativo de nosso respeito ao meio ambiente e do cumprimento de normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável.

Consideramos que a ética, a transparência e a responsabilidade são a chave para a condução de nossos negócios junto às comunidades onde nossos empreendimentos estão localizados.

Deste modo, enfatizamos a importância de nossas relações com entidades governamentais e com as comunidades onde operamos ou planejamos operar, possibilitando uma atuação de “cidadania empresarial” positiva. Essa cidadania empresarial inclui o respeito pelo meio-ambiente e pelas pessoas nas áreas abrangidas pelos nossos atuais e futuros projetos. Esperamos, desse modo, que os nossos projetos de geração de energia elétrica possibilitem uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões, gerando mais empregos e desenvolvendo novas atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente.

(G) Políticas e Padrões Ambientais Internacionais de Sustentabilidade

No Brasil, a adoção de políticas e padrões ambientais internacionais não é obrigatória, sendo que empresas poderão aderir a tais padrões a qualquer momento, de forma voluntária. Atualmente, adotamos as seguintes políticas e padrões ambientais:

IFC Standards. Os princípios dos Padrões de Desempenho IFC podem ser representados, de forma não exaustiva, pelos seguintes princípios gerais:

Trabalho e Condições de Trabalho. (i) estabelecer, manter e aprimorar a relação entre trabalhador e gerência; (ii) promover o tratamento justo, a não-discriminação e a igualdade de oportunidade dos trabalhadores e o cumprimento das legislações empregatícia e trabalhista nacionais; (iii) rejeitar o trabalho infantil e o trabalho forçado; (iv) promover condições de trabalho seguras e saudáveis, proteger e promover a saúde dos nossos colaboradores.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Prevenção e Redução da Poluição. (i) evitar ou minimizar impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, evitando ou minimizando a poluição oriunda de nossas atividades; (ii) promover a redução das emissões que contribuem para a mudança climática.

Segurança e Saúde da Comunidade. (i) evitar ou minimizar os riscos e os impactos à saúde e à segurança da comunidade local durante a execução dos projetos, sob todas as circunstâncias; (ii) garantir que a proteção dos colaboradores e da propriedade seja realizada de maneira legítima e que evite ou minimize riscos à segurança da comunidade.

Aquisição de Terras e Reassentamento de Populações. (i) evitar ou minimizar o reassentamento involuntário de populações sempre que possível; (ii) mitigar os impactos adversos da aquisição de terras; (iii) melhorar, ou ao menos preservar, o padrão de vida e as moradias das populações afetadas.

Conservação da Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais. (i) proteger e conservar a biodiversidade; (ii) promover o gerenciamento sustentável do uso de recursos naturais conciliando as necessidades de conservação com as prioridades de desenvolvimento.

Populações Nativas. (i) garantir que o processo de implantação dos nossos projetos estimule o respeito pela dignidade, os direitos humanos, as aspirações, culturas e a subsistência natural das populações nativas; (ii) evitar ou minimizar impactos adversos dos projetos em comunidades nativas ou, quando isso não for possível, compensando tais impactos com oportunidades de desenvolvimento culturalmente apropriadas; (iii) estabelecer e manter relações com as populações nativas durante a vida do projeto; (iv) estimular a negociação de boa fé e a participação informada das populações nativas; (v) respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das populações nativas.

Patrimônio Cultural. Proteger o patrimônio cultural contra os impactos negativos de nossas atividades.

(H) World Commission on Dams (“WCD”)

O relatório da WCD representa um marco na evolução das barragens como opção de desenvolvimento. Em seu estudo global do desempenho das barragens, a WCD apresenta uma avaliação integrada de quando, como e porque as barragens conseguem ou não atingir os objetivos de desenvolvimento, oferecendo uma base racional para introdução de mudanças fundamentais na forma de avaliar opções e nos ciclos de planejamento e projeto de aproveitamento de recursos hídricos e energéticos.

O modelo da WCD propõe uma abordagem de direitos e riscos que sirva de base prática e justa para identificar todos os legítimos grupos de interesse envolvidos na negociação de opções de desenvolvimento e acordos. Foram estabelecidas sete prioridades estratégicas e princípios políticos correspondentes para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos, sendo eles: (i) a aceitação pública; (ii) a avaliação abrangente das opções; (iii) o aproveitamento das barragens existentes; (iv) a preservação de rios e meios de subsistência; (v) o reconhecimento de direitos adquiridos e compartilhamento de benefícios; (vi) a garantia de cumprimento e compartilhamento dos rios para o desenvolvimento; e (vii) a segurança.

As recomendações do WCD oferecem espaços para avanços, assegurando que a tomada de decisões sobre o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos reflita uma abordagem abrangente capaz de integrar as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento. A WCD tem um compromisso com transparência e certeza para todos os envolvidos, de modo a aumentar o nível de confiança na capacidade das nações e das comunidades de terem atendidas suas necessidades futuras de água e energia.

Dos empreendimentos desenvolvidos pela Companhia somente a PCH Barra da Paciência, com potência de 23 MW, localizada no estado de Minas Gerais atinge a linha de corte dos empreendimentos objeto de análise conforme estabelecido pelo WCD, que é de 20MW. Por esse motivo, essa PCH foi submetida à Auditoria específica para verificação da conformidade aos preceitos do WCD, a cargo da BRTUV AVALIAÇÕES DA QUALIDADE S.A.

(I) Certificações

Como reconhecimento à sua constante busca pelo atendimento aos requisitos legais e adequação às melhores práticas de gestão de qualidade, ambiental e de saúde e segurança no trabalho, a Companhia foi certificada, em 2009, de acordo com os requisitos das normas NBR ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, acreditada pelo Inmetro e pela IQNet (*The International Certification Network*).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Essas certificações comprovam a capacidade da Companhia de atender às expectativas de seus acionistas, aumentando, assim, a satisfação deles para com a Companhia.

A norma NBR ISO 9001 permite às organizações verificar a consistência de seus processos, medir e monitorá-los com o objetivo de melhoria contínua dos seus resultados e, com isso, assegurar a satisfação de seus clientes.

A norma NBR ISO 14001 trata da Gestão Ambiental e tem por objetivo prover a organização de elementos que possam ser interagidos com outros requisitos da gestão, auxiliando o alcance dos seus objetivos ambientais e econômicos.

A norma NBR OHSAS (Occupational Health and Safety Assessments) 18001 tem por objetivo possibilitar a Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional da organização (SSO), garantindo a melhoria na gestão da melhoria contínua da SSO e atendimento às normas e requisitos pertinentes.

Os empreendimentos certificados encontram-se na tabela abaixo.

Empreendimentos Certificados – 2012

Empreendimentos	Fase 2012	Potência			
		Instalada (MW)	ISO 9001	ISO 14001	OHSAS 18001
Alto Irani.....	Operação	21,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Arvoredo.....	Operação	13,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Barra da Paciência.....	Operação	23,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Cocais Grande.....	Operação	10,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Corrente Grande.....	Operação	14,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Salto Góes.....	Operação	20,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Ninho da Águia.....	Operação	10,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Plano Alto.....	Operação	16,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Paiol.....	Operação	20,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
São Gonçalo.....	Operação	11,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Varginha.....	Operação	9,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Várzea Alegre.....	Operação	7,50	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Americana.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Buritis.....	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Capão Preto.....	Operação	4,30	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Chibarro.....	Operação	2,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Dourados.....	Operação	10,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Eloy Chaves.....	Operação	18,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Esmeril.....	Operação	5,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Gavião Peixoto.....	Operação	4,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Jaguari.....	Operação	11,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Lençóis.....	Operação	1,68	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Monjolinho.....	Operação	0,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pinhal.....	Operação	6,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Salto Grande.....	Operação	4,55	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santana.....	Operação	4,30	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
São Joaquim.....	Operação	8,10	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Socorro.....	Operação	1,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Três saltos.....	Operação	0,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Andorinhas.....	Operação	0,50	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Diamante.....	Operação	4,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Guaporé.....	Operação	0,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pirapó.....	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Saltinho.....	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Foz do Rio Choró.....	Operação	25,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Icaraizinho.....	Operação	54,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Paracuru.....	Operação	25,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Praia Formosa.....	Operação	105,0	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara I.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara II.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara III.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara IV.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara V.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara VI.....	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Eurus VI.....	Operação	8,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Macacos.....	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Empreendimentos Certificados – 2012

Empreendimentos	Fase 2012	Potência	ISO 9001	ISO 14001	OHSAS 18001
		Instalada (MW)			
Costa Branca	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pedra Preta	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Juremas	Construção	16,10	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica I	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica II	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica IV	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica V	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos I	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos II	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos III	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos V	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Bio Coopcana	Construção	50,00	16/01/2013	16/01/2013	16/01/2013
Bio Alvorada.....	Construção	50,00	16/01/2013	16/01/2013	16/01/2013

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende de nenhuma patente, franquia ou contrato de royalties.

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia utiliza algumas marcas, como “CPFL Renováveis” e “CPFL Bioenergia”, que encontram-se atualmente em fase de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”).

Adicionalmente, todas as PCHs, Parques Eólicos, Parque Solar e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa da Companhia e suas controladas dependem de autorização ou concessão da ANEEL para operar, além de licenças ambientais, conforme já detalhado neste item 7 do Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não temos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Possuímos relacionamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), que financiou parte relevante dos recursos necessários para a construção das nossas PCHs atualmente em operação, além de fornecer o financiamento para projetos de Parques Eólicos, PCHs e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa atualmente em construção. Além disso, o BNDES, em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) e o Nordic Investment Bank (“NIB”) atuaram como bancos financiadores da Companhia no processo de aquisição da totalidade do capital da sociedade BVP S.A., que detém 100% das ações da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Por fim, a Companhia possui 4 (quatro) Parques Eólicos em operação cujo financiamento de longo prazo foi fornecido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) em conjunto com o BNB.

7.9 - Outras informações relevantes

Visão Geral

Somos a companhia líder no setor brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis provenientes de Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica, em termos de capacidade instalada em operação e construção, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).¹ Atualmente nosso portfólio de ativos totaliza 5.553 MW de capacidade instalada, sendo 1.153 MW² de projetos em operação, 582 MW de projetos em construção, além de 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Temos, atualmente, 1.735 MW de capacidade instalada contratada, com energia já vendida em contratos de longo prazo.

Estamos inseridos no mercado brasileiro, um dos mercados de maior crescimento e que acreditamos reunir as melhores condições para o desenvolvimento de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no mundo, notadamente: (i) crescimento esperado da capacidade instalada de fontes renováveis acima da média mundial, com expectativa de 127% para os próximos nove anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021³; (ii) potencial a ser explorado nas fontes de energia as quais nos destacamos segundo dados fornecidos pela ANEEL⁴; (iii) processos céleres de licenciamento ambiental e regulatório; (iv) incentivos fiscais e regulatórios que refletem uma política pública para o desenvolvimento de projetos dessa natureza; e (v) substancial financiabilidade dos ativos, apoiada em políticas governamentais de longo prazo.

Possuímos larga experiência em aquisição, desenvolvimento, construção e operação de usinas e parques de geração de energia a partir de fontes renováveis, além de contarmos com um portfólio diversificado entre as quatro principais fontes, com empreendimentos localizados em oito estados brasileiros. A tabela a seguir apresenta a composição detalhada do nosso portfólio de ativos:

Status	Fonte	Capacidade Instalada	Nº de projetos	Estados
Operação	PCH.....	327	35	SP / SC / RS / MG / MT
	Eólica ⁽¹⁾	555	15	CE / RN
	Biomassa.....	270	6	RN / SP
	Solar.....	1	1	SP
Subtotal.....		1.153	57	
Construção	Eólica.....	482	18	RN / RS
	Biomassa.....	100	2	MG / PR
Subtotal.....		582	20	
Desenvolvimento ⁽²⁾	PCH	626		
	Altamente Provável ...	57	19	
	Provável	88		
	Possível	482		MG / SC / PR / RS / GO / SP
	Eólica.....	3.192		
	Altamente Provável	470	31	
Provável	989		RN / CE / BA / MG / PE	
Possível	1.732		/ RS / SC	
Subtotal.....		3.818	50	
TOTAL.....		5.553	127	

⁽¹⁾ Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

⁽²⁾ Não inclui projetos de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

¹ Dados fornecidos pelo Banco de Informações de Geração (“BIG”) da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>).

² Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

³ Divulgado pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”) (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf).

⁴ Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>).

7.9 - Outras informações relevantes

Do nosso portfólio de projetos em desenvolvimento, classificamos 470 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 57 MW de capacidade instalada de PCHs como altamente prováveis por apresentarem, no caso dos Parques Eólicos, terras arrendadas com pelo menos 2 (dois) anos de medição de ventos e alguns projetos com licença ambiental prévia, e, no caso das PCHs, estudos técnicos concluídos, autorização da ANEEL e alguns projetos com licença ambiental prévia. Estes projetos encontram-se prontos para comercializar energia nos próximos 12 meses, sendo a venda de energia em contratos de longo prazo o principal elemento para viabilizar o início de suas construções.

Adicionalmente, classificamos 989 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 88 MW de capacidade instalada de PCHs como prováveis por apresentarem terras arrendadas com pelo menos 1 (um) ano de medição de ventos, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos avançados com aceite técnico da ANEEL, o que garante o aproveitamento do empreendimento pela Companhia, no caso das PCHs.

Somente consideramos como parte de nosso portfólio de projetos de Parques Eólicos em desenvolvimento aqueles que apresentam fator de capacidade média de pelo menos 47% (líquidos de perdas) nas medições de ventos realizadas.

Por fim, classificamos 1.732 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 482 MW de capacidade instalada de PCHs como possíveis por apresentarem terras arrendadas e torres de medição de vento instaladas, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos em andamento com aceite no inventário de rio pela ANEEL, no caso das PCHs.

Além do portfólio de PCHs e eólicas, possuímos 345 MW de fonte solar em desenvolvimento.

Todos os nossos ativos e projetos em operação e em construção possuem contratos de venda de energia celebrados por longo prazo, o que nos assegura alta previsibilidade de geração de caixa. A tabela abaixo ilustra nossa capacidade instalada em termos de ativos em operação, os montantes de energia contratada em MW médios e o preço médio da energia, em R\$ por MWh, vendida até 2017:

Total Projetos	Projetos Operação/Construção				
	2013	2014	2015	2016	2017
Potência Instalada (MW).....	1.481	1.481	1.481	1.735	1.735
Energia Contratada (MW médio)	646	646	646	775	775
Energia Contratada (MWh)	5.006.604	5.567.976	5.593.818	6.372.985	6.793.280
R\$/MWh médio ⁽¹⁾	213	209	208	200	196

⁽¹⁾ Preço médio obtido a partir da energia contratada em MWh.

Acreditamos estar bem posicionados para continuar aproveitando as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis e que nossa capacidade em adquirir ativos e projetos de qualidade juntamente com nosso portfólio robusto de projetos em desenvolvimento deverão suportar nosso crescimento rentável.

Desde agosto de 2011, com a associação entre a ERSa, companhia independente no mercado de energia renovável brasileiro, e os ativos de energias renováveis da CPFL Energia, um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL⁵, reunimos a comprovada experiência de ambas as companhias no setor e nos tornamos o maior grupo de geração de energia renovável do Brasil em termos de capacidade instalada, em operação e construção.

Desde a nossa concepção, temos no desenvolvimento sustentável um princípio essencial para a estratégia do negócio que está claramente expresso na nossa visão – “Energia é essencial ao bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento da sociedade. Nós acreditamos que produzir e utilizar energia de forma sustentável é vital para o futuro da humanidade”, e na nossa missão “Gerar energia a partir de fontes renováveis, em harmonia com o meio ambiente e a sociedade, promovendo o amadurecimento do mercado de energia limpa”.

⁵ Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>)

7.9 - Outras informações relevantes

Oportunidades no Setor de Energias Renováveis

Mundialmente, o setor de energias renováveis tem aumentado sua relevância na matriz energética dos países. Dados da *United Nations Environment Programme* (“**UNEP**”) de 2012 indicam que em 2011 aproximadamente 8,2% da capacidade instalada mundial era proveniente de tais fontes, sendo que em 2004 este percentual era de apenas 4,3%. O investimento global em energias renováveis alcançou volume recorde em 2011, atingindo US\$257 bilhões, representando um crescimento de 17% em relação a 2010 e quase 7 vezes o valor investido em 2004. Adicionalmente, segundo o mesmo estudo, nos anos de 2010 e 2011, aproximadamente 37% da capacidade instalada adicionada no mundo foi proveniente de fontes renováveis, o que denota a importância que esta modalidade de geração vem adquirindo em âmbito global. Destaca-se que a maior parte dos novos investimentos em energia renovável foi realizada pelos países em desenvolvimento.

Acreditamos que o crescimento do setor de energia renovável está diretamente relacionado a alguns fatores, entre os quais destacamos (i) a preocupação global em relação aos impactos que a geração de energia através de fontes não renováveis tem sobre o meio-ambiente com a consequente substituição de combustíveis fósseis, (ii) acordos internacionais que preveem o aproveitamento de crédito de carbono gerado por tais fontes, conferindo uma receita adicional além daquela advinda da geração elétrica, (iii) incentivos governamentais através de legislações nacionais favoráveis, (iv) queda, nos últimos anos, dos custos de instalação de novas plantas, em especial, de parques eólicos e, por fim, (v) retornos atrativos com poder de atrair grandes volumes de investimentos tanto de investidores privados como de governos.

Estima-se que no período entre 2012 e 2021 a demanda por energia elétrica no Brasil irá crescer em média 5,0% por ano e, para acompanhar o crescimento da demanda, a capacidade instalada de geração de energia elétrica deverá crescer cerca de 6,7 GW por ano, representando uma taxa média de crescimento anual no período de 4,6%, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pelo MME e pela EPE (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf). O segmento de energia renovável⁶ representava, por sua vez, cerca de 13,1% da matriz energética brasileira no final do ano de 2012, de acordo com dados do Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pela EPE. Em 2021, o Plano Decenal projeta que essas fontes de energia representarão cerca de 19,8% da matriz energética brasileira, representando um crescimento médio anual de 9,5%.

Além de retornos atrativos, o setor de geração a partir de fontes renováveis no Brasil conta com algumas vantagens relevantes em relação à geração de energia a partir de outras fontes e em outros países, dentre as quais destacamos:

- *Potencial de crescimento e condições técnicas favoráveis:* potencial único para geração de energia eólica e solar, com ventos e índices de radiação que proporcionam fatores de capacidade favoráveis em relação a mercados mais desenvolvidos; potencial hidráulico vasto, inclusive para pequenas centrais hidrelétricas; indústria de açúcar e álcool desenvolvida e com escala para fornecimento de biomassa economicamente viável como combustível para geração de energia elétrica.
- *Processo de licenciamento ambiental célere e processo regulatório simplificado:* por possuírem impacto ambiental inferior às fontes convencionais de geração, as plantas de energias renováveis gozam de processos de licenciamentos céleres e simplificados para construção e operação. Além disto, os projetos de energia renovável são atualmente regulados sob um regime de Autorização da ANEEL, que é outorgada ao desenvolvedor do projeto, ao invés de Concessão, que é obtida através de licitações ou leilões públicos.
- *Incentivos fiscais e regulatórios como parte de políticas públicas de longo prazo:* devido ao tamanho individual de seus empreendimentos, as PCHs, os Parques Eólicos, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e as plantas de geração solar beneficiam-se do regime de tributação pelo lucro presumido e contam com descontos de pelo menos 50% nas tarifas cobradas pelo uso das linhas de transmissão e distribuição, sendo que este desconto pode chegar a 80% pelos primeiros 10 anos nas plantas fotovoltaicas. O setor de energia eólica, especificamente, conta atualmente com isenção de ICMS e de IPI na cadeia de produção de equipamentos eólicos.

⁶ Considerado apenas as fontes: PCH's, eólica e biomassa.

7.9 - Outras informações relevantes

- *Nicho exclusivo no mercado livre:* o mercado livre conta com consumidores denominados “especiais”, com consumo de 500 KW a 3.000 KW, que caso optem por se tornar consumidores livres, devem adquirir energia de empreendimentos de fontes renováveis.
- *Financiabilidade:* disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) em moeda local, a custos atrativos, e representando até 75% dos investimentos realizados.
- *Geração de créditos de carbono:* a geração através de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Solares Fotovoltaicas pode proporcionar potencial de receita adicional a partir da venda de créditos de carbono obtidos pelos ativos, desde que o projeto seja submetido a uma avaliação prévia e atenda os requisitos legais para ser elegível para geração de créditos de carbono.

Ademais, o setor de energias renováveis no Brasil é extremamente fragmentado e possui poucas empresas capitalizadas e com suporte de grandes grupos estratégicos que podem atuar como agentes consolidadores. Acreditamos que este segmento continuará a apresentar uma tendência de consolidação ao longo dos próximos anos.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiar das oportunidades de crescimento e sinergias no setor de geração de energia a partir de fontes renováveis no Brasil e aumentar retornos para nossos acionistas, especialmente devido aos nossos pontos fortes abaixo listados.

Sólida e previsível geração de caixa, com altas margens operacionais e alta capacidade de alavancagem

Nossas receitas são auferidas por meio de contratos de venda de energia de longo prazo com preços atraentes e reajustados anualmente com base na inflação. Todos os nossos ativos atualmente em operação e em construção, totalizando 1.735 MW de capacidade instalada, possuem contratos de venda de energia de longo prazo no mercado livre ou no mercado regulado de energia, com um prazo médio ponderado de 18 anos e um preço médio de R\$193,00/MWh em 31 de março de 2013. Tratam-se de contratos com uma base de clientes pulverizada e que acreditamos ser de boa qualidade de crédito, representando um importante fator de mitigação de riscos. Estimamos que nossa capacidade instalada e nossas receitas apresentarão um crescimento significativo até 2016, dado que possuímos 582 MW de capacidade instalada em construção e com alta previsibilidade daí em diante.

A estabilidade de receita e de fluxo de caixa por prazos longos faz com que o retorno sobre os investimentos seja estável e previsível. Além disto, uma vez em operação, os custos de nossas atividades são reduzidos, gerando uma alta margem EBITDA. Em razão disso e devido às características de longo prazo e de custo atrativo das linhas de financiamento do BNDES, principal financiador do setor elétrico brasileiro, nossos projetos permitem a obtenção de volumes substanciais de financiamento em relação ao valor total do investimento, o que acreditamos permitir o aumento de retorno para os acionistas.

Liderança no crescente mercado de energias renováveis no Brasil

Somos a maior companhia brasileira de geração de energia a partir de fontes renováveis, com 1.735 MW de capacidade em operação e em construção, de acordo com dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>), cuja energia encontra-se comercializada através de contratos de longo prazo. Ademais, em 31 de março de 2013 possuíamos 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Acreditamos possuir uma escala que nos permite aproveitar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como resultado de sinergias de custos, relacionamento com fornecedores, operação integrada e capacidade de gerenciamento de projetos.

Acreditamos que a estimativa de forte crescimento da demanda de energia e a consequente previsão de expansão da capacidade instalada no País, notadamente nas fontes renováveis, conjugados com o nosso posicionamento no setor e nosso portfólio robusto de projetos, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado de energias renováveis brasileiro.

7.9 - Outras informações relevantes

Portfólio de ativos de qualidade e diversificado entre fontes, sendo um player que captura o crescimento nas quatro fontes de energias renováveis

Nosso portfólio de ativos em operação e em construção em termos de energia contratada é composto por 25% de PCHs, 58% de Parques Eólicos, 17% de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, além de uma Usina Solar Fotovoltaica já em operação de 1,1 MW de capacidade instalada. A diversificação de nosso portfólio entre as quatro fontes nos permite aproveitar o crescimento em cada uma delas e minimizar riscos associados à dependência de uma única fonte, além daqueles riscos relativos à expansão do nosso portfólio no caso de uma fonte específica apresentar dificuldades de competir pela sua viabilização perante as outras fontes. Adicionalmente, nossos ativos estão diversificados geograficamente em oito estados brasileiros, o que minimiza riscos associados a (i) problemas climáticos ou hidrológicos específicos de uma determinada região e (ii) riscos associados a condições adversas de sub-mercados regionais, melhorando a condição média de operação e manutenção de nossas usinas.

Adicionalmente, nossos contratos de venda de energia encontram-se diversificados entre as duas categorias de consumidores, sendo que, até 31 de março de 2013, 40% foram firmados no mercado livre e 60% no mercado regulado.

Seguimos critérios rigorosos no desenvolvimento, na construção e na operação de nossos ativos, buscando excelência técnica e operacional na gestão de todas as fases em que atuamos. Procuramos nos associar a fornecedores e parceiros de reconhecida capacidade técnica, de forma a assegurar a qualidade dos equipamentos e serviços aplicados em nossos projetos.

Experiência destacada e integrada no ciclo de desenvolvimento de projetos, capturando valor em toda a cadeia

Atuamos de forma integrada em todas as fases do ciclo de um projeto, ou seja, na prospecção e identificação, no desenvolvimento, na construção, na operação e na comercialização de energia a partir de fontes renováveis. Para isto, contamos com 327 profissionais, dentre os quais 95 engenheiros, técnicos e especialistas em energia, compondo um time com larga experiência na otimização e na gestão de projetos de engenharia, condução de processos de licenciamento ambiental e regulatório de projetos, contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos, bem como na operação e manutenção das usinas.

Acreditamos que essa atuação nos permite aumentar a qualidade técnica dos nossos projetos, minimizando os riscos de execução e mantendo custo reduzido de desenvolvimento e implantação, capturando valor em todas as etapas da cadeia de forma a maximizar retornos aos nossos acionistas.

Acreditamos, ainda, que essa atuação integrada pode ser comprovada pelo nosso histórico de construção de empreendimentos. Até o momento já construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) parques eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, que somadas ao total de projetos em operação da companhia, inclusive os adquiridos, totalizam 1.153 MW de capacidade instalada.

Comprovado histórico na execução, desenvolvimento de projetos e operação de ativo

Possuímos comprovado histórico em execução e desenvolvimento de projetos, notadamente:

- ***Construção de ativos nas quatro fontes:*** Desde o início de nossas atividades até 31 de março de 2013 construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) Parques Eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, representando 593 MW de capacidade instalada. Para tanto, temos uma rigorosa e dedicada equipe de gestão de projetos e engenharia, com 37 profissionais. Ademais, estamos construindo 18 (dezoito) Parques Eólicos e 2 (duas) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, totalizando mais 582 MW de capacidade instalada, o que acreditamos comprovar nossa experiência na construção e implementação de projetos no setor.
- ***Crescimento da nossa capacidade instalada:*** Aumentamos nossa capacidade instalada principalmente através da implementação de projetos e da aquisição de ativos e companhias em diversas etapas de desenvolvimento. Nossa capacidade instalada em operação aumentou de 47 MW em 2009 para 1.153 MW em 31 de março de 2013, o que representa uma taxa de crescimento anual de 191% (CAGR) no período. Obtivemos 68 licenças ambientais de operação e instalação, além de cinco licenças prévias e 22 outorgas do órgão regulador para a implantação de nossos projetos atuais e futuros, confirmando nossa capacidade de desenvolvimento de nossos ativos. Além de crescermos através de nossa estratégia orgânica, seguimos uma metodologia disciplinada de mapeamento do mercado para identificação e análise de projetos para aquisição. Desde o início de 2011 realizamos diversas aquisições de ativos relevantes, que incluem os Empreendimentos SIFF, Bons Ventos, Santa Luzia, Ester e Projeto Atlântica, que agregaram 557 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio.

7.9 - Outras informações relevantes

- *Crescimento substancial do nosso portfólio de ativos em desenvolvimento.* Nosso portfólio de ativos em desenvolvimento expandiu de 562 MW em 2009 para 3.818 MW em 31 de março de 2013. Entendemos que nossa capacidade de desenvolver projetos é uma competência central de nossa Companhia, sendo fundamental para nosso contínuo crescimento, aproveitamento de ganhos de escala e diversificação por fontes de energia. Esta capacidade de desenvolvimento está fundamentalmente baseada na sólida experiência da nossa equipe de desenvolvimento, que conta com 14 profissionais dedicados a esta função.
- *Capacidade de estruturar financiamentos para nossos projetos.* Nossa capacidade de implementação de projetos é suportada por uma experiência diferenciada de viabilização de financiamentos. Desde o início de nossas atividades, captamos R\$4,1 bilhões em linhas de longo prazo para o financiamento de projetos, sendo 73% com bancos de fomento, com destaque para o BNDES (principal financiador do setor elétrico brasileiro). Esses financiamentos com bancos de fomento possuem prazos médios de até 16 anos e taxas médias de TJLP + 1,7% ao ano. Desta forma, com uma equipe exclusivamente dedicada à estruturação financeira dos projetos, alcançamos uma média de alavancagem em novos projetos de 72%, o que nos confere um incremento de rentabilidade em nossos projetos.
- *Comercialização de energia.* Conseguimos aproveitar condições atrativas de preço tanto no mercado regulado quanto no mercado livre para a contratação de energia de nossos projetos, o que resulta em taxas de retorno comparativamente mais altas que aquelas de projetos dependentes apenas dos leilões no mercado regulado. Da nossa capacidade instalada contratada total de 1.735 MW, aproximadamente 40% foram negociados em contratos bilaterais no mercado livre.

Administração competente e experiente e acionistas altamente reconhecidos no setor

Os membros de nossa administração possuem extensa experiência em nosso ramo de atividade, com uma média de 23 anos de experiência no setor de energia elétrica brasileiro. Dentre as principais competências de nossa equipe, destacamos: (i) capacidade comprovada na gestão, implementação e construção de projetos; (ii) identificação de oportunidades de mercado e aquisição de ativos e empresas; (iii) comercialização de energia dos projetos; (iv) otimização operacional dos ativos; (v) estruturação financeira dos projetos permitindo a otimização do retorno sobre capital investido.

Nosso acionista controlador, a CPFL Energia possui experiência significativa no setor, sendo o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, líder no Brasil nos segmentos de distribuição e comercialização de energia e o segundo maior grupo privado no segmento de geração de energia do País, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>). A CPFL Energia adota as mais elevadas práticas de governança corporativa no Brasil possuindo ações listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa e ADRs na Bolsa de Nova Iorque.

Nossos acionistas provenientes da ERSa aportaram sólida experiência técnica no desenvolvimento de projetos, forte componente empreendedor na gestão de nossa Companhia e foco em resultados.

Atualmente, conjugamos em nossa equipe os melhores aspectos oriundos dos dois blocos de acionistas e temos permeado em todos os níveis da nossa Companhia os principais conceitos que definem nossa estratégia e orientação a resultados. Possuímos uma estrutura sólida de governança corporativa e uma rígida política de sustentabilidade.

Nossa Estratégia

Ocupamos uma posição de liderança na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil e pretendemos manter e fortalecer esta posição, tanto em tamanho quanto em rentabilidade. Acreditamos estar em posição privilegiada para alcançar nosso objetivo de crescimento sempre buscando a maximização de retorno para nossos acionistas, aproveitando-nos de nossos pontos fortes. Neste sentido, pretendemos executar de forma consistente nosso plano de negócios e para alcançarmos nosso objetivo temos como principais estratégias:

Executar nosso plano de crescimento por meio do desenvolvimento de projetos e da aquisição de ativos de energia renovável no Brasil

Pretendemos aumentar ainda mais o crescimento rentável de nosso negócio por meio de uma estratégia que busque combinar de maneira eficiente o crescimento orgânico, por meio do desenvolvimento de projetos, e o crescimento via aquisições de ativos e projetos, mantendo nossa disciplina técnica e financeira de forma a criar e maximizar valor para os nossos acionistas.

7.9 - Outras informações relevantes

Em relação ao crescimento orgânico, acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiar da forte expansão da capacidade instalada projetada no País, notadamente nas fontes renováveis, dada a nossa posição de liderança no setor e nosso portfólio robusto de projetos. Contamos com um time interno de engenheiros e técnicos altamente qualificados, experientes e especializados na prospecção e no desenvolvimento de ativos de energia renovável. Dos nossos 3.818 MW de capacidade instalada de projetos em desenvolvimento, 527 MW estão prontos para vender energia e iniciar construção nos próximos 12 meses. Estimamos ainda que outros 1.077 MW estarão prontos para vender energia e iniciar construção ao longo dos próximos três anos e que os demais projetos estarão em tal estágio após 2016. Temos, ainda, uma dedicada e experiente estrutura interna de engenharia, suprimentos e construção, que é responsável pela gestão da construção de nossos projetos. Pretendemos continuar desenvolvendo e explorando nossos projetos no setor de energia renovável com disciplina financeira e com foco na maximização do retorno aos nossos acionistas.

Acreditamos que o mercado brasileiro de geração de energia através de fontes renováveis possui diversas oportunidades de crescimento através de aquisições, dada sua alta fragmentação. Acreditamos que seremos capazes de continuar nosso crescimento via aquisições selecionadas, visando à consolidação do setor dada a alta experiência e comprovado histórico de nossa equipe que atua no monitoramento, prospecção e avaliação de ativos, aliada à nossa capacidade financeira, que será reforçada com a Oferta. Atualmente possuímos 1.122 MW de capacidade instalada em análise para aquisição de projetos em diversos estágios de desenvolvimento.

Crescer através da nossa capacidade diferenciada de comercialização de energia

Nossa estratégia é manter a exploração das duas alternativas de comercialização de energia, mercado regulado (ACR) e mercado livre (ACL), de forma a viabilizar o crescimento sustentável do nosso portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 40% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio remanescente de 16 anos e 60% no mercado regulado a um prazo médio remanescente de 19 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos três anos foram realizados oito leilões, totalizando mais de 9,0 GW de capacidade instalada com energia comercializada. Pretendemos focar nossa capacitação técnica e financeira, bem como buscar todas as economias de escala e sinergias operacionais disponíveis para obter sucesso em tais leilões.

Em paralelo, buscaremos de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda acreditamos que se encontra abaixo de seu potencial, e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. Estimamos que o mercado livre seja de 24 GW médios, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, dos quais apenas 14,8 GW médios ou 61,1% foram explorados. Com o auxílio da reconhecida experiência em comercialização do nosso acionista controlador, que atualmente conta com a maior comercializadora do País em participação de mercado com 10% de *market share* neste setor, pretendemos focar nossa atuação nesse segmento de consumidores.

Para tanto, firmamos com a CPFL Brasil um acordo sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos tem como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Deveremos manter um volume de 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo realizaremos uma cotação de mercado para 40% da energia dos nossos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, poderemos aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, ficaremos livres para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço. Para maiores informações sobre o regulamento, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

Continuar buscando maximizar a rentabilidade de nossos ativos através de ganhos de escala, captura de sinergias e utilização de alavancagem financeira

Buscamos maximizar o retorno de nossos ativos através da redução de custos por meio de ganhos de escala, da captura de sinergias entre ativos, dos ganhos de eficiência operacional e da alavancagem financeira. Acreditamos, que dada nossa posição de liderança e crescente escala de nosso portfólio, seremos capazes de capturar sinergias operacionais e financeiras em diversas vertentes, como, por exemplo, negociação com fornecedores, compartilhamento de custos e despesas entre ativos geograficamente próximos e redução de custos financeiros.

Como exemplo, a incorporação dos Parques Eólicos de Bons Ventos (157,5 MW de capacidade instalada), localizados no Estado do Ceará, ao nosso portfólio, que inclui os Empreendimentos SIF (210 MW de capacidade instalada), localizados no mesmo Estado, ocorrida em 2012 nos permitirá realizar sinergias através de reduções nas despesas gerais e administrativas desses ativos.

Explorar oportunidades em novas fontes de energia renovável com base em inovação e tecnologia

Na primeira etapa de nosso plano de negócios, focamos nossa atuação em PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Pretendemos continuar explorando e investindo em oportunidades de inovação envolvendo novas tecnologias de energia renovável, como energia solar, energia proveniente de resíduos e do biogás. Para isto, pretendemos monitorar e testar outras tecnologias potencialmente viáveis, focando naquelas que se mostrarem mais competitivas e eficientes. Por exemplo, atualmente possuímos um projeto em operação de energia solar que iniciou operação em novembro de 2012 com capacidade instalada de 1,1 MW de capacidade instalada. Cenários de oferta limitada de energia e de alta nos preços favorecem a implementação de novos empreendimentos e fontes alternativas de energia renovável, uma vez que esses geram energia limpa e são incentivadas pelo Governo Federal de diversas formas. Nossa intenção é estar presente em todas as tecnologias que se mostrarem técnica e economicamente viáveis e, para tanto, continuaremos a investir no desenvolvimento de projetos piloto de energia, buscando sempre permanecer na vanguarda tecnológica no nosso setor.

Atualmente temos um portfólio de projetos em desenvolvimento com cerca de 345 MW de energia solar.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental, que tem como compromissos:

Compromisso com o desenvolvimento sustentável. Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.

Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.

Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.

Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.

Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam a educação, a cultura e o lazer das populações atingidas.

Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

7.9 - Outras informações relevantes

Assim, em geral, os programas socioambientais são instrumentos para a implementação de medidas, obras e dispositivos hábeis que promoverão a mitigação dos impactos ambientais e a harmonização do empreendimento ao local de instalação, além de potencializar os impactos positivos previstos para a região.

Apresentamos a seguir os principais programas socioambientais implantados durante a construção dos empreendimentos da Companhia.

1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os públicos-alvo da comunicação social são os proprietários de terra afetados, as comunidades onde o empreendimento está inserido, bem como representantes do poder público e de associações/entidades dos municípios onde o empreendimento será implantado. Nesse âmbito são elaborados e distribuídos periodicamente folhetos, informativos, cartazes, além da formalização de contatos e reuniões com a comunidade para esclarecimento de dúvidas e divulgação das ações dos demais programas ambientais e do andamento das obras.

2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O objetivo desse programa é transmitir à comunidade informações e conhecimento dos principais temas sócio-ambientais atuantes na região de implantação da PCH. Também é focada a importância da preservação do patrimônio natural da região. São realizados eventos educativos com a comunidade, com distribuição de cartilhas de educação ambiental, palestras com temas ligados ao meio ambiente local e participação nas escolas da comunidade para conscientização e educação dos alunos. Os temas mais frequentes são: lixo e reciclagem, conservação de solo, preservação da mata ciliar, assoreamento dos rios, uso e conservação da água, biodiversidade.

3. PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este programa consiste na instalação de um Posto de Atendimento Social – PAS – à comunidade, onde um assistente social, um advogado e um psicólogo ficam a disposição para dar assistência e orientação à população. São realizadas atividades de cunho comunitário, como Atividades de Conscientização, Educação Ambiental, Saúde e Lazer. Também é no PAS que a comunidade candidata-se aos postos de trabalho oferecidos durante a construção do empreendimento.

4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Este projeto tem por objetivo acompanhar as possíveis mudanças socioeconômicas, no contexto de implantação e operação da PCH, enfatizando: estruturas produtivas e fundiárias, impactos na demanda a serviços sociais, na renda e emprego local, conflitos com a comunidade e o desenvolvimento da atividade do turismo, com intuito de verificar os impactos socioeconômicos ocasionados e formular ações junto à comunidade e ao poder público municipal.

5. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Este programa inclui avaliar e caracterizar a qualidade das águas do rio em questão, no trecho onde está sendo construído o empreendimento. O monitoramento dos cursos d'água na fase de implantação visa acompanhar as possíveis alterações na qualidade da água em função das obras. Nas PCHs, inclui também um levantamento dos Usos das Águas no Trecho de Vazão Reduzida, de forma a verificar junto aos moradores das propriedades possíveis interferências nos usos da água praticados nesses estabelecimentos, além de avaliar as condições de permanência das famílias em seus atuais locais de moradia e produção.

6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FAUNA

Este projeto visa acompanhar a sucessão de espécies animais nas diferentes fases do empreendimento (construção e operação). São utilizadas técnicas de inventário e monitoramento, como observação direta, armadilhagem científica, redes de neblina, levantamento de vestígios (pegadas), bio-vocalização, procurando amostrar as espécies ocorrentes e as alterações nas populações e comunidades. Também se verifica a presença de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção e a situação de conservação dessas espécies na região do empreendimento. Esse programa abrange os Projetos de Monitoramento da Herpetofauna (anfíbios e répteis), Monitoramento da Avifauna (aves), Monitoramento da Mastofauna (mamíferos) e Projeto de Resgate de Fauna. Esse último está voltado ao acompanhamento e resgate dos animais deslocados durante o desmatamento e enchimento do reservatório.

7.9 - Outras informações relevantes

7. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE ICTIOFAUNA

O Programa de Monitoramento de Ictiofauna visa o acompanhamento das transformações ocorridas sobre a comunidade íctica em razão da alteração do regime hidráulico – lótico x lântico na construção das PCHs. Os resultados fornecem subsídios para a adoção de medidas para a conservação da ictiofauna local. São feitas campanhas de monitoramento regulares, comparando resultados entre a fase de implantação e a fase de operação da usina. Também se insere no âmbito desse programa o Projeto de Resgate de Peixes durante o desvio do rio e o enchimento do reservatório.

8. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FLORA

Assim como para a fauna, a vegetação existente na área do empreendimento é monitorada através da coleta de informações fitossociológicas, fenológicas e ecológicas das espécies ocorrentes na região. Também está inserido nesse programa o Projeto de Resgate de Flora, cujo escopo é a coleta e resgate de material vegetal (frutos, sementes, estacas) necessários à produção de novos indivíduos para o plantio em áreas de proteção permanente e entorno do empreendimento.

9. PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O programa de prospecção arqueológica tem como objetivo principal efetuar levantamentos preventivos, relativos ao patrimônio arqueológico da região, por meio de intervenções prospectivas, vistorias, escavações, entre outros. Após a realização da prospecção é feito um programa de educação patrimonial, que orienta a população da região quanto à importância da preservação do patrimônio histórico e arqueológico.

10. PROJETO DE SEGURANÇA E ALERTA

Este projeto visa introduzir na comunidade posturas defensivas e estabelecer atividades que previnam a ocorrência de acidentes durante a construção, o enchimento do reservatório e a operação dos empreendimentos. As atividades previstas envolvem cadastro dos transportadores, orientação aos motoristas, adequação de acessos e estradas, reforço na sinalização, divulgação de atividades através do Programa de Comunicação Social e distribuição de material informativo.

11. PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DO CANTEIRO DE OBRAS

Este programa detalha as medidas a serem implementadas para minimizar os impactos do canteiro de obras e monitorar sua eficiência, reduzindo os riscos de instalação de processos erosivos, de contaminação das áreas dos aquíferos subterrâneos e superficiais. As medidas deste Programa visam controlar ações de desmatamento, conduzir adequadamente as águas pluviais, dispor corretamente o lixo doméstico em valas sanitárias, promover o tratamento dos esgotos domésticos e dos efluentes contendo sólidos em suspensão, óleos e graxas.

12. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Esse programa tem como objetivo estabelecer mecanismos para se proceder à mobilização e habilitação da mão-de-obra regional, visando seu aproveitamento nas obras de implantação. Nos empreendimentos construídos entre 2008 e 2010, a média de contratação de mão-de-obra local ficou em 58% do total de trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Além da geração de empregos são desenvolvidos treinamentos e capacitações aos trabalhadores, a fim de especializar esta mão-de-obra, contribuindo também para a recolocação profissional após a conclusão das obras.

13. PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DANOS À SAÚDE

O objetivo deste projeto é implementar as ações que minimizem ou neutralizem os impactos negativos causados pelo empreendimento sobre o quadro de saúde da região. Essas ações englobam o monitoramento e controle das endemias presentes na área e as conseqüências dessas endemias sobre os trabalhadores, seus dependentes, população local e indiretamente atraída. Inclui ainda a definição da infraestrutura dos serviços de saúde que serão responsáveis pela atenção médica aos trabalhadores da obra.

7.9 - Outras informações relevantes

14. PROGRAMA DE LAZER E RECREAÇÃO

O objetivo deste programa é compensar a perda do potencial de lazer turístico ou contemplativo de uma determinada atração com o estabelecimento de um novo atrativo ou melhoria de instalações e serviços já existentes. Outro objetivo é o fortalecimento das relações sociais através da criação de alternativas de lazer e recreação nas comunidades do entorno. Alguns exemplos: convênio com a Prefeitura de Antonio Dias para a construção de campo de futebol (arquibancadas e vestiários), projeto de parque aquático e de lazer (PCHs Varginha e Várzea Alegre).

15. PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E DE USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO

Esse plano tem por objetivo geral organizar um aparato de diretrizes e proposições que busquem de forma gradual o disciplinamento da conservação, recuperação, uso e ocupação do entorno do reservatório. É construído com a participação da comunidade e atende a legislação ambiental específica (CONAMA 302/2002). Nele é elaborado o Plano Diretor, que estabelece os usos e atividades permitidos para as determinadas áreas do reservatório formado.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos.

A tabela a seguir apresenta nossos atuais acionistas, bem como suas respectivas participações.

(i) Companhia

Acionista	Ações Ordinárias	% do total
<i>Controladores</i>		
CPFL Geração de Energia S.A.....	259.748.799	63,00%
<i>Minoritários</i>		
Secor LLC.....	38.082.654	9,24%
Pátria Energia FIP	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável FIP Infraestrutura	5.808.543	1,41%
FIP Brasil Energia.....	31.439.288	7,63%
FIP Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%
DEG Deutsche Investitions – und Entwicklungsgesellschaft MBH	10.205.052	2,48%
GMR Energia S.A.	9.210.360	2,23%
Roberto Sahade.....	4.132.302	1,00%
Total	412.274.029	100%

(ii) CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)

A totalidade das ações de emissão de nossa controladora direta CPFL Geração é detida por nossa controladora indireta CPFL Energia S.A.

(iii) CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”)

Em 31 de março de 2013, a nossa controladora indireta CPFL Energia tinha como acionistas controladores a ESC Energia S.A., detentora de 24,3% das ações ordinárias e totais; o BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, detentor de 29,9% das ações ordinárias e totais e Energia São Paulo FIA/Bonaire Participações S.A., detentores de 14,9% das ações ordinárias e totais.

A VBC Energia S.A. é uma companhia privada cujo capital social pertence integralmente ao Grupo Camargo Corrêa, tendo como acionistas a Átila Holdings S.A., detentora de 44,93% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais; a Camargo Corrêa Energia S.A., detentora de 28,09% das ações ordinárias e 33,33% das ações preferenciais; a Camargo Corrêa Investimento em InfraEstrutura S.A., detentora de 7,25% das ações ordinárias; e Camargo Corrêa S.A., detentora de 19,73% das ações ordinárias e 16,67% das ações preferenciais.

A Átila Holdings S.A. tem como acionistas a Camargo Corrêa S.A., detentora de 53,67% das ações ordinárias e totais, e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., detentora de 46,33% das ações ordinárias e totais. A Camargo Corrêa Energia S.A. é detida integralmente pela Camargo Corrêa Investimento em Infraestrutura S.A.

A Camargo Corrêa S.A. é detida em 99,99% pela Participações Morro Vermelho S.A.

O BB Carteira Livre I Fundo de Investimentos em Ações tem como investidor exclusivo a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. O Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações detido pelos seguintes fundos de pensão brasileiros: Fundação Cesp (Funcesp), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), Fundação Sistel de Seguridade Social (Sistel) e Fundação Sabesp de Seguridade Social (Sabesprev). E a Bonaire Participações S.A é uma sociedade integralmente detidas pelo referido Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Abaixo apresentamos uma breve descrição da CPFL Energia, nossa acionista controladora indireta:



A CPFL Energia é o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, líder de distribuição e comercialização e 2º maior grupo privado em geração de energia, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL. A empresa é reconhecida como referência internacional em governança, excelência e sustentabilidade corporativa. No setor de energias renováveis, teve sucesso na viabilização de 21 parques eólicos em construção e na aquisição recente de 4 ativos em operação, além de portfólio de projetos. A CPFL Energia possui ações listadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (ADRIII) e Novo Mercado Bovespa, com acesso aos mercados de capitais doméstico e internacional.

b. controladas e coligadas.

Participação da Companhia em Sociedades do Grupo em

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedades do Grupo em			
		mar/13	dez/12	dez/11	dez/10
Eólica Holding	Controlada	100%	100%	100%	100%
ERSA Comercializadora	Controlada	–	–	–	–
ERSA Estudos e Des. de Projetos.....	Controlada	–	–	–	–
Jayaditya Empreendimentos.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
Mohini Empreendimentos	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
PCH Holding 2	Controlada	100%	100%	100%	100%
PCH Holding	Controlada	100%	100%	100%	100%
PCH Participações.....	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Aiuruoca.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Alto Irani.....	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Bio Alvorada	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Arvoredo	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Baixa Verde	Controlada	95%	95%	95%	95%
SPE Barra da Paciência	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Boa Vista 1	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Boa Vista 2	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Cachoeira Grande	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Cajueiro	Controlada	95%	95%	95%	95%
SPE Campo dos Ventos I	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos II	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos III	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos IV	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos V	Controlada	100%	100%	100%	–
Chimay Empreendimentos.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Cocais Grande	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Bio Coopcana	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Corrente Grande.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Costa Branca	Controlada Indireta	95%	100%	100%	100%
SPE Costa das Dunas	Controlada	90%	90%	100%	100%
SPE CPFL Bio Buriti	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Formosa	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Ipe	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Pedra.....	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bioenergia	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Sul Centrais Elétricas	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Pedra Cheirosa I.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Formosa.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Icaraizinho.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Paracuru	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eurus V.....	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Eurus VI.....	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Farol de Touros	Controlada	90%	90%	90%	90%
SPE Figueira Branca	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Gameleira	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Juremas	Controlada	95%	95%	100%	100%
SPE Macacos	Controlada Indireta	95%	95%	100%	100%
SPE Navegantes.....	Controlada Indireta	95%	95%	95%	95%
SPE Ninho da Águia	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em Sociedades do Grupo em			
		mar/13	dez/12	dez/11	dez/10
SPE Paiol.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Pedra Preta.....	Controlada Indireta	95%	95%	100%	100%
SPE Penedo	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Plano Alto	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Pedra Cheirosa II.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Curral Velho I.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Curral Velho II.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Curral Velho IV	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Bitupitá I.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	-
SPE Bitupitá II.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	-
SPE Bitupitá III.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	-
SPE Salto Góes.....	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Clara I.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Clara II.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Clara III.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Clara IV	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Clara V	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Clara VI	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Cruz.....	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Luzia.....	Controlada Indireta	100%	100%	100%	-
SPE Santana	Controlada Indireta	-	-	-	-
SPE São Gonçalo	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE SIIF Cinco	Controlada Indireta	100%	100%	100%	-
SPE SIIF Desenvolvimento.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Energies.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Tombo.....	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Solar 1	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE T-15	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Varginha	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Várzea Alegre	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Mônica.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Santa Úrsula.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE São Benedito	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE São Domingos	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Ventos de São Martinho	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Ventos de Santo Dima.....	Controlada	100%	100%	100%	-
SPE Atlantica I.....	Controlada	100%	100%	-	-
SPE Atlantica II.....	Controlada	100%	100%	-	-
SPE Atlantica IV.....	Controlada	100%	100%	-	-
SPE Atlantica V.....	Controlada	100%	100%	-	-
BVP.....	Controlada Indireta	100%	100%	-	-
SPE Bons Ventos	Controlada Indireta	100%	100%	-	-
SPE Lacenas	Controlada	100%	100%	-	-
Turbina 16.....	Controlada	100%	100%	-	-
Turbina 17.....	Controlada	100%	100%	-	-

A aquisição e manutenção da participação da Companhia em cada uma das SPEs justifica-se pelo fato de que cada uma das controladas abriga um ou mais projetos de geração de energia elétrica.

c. participações da companhia em sociedades do grupo.

Não participamos em outras sociedades do grupo que não as nossas controladas.

d. participações de sociedades do grupo na companhia.

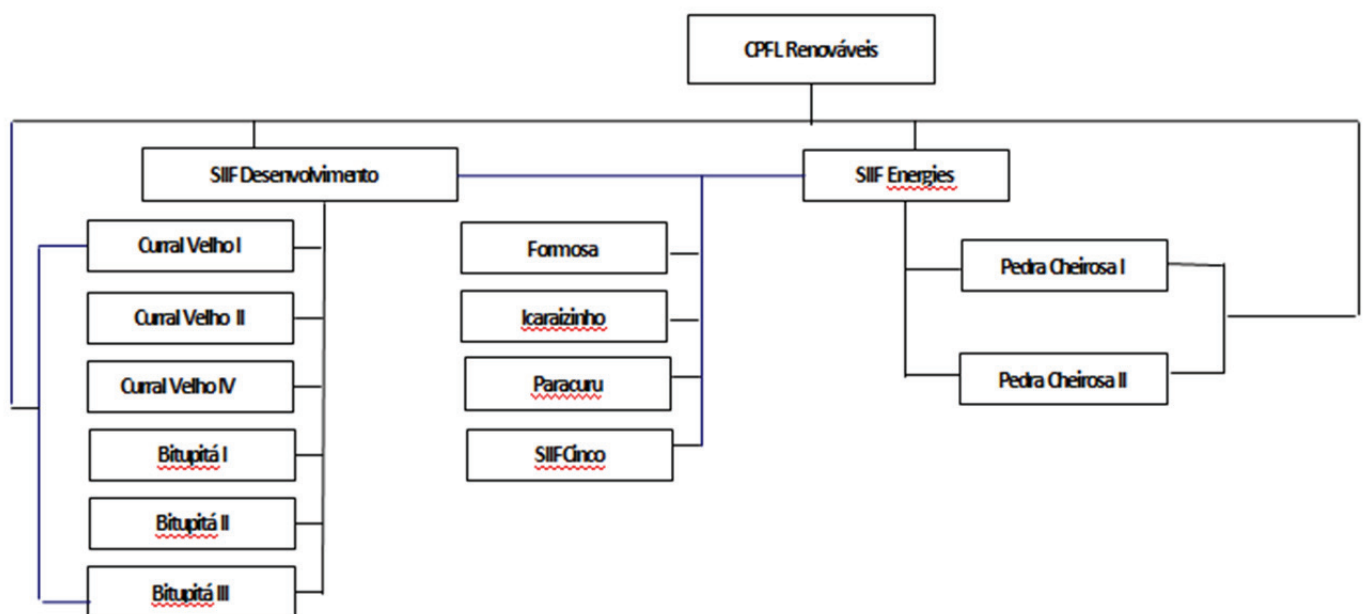
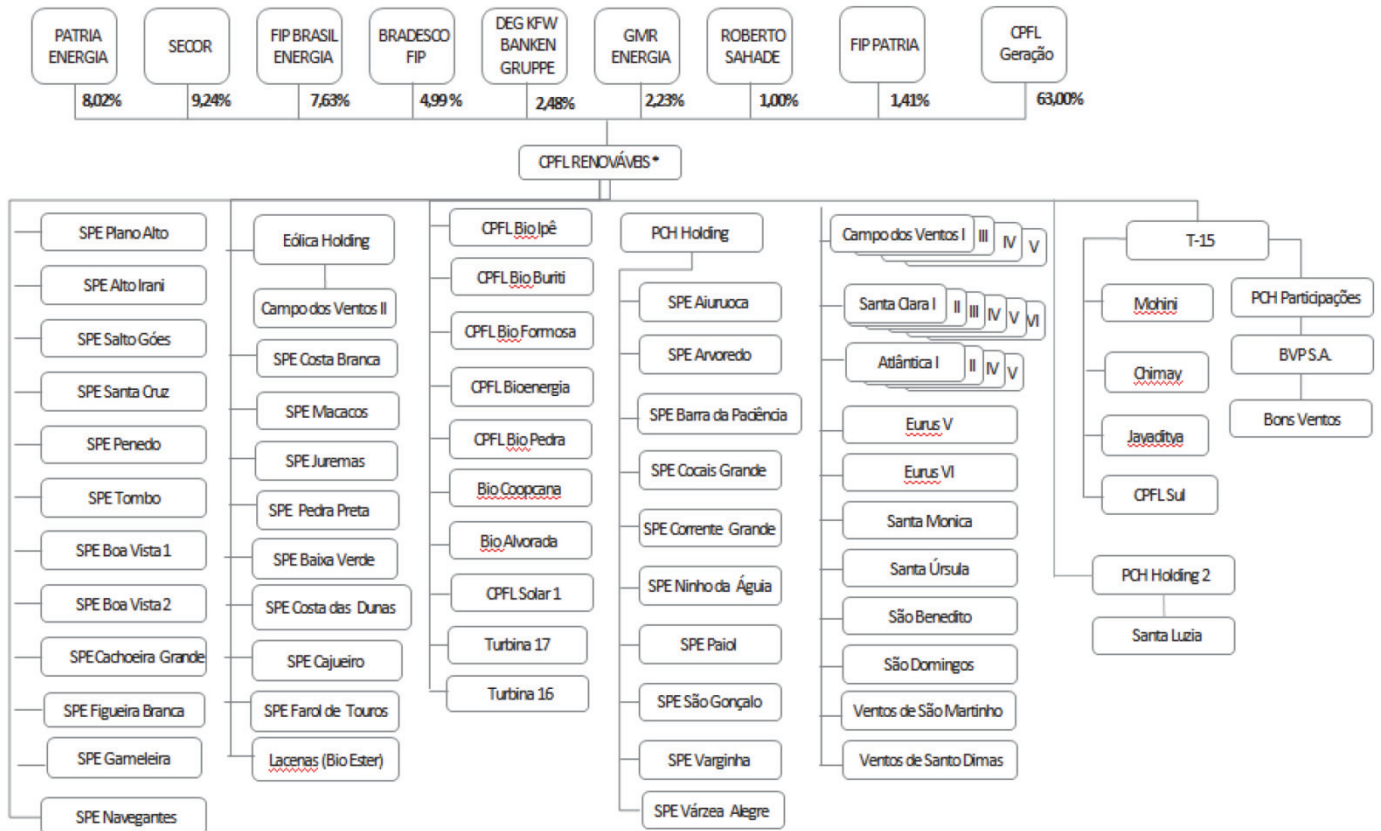
Não há participações de sociedades do grupo em nosso capital social que não as participações dos nossos controladores diretos e indiretos na Companhia.

e. sociedades sob controle comum.

Não há sociedades sob controle comum com o da Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma societário do Grupo CPFL Renováveis:



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações relativas às nossas operações de reestruturação societária, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina Hidrelétrica Americana	Brasil	SP	Americana	Própria
Usina Hidrelétrica Buritizal	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Hidrelétrica Chibarro	Brasil	SP	Araraquara	Própria
Usina Hidrelétrica Capão Preto	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Santana	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Três Saltos	Brasil	SP	Torrinha	Própria
Usina Hidrelétrica Eloy Chaves	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Jaguari	Brasil	SP	Pedreira	Própria
Usina Hidrelétrica Monjolinho	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Pinhal	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Socorro	Brasil	SP	Socorro	Própria
Usina Hidrelétrica Dourados	Brasil	SP	Nuporanga	Própria
Usina Hidrelétrica Esmeril	Brasil	SP	Patrocínio Paulista	Própria
Usina Hidrelétrica Gavião Peixoto	Brasil	SP	Gavião Peixoto	Própria
Usina Hidrelétrica Lençóis	Brasil	SP	Macatuba	Própria
Usina Hidrelétrica São Joaquim	Brasil	SP	Guará	Própria
Usina Hidrelétrica Andorinhas	Brasil	RS	Bozano	Própria
Usina Hidrelétrica Guaporé	Brasil	RS	Guaporé	Própria
Usina Hidrelétrica Saltinho	Brasil	RS	Muitos Capões	Própria
Usina Hidrelétrica Pirapó	Brasil	MT	Nortelândia	Própria
Usina Hidrelétrica Santa Luzia	Brasil	SC	São Domingos	Própria
Usina Hidrelétrica Arvoredo	Brasil	SC	Arvoredo	Própria
Usina Hidrelétrica Barra da Paciência	Brasil	MG	Gonzaga	Própria
Usina Hidrelétrica Cocais	Brasil	MG	Antônio Dias	Própria
Usina Hidrelétrica Corrente Grande	Brasil	MG	Açucena	Própria
Usina Hidrelétrica Ninho da Água	Brasil	MG	Delfim Moreira	Própria
Usina Hidrelétrica Paiol	Brasil	MG	Frei Inocência	Própria
Usina Hidrelétrica São Gonçalo	Brasil	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	Própria
Usina Hidrelétrica Varginha	Brasil	MG	Chalé	Própria
Usina Hidrelétrica Plano Alto	Brasil	SC	Xavantina	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina Termelétrica Baldin	Brasil	SP	Pirassununga	Própria
Usina Termelétrica Bio Formosa	Brasil	RN	Baia Formosa	Própria
Usina Termelétrica Bio Burity	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Eólica Paracuru	Brasil	CE	Paracuru	Própria
Usina Eólica Icaraizinho	Brasil	CE	Amontada	Própria
Usina Eólica Praia Formosa	Brasil	CE	Camocim	Própria
Usina Eólica Foz do Rio Choró	Brasil	CE	Beberibe	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "ERSA" – nº 829224360	Brasil	Registro válido até 22/12/2019	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Marca "ERSA" - nº 829238344	Brasil	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Marcas	Marca "CPFL Bioenergia" – nº 830290052	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "CPFL Bioenergia" – nº 830291881	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Marcas	Marca "CPFL RENOÁVEIS" – nº 904753301	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	11.586.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	11.496.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	11.296.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	12.709.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita I Energia S.A.	10.920.876/0001-00	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita II Energia S.A.	10.920.997/0001-51	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita III Energia S.A.	10.920.941/0001-05	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	250.305.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
BVP S.A.	08.973.545/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	195.546.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	14.259.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	14.169.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	173.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	14.781.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campos dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	13.840.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	135.674.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Burity S.A.	11.631.681/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	142.720.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	119.837.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	31/03/2013	28.567.000,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	193.409.000,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e holdings de instituição não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	44.956.000,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	17.849.000,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral Velho I Energia S.A.	10.920.640/0001-73	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral velho II Energia S.A.	10.920.707/0001-70	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	-16.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral Velho IV Energia	10.920.755/0001-68	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	89.910.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	13.689.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	69.874.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
31/03/2013		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	27.056.000,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	159.000,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	41.170.000,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Jantus S.L.	08.542.501/0001-01	-	Coligada	Espanha		Madri	A gestão e administração de valores representativos dos fundos próprios de sociedades e outras entidades.	100,000000
31/03/2013		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	0,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Jayacity Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	54.988.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	43.244.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	81.777.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	-10.545.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	443.970.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	689.546.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	10.883.378/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e distribuição de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	13.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	10.883.587/0001-88	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	-15.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	154.208.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	134.179.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	133.913.000,00	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	138.084.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	138.055.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	137.950.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	109.592.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	8.378.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	7.750.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000		0,00	Valor contábil	7.827.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	8.148.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	23.560.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras e atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	-29.216.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
SIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, distribuição de energia elétrica, holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	271.189.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	13.426.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	40.430.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Avaredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	54.777.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	295.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	59.186.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Bão Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	26.298.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	26.151.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	15.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	2.574.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	7.543.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			492.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			24.081.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			50.707.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	13.285.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	90,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	863.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	12.620.297/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	159.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	90,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	379.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	238.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	1.197.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	13.079.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/03/2013	13.678.000,00	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	6.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	43.742.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	36.473.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013		0,000000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	31/03/2013	13.509.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	31/03/2013	1.818.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	31/03/2013	27.586.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				
31/12/2010		0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Saito Goes Energia S.A.	08.933.585/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013		0,000000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	31/03/2013	88.520.000,00		
31/12/2011		0,000000		0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	6.261.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	35.568.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	933.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	305.231.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	22.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	22.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/03/2013	31.466.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	30.746.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	8.381.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	8.163.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 9 do Formulário de Referência

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades e para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R\$64.968 e R\$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A., que por sua vez serão quitadas com o desembolso do BNDES do financiamento de longo prazo dos projetos mencionados. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação.

A Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de concessão e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste	Mês e ano do início	Prazo (em anos)
Atlântica I.....	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II.....	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV.....	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V.....	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de março de 2013 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 62,7% de recursos de terceiros (passivo) e 37,3% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento para os investimentos do período.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 62,5% de recursos de terceiros (passivo) e 37,5% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento para as aquisições no ano de 2012 em relação ao exercício encerrado em 2011 em que a Companhia tinha uma estrutura de capital representada por 49,2% de recursos de terceiros (passivo) e 50,8% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido).

A Diretoria entende que a Companhia mantém uma adequada estrutura de capital, mensurada principalmente pela dívida líquida sobre o passivo total, e considerando-se que a construção dos nossos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo.

Devemos passar por um processo de desalavancagem através da geração de caixa operacional à medida que nossa capacidade instalada aumentar.

i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em razão da Companhia não possuir ações resgatáveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 31 de março de 2013, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R\$195,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R\$49,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativos circulante em relação ao passivo circulante) de R\$287,0 milhões.

Considerando a posição atual de caixa da Companhia, a geração de caixa proveniente de seus projetos e a possibilidade de obtenção de recursos no mercado financeiro, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Até a data deste Formulário de Referência, temos mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os nossos compromissos, conforme esperado, e não temos apresentado qualquer sinal de falta de liquidez. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento dos nossos negócios.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é via captação de empréstimos.

Para a implantação de seus projetos, a Companhia utiliza fontes de financiamento de longo prazo disponibilizadas por bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Nordeste, dentre outros. Esses financiamentos são estruturados preferencialmente na modalidade *Project Finance*. Para maiores informações acerca dos nossos contratos financeiros e do nosso endividamento, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Até 31 de março de 2013, não utilizamos fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossa Diretoria acredita que nossa geração de caixa operacional garante nossa capacidade de pagamento da nossa dívida. Havendo eventuais necessidades de caixa no curto prazo, acreditamos poder ter acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no País.

Durante períodos apresentados, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos ou que possuam derivativos embutidos. A Companhia não tem contratos com estas características, ou similares, que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

Devido à reestruturação societária da Companhia descrita no item 10.3.b abaixo, os números aqui representados não podem ser comparados com os dos anos anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Endividamento

Contratos Financeiros

Em 31 de março de 2013 possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$3.206,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$3.199,0 milhões e R\$1.475,1 milhões, respectivamente.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2013.

As tabelas abaixo apresentam a composição de nosso endividamento nas datas indicadas:

	Consolidado					
	31/03/2013					31/12/2012
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Total	
BNDES (a)	1.123	31.711	32.834	343.915	376.749	384.629
BNDES (b)	935	38.308	39.243	318.114	357.357	366.875
SAFRA (c)	1.195	24.750	25.945	27.500	53.445	52.546
BNDES (d)	413	11.369	11.782	109.904	121.686	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.147	9.924	11.071	130.871	141.942	144.252
HSBC (f)	8.213	56.000	64.213	340.467	404.680	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.337	6.596	7.933	172.417	180.350	181.924
Nordic Investment Bank (g)	297	7.820	8.117	73.540	81.657	82.489
BNDES (g)	639	20.959	21.598	192.196	213.794	218.866
Nota promissória (h)	3.627	230.000	233.627	–	233.627	331.538
BNDES (i)	1.412	1.833	3.245	70.944	74.189	71.742
BNDES (j)	164	8.098	8.262	57.748	66.010	68.024
BNDES (k)	8.437	35.434	43.871	583.054	626.925	616.806
BNDES (l)	14	3.271	3.285	609	3.894	4.818
BNDES (m)	185	2.266	2.451	96.618	99.069	98.048
BNDES (n)	164	7.399	7.563	46.366	53.929	54.413
BNDES (o)	402	117.062	117.464	–	117.464	–
	29.704	612.800	642.504	2.564.263	3.206.767	3.199.001

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos não circulante está apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado
2014	196.846
2015	226.178
2016	234.216
2017	237.522
2018	250.974
2019 a 2023	995.306
2024 a 2028	413.063
2029 a 2030	10.158
Total – não circulante	2.564.263

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo relevantes celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2013.

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R\$404.105 (valor original). As demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$376.749.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas – CCEIs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu os *covenants* em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

b) Operação com BNDES na Controladora – Biomassas

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R\$377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que se iniciou em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$357.357.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) da nota explicativa referida acima são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation – IFC”, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$53.445.

d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R\$91.350 e de R\$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuacú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$121.686.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem ou restrinja o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Para a transferência do controle da Companhia foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R\$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default.

Em 31 de março de 2013, em função da obtenção do *waiver* junto ao Banco do Brasil, mencionada anteriormente, a Companhia classificou o saldo de R\$112.747 no passivo circulante.

e) Empréstimos oriundos da Jantus

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$141.942.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R\$56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$16.911 conforme *covenant* de financiamento.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R\$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$404.680.

g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R\$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no valor de R\$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e R\$85.135 com o Nordic Investment Bank – NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$475.801, sendo R\$180.350 do BNB, R\$213.794 do BNDES e R\$81.657 do NIB.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas – CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

Em janeiro de 2013, as controladas Alvorada e Coopcana liquidaram o financiamento com recursos provenientes do empréstimo de longo prazo firmado com o BNDES vide letra “m” dessa nota. Já as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V liquidaram o financiamento via nova emissão de notas promissórias junto ao Banco do Brasil, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$233.627.

i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R\$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 31 de março de 2013, foi desembolsado o montante de R\$69.982. O saldo remanescente, de R\$15.262, deve ser liberado até setembro de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$74.189.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.
- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.
- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado – CCEARs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$66.010.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.
- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R\$572.858. O saldo remanescente, de R\$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária entre o grupo CPFL e ERSA, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$626.925.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$3.894, sendo R\$3.054 contraídos com o Itaú e R\$840 contraídos com o Banco do Brasil.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$98.000. O saldo remanescente, de R\$111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$99.069.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada
- Conta Reserva
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R\$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$53.929.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois se referem ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R\$39.175
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Penhor de Ações da Controlada
- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

o) Operação com BNDES no Complexo Macacos

Em 2012, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$175.476, na modalidade Empréstimo Ponte, que serão destinados para as controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano, com amortização no vencimento em abril de 2014.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R\$115.616. O saldo remanescente, de R\$59.860, deve ser liberado até março de 2014. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$117.464.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor de Ações das controladas
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

Debêntures

	Consolidado					
	31/03/2013					31/12/2012
	Circulante Encargos	Principal	Total Circulante	Não circulante Principal	Total	Total
Debêntures conversíveis FDNE – SUDENE (i).....	2.179	33.950	36.129	503.594	539.723	531.846
(-) Custos de captação.....	–	–	–	(15.166)	(15.166)	(15.539)
Debêntures CPFL Renováveis (ii).....	12.683	–	12.683	430.000	442.683	433.761
(-) Custos de captação.....	–	–	–	(2.965)	(2.965)	(3.079)
Debêntures PCH Holding 2 (iii).....	–	–	–	178.391	178.391	174.895
(-) Custos de captação.....	–	–	–	(1.904)	(1.904)	(1.927)
	14.862	33.950	48.812	1.091.950	1.140.762	1.119.957

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Vencimento	Consolidado
2014	33.596
2015	83.995
2016	85.297
2017	85.297
2018	106.797
2019 a 2023	549.373
2024 a 2028	147.595
Total – não circulante	1.091.950

i) Debêntures conversíveis das SPEs Eólica Paracuru, Eólica Icaraizinho, SIIF Cinco e Eólica Formosa:

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R\$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R\$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$21.746.

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Siif Energies deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As controladas da Siif Energies são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.
- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.
- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu os *covenants* em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Conforme análise da Administração, as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, conseqüentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

ii) Debêntures da PCH Holding 2:

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$158,2 milhões com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI – Depósito Interbancário, acrescidos de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$2,2 milhões, que foram consideradas como custos de captação contabilizadas como redutora no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

Abaixo seguem as principais características das debêntures:

Garantidora: as Debêntures são garantidas pela CPFL Energias Renováveis S.A. (“Garantidora”), responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.

Prazo: as Debêntures têm prazo de vigência de onze anos e seis meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de junho de 2023 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

Amortização: há um período de carência de 42 meses contados da Data de Emissão.

Remuneração: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de vencimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resgate Antecipado: a partir do 42º mês contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas antecipadamente (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma: (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos debenturistas com antecedência de dez dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado (“Comunicação de Resgate Antecipado”), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data para o resgate integral das Debêntures e o efetivo pagamento aos debenturistas; (b) menção ao preço de resgate, conforme abaixo definido; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e (ii) o Resgate Antecipado será feito pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, acrescido de um prêmio fixo sobre o valor resgatado de acordo com os seguintes percentuais (“Prêmio de Resgate”):

Mês Decorrido	Percentual do Prêmio
42	1,05%
48	1,0%
54	0,95%
60	0,90%
66	0,85%
72	0,80%
78	0,75%
84	0,70%
90	0,65%
96	0,60%
102	0,55%
108	0,50%
114	0,40%
120	0,30%
126	0,20%
132	0,10%
138	0,05%
144	0,00%

Vencimento Antecipado: as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento: (a) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com os Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, pelos Debenturistas, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive no exterior, exceto se tal rescisão for por comum acordo entre as partes; (b) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou da Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive no exterior; (c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures; (d) liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou da Garantidora e/ou a cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, sem que haja a prévia anuência dos Debenturistas; (e) realização de redução de capital social da Emissora e/ou Garantidora, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (f) proposta pela Emissora e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou Garantidora; (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor individual

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ou agregado, superior a R\$50.000.000,00, salvo se, no prazo de 30 dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foi concedida liminar de sustação de protesto; (h) falta de cumprimento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora e/ou Garantidora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, no prazo de 30 dias corridos; (j) não pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas na Escritura de Emissão; (k) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora estejam inadimplentes com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 dias corridos da data estipulada para pagamento; (m) não observância pela Emissora e/ou pela Garantidora por dois semestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas dos doze últimos meses, ao final de cada semestre, em até 15 dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures (“Índices Financeiros”): (i) índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 80%. O índice é calculado como a razão entre o total de dívida dividido pela somatória de dívida e patrimônio líquido; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidada (“ICSD”) com caixa acumulado maior ou igual 1,15x. Entende-se que o ICSD corresponde ao EBITDA menos impostos, menos variação do capital de giro, mais caixa, dividido pela despesa financeira bruta, mais amortização de principal do período. (n) transformação da Emissora e/ou da Garantidora em sociedade limitada; ou (o) perda ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões ou autorizações da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de uma ou mais de suas subsidiárias.

Garantia Fideijussória: como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias das Debêntures, a Garantidora prestou fiança em favor dos Debenturistas (“Fiança”), estes representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, por meio de um Instrumento Particular de Fiança celebrado em 20 de dezembro de 2011.

iii) Debêntures da Companhia

Em maio de 2012, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$430 milhões com vencimento em 2022, para aquisição de ativos e investimento em projetos em andamento. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI – Depósito Interbancário, acrescidos de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023.

Abaixo seguem as principais características das debêntures:

Garantia Real: As Debêntures serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A. (“PCH Holding”), empresa controladora das empresas SPE Aiuruoca Energia S.A., SPE Arvoredo Energia S.A., SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Cocais Grande Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., SPE Varginha Energia S.A. e SPE Ninho de Águia Energia S.A. (em conjunto “Subsidiárias da PCH Holding”); (ii) cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A. (“BVP”), empresa controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., titular do complexo eólico Bons Ventos (EOL Taíba Albatroz, EOL Canoa Quebrada, EOL Bons Ventos e EOL Enacel) (“Subsidiária da BVP”); e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculadas pelas quais deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A., nos termos definidos na escritura de emissão, conforme o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”) (“Garantia Real”).

Prazo: as Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da data de emissão, qual seja 21 de maio de 2012 (“Data de Emissão”), vencendo-se, portanto, em 21 de maio de 2023 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

Amortização: há um período de carência de 36 meses contados da Data de Emissão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Remuneração: a remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP (“*Taxa DI*”), acrescida de uma sobretaxa (“*spread*”) de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Resgate Antecipado: A partir da Data de Emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das Debêntures de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.

Vencimento Antecipado: as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento: (a) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), apenas para a hipótese de inadimplemento; (b) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto se previa e expressamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (c) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (d) proposta pela Emissora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora; (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou suas subsidiárias que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias em juízo; (f) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (g) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou suas subsidiárias e não devidamente elidido pela Emissora e/ou suas subsidiárias no prazo de 15 (quinze) dias corridos; (h) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contados da data devida; (i) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da data estipulada para pagamento; (k) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora referentes a um período de 12 (doze) últimos meses, ao final de cada ano, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures (“Índices Financeiros”): (l) transformação da Emissora em sociedade limitada; (m) perda, não renovação ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões e/ou autorizações de uma ou mais subsidiárias da Emissora que represente mais de 10% (dez por cento) da receita líquida anual consolidada da Emissora; (n) caso a Garantia Real prevista na cláusula 4.16 da Escritura de Emissão venha a se tornar ineficaz ou inexecutável, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua ocorrência ou a Garantia Real não seja reforçada, observado que tal reforço deverá ser previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (o) contração de novas dívidas pelas Subsidiárias da PCH Holding em montante que ultrapasse individualmente R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (p) não manutenção de controle acionário das Subsidiárias da PCH Holding pela Emissora; e (q) não manutenção do controle acionário da Emissora pela CPFL Energia S.A., sendo que a CPFL Energia S.A. deverá deter pelo menos 50% + 1 ação de controle da Emissora.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES na modalidade FINEM em 2010 no montante de R\$574,1 milhões, destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus V, utilizamos até o momento R\$572,9 milhões. O saldo remanescente, de R\$1,2 milhões, deve ser liberado até abril de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R\$85,2 milhões, destinados à controlada direta Salto Góes, utilizamos até o momento R\$70,0 milhões. O saldo remanescente, de R\$15,3 milhões, deve ser liberado até setembro de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R\$209,0 milhões, destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana, utilizamos até o momento R\$98,0 milhões. O saldo remanescente, de R\$111,0 milhões, deve ser liberado até setembro de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R\$175,5 milhões, destinados às controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, utilizamos até o momento R\$115,6 milhões. O saldo remanescente, de R\$59,9 milhões, deve ser liberado até março de 2014.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Conforme melhor detalhado nos itens 10.4a e 10.4b deste Formulário de Referência, a Companhia foi objeto da reestruturação descrita no item 10.3.b deste Formulário de Referência e concluída em 24 de agosto de 2011. As empresas Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. ("ERSA"), CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") contribuíram seus ativos em energias renováveis nesta associação.

Na operação CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável. A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA e, em 24 de agosto de 2011, o Conselho de Administração e os acionistas da ERSA aprovaram a mudança da denominação da ERSA para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia").

O tratamento contábil desta reestruturação resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 e IFRS 3 (R), uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração e CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente a maior parte das ações ordinárias com poder de voto da ERSA, passando a controlar de fato essa sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considera-se, para efeitos contábeis, a SMITA como adquirente econômica.

Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para os períodos comparativos devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011, esta não tem demonstrações financeiras consolidadas para períodos anteriores, e, conseqüentemente, não possui informações a serem comparadas anteriormente a esta data.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios e períodos indicados.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806,4	100%	171,9	100%	369%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387,8)	(48%)	(45,7)	(27%)	749%
LUCRO BRUTO	418,6	52%	126,2	73%	232%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(84,5)	(10%)	(54,4)	(32%)	55%
Remuneração dos administradores	(6,0)	(1%)	(6,0)	(3%)	–
Depreciação e amortização	(2,0)	(0%)	(0,3)	(0%)	567%
Amortização do direito de exploração	(111,0)	(14%)	(18,9)	(11%)	487%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	0,7	0%	(100%)
Total	(203,5)	(25%)	(78,9)	(46%)	158%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS					
FINANCEIROS	215,1	27%	47,3	28%	355%
Receitas financeiras	56,5	7%	57,0	33%	(1%)
Despesas financeiras	(254,1)	(32%)	(34,8)	(20%)	630%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social – correntes	17,5	2%	69,5	40%	(75%)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(36,2)	(4%)	(5,7)	(3%)	535%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	27,0	3%	7,1	4%	280%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8,3	1%	70,9	41%	(88%)

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$806,4 milhões, representando um crescimento de 369% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aquisição da Jantus, em dezembro de 2011, de forma que houve somente reconhecimento de 1 mês de receita dessa controlada em 2011, enquanto que em 2012 foram reconhecidos 12 meses;
- Aquisição da Santa Luzia em dezembro de 2011, de forma que não foi reconhecida receita desta controlada em 2011, enquanto em 2012 foi reconhecida receita nos 12 meses;
- Aquisição da Bons Ventos em junho de 2012, de forma que foi reconhecida receita somente de 7 meses em 2012;
- Entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra em maio de 2012 e Bio Ipê em maio de 2012.

O custo de geração de energia elétrica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$387,8 milhões, representando um crescimento de 749% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento decorre da apropriação dos custos das controladas adquiridas e que iniciaram suas operações, conforme descrito anteriormente.

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$418,6 milhões, contra um lucro bruto de R\$126,2 milhões apresentado no exercício social anterior, representando um crescimento de 232%.

As (despesas) receitas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foram R\$203,5 milhões de despesas, representando um crescimento de 158% em relação ao exercício anterior. Esse incremento decorre, principalmente, da amortização dos direitos de exploração das controladas adquiridas ao longo de 2012 e 2011, sendo elas: Jantus a partir de dezembro de 2011, Santa Luzia a partir de janeiro de 2012, Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012.

O lucro operacional antes dos efeitos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$215,1 milhões e de R\$47,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 355%.

As receitas financeiras mantiveram-se substancialmente estáveis, sendo R\$56,5 milhões e R\$57,0 milhões em 2012 e 2011, respectivamente, representadas, substancialmente, por rendimento de aplicações financeiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$254,1 milhões, representando um incremento de 630% em relação a 2011. Esse incremento decorre principalmente pelos seguintes motivos:

- Assunção das dívidas das seguintes controladas adquiridas: Jantus a partir de dezembro de 2011, Santa Luzia a partir de janeiro de 2012, Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012;
- Obtenção de financiamentos para a aquisição da Bons Ventos;
- Emissão de debêntures para a aquisição da Santa Luzia;
- Liberações de financiamentos para a conclusão da construção do Complexo Santa Clara, Bio Pedra, Bio Ipê, dentre outras.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$17,5 milhões e de R\$69,5 milhões em 31 de dezembro de 2011.

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$9,2 milhões negativos, já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$1,4 milhões positivos.

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$8,3 milhões e de R\$70,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

	31/03/2013	AV%	31/03/2012	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	229,0	100%	134,7	100%	70%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(129,9)	(57%)	(69,0)	(51%)	88%
LUCRO BRUTO	99,1	43%	65,7	49%	51%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(9,4)	(4%)	(9,9)	(7%)	(5%)
Remuneração dos administradores	(1,5)	(1%)	(1,8)	(1%)	(17%)
Depreciação e amortização	(0,6)	(0%)	(0,1)	(0%)	500%
Amortização do direito de exploração	(32,0)	(14%)	(21,8)	(16%)	47%
Total	(43,5)	(19%)	(33,6)	(25%)	29%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	55,6	24%	32,1	24%	73%
Receitas financeiras	9,6	4%	14,2	11%	(32%)
Despesas financeiras	(75,2)	(33%)	(36,8)	(27%)	104%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(10,0)	(4%)	9,5	7%	(205%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(10,6)	(5%)	(6,7)	(5%)	58%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	5,5	2%	8,4	6%	(35%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15,1)	(7%)	11,2	8%	(235%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita operacional líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R\$229,0 milhões, representando um crescimento de 70% em relação ao mesmo período de 2012. Esse crescimento decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aquisição da Bons Ventos em junho de 2012, de forma que foi reconhecida receita somente de 3 meses em 2013;
- Entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra em maio de 2012, Salto Góes em dezembro de 2012 e Bio Ipê em maio de 2012.

O custo de geração de energia elétrica no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de R\$129,9 milhões, representando um crescimento de 88% em relação ao período anterior. Esse crescimento decorre da apropriação dos custos das controladas adquiridas e que iniciaram suas operações, conforme descrito anteriormente e da compra de energia no PLD – Preço de Liquidação das Diferenças devido a Companhia e determinadas controladas participam do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro trimestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2012.

O lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de R\$99,1 milhões, contra um lucro bruto de R\$65,7 milhões apresentado no mesmo período de três meses findo no ano anterior, representando um crescimento de 51%.

As (despesas) receitas operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foram R\$43,5 milhões de despesas, representando um crescimento de 29% em relação ao período anterior. Esse incremento decorre, principalmente, da amortização dos direitos de exploração das controladas adquiridas ao longo de 2012, sendo elas: Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012.

O lucro operacional antes dos efeitos financeiros no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R\$55,6 milhões e de R\$32,1 milhões em 31 de março de 2012, representando um crescimento de 73%.

As receitas financeiras reduziram-se em 32%, sendo R\$9,6 milhões e R\$14,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente, representadas, substancialmente, por rendimento de aplicações financeiras.

As despesas financeiras no período de três meses findo em 31 de março de 2013 totalizaram R\$75,2 milhões, representando um incremento de 104% em relação a 2012. Esse incremento decorre principalmente dos seguintes motivos:

- Assunção das dívidas das seguintes controladas adquiridas: Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012;
- Obtenção de financiamentos para a aquisição da Bons Ventos;
- Liberações de financiamentos para a conclusão da construção do Complexo Santa Clara, Bio Pedra, Salto Góes, Bio Ipê, dentre outras.

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social no período de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi de R\$(10,0) milhões e de R\$9,5 milhões, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2013 totalizaram R\$5,1 milhões negativos, já no período de três meses findo em 31 de março de 2012 foi de R\$1,7 milhões positivos.

O lucro (prejuízo) líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R\$(15,1) milhões e de R\$11,2 milhões em 31 de março de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.**

	31/12/2012	AV%	31/12/2011	AV%	AH%
(Em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	640,1	7%	651,6	10%	(2%)
Títulos e valores mobiliários.....	2,2	0%	1,9	0%	16%
Contas a receber de clientes	170,9	2%	74,4	1%	130%
Despesas antecipadas de projetos	–	–	1,1	0%	(100%)
Adiantamentos a fornecedores	11,1	0%	20,6	0%	(46%)
Impostos a recuperar	53,3	1%	47,4	1%	12%
Outros créditos.....	10,7	0%	12,7	0%	(16%)
Total do circulante	888,3	10%	809,7	13%	10%
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	0,2	0%	–	–	N/A
Aplicações financeiras vinculadas	121,4	1%	72,1	1%	68%
Outros créditos.....	87,3	1%	90,0	1%	(3%)
Impostos diferidos.....	11,5	0%	7,3	0%	58%
Impostos a recuperar	38,0	0%	47,4	1%	(20%)
Partes relacionadas	3,4	0%	–	–	N/A
Imobilizado.....	4.634,3	53%	3.118,5	48%	49%
Intangível	3.022,2	34%	2.331,5	36%	30%
Total do não circulante.....	7.918,3	90%	5.666,8	87%	40%
TOTAL DO ATIVO.....	8.806,6	100%	6.476,5	100%	36%

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

	31/12/2012	AV%	31/12/2011	AV%	AH%
(Em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	713,9	8%	118,8	2%	501%
Debêntures	39,0	0%	30,6	0%	27%
Fornecedores.....	76,1	1%	57,5	1%	32%
Dividendos a pagar	4,0	0%	4,4	0%	(9%)
Contas a pagar de aquisições.....	11,4	0%	174,1	3%	(93%)
Obrigações trabalhistas	4,8	0%	11,0	0%	(56%)
Obrigações tributárias.....	44,3	1%	22,5	0%	97%
Adiantamentos de clientes.....	14,6	0%	68,1	1%	(79%)
Provisão para custos socioambientais	9,3	0%	3,8	0%	145%
Outros passivos	19,9	0%	31,7	0%	(37%)
Total do circulante	937,3	11%	522,5	8%	79%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.485,1	28%	1.356,3	21%	83%
Debêntures	1.080,9	12%	486,2	8%	122%
Fornecedores.....	4,5	0%	–	–	N/A
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos.....	46,2	1%	79,3	1%	(42%)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.....	24,9	0%	15,0	0%	66%
Impostos diferidos.....	926,1	11%	728,8	11%	27%
Outros passivos	0,6	0%	1,3	0%	(54%)
Total do não circulante.....	4.568,3	52%	2.666,9	41%	71%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital integralizado	2.675,7	30%	2.675,7	41%	–
Reservas de capital	529,0	6%	533,8	8%	(1%)
Reservas de lucros	32,7	0%	21,6	0%	51%
Ajuste de avaliação patrimonial	53,4	1%	55,9	1%	(4%)
Participação de não controladores.....	10,4	0%	–	–	N/A
Total do patrimônio líquido.....	3.301,2	37%	3.287,0	51%	0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.806,8	100%	6.476,4	100%	36%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 10%, passando de R\$809,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$888,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) o caixa e equivalentes de caixa permaneceu substancialmente estável durante o exercício, mantendo-se em R\$651,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e em R\$640,1 milhões em 31 de dezembro de 2012;
- b) aumento de 130% de contas a receber de clientes, de R\$74,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$170,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente, em decorrência da maior quantidade de usinas em operação e do regime favorável de ventos para as eólicas inseridas no âmbito do PROINFA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 40%, passando de R\$5.666,5 em 31 de dezembro de 2011 para R\$7.918,3 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 68% em aplicações financeiras vinculadas, de R\$72,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, do reconhecimento das aplicações financeiras vinculadas da adquirida Bons Ventos em 2012;
- b) Aumento de 49% em imobilizado, de R\$3.118,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.634,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência dos seguintes fatores: (i) aquisição das controladas Bons Ventos, Atlântica e Lacenas em 2012 e (ii) construção de diversos ativos de geração ao longo do exercício de 2012, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Salto Góes, Coopcana, Alvorada, Bio Ipê e Bio Pedra;
- c) Aumento de 30% em intangível, de R\$2.331,5 em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.022,2 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência da aquisição das controladas Bons Ventos, Lacenas e Atlântica, o que gerou um incremento relevante no direito de exploração.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 79%, passando de R\$522,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$937,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 501% em empréstimos e financiamentos, de R\$118,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$713,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de obtenção de empréstimos de curto prazo junto a bancos financiadores durante o período de negociação de financiamentos de longo prazo para a construção de ativos de geração e devido ao não cumprimento das cláusulas restritivas do financiamento da controlada Santa Luzia, o que ocasionou na reclassificação dessa dívida para o curto prazo;
- b) aumento de 27% em remuneração de debêntures, de R\$30,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da contratação da debêntures para aquisição da PCH Santa Luzia;
- c) aumento de 32% em pagamento a fornecedores, de R\$57,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$76,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de contratação de empreiteiros para a construção de ativos de geração, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Atlântica, Bio Pedra e Bio Ipê;
- d) redução de 93% em contas a pagar de projetos, de R\$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$11,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente do pagamento pela aquisição da PCH Santa Luzia;
- e) aumento de 97% em obrigações tributárias, de R\$22,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$44,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de aumento do faturamento devido à aquisição de usinas operacionais e entrada em operação de controladas, conforme mencionado acima;
- f) redução de 79% em adiantamento a clientes, de R\$68,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente dos abatimento dos valores adiantados pela Eletrobras na Jantus devido a maior geração desse parque no segundo semestre de 2012;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- g) Aumento de 145% em provisão para custos socioambientais, de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da remensuração dos passivos e da realização de ajuste a valor presente do saldo.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 71%, passando de R\$2.666,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 83% em empréstimos e financiamentos, de R\$1.356,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.485,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da assunção das dívidas das controladas adquiridas: Bons Ventos e Lacenas e obtenção de financiamentos para o pagamento da aquisição da controlada Bons Ventos e para a construção de ativos de geração, conforme mencionado acima;
- b) aumento de 122% no saldo de debêntures, de R\$486,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$1.080,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da contratação da debêntures para aquisição da PCH Santa Luzia e da Bons Ventos;
- c) redução de 42% em custos socioambientais e desmobilização, de R\$79,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da remensuração das provisões efetuadas;
- d) aumento de 66% em riscos trabalhistas, tributários e cíveis, de R\$15,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$24,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, decorrente do reconhecimento do passivo contingente na aquisição da Bons Ventos;
- e) aumento de 27% em impostos diferidos, de R\$728,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$926,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em decorrência, principalmente, do reconhecimento de impostos diferidos sobre os direitos de exploração das adquiridas Bons Ventos, Lacenas e Atlânticas; e

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma variação de R\$14,2 milhões, passando de R\$3.287,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.301,2 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência da apropriação do resultado de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	31/03/2013	AV%	31/12/2012	AV%	AH%
	(Em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)				
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	403,0	5%	640,1	7%	(37%)
Aplicações financeiras	5,1	0%	–	–	N/A
Títulos e valores mobiliários.....	2,2	0%	2,2	0%	–
Contas a receber de clientes	185,1	2%	170,9	2%	8%
Adiantamentos a fornecedores	16,3	0%	11,1	0%	47%
Impostos a recuperar	56,8	1%	53,3	1%	7%
Outros créditos.....	10,3	0%	10,7	0%	(4%)
Total do circulante	678,8	8%	888,3	10%	(24%)
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	0,2	0%	0,2	0%	–
Aplicações financeiras vinculadas	127,4	1%	121,4	1%	5%
Outros créditos.....	87,1	1%	87,3	1%	(0%)
Impostos diferidos.....	11,1	0%	11,5	0%	(3%)
Impostos a recuperar	30,0	0%	38,0	0%	(21%)
Partes relacionadas	3,4	0%	3,4	0%	–
Imobilizado.....	4.895,1	56%	4.634,3	53%	6%
Intangível	2.978,5	34%	3.022,2	34%	(1%)
Total do não circulante.....	8.132,8	92%	7.918,3	90%	3%
TOTAL DO ATIVO.....	8.811,6	100%	8.806,6	100%	0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

	31/03/2013	AV%	31/12/2012	AV%	AH%
(Em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	642,5	7%	713,9	8%	(10%)
Debêntures	48,8	1%	39,0	0%	25%
Fornecedores	79,1	1%	76,1	1%	4%
Dividendos a pagar	4,0	0%	4,0	0%	–
Contas a pagar de aquisições.....	11,5	0%	11,4	0%	1%
Obrigações trabalhistas	6,4	0%	4,8	0%	33%
Obrigações tributárias.....	35,4	0%	44,3	1%	(20%)
Adiantamentos de clientes.....	19,3	0%	14,6	0%	32%
Provisão para custos socioambientais.....	5,7	0%	9,3	0%	(39%)
Outros passivos	21,9	0%	19,9	0%	10%
Total do circulante	874,6	10%	937,3	11%	(7%)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.564,3	29%	2.485,1	28%	3%
Debêntures	1.092,0	12%	1.080,9	12%	1%
Fornecedores.....	–	–	4,5	0%	(100%)
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	49,6	1%	46,2	1%	7%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	24,9	0%	24,9	0%	–
Impostos diferidos.....	919,7	10%	926,1	11%	(1%)
Outros passivos	0,6	0%	0,6	0%	–
Total do não circulante.....	4.651,1	53%	4.568,3	52%	2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital integralizado	2.675,7	30%	2.675,7	30%	–
Reservas de capital	529,0	6%	529,0	6%	–
Reservas de lucros	32,1	0%	32,7	0%	(2%)
Ajuste de avaliação patrimonial	54,0	1%	53,4	1%	1%
Prejuízo Acumulado.....	(15,1)	(0%)	–	–	N/A
Participação de não controladores.....	10,4	0%	10,4	0%	–
Total do patrimônio líquido.....	3.286,1	37%	3.301,2	37%	(0%)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.811,8	100%	8.806,8	100%	0%

Ativo Circulante

O ativo circulante reduziu 24%, passando de R\$888,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$678,8 milhões em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

- o caixa e equivalentes de caixa reduziu 37%, de R\$640,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$403 milhões em 31 de março de 2013, decorrente da necessidade de caixa para a construção dos ativos de geração das controladas Coopcana, Alvorada, Complexo Eólico Atlântica e Complexo Eólico Macacos;
- aumento de 9% de contas a receber de clientes, de R\$170,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$185,1 milhões em 31 de março de 2013, principalmente, em decorrência da entrada em operação da PCH Salto Góes e do regime favorável de ventos para as eólicas inseridas no âmbito do PROINFA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 3%, passando de R\$7.918,3 em 31 de dezembro de 2012 para R\$8.132,8 em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

- aumento de 5% em aplicações financeiras vinculadas, de R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$127,4 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência, principalmente, da integralização de garantias pré-existentes;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- b) aumento de 6% em imobilizado, de R\$4.634,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$4.895,1 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência da construção de diversos ativos de geração ao longo do primeiro trimestre de 2012, como por exemplo: Complexo Eólico Atlântica, Complexo Eólico Macacos, Coopcana e Alvorada;
- c) redução de 1% em intangível, de R\$3.022,2 em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.978,5 em 31 de março de 2013, em decorrência da amortização do direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo de 2012 e de 2011: Bons Ventos, Jantus, Lacenas e Santa Luzia.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante reduziu em 7%, passando de R\$937,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$874,6 milhões em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

- a) redução de 10% em empréstimos e financiamentos, de R\$713,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$642,5 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da obtenção de dispensa para apuração de covenants financeiros até 30 de junho de 2014 do financiamento da controlada Santa Luzia, o que ocasionou na reclassificação dessa dívida para o longo prazo;
- b) aumento de 25% em debêntures, de R\$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$48,8 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da incidência de juros remuneratórios com vencimento de curto prazo das debêntures já emitidas;
- c) redução de 20% em obrigações tributárias, de R\$44,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$35,4 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência, principalmente, do pagamento de imposto de renda e contribuição social apurado em dezembro de 2012;
- d) aumento de 32% em adiantamento a clientes, de R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$19,3 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente do recebimento antecipado de venda de energia da para CCEE e outros clientes;
- e) Redução de 39% em provisão para custos socioambientais, de R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$5,7 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da realização dos saldos;

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 2%, passando de R\$4.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$4.651,1 milhões em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 3% em empréstimos e financiamentos, de R\$2.485,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.564,3 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da reclassificação da dívida da controlada Santa Luzia, conforme mencionado acima;
- b) aumento de 1% no saldo de debêntures, de R\$1.080,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.092,0 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da incidência de juros remuneratórios sobre as debêntures já emitidas;
- c) redução de 1% em impostos diferidos, de R\$926,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$919,7 milhões em 31 de março de 2013 em decorrência da amortização do imposto diferido sobre o direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo de 2012 e de 2011: Bons Ventos, Jantus, Lacenas e Santa Luzia.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma redução de R\$15,1 milhões, passando de R\$3.301,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$3.286,1 em 31 de março de 2013, em decorrência da apropriação do resultado do primeiro trimestre de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	Consolidado	
	2012	2011
	(Em milhões de reais – R\$)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.....	234,1	(1,4)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.906,9)	(950,4)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.661,3	1.603,4
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ...	(11,5)	651,6
No início do período	651,6	–
No fim do período	640,1	651,6
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ...	(11,5)	651,6

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R\$234,1 milhões e de R\$(1,4) milhões, respectivamente. O incremento de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a maior quantidade de controladas em operação durante o exercício de 2012.

Atividades de Investimento

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R\$1.906,9 milhões e de R\$950,4 milhões, respectivamente. O aumento de aplicação de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a (i) aquisição de imobilizado para a construção de ativos de geração, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Salto Góes, Complexo Atlântica, Coopcana, Alvorada entre outros e (ii) aquisição de controladas menos saldo líquido de caixa adquirido, como por exemplo: Jantus, Bons Ventos, Santa Luzia, Atlântica e Lacenas.

Atividades de Financiamento

A geração de caixa das atividades de financiamento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R\$1.661,3 milhões e de R\$1603,4 milhões, respectivamente. O aumento de geração de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a (i) aumento de capital realizado na Companhia em 2011 durante a reestruturação societária entre Grupo CPFL e ERSA e (ii) obtenção de empréstimos e financiamentos e emissão de debêntures para financiar a construção de ativos de geração, conforme mencionado acima e para financiar a aquisição das controladas Bons Ventos e Santa Luzia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

	Consolidado	
	31/03/13	31/03/12
	(Em milhões de reais – R\$)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76,2	83,0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(304,7)	(466,3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(8,6)	243,8
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(237,1)	(139,5)
No início do período	640,1	651,6
No fim do período	403,0	512,1
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(237,1)	(139,5)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R\$76,2 milhões e de R\$83,0 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional nos dois períodos manteve-se, substancialmente, estável.

Atividades de Investimento

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R\$304,7 milhões e de R\$466,3 milhões, respectivamente. A diminuição de aplicação de caixa entre os períodos refere-se, substancialmente, a aquisição de controladas menos saldo líquido de caixa adquirido da controlada Santa Luzia quitada no primeiro trimestre de 2012, enquanto em 2013 não houveram pagamentos de aquisições.

Atividades de Financiamento

A geração (aplicação) de caixa das atividades de financiamento nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R\$(8,6) milhões e de R\$243,8 milhões, respectivamente. A diminuição de geração de caixa entre os períodos refere-se, substancialmente, a emissão de debêntures para financiar a aquisição da controlada Santa Luzia que ocorreu em 2012, enquanto em 2013 não houve captações para pagamentos de aquisições.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representa a receita operacional líquida total da Companhia, que foi de R\$171,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, de R\$806,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e de R\$229,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, uma vez que a natureza dos serviços, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hidrelétrica, eólica, biomassa e solar).

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os nossos resultados operacionais foram fortemente afetados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pela associação dos ativos da ERSa e da CPFL Energias conforme descrito no item 10.3.b abaixo. O nosso resultado operacional consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$47,3 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nosso resultado operacional foi de R\$215,1 milhões, conforme mencionado no item 10.1.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, nosso resultado operacional foi de R\$55,6 milhões, conforme mencionado no item 10.1.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não houve no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ou no período de três meses findo em 31 de março de 2013 variações em nossas receitas decorrentes de modificações de preços ou taxas de câmbio. Em vista da adição das receitas advindas dos ativos de energias renováveis da CPFL Energias que foram agregados ao nosso portfólio em agosto de 2011, e dos ativos da Jantus e da BVP agregados ao nosso portfólio em dezembro de 2011 e junho de 2012, respectivamente, de entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra e Bio Ipê em maio de 2012 e da PCH Salto Góes em dezembro de 2012, além do incremento advindo da correção de inflação de nossos contratos de venda de energia de longo prazo, nossa receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 alcançou R\$171,9 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 alcançou R\$806,4 milhões, e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 alcançou R\$229,0 milhões.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Especificamente, os custos com a folha salarial e com a terceirização de serviços, que são os mais relevantes para nossas atividades, são influenciados, respectivamente, pela variação do INPC e pela variação do IGP-M e sofreram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 aumentos advindos de tal correção.

Nosso resultado operacional e financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 não sofreu impactos relevantes de variação cambial.

A receita bruta também é afetada pela inflação, pois nossos contratos de compra e venda de energia são indexados a taxas de correção de inflação. De modo geral, somos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento dos nossos custos com inflação, tal como ocorreu ao longo dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses findos em 31 de março de 2013 em relação a todos os nossos contratos de venda de energia a longo prazo.

Os indicadores que impactam o nosso endividamento são TJLP (BNDES-FINAME), CDI, IGPM e TR (empréstimos bancários e debêntures). Atualmente não temos endividamento bancário indexado em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia foi constituída para gerar energia elétrica a partir de fontes renováveis, atuando no desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Eólicas e Usinas Movidas a Biomassa.

Atualmente, nosso portfólio de projetos totaliza 1.153,2 MW de capacidade instalada em operação e 582,0 MW de capacidade em construção, sendo composto de 35 (trinta e cinco) PCHs em operação (326,6 MW), 15 (quinze) Parques Eólicos em operação (555,5 MW) e 18 (dezoito) Parques Eólicos em construção (482,0 MW), 6 (seis) Usinas Termelétricas a Biomassa em operação (270,0 MW) e 2 (duas) Usinas Termelétricas a Biomassa em construção (100,0 MW), um projeto de energia solar em operação (1,1 MW).

Os números acima consideram que, em 2012 a Companhia celebrou três contratos de aquisição de (i) quatro parques eólicos em construção e com sua energia já comercializada, localizados no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, que em conjunto possuem potência instalada de 120 MW – Complexo Atlântica (conforme comunicado ao mercado de 13 de janeiro de 2012); (ii) quatro parques eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW; e (iii) aquisição dos ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, localizada no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo e com 40MW de potencia instalada.

Ademais, os números acima também consideram a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW. Tais parques estão aptos para gerar energia, porém aguarda-se o término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada) para o início efetivo das operações. Apesar disto, a ANEEL criou um procedimento para que as Companhias comprovem a conclusão das obras e passem a ter direito, a partir de 01 de julho de 2012, à receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009.

Não houve alienação de qualquer ativo relevante da companhia até a data de 31 de março de 2013.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras CPFL Energia, a saber: CPFL Geração e CPFL Brasil (a "Associação"). Esta associação inclui parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidroelétricas localizadas no Brasil. Em 24 de agosto de 2011 a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da incorporação da Smita, razão pela qual os Empreendimentos da CPFL e os Empreendimentos da ERSA passaram a ser operados pela ERSA. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil, passaram à condição de acionistas da ERSA, mediante a emissão de 913.475.233 (novecentas e treze milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, duzentas e trintas e três ações novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, a ERSA teve sua denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia").

Em julho de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda, com o objetivo de desenvolver, construir e operar uma usina termoelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), situada no município de Araporã – MG, visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da usina será de 50MW, dos quais 18MW médios serão exportados como excedente.

Em 02 de agosto de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda. O objetivo é desenvolver, construir e operar uma usina termoelétrica ("UTE Coopcana") movida a biomassa (bagaço de cana), situada no município de São Carlos do Ivaí (PR), visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para o auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da UTE Coopcana será de 50 MW, dos quais 18 MW médios serão exportados como excedente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 17 de agosto de 2011 adquirimos a pequena central hidrelétrica Santa Luzia (SC – 28,5 MW), conforme comunicado divulgado ao mercado. Em 29 de dezembro de 2011 foi concretizada a transferência de 100% das ações, pertencentes à PST Energias Renováveis e Participações, com a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). A PCH situada entre os municípios catarinenses de São Domingos e Iguazu tem energia assegurada de 18,4 MW médios e toda a energia gerada por ela foi vendida por contratos de longo prazo. A unidade entrou em operação em julho de 2011 e passa a integrar o portfólio da nossa Companhia.

Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. O valor pago pela Santa Luzia Energética foi de R\$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$908.

Em 21 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com um total de 4 parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados.

O preço total de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda foi de R\$1.517.209, correspondente à: (a) o valor de R\$841.768, desembolsado da seguinte forma: (i) R\$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R\$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (iii) R\$18.432 referente a complemento de ajuste de preço; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R\$675.441.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPES: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas – LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012.

O valor de R\$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012, sendo: (i) valor principal de R\$24.000; e (ii) complemento de preço no valor de R\$528.

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d’água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 14 de agosto de 2012.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R\$111.500, sendo R\$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R\$56.256.

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191; e (iii) R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$83.428.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

A reestruturação descrita no item 10.3.b (concluída em 24 de agosto de 2011) acima resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na “forma”, tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Como resultado da mudança descrita no item anterior, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível – direito de concessão no montante de R\$1.113,5 milhões; (b) estorno do saldo do intangível (“goodwill”) no montante de R\$200,0 milhões; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$378,6 milhões; e (d) outros passivos circulantes no montante de R\$1.129,0 milhões. Isso perfaz o valor de R\$533,7 milhões, registrado como “reserva de capital – ágio na subscrição de ações” no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente a medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso do investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

Uma vez concluído o processo de reestruturação societária descrito acima, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL

a) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.

1) Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis refletem:

- Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação.
- Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA), mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação, 24 de agosto de 2011.
- A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis reflete o capital social de ERSA antes da reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMITA, conforme detalhado anteriormente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- 2) Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011 e, conseqüentemente, não possui informações para fins de comparação. Somente a partir do 3º trimestre de 2012, as demonstrações financeiras passaram a ser comparativas.
- b) Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 2012, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a interpretação técnica ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:
- c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A transação com o Grupo CPFL, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e descrita na nota explicativa nº 1 a essas demonstrações financeiras, foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

As transações relacionadas às aquisições da Jantus e Santa Luzia, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e as transações relacionadas às aquisições do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.5.

Apresentamos a seguir a composição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na controladora e no consolidado, decorrente dos impactos da contabilização da aquisição reversa:

Demonstração de resultado:	Controladora
	2011
	Em milhões
Lucro líquido da antiga ERSA – (01.01.2011 a 31.07.2011).....	2,8
Lucro líquido das operações após reestruturação societária (01.08.2011 a 31.12.2011).....	65,3
Total	68,1
Demonstração de resultado:	Consolidado
	2011
	Em milhões
Lucro líquido da SMITA – (01.07.2011 a 31.07.2011)	5,4
Lucro líquido após reestruturação societária	65,5
Total	70,9

Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: títulos e valores mobiliários.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber de clientes; (iii) partes relacionadas; e (iv) aplicações financeiras vinculadas.

Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As "International Financial Reporting Standards – IFRSs" novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Alterações à IFRS 7 – Divulgação – Transferência de Ativos Financeiros.
- IAS 12 – Imposto de Renda Diferido: Recuperação de Ativos Subjacentes.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2).

10.5 - Políticas contábeis críticas

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (4).
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (2).
- IFRS 11 – Negócios em Conjunto (2).
- IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades (2).
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo (2).
- Modificações à IAS 1 – Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1).
- Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4).
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2).
- IAS 19 (revisada em 2011) – Benefícios a Empregados (2).
- IAS 27 (revisada em 2011) – Demonstrações Financeiras Separadas (2).
- IAS 28 (revisada em 2011) – Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2).
- Modificações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3).
- Modificações às IFRSs – Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011.
- IFRIC 20 – Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Informações contábeis intermediárias da Companhia

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Nossa Diretoria acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. No período de três meses findo em 31 de março de 2013, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, nossa Diretoria considera que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos consideráveis. Todos os controles-chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos, opinião essa que não foi emitida, de fato.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossa administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação de nossa administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens):

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O Plano de Crescimento da CPFL Renováveis mantém o foco de crescimento nas quatro frentes nas quais a Companhia opera atualmente. Atualmente, possuímos projetos com energia contratada que somam 1.735 MW de capacidade instalada, sendo que desse total 1.153 MW já estão em operação. O restante será proveniente da Complexo Macacos I (78 MW), Campo dos Ventos II (30 MW), Complexo São Benedito (172 MW), Complexo Campo dos Ventos (82 MW), Complexo Atlântica (120MW) e das UTEs Bio Coopcana (50 MW) e Bio Alvorada (50 MW), que já estão com obras em andamento ou em início de construção. Todos estes projetos com energia contratada estarão operando ao final do ano de 2016.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

Pretendemos que os investimentos necessários ao desenvolvimento dos nossos projetos sejam realizados na proporção média aproximada de 70% em dívida e 30% em aportes de capital. A parcela de dívida desses investimentos será contratada no nível das nossas controladas na modalidade de *project finance* e poderá ser obtida junto ao BNDES, SUDAM, SUDENE, BID, Caixa Econômica Federal e demais bancos de fomento, instituições multilaterais e outras instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Em 2012 adicionamos ao nosso portfólio em operação cinco projetos, com capacidade instalada total de 304 MW, sendo: (i) Biomassas: Bio Ipê com 25MW e Bio Pedra com 70MW; (b) Complexo eólico Santa Clara com 188MW; (c) PCH Salto Góes com 20MW; e (d) Usina Solar Tanquinho com 1,1MWp. Também em 2012 realizamos a incorporação de 2 ativos adquiridos durante o ano de 2012, representando um aumento de 198 MW de capacidade instalada em operação (Complexo eólico Bons Ventos com 158MW e Usina Ester com 40MW).

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As informações financeiras e discussões abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas, bem como as informações contidas nos outros itens desta seção 10 do Formulário de Referência.

Conforme mencionado no item 6.5 deste Formulário de Referência, no segundo semestre de 2011 passamos por uma reorganização societária de modo a efetivar a associação entre a ERSA e os ativos de geração de energia renovável do Grupo CPFL, quando a Smita, então *holding* do Grupo CPFL e nossa predecessora, foi incorporada pela ERSA (a “Associação”). Adicionalmente, em dezembro de 2011 adquirimos a Jantus e em junho de 2012 adquirimos a Bons Ventos (ambas denominadas, em conjunto, as “Aquisições”).

Tendo em vista a implementação da Associação e das Aquisições, nossas demonstrações financeiras históricas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, bem como as relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011, não são comparáveis.

Dessa forma, com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos nossos resultados levando em conta a Associação e as Aquisições, apresentamos a seguir a análise e discussão das seguintes informações financeiras:

- 1a. A informação financeira consolidada pró-forma não auditada da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) e controladas compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. (“ERSA”) e CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. (“SMITA”), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. (“JANTUS”) ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. (“BVP”) ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma não auditada apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.
- 1b. A informação financeira consolidada pró-forma não auditada da Companhia compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso a aquisição de BVP ocorrida em junho de 2012 tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma não auditada apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2012.
2. Demonstrações de resultados históricos combinados “*carve-out*” auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita em comparação às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 refletindo a Associação. Os resultados combinados “*carve-out*” históricos auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita compreendem apenas as operações da Smita antes da Associação. Já as informações financeiras *pro forma* não auditadas em 31 de dezembro de 2011 utilizadas para fins desta comparação compreendem as nossas operações refletindo a Associação, como se ela tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 não contemplam as Aquisições.

A nossa predecessora Smita é resultado de um processo de reestruturação contendo 4 (quatro) Usinas Termelétricas a Biomassa da CPFL Brasil S.A. e 13 (treze) empresas responsáveis por Parques Eólicos em construção, 4 (quatro) empresas compostas por 21 (vinte e uma) PCHs e 1 (uma) Usina Termelétrica a Biomassa, todas provenientes da CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”).

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Na elaboração das demonstrações de resultados históricos combinados “*carve-out*” auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita, foi realizada a segregação dos ativos, passivos e operações das PCHs que figuravam como parte das operações da CPFL Geração. Essas demonstrações de resultados históricos combinados “*carve-out*” auditados foram elaboradas com o objetivo de apresentar as informações como se as diversas empresas que possuem controle ou administração comum fossem apenas uma única entidade, conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Existem limites à comparabilidade entre os dois períodos mencionados no item 2 acima, tendo em vista que os resultados *pro forma* de 2011 refletindo a Associação incluem os resultados da ERSA para esse exercício social.

Para mais informações sobre nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas, ver item 3.9 deste Formulário de Referência. As informações financeiras *pro forma* não auditadas foram baseadas nas estimativas e premissas definidas pela nossa Administração e detalhadas na Nota Explicativa 3 às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas e estão de acordo com a OCPC 06 aprovada pela Deliberação CVM nº 709/13.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como demonstrações de resultado efetivo da Companhia ou utilizadas como indicativo de futuros resultados financeiros consolidados da Companhia ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas da situação financeira ou dos resultados operacionais da Companhia caso as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 ou 1º de janeiro de 2012, conforme descrito acima.

Comparação do nosso resultado consolidado *pro forma* não auditado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do nosso resultado consolidado *pro forma* não auditado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS REFERENTES AOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DE DOZE MESES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R\$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	863,9	100%	555,2	100%	56%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(413,1)	(48%)	(223,8)	(40%)	85%
LUCRO BRUTO	450,8	52%	331,4	60%	36%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(91,5)	(11%)	(88,3)	(16%)	4%
Depreciação e amortização do direito de exploração	(126,9)	(15%)	(106,0)	(19%)	20%
Total	(218,4)	(25%)	(194,3)	(35%)	12%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	232,4	27%	137,1	25%	70%
Receitas financeiras	58,5	7%	96,8	17%	(40%)
Despesas financeiras	(299,6)	(35%)	(297,8)	(54%)	1%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8,7)	(1%)	(63,9)	(12%)	(86%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(36,2)	(4%)	(22,7)	(4%)	59%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	29,2	3%	28,3	5%	3%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15,7)	(2%)	(58,3)	(11%)	(73%)

Todas as referências abaixo a informações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas acima descritas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Receita operacional líquida. Nossa receita operacional líquida aumentou em R\$308,7 milhões, ou 56%, passando de R\$555,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$863,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido em parte à correção monetária dos preços de venda de energia de contratos de longo prazo e em parte em razão do regime de ventos mais favorável no exercício de 2012, que acarretou na maior contribuição para a receita, no exercício em 2012, dos nossos Parques Eólicos adquiridos da Jantus e da Bons Ventos. Adicionalmente, nossas receitas cresceram devido à entrada em operação comercial das seguintes usinas: PCH Barra da Paciência em março de 2011; PCH Várzea Alegre em abril de 2011; Usina Termelétrica a Biomassa Bio Formosa em setembro de 2011; Usina Termelétrica a Biomassa Bio Buriti em outubro de 2011, Usina Termelétrica a Biomassa Bio Ipê em maio de 2012, Usina Termelétrica a Biomassa Bio Pedra em maio de 2012 e Complexo Eólico Santa Clara em julho de 2012. Por fim, vale destacar a receita proveniente da PCH Santa Luzia adquirida em dezembro de 2011.

Custo de geração de energia elétrica. Nosso custo de geração de energia elétrica aumentou em R\$189,3 milhões, ou 85%, passando de R\$223,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$413,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. As principais razões para esta variação são a entrada em operação comercial das PCHs e das Usinas Termelétrica a Biomassa acima referidas e o aumento na geração de energia pelos Parques Eólicos que adquirimos (Jantus e Bons Ventos), conforme acima exposto para a receita operacional líquida. O custo de geração de energia elétrica é representado substancialmente pela depreciação dos ativos de geração, sendo responsável por 46,8% e 59,6% do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou em R\$119,4 milhões, ou 36%, passando de R\$331,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$450,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido predominantemente ao incremento de receita gerado pela entrada em operação das PCHs, das usinas movidas à biomassa e do aumento na geração de energia nas eólicas adquiridas (Jantus e Bons Ventos), conforme descrito acima.

Despesas gerais e administrativas. Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$3,2 milhões, ou 4%, passando de R\$88,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$91,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Despesas com depreciação e amortização. Nossas despesas com depreciação e amortização do direito de exploração aumentaram em R\$20,9 milhões, ou 20%, passando de R\$106,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$126,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, principalmente decorrente da amortização do direito de exploração das adquiridas Santa Luzia e Lacenas.

Resultado financeiro. Nosso resultado financeiro apresentou um aumento na despesa financeira líquida de R\$40,1 milhões, passando de uma despesa financeira líquida de R\$201,0 milhões para R\$241,1 milhões de despesa financeira líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, respectivamente. Este aumento decorre, principalmente, devido as novas captações ocorridas para aquisição da controlada Santa Luzia e para término da construção das usinas mencionadas acima.

Imposto de renda e contribuição social. Nosso imposto de renda e contribuição social passaram de uma receita de R\$5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para uma despesa de R\$7,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido a maior tributação corrente decorrente das controladas que entraram em operação comercial, conforme mencionado acima.

Prejuízo do período. Nosso prejuízo do período reduziu em R\$42,6 milhões, ou 73%, passando de um prejuízo de R\$58,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para um prejuízo de R\$15,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido aos fatores mencionados acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Comparação dos resultados combinados “carve-out” auditados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 de nossa predecessora Smita e das nossas informações financeiras consolidadas pro forma dando efeito apenas à Associação (antes das aquisições da Jantus e da BVP) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às informações financeiras históricas combinadas “carve-out” auditadas de nossa predecessora Smita relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e às nossas informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas refletindo apenas a Associação (antes das aquisições da Jantus e da Bons Ventos) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	Combinado “carve-out” 2010	Pro forma dando efeito apenas à Associação		2010/2011	
		AV	2011	AV	
	(Em milhões de reais – R\$, exceto em porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	118,3	100,0%	295,8	100,0%	150,0%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(27,6)	(23,3)%	(91,4)	(30,9)%	231,2%
LUCRO BRUTO	90,7	76,7%	204,4	69,1%	125,4%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(5,8)	(4,9)%	(57,3)	(19,4)%	887,9%
Depreciação e amortização do direito de exploração	–	–	(30,9)	(10,5)%	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	1,4	0,5%	–
Total	(5,8)	(4,9)%	(86,8)	(29,4)%	1.396,6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	84,9	71,8%	117,6	39,7%	38,5%
Resultado financeiro	12,0	10,1%	(1,9)	(0,6)%	(115,8)%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	96,9	81,9%	115,7	39,1%	19,4%
Imposto de renda e contribuição social	(8,3)	(7,0)%	(7,8)	(2,6)%	(6,0)%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	88,6	74,9%	107,9	36,5%	21,8%

Todas as referências abaixo às informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 se referem às informações financeiras combinadas “carve-out” de nossa predecessora Smita para tal período. Todas as referências abaixo às informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 se referem às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas refletindo somente a Associação (sem considerar as Aquisições da Jantus e da Bons Ventos), acima descritas.

Como descrito na Nota Explicativa 1 às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas, para o cálculo das nossas informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas dando efeito somente à Associação da foram eliminados das nossas demonstrações financeiras históricas os resultados das operações consolidadas da Jantus referentes ao mês de dezembro de 2011 (receitas líquidas de R\$22,3 milhões e lucro líquido de R\$24,3 milhões), que já estavam registrados nestas demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Receita operacional líquida. Nossa receita operacional líquida aumentou em R\$177,5 milhões, passando de R\$118,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$295,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Este aumento da receita decorreu principalmente do maior portfólio de usinas em operação após a Associação, quando as PCHs provenientes da ERSA foram agregadas às PCHs e à Usina Termelétrica movida a Biomassa em operação da Smita, além da entrada em operação da Usina Termelétrica a Biomassa Bio Formosa (40 MW de capacidade instalada) em setembro de 2011 e da Usina Termelétrica a Biomassa Bio Buriti (50 MW de capacidade instalada) em outubro de 2011.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Custo de geração de energia elétrica. Nosso custo de geração de energia elétrica aumentou em R\$63,8 milhões, passando de R\$27,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$91,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A explicação para esta variação é semelhante àquela apresentada para a variação da receita, considerando adicionalmente que houve um maior gasto com compra de energia em decorrência da entrada em operação comercial das Usinas Termelétricas a Biomassa, devido à sazonalidade a que estão sujeitas essas usinas. Para maiores informações sobre a sazonalidade, ver "Sazonalidade" neste item 10.11 deste Formulário de Referência. Nesta rubrica encontra-se a despesa de depreciação do ativo imobilizado nos montantes de R\$39,1 milhões e R\$10,0 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. O aumento da depreciação se deu principalmente pela entrada em operação dos novos ativos durante o exercício de 2011.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou em R\$113,7 milhões, passando de R\$90,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$204,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Fundamentalmente, este aumento do lucro decorreu do resultado proveniente do maior portfólio de ativos em operação em 2011 quando comparado com o período de 2010, que considerou somente os ativos da Smita que foram contribuídos na Associação. Porém, o impacto relativo ao incremento de custo de geração foi maior que o da receita, devido principalmente ao maior volume de compra de energia em 2011, conforme explicado acima, e do incremento no custo de depreciação em R\$29,1 milhões a elas relacionados.

Despesas gerais e administrativas. Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$51,5 milhões, passando de R\$5,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$57,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A explicação para esta variação decorre principalmente do fato de a plataforma operacional e administrativa responsável pela gestão da nova empresa formada após a Associação estar consolidada na antiga ERSA, portanto com despesas incorridas em 2011 até a Associação, acrescidas das despesas incorridas pela Companhia após a Associação, enquanto que a predecessora Smita apresentava em 2010 apenas despesas gerais e administrativas não relevantes em relação à operação de seus ativos, dado que as despesas relevantes eram suportadas por sua controladora CPFL Energia S.A. com base em um rateio corporativo de despesas.

Depreciação e amortização do direito de exploração. Nossas despesas com depreciação e amortização do direito de exploração em 2011 foram de R\$30,9 milhões, devido ao efeito da amortização do intangível relacionado aos direitos de exploração dos empreendimentos da antiga ERSA registrados em decorrência da Associação.

Resultado financeiro. Nosso resultado financeiro reduziu em R\$13,9 milhões, passando de um saldo positivo de R\$12,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para o resultado negativo de R\$1,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Esta variação justifica-se principalmente pelo incremento do endividamento financeiro contratado para as PCHs em operação provenientes da ERSA, substancialmente financiadas junto ao BNDES.

Imposto de renda e contribuição social. Nosso imposto de renda e contribuição social reduziu-se em R\$0,5 milhão, passando de uma despesa de R\$8,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa de R\$7,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento de R\$12,5 milhões de imposto de renda e contribuição social correntes sobre a receita decorrente do portfólio de usinas em operação após a Associação e crédito de R\$13,0 milhões devido ao efeito tributário refletido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 do imposto diferido sobre a amortização da mais valia gerada pela Associação. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de 8,6%, enquanto que a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 7,0%.

Lucro líquido do exercício. Nosso lucro líquido do exercício aumentou em R\$19,3 milhões, ou 21,8%, passando de R\$88,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$107,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente à Associação, além de outros fatores mencionados acima.

Sazonalidade

Conforme mencionado no item 7.3(d) deste Formulário de Referência, a receita operacional e os custos de geração de nossas PCHs, dos nossos Parques Eólicos e das nossas Usinas Termelétricas a Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o exercício social.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As receitas e resultados de nossos Parques Eólicos poderão ser influenciados de forma mais significativa pelo regime de ventos, que no Nordeste do país, região onde se encontram situados nossos Parques Eólicos em operação, possuem maior intensidade entre os meses de julho e dezembro. O resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. O fluxo de caixa poderá, entretanto, ser afetado na medida em que os contratos celebrados no âmbito do Proinfra requerem um ajuste dos pagamentos a serem realizados no exercício seguinte, em caso de aumento ou redução da energia gerada em relação a determinados parâmetros.

No caso das Usinas Termelétricas a Biomassa, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana-de-açúcar. O faturamento contábil, assim como nos Parques Eólicos, tem relação com a energia efetivamente gerada (mais alta na safra e mais baixa ou zero na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente ocorre entre abril e novembro, já no Norte-Nordeste ocorre entre agosto e março.

Com o aprimoramento do conceito dos projetos de engenharia e dependendo do estudo de viabilidade técnica e econômica, consegue-se reduzir a interferência da safra e entressafra na geração de energia pelas Usinas Termelétricas a Biomassa através da reserva de um percentual da biomassa gerada na safra para ser usada na entressafra. Com este novo conceito de engenharia, há um melhor aproveitamento do ativo de geração e o aumento da competitividade deste tipo de empreendimento.

No caso das PCHs, a energia gerada sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as nossas PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da região Sul, que é o contrário da região Sudeste, ou seja, período úmido entre maio e outubro e período seco entre os meses de novembro a abril.

De acordo com o critério contábil de reconhecimento da receita, de forma geral, a venda de energia das PCHs não depende da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Ou seja, o MRE faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador.

O mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos Parques Eólicos e às Usinas Termelétricas a Biomassa.

As nossas informações financeiras trimestrais, incluindo as discutidas abaixo, são afetadas pela sazonalidade de nossos negócios e, portanto, não devem servir como parâmetro de resultado futuro para o exercício social em que se encontram ou para qualquer trimestre futuro.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração e quais escapam do seu controle

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

d) valores dos indicadores que são objeto de previsão.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

- a) **informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.**

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

- b) **quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.**

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

- c) **quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê:

Conselho de Administração. O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores.

Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é atualmente composto de 7 (sete) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, sendo que 20% dos efetivos são obrigatoriamente Conselheiros Independentes, ou seja, caracterizados por: (1) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (2) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (3) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (4) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (5) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (6) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (7) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelos §§ 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. A eleição dos membros Conselheiros Independentes será realizada tão logo as ações de nossa emissão sejam admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

O nosso Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei: (1) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral; (2) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais; (3) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (4) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia; (5) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social; (6) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício; (7) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social; (8) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo; (9) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor; (10) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia; (11) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal; (12) definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X do Estatuto Social; (13) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); (14) aprovação dos termos e condições de eventual oferta pública de ações da Companhia, observada a competência da Assembleia Geral; (15) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais); (16) aprovar prévia e expressamente a celebração, por si ou por suas controladas, de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R\$36.650.000,00 (trinta e seis milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios; (17) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações e de negociação de valores mobiliários; (18) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; (19) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação; (20) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

impactar substancialmente nos custos; (21) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido no Estatuto Social da Companhia, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria; (22) aprovar a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou igual ou inferior a R\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (23) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia; (24) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio; (25) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência; (26) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados; (27) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (28) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas; (29) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (30) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros do nosso Conselho de Administração, cujos mandatos unificado de 1 (um) ano a contar da data da eleição:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Wilson Pinto Ferreira Junior	53 anos	18.04.2013	Presidente do Conselho
Gustavo Estrella.....	39 anos	18.04.2013	Vice-Presidente do Conselho
Otavio Lopes Castello Branco Neto	54 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Paulo Eduardo de Almeida Godoy	59 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Oderval Esteves Duarte Filho	43 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Carlos da Costa Parcias Júnior.....	52 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Edward Misrahi	43 anos	18.04.2013	Conselheiro Independente
José Marcos Chaves de Melo.....	50 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Ricardo Cleber Zangirolami	43 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Carlos Marcio Ferreira	53 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Hélio Viana Pereira	59 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Andre Franco Sales	39 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Lucas Martinelli	29 anos	18.04.2013	Membro Suplente
<u>Alcides Casado de Oliveira Júnior</u>	<u>54 anos</u>	<u>12.06.2013</u>	<u>Conselheiro Efetivo</u>

Diretoria: A nossa Diretoria é o órgão de nossa representação, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Nos termos do nosso Estatuto Social, a nossa Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo nosso Conselho de Administração, será composta por dois a sete membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo que (1) um será designado Diretor Presidente; (2) um será Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (3) um será Diretor de Operação e Manutenção; (4) um será Diretor de Engenharia e Obras; (5) um será Diretor de Sustentabilidade; (6) um será Diretor de Novos Negócios; e (7) um será Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia.

Observados os valores de alçada da nossa Diretoria que são fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no nosso Estatuto Social e os limites previstos em lei, compete à nossa Diretoria a representação ativa e passiva da Sociedade e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive aqueles previstos no nosso plano de negócios e no nosso orçamento anual aprovado pelo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho de Administração.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros da nossa Diretoria, cujos mandatos são válidos por dois anos a contar da data de eleição:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Miguel Normando Abdalla Saad	63 anos	24.8.2011	Diretor Presidente
Pedro José Ferreira de Oliveira	65 anos	24.8.2011	Diretor de Operação e Manutenção
João Miguel Mongelli Martin	38 anos	24.8.2011	Diretor de Engenharia e Obras
Tarcisio Borin Junior	59 anos	24.8.2011	Diretor de Sustentabilidade
Alessandro Gregori Filho	34 anos	24.8.2011	Diretor de Novos Negócios
Marcelo Antonio Gonçalves Souza	38 anos	24.8.2011	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Márcio Antônio Severi	42 anos	15.12.2011	Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia

Comitês. O nosso Conselho de Administração é assessorado por dois comitês: Comitê Operacional e Comitê Financeiro (“Comitês”). Os Comitês são órgãos consultivos instituídos por nosso Conselho de Administração e destinados a assessorá-los em assuntos relacionados a nós, nossas controladas e/ou coligadas.

Os Comitês possuem funções técnicas e consultivas, e suas orientações e/ou sugestões não vinculam os votos dos membros do nosso Conselho de Administração.

Os Comitês são compostos por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo seus membros nomeados e destituídos pelo nosso Conselho de Administração. Do total de membros, três são indicados por nossos acionistas controladores e dois pelos demais acionistas, com prazo de mandato de um ano, sendo permitida a renomeação. Os Comitês possuem um Coordenador, que é escolhido de comum acordo entre seus respectivos membros.

Comitê Operacional. O Comitê Operacional possui como atribuições avaliar e acompanhar (1) a viabilidade do desenvolvimento e exploração de potenciais de geração de energia (novos projetos); (2) execução das obras de implantação dos nossos empreendimentos; e (3) energia gerada e comercializada pelos nossos empreendimentos.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de indicação e cargos dos membros do nosso Comitê Operacional:

Membro	Idade	Data de Indicação	Cargo
José Ferreira Abdal Neto	56 anos	28.6.2012	Membro efetivo
Alex Araújo Germer	52 anos	29.11.2012	Membro efetivo
Roberto Sahade	36 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Andre Franco Sales	39 anos	30.8.2012	Membro efetivo

Comitê Financeiro. O Comitê Financeiro possui como atribuições: (1) elaboração de propostas de melhoria dos processos de gestão de negócios; (2) avaliação das principais áreas de risco dos nossos negócios, nossas controladas ou coligadas; (3) avaliação e acompanhamento do nosso fluxo de caixa, de nossas controladas ou coligadas; (4) avaliação e acompanhamento da nossa política de endividamento e da nossa estrutura de capital, de nossas controladas ou coligadas; (4) avaliação e acompanhamento da viabilidade econômico/financeira dos nossos planos e programas de investimentos, de nossas controladas ou coligadas e das nossas políticas de investimento, de nossas controladas ou coligadas; (5) orientação dos trabalhos de auditoria interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e (6) acompanhamento da nossa execução orçamentária, de nossas controladas ou coligadas.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de indicação e cargos dos membros do nosso Comitê Financeiro:

Membro	Idade	Data de Indicação	Cargo
Gustavo Estrella Vitor Fagali de Souza	39 36 anos	30.8.2012 03.6.2011	Coordenador
Antonio Carlos Bassalo	62 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Carlos Wilson Silva Ribeiro	46 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Roberto Sahade	36 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Andre Franco Sales	39 anos	30.8.2012	Membro efetivo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos Comitês.

O nosso Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitações de acionistas. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

O Comitê Operacional foi instalado em 23 de setembro de 2011.

O Comitê Financeiro foi instalado em 19 de outubro de 2010.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Conselho de Administração. Não realizamos avaliação de desempenho do nosso Conselho de Administração.

Conselho Fiscal. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês. Não realizamos avaliação de desempenho dos nossos Comitês.

Diretoria Estatutária. A nossa Diretoria Estatutária é avaliada anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas (tais como referente ao resultado operacional do EBITDA e Lucro Líquido), específicas (com até 4 (quatro) indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe).

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Diretor Presidente. (1) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (2) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (3) comunicar ao nosso Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do nosso Conselho de Administração; e (4) solicitar a autorização do nosso Conselho de Administração para a realização de determinados atos ou operações mencionados no nosso Estatuto Social, conforme aplicável.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (1) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os nossos títulos forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; (2) manter atualizado o nosso registro perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os nossos títulos forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei; e (3) dirigir e liderar a administração e gestão das nossas atividades financeiras e de nossas controladas, incluindo a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à nossa contabilidade e de nossas controladas.

Diretor de Operação e Manutenção. dirigir o negócio de geração de energia elétrica, respondendo pelas operações e pela manutenção das nossas unidades geradoras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Engenharia e Obras. propor, examinar, avaliar, planejar e implantar projetos das nossas unidades geradoras atuais e futuras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Sustentabilidade. liderar, planejar e implementar os processos de licenciamento ambiental e os programas socioambientais das nossas unidades geradoras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Novos Negócios. dirigir e liderar a avaliação do potencial e o desenvolvimento de novos negócios na área de geração de energia renovável e negócios correlatos.

Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia. nos representar nos fóruns setoriais de energia, liderar a agenda regulatória, planejar e executar a comercialização de energia dos empreendimentos de geração de energia por nós detidos, direta ou indiretamente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Conselho de Administração. Não realizamos avaliação de desempenho dos membros do nosso Conselho de Administração.

Conselho Fiscal. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês. Não realizamos avaliação de desempenho dos membros de nossos Comitês.

Diretoria Estatutária. Com relação à nossa Diretoria Estatutária, os mesmos critérios utilizados para avaliação do órgão como um todo são aplicados para cada um dos Diretores, ou seja, os nossos Diretores são avaliados anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas (tais como referente ao resultado operacional do EBITDA e Lucro Líquido), específicas (com até quatro indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe).

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação.

Não adotamos regras, políticas ou práticas específicas relativas aos prazos de convocações das nossas Assembleias Gerais, utilizando-nos daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM sendo as nossas Assembleias Gerais convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência.

A regulamentação estabelece ainda que a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e nos ouvindo: (1) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (2) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. competências.

Além das demais matérias previstas em lei e no nosso Estatuto Social, compete, exclusivamente, à nossa Assembleia Geral: (1) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social; (2) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado; (3) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (4) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso; (5) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; (6) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável; (7) deliberar sobre a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão; (8) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; (9) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (10) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e (11) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social, dentre uma lista tríplex de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos estarão disponíveis na nossa sede, localizada na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004 e nos endereços eletrônicos: www.cpfrenovaveis.com.br/ri, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses.

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

Não possuímos regras, políticas ou práticas relativas à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, utilizando-se daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM. Nós e nossa administração não solicitamos e não temos por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Admitimos que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista. Não admitimos a outorga de procurações por meio eletrônico. De acordo com nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedade por Ações, o acionista poderá ser representado em Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano que seja acionista, nosso administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. O acionista deverá apresentar a procuração para sua representação em Assembleia Geral, com antecedência mínima de dois dias úteis de antecedência da data designada para realização da respectiva Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido da procuração e de documentos que comprovem sua identidade.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

Nos termos de nosso Estatuto Social, não proibimos a realização de Assembleias Gerais por meio de teleconferências ou videoconferências. Entretanto, não adotamos, como regra, tal forma de realização de Assembleias Gerais.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Na data deste Formulário de Referência, não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	13/03/2013
		Valor Econômico - SP	13/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	16/03/2013
			19/03/2013
			20/03/2013
		Valor Econômico - SP	18/03/2013
			19/03/2013
	20/03/2013		
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	07/03/2012
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	07/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	29/03/2012
		Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	29/03/2012
		30/03/2012	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	15/05/2012
Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP		15/05/2012	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	23/03/2011
		O Dia - SP	23/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	26/03/2011
		O Dia - SP	26/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	13/04/2011
		O Dia - SP	13/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	19/05/2011
		O Dia - SP	19/05/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Atualmente, o nosso Conselho de Administração é composto por até 7 (sete) membros, selecionados dentre indivíduos experientes e idôneos, inclusive dentre sócios e executivos seniores de nossos acionistas e de suas afiliadas, eleitos pela nossa Assembleia Geral para um mandato unificado de um ano, permitida a reeleição e destituíveis a qualquer tempo pela nossa Assembleia Geral.

a. frequência das reuniões

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 2 (dois) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou videoconferência.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo acima.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Para informações sobre as disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração, vide itens 15.5.d.(iii) e 15.5.g deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do nosso Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como nosso administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com os nossos. A lei dispõe, ainda, que é vedado ao nosso administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o nosso administrador contrate com nós em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos nossos administradores que também forem nossos acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da nossa Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como nosso administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para nós as vantagens que tiver auferido.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nós, nossos acionistas, Administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado, estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas em nosso Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
João Miguel Mongelli Martin	37	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
135.200.128-47	Engenheiro Elétrico	Diretor de Engenharia e Obras	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Tarcisio Borin Junior	59	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
900.743.948-00	Geólogo	Diretor de Sustentabilidade	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Alessandro Gregori Filho	33	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
745.346.106-53	Economista	Diretor de Novos Negócios	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Márcio Antônio Severi	41	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2011	23 de agosto de 2013
149.528.488-33	Engenheiro Mecânico	Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	01/01/2012	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Marcelo Antonio Gonçalves Souza	38	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
745.346.106-53	Economista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Miguel Normando Abdalla Saad	62	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
668.720.148-49	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Pedro José Ferreira de Oliveira	64	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
059.725.311-00	Engenheiro Eletricista	Diretor de Operação e Manutenção	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Andre Franco Sales	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
277.990.458-50	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos ou função no emissor.				
Edward Misrahi	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
000.000.000-00	Assessor Sênior	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos e funções no emissor.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Oderval Esteves Duarte Filho	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
767.880.596-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos e funções no emissor.				
Otávio Lopes Castello Branco Neto	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
055.240.348-20	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Wilson Pinto Ferreira Junior	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
012.217.298-10	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Gustavo Estrella	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
037.234.097-09	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/04/2013	Sim
É Coordenador do Comitê Financeiro do emissor.				
Alcides Casado de Oliveira Júnior	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/06/2013	18/04/2014
065.278.298-17	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/06/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
José Marcos Chaves de Melo	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
730.497.867-87	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Carlos da Costa Parias Júnior	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
667.235.667-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Hélio Viana Pereira	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
237.109.776-49	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Ricardo Cleber Zangirolami	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
151.833.308-75	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Lucas Caulliaux Martinelli	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
094.411.547-09	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Não

Não exerce outro cargo ou função no emissor.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

João Miguel Mongelli Martin - 135.200.128-47

O Sr. Mongelli Martin formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1998, com mestrado em Planejamento de Sistemas Elétricos de Potência pela mesma Universidade. Atuou como Engenheiro de Planejamento e Comercialização de Energia na Tractebel Energia, empresa do grupo Francês GDF SUEZ, onde desenvolveu estudos energéticos e comerciais, participando, entre outras atividades, das primeiras operações de exportação de energia entre Argentina, Uruguai e Brasil. Em março de 2006 iniciou atividade como Gerente do Departamento de Planejamento da CPFL Geração atuando no Planejamento e Programação de Usinas Hidrelétricas, na Regulação Técnica da Geração e na Prospecção e Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia. A partir de outubro de 2009 assumiu a Gerência do Departamento de Engenharia da CPFL Geração. Na CPFL Energias Renováveis o Sr. João Martin é o Diretor de Engenharia e Obras da empresa. Participou de importantes projetos do Setor, dentre eles: UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Cana Brava, UHE Barra Grande, UHE Campos Novos, UHE Foz do Chapecó e UTE William Arjona. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Tarcísio Borin Junior - 900.743.948-00

O Sr. Tarcísio Borin Junior é formado em Geologia, pela UNESP-RIO CLARO, em 1975, com MBA em Gestão Estratégica Socioambiental em Infra-estrutura pela FIA- Fundação Instituto de Administração, concluído em 2007. Tem sua experiência relacionada à viabilização socioambiental e patrimonial de empreendimentos energéticos em empresas como CESP; DUKE Energy; CPFL Energia e ERSA- Energias Renováveis S.A. Atualmente é Diretor de Sustentabilidade da CPFL Renováveis, onde é responsável pelas áreas de Meio Ambiente, Saúde & Segurança Operacional e Patrimônio Imobiliário. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Alessandro Gregori Filho - 745.346.106-53

O Sr. Gregori Filho atuou como Especialista em Planejamento Financeiro na Brasileira Energia de 2006 a 2007 e como Analista de Mercado Sênior na CPFL Energia de 2002 a 2006. Ocupou o cargo de Gerente de Fusões e Aquisições e Desenvolvimento de Negócios de Energias Renováveis na CPFL Energia de 2007 até o início de 2011. Alessandro é graduado em Ciências Econômicas pela PUC-Campinas, e possui mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Márcio Antônio Severi - 149.528.488-33

O Sr. Márcio Severi é Graduado em Engenharia Mecânica com especialização em Energia pela Universidade Federal de Engenharia de Itajubá – UNIFEI e MBA Executivo pelo Instituto de Ensino e Pesquisas – INSPER. Possui 20 anos de experiência no setor elétrico, no qual foi pesquisador, diretor da M7 Engenharia e gerente de projetos nas empresas Eletroniver, Araguaia Centrais Elétricas e BrasilPCH. Participou da prospecção, desenvolvimento de projeto de engenharia e licenciamento ambiental, construção, regulação e comercialização de mais de 500MW em Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. Desde 2007 na CPFL Renováveis (ERSA), atuou nas áreas de planejamento, novos negócios, regulação e comercialização de energia, participando da construção e desenvolvimento de portfólio de PCHs e Eólicas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Marcelo Antonio Gonçalves Souza - 745.346.106-53

O Sr. Souza atuou como Vice-Presidente de Novos Negócios da Economy de 2006 a 2008, como Diretor Financeiro do Grupo Alliant Energy (acionista integrante do bloco de controle do Sistema Cataguazes-Leopoldina, antiga denominação da Energia) de 2001 a 2006 e na área de auditoria da PricewaterhouseCoopers de 1994 a 2001. Marcelo Souza é Economista e Contador formado pela PUC-Belo Horizonte. Possui pós-graduação em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV e possui MBA pela Universidade de Ohio (EUA). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Miguel Normando Abdalla Saad - 668.720.148-49

O Sr. Normando Abdalla Saad atuou como engenheiro e gerente na CESP – Cia Energética de São Paulo durante vários anos e entre 2000 a 2011 foi Vice Presidente de Geração da CPFL Energia. Presidente do Conselho de Administração da ENERCAN, Foz do Chapecó, CERAN e EPASA, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e BAESA, empresas em que a CPFL tem participação societária. É graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Pedro José Ferreira de Oliveira - 059.725.311-00

O Sr. Ferreira de Oliveira atuou na montagem eletromecânica das UHES Ilha Solteira-SP e Lajeado-TO. Na CESP atuou no período de 1979 a 1998 nas áreas Operação e Manutenção de várias UHES, bem como na área de Transmissão. Em 1999, já pela AES Tietê, foi responsável pelo Departamento de Manutenção das UHES dos Rios Tietê, Pardo e Grande. Na CPFL Geração de Energia, período de 2002 a 2008, respondeu pelo Departamento de Engenharia, onde atuou no projeto e implantação das UHES Monte Claro, Castro Alves, 14 de Julho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó e na modernização e repotenciação de três PCHs. No período de 2009 a 2010, pela Engevix Engenharia, realizou inspeções em fábricas de equipamentos eletromecânicos para várias UHES, dentre elas a UHE Jirau. Em 2009 atuou pela Spektro Engenharia Elétrica (contratada da ANEEL) realizando inspeções e diagnósticos em 14 UTEs nos estados do Amazonas e Acre. Em 2010 atuou pela CPFL Geração de Energia no projeto e iniciou a implantação dos Parques Eólicos Santa Clara I a VI e Eurux VI. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília-UnB. Não possui condenação criminal ou impositiva que o impeça de exercer cargos de administração.

Andre Franco Sales - 277.990.458-50

O Sr. Andre Franco Sales é bacharel em engenharia de produção pela Escola Politécnica de São Paulo (USP). Sócio do Pátria Investimentos e membro do Comitê de Gestão do P2 Brasil Fundo de Infraestrutura. Foi diretor e Co-presidente da ERSa até 2011. Foi diretor da área de assessoria do Pátria Investimentos de 2003 a 2006. Foi assessor da Diretoria do BNDES entre 2001 e 2002, gerente geral de gestão e operação de energia da Vale, e trabalhou por quatro anos na área de fusões e aquisições do JP Morgan, em São Paulo e Nova York. Foi membro do Conselho de Administração da Hidrovias do Brasil S.A. de agosto de 2010 a março de 2012. Membro do Conselho de Administração da NovaAgri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. desde julho de 2011; da Opersan Resíduos Industriais S.A. desde dezembro de 2012; da Oceana Offshore S.A. desde julho de 2011; da HIGHLINE do Brasil Infraestrutura de Telecomunicações S.A. desde novembro de 2012 e da Latin America Power Holding desde agosto de 2012. Desde agosto de 2011, é suplente do conselheiro Otavio Lopes Castello Branco Neto no Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou impositiva que o impeça de exercer cargos de administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Edward Misrahi - 000.000.000-00

Edward Misrahi, portador do passaporte n.º YA0457845 é sócio fundador da Eton Park responsável por investimentos em países emergentes e Europa. Antes de se juntar a Eton Park, trabalhou por 13 anos na Goldman Sachs, onde era responsável por investimentos proprietários e de toda operação da empresa na América Latina. O Sr. Misrahi foi co-presidente do Comitê de Equities para Países Emergentes, co-diretor da América Latina, diretor da divisão de Equities e membro do Comitê de Risco de Equities da Goldman Sachs. É Bacharel em Economia pela Princeton University (summa cum laude) e membro da Phi Beta Kappa. O Sr. Misrahi é trustee da Spanish Portuguese Synagogue. Desde Janeiro de 2013 é membro do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Oderval Esteves Duarte Filho - 767.880.596-91

O Sr. Esteves Duarte Filho é gestor do Fundo Brasil Energia, desde 2004 é responsável pela originação, análise, seleção, estruturação, execução e monitoramento de oportunidades de investimento, além de ser presidente do conselho de administração de várias de suas empresas investidas. De 1999 a 2004 foi executivo da Southern Company, atuando na gestão de seus investimentos no setor elétrico Brasileiro, quando atuou como membro do conselho de administração da CEMIG. Antes de se juntar ao Pactual, trabalhou cinco anos na PricewaterhouseCoopers. Oderval Duarte é Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Otavio Lopes Castello Branco Neto - 055.240.348-20

O Sr. Otavio Lopes Castello Branco Neto é bacharel em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), título que recebeu em 1983. É um dos sócios fundadores e membro do Comitê Executivo de Pátria Investimentos Ltda., desde março de 2003, sendo o sócio responsável pelo desenvolvimento e pela execução das atividades de Infraestrutura e Energia. Atuou como membro do Conselho de Administração da Anhanguera Educacional Participações S.A. de fevereiro de 2007 a abril de 2011. Ocupa o cargo de Diretor Presidente da P2 Gestão de Recursos Ltda., desde 2008. É Presidente do Conselho de Administração da NovaAgri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. desde abril de 2010, membro do Conselho de Administração da Hidrovias do Brasil S.A. desde março de 2012, Presidente do Conselho de Administração da Opersan Resíduos Industriais S.A. desde dezembro de 2012 e membro do Conselho de Administração da Oceana Offshore S.A. desde julho de 2011. Entre outubro de 2006 e julho de 2008, atuou como Diretor Presidente da CPFL – Energias Renováveis S.A. É também membro do Conselho de Administração da CPFL – Energias Renováveis S.A. desde outubro de 2006, tendo ocupado a posição de Presidente do Conselho de Administração até agosto de 2011. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Wilson Pinto Ferreira Junior - 012.217.298-10

O Sr. Pinto Ferreira Junior é formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1981 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas pela Universidade Mackenzie em 1983. Curso mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (USP) (não defendeu tese), e várias especializações, dentre as quais Engenharia de Segurança do Trabalho (Universidade Mackenzie, 1982), Marketing (Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1988), e Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co. 1992). Na Companhia Energética de São Paulo (CESP) exerceu diversos cargos, incluindo Diretor de Distribuição (1995 a 1998). Foi Presidente da RGE de 1998 a 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. de 2000 a 2001 e Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE (2009 a 2010). É membro do Conselho de Administração do ONS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB). Em março de 2000, tornou-se Presidente da CPFL Paulista, e posteriormente da CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguarina, CPFL Bioenergia, e outras controladas da CPFL Energia. De 2002 a abril de 2011, foi membro do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE. É o Presidente da CPFL Energia desde 2002. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Gustavo Estrella - 037.234.097-09

Gustavo Estrella: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Trabalhou no Grupo Lafarge e nas empresas Light e Brasil Telecom. Pós-graduado (MBA) em Finanças pela IBMEC-RJ. Está no Grupo CPFL Energia desde 2001, tendo atuado neste período como gerente de Planejamento Econômico-Financeiro, Diretor de Relações com o Mercado Investidor e Diretor de Planejamento e Controle. Desde fevereiro de 2013, é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia e Diretor Financeiro das empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, RGE e demais subsidiárias do grupo CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Alcides Casado de Oliveira Júnior - 065.278.298-17

Graduado em matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1988, com MBA em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (São Paulo) – CEAG em 1992, e especialização em Gestão em Energia pela Universidade de São Paulo (FEA) e pela Fundação Getúlio Vargas (SP). Na Duke Energy, atuou como Diretor Comercial e de Assuntos Regulatórios de 2000 a 2010, onde realizou o start up no Brasil das atividades de vendas e trading de energia de uma das maiores multinacionais do setor elétrico do mundo e estabeleceu as estratégias comerciais e de desenvolvimento de novas oportunidades de negócio. Foi também Presidente EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S. A., no ano de 2010, onde atuou elaboração do plano de turnaround e reposicionamento estratégico da Companhia. Desde 2011, atuava como Proprietário e Presidente da STH – Consultoria e Negócios em Energia. Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Geração.

José Marcos Chaves de Melo - 730.497.867-87

Formado como técnico eletrônico pelo Centro Federal de Educação Tecnológica, no Rio de Janeiro (CEFET-RJ) em 1980. Formado em Engenharia Mecânica pela The University of Kansas em 1986. Possui as seguintes distinções acadêmicas e profissionais: Bolsa de Estudos da Fulbright Commission, U.S. National Engineering Honor Society (Tau Beta Pi) e Prêmio Mundial de Inovação da Accenture – Projeto SIGA 2006. Atuou na Accenture do Brasil (1987 a 2008) e foi Diretor no período de 1998 a 2008. Foi responsável pela execução dos projetos junto a empresas, tendo atuado por 12 anos no setor elétrico, 5 anos em óleo e gás, 2 anos em siderurgia e 1 ano em manufatura. Acumula experiência em diversas áreas funcionais, como Tecnologia da Informação, Cadeia de Suprimentos e Serviços de Campo e Gestão de Ativos. Ao longo de sua carreira atendeu as empresas Neoenergia, Light, CEMIG, CEMAR, CELESC, Furnas, Duke Energy, Petróbrás, Repsol-YPF e CSN e também ao CCEE, e ao ONS. Atualmente é Diretor Administrativo da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga, da RGE, da CPFL Santa Cruz, da CPFL Jaguariuna, da CPFL Geração, da CPFL Bioenergia e das demais subsidiárias da CPFL Energia. O Sr. Chaves é Diretor Vice-Presidente Administrativo da CPFL Energia.

Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Carlos da Costa Parcias Júnior - 667.235.667-34

O Sr. Carlos da Costa Parcias Júnior é Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1990 e formado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1986. Foi Diretor de Gestão de Participações da Icatu Group entre Março/2001 e Dezembro de 2003. Atuou como Consultor Independente de Finanças Corporativas entre Janeiro/2004 e Abril/2011. Posteriormente foi Diretor de Participações da Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura entre Maio/2011 e Fevereiro/2012. Desde Março/2012 exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente do Grupo CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Hélio Viana Pereira - 237.109.776-49

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) em 1976, com especialização em Engenharia da Qualidade Industrial pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). cursou Pós Graduação em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de São Paulo (USP). Atuou como Engenheiro do Departamento de Eletricidade Rural na Eletrobrás (de 1976 a 1978), como Engenheiro da Área de Estudos de Redes Subterrâneas e como Gerente da Divisão de Iluminação Pública na Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) (de 1978 a 1981). Ocupou diversos cargos de confiança, e foi Supervisor de Controle Operacional e Gerente de Operação da Companhia Energética de São Paulo (CESP) (de 1984 a 1989). Na CPFL Paulista ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Planejamento e Modernização (de maio a agosto de 2000). Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Ricardo Cleber Zangriolami - 151.833.308-75

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP em 1993, com MBA Executivo Internacional pela FIA/USP de São Paulo em 2007, com especializações em Direito Societário e Contratos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e 1998, respectivamente, e outra especialização em Societário pelo IBMEC de São Paulo em 2002. Na International Paper do Brasil Ltda, atuou como Diretor Jurídico no Brasil de 2006 a 2012, Diretor de Assuntos Corporativos na América Latina de 2008 a 2012, foi membro do Comitê Executivo na América Latina, membro do Comitê Jurídico nos Estados Unidos, Presidente Executivo da Fundação no Brasil, membro do Conselho Executivo do Fundo de Pensão no Brasil, bem como foi um dos membros do Conselho de Administração. Na Elektro Eletricidade e Serviços S.A., atuou como Diretor Jurídico de 2003 a 2006, foi membro dos Comitês Executivo Fiscal e Auditoria, líder do Comitê de Ética e Compliance, bem como atuou como Secretário do Conselho de Administração. Na Alstom Power do Brasil Ltda, foi Diretor Jurídico da Alstom Brasil/Power Division de 1999 a 2003 e Gerente Jurídico Sênior da Alstom Energia de 1997 a 1999. Atualmente, é Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais da CPFL Energia.

Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Lucas Caulliraux Martinelli - 094.411.547-09

O Sr. Lucas Caulliraux Martinelli é diretor da área de Merchant Banking do banco BTG Pactual, responsável pela gestão do FIP Brasil Energia e do Brazil Infrastructure Fund II. Antes de se juntar ao banco BTG Pactual, trabalhou na área de Project Finance do Banco ABN AMRO Real e, posteriormente, do Banco Standard de Investimentos, sendo responsável direto pela execução de diversos projetos nos setores de geração e transmissão de energia elétrica, óleo e gás e plantas industriais. Atualmente é membro do conselho de administração da SETE Brasil e de outras empresas investidas pelo FIP Brasil Energia. Lucas é bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome CPF	Tipo comitê		Cargo ocupado		Profissão		Data eleição		Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	Data posse	Data posse		
Outros cargos/funções exercidas no emissor									
Antonio Carlos Bassalo 302.680.448-72	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	Contabilista 62	30/08/2012 30/08/2012			1 ano	
Não exerce outro cargo ou função no emissor									
Carlos Wilson Silva Ribeiro 992.522.527-20	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 46	30/08/2012 30/08/2012			1 ano	
Não exerce outro cargo ou função no emissor									
Vitor Fagali de Souza 260.735.068-99	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 36	03/06/2013 03/06/2013			1 ano	
Não exerce outro cargo ou função no emissor									
Alex de Araujo Germer 058.814.798-23	Outros Comitês Comitê Operacional		Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 52	29/11/2012 29/11/2012			1 ano	
Não exerce outro cargo ou função no emissor									
Andre Franco Sales 277.990.458-50	Outros Comitês Comitê Operacional e Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 38	30/08/2012 30/08/2012			1 ano	
É conselheiro de administração do emissor									
José Ferreira Abdal Neto 722.706.408-53	Outros Comitês Comitê Operacional		Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 56	28/06/2012 28/06/2012			1 ano	
Não exerce outro cargo ou função no emissor									
Roberto Sahade 252.037.838-70	Outros Comitês Comitê operacional e Comitê financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil 35	30/08/2012 30/08/2012			1 ano	
É ouvinte do conselho de administração									

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros de nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da Administração de nossas controladas e com nossos acionistas controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2012			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A. Diretor Presidente	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A. Diretor Presidente	11.623.581/0001-34		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor Presidente	09.076.926/0001-35		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Alito Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Presidente	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor Presidente	09.076.970/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor Presidente	09.076.938/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Presidente	10.401.234/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Água Energia S.A. Diretor Presidente	09.079.118/0001-21		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A. Diretor Presidente	08.933.597/0001-39		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Participações S.A. Diretor Presidente	09.077.015/0001-22		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor Presidente	09.665.342/0001-03		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor Presidente	09.551.286/0001-78		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor Presidente	07.319.993/0001-08		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor Presidente	08.933.585/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor Presidente	08.991.579/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor Presidente	09.076.941/0001-83		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor Presidente	12.620.252/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente	10.797.890/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente	10.797.889/0001-33		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A. Diretor Presidente	07.693.890/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor Presidente	05.441.551/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente	10.797.901/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.899/0001-79		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.908/0001-21		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.910/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.907/0001-87		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.909/0001-76		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. Diretor Presidente	10.797.906/0001-32		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor Presidente	13.438.769/0001-38		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente	13.329.931/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente	13.330.011/0001-81		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor Presidente	08.377.974/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad			
Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad			
Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad			
Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Jantus, S.L.	08.542.501/0001-01		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Conselheiro</u>			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SILF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor Presidente	08.384.470/0001-08		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SILF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	05.367.233/0001-40		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	10.920.640/0001-73		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	10.920.707/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	10.920.755/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	10.920.876/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica I Parque Eólico S.A. Diretor Presidente	12.773.558/0001-99		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A. Diretor Presidente	12.963.869/0001-10		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A. Diretor Presidente	12.981.225/0001-55		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	11.623.581/0001-34		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.926/0001-35		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.840/0001-80		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.970/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.938/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.392/0001-82		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.225/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.836/0001-11		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.352/0001-30		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor Financeiro	07.099.001/0001-84		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.446/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor Financeiro	07.091.059/0001-81		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor Financeiro	08.933.585/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor Financeiro	08.991.579/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.941/0001-83		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	12.620.252/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	10.797.890/0001-68		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	10.797.889/0001-33		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	10.797.891/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	10.797.893/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	10.797.888/0001-99		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Burti S.A. Diretor Financeiro	11.631.681/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A. Diretor Financeiro	11.352.989/0001-19		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A. Diretor Financeiro	11.631.679/0001-33		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A. Diretor Financeiro	11.631.680/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	10.797.899/0001-79		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	10.797.908/0001-21		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	10.797.910/0001-09		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	10.797.907/0001-87		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro	10.797.909/0001-76		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro	10.797.906/0001-32		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor Financeiro	13.438.769/0001-38		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	13.329.931/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro	13.330.011/0001-81		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor Financeiro	08.377.974/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	15.008.729/0001-81		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	15.079.464/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SILF Energies do Brasil Ltda. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	03.491.252/0001-59		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Conselheiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Jantus, S.L. Conselheiro	08.542.501/0001-01		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	08.384.470/0001-08		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.367.233/0001-40		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	10.920.640/0001-73		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Financeiro	05.532.529/0001-70		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.532.571/0001-90		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.532.555/0001-06		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A. Diretor de Engenharia e Obras	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Engenharia e Obras	11.623.581/0001-34		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor de Geração	09.076.926/0001-35		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor de Geração	10.401.241/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.205/0001-30		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.294/0001-14		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Geração	08.991.563/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.840/0001-80		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.392/0001-82		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Geração	10.401.225/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.836/0001-11		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.352/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Geração	07.099.001/0001-84		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	09.665.446/0001-00		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	07.091.059/0001-81		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.401.234/0001-02		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
PCH Participações S.A. Diretor de Engenharia e Obras <u>Observação</u>	09.077.015/0001-22		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.342/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.286/0001-78		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor de Geração	08.933.585/0001-04		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A. Diretor de Geração	12.419.243/0001-48		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	12.620.297/0001-77		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	12.620.252/0001-00		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.890/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.889/0001-33		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.891/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campos dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.893/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campos dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.888/0001-99		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Buriti S.A. Diretor de Geração	11.631.681/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Formosa S.A. Diretor de Geração	11.352.989/0001-19		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A. Diretor de Geração	11.631.679/0001-33		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A. Diretor de Geração	11.631.680/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	10.797.901/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração	10.797.899/0001-79		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração	10.797.908/0001-21		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração	10.797.910/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.797.907/0001-87		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.797.909/0001-76		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.797.906/0001-32		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.797.905/0001-98		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	12.053.687/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	12.053.891/0001-23		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
São Benedito Energias Renováveis S.A. Diretor de Geração	12.053.657/0001-04		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.640/0001-73		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.707/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.755/0001-68		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.876/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.997/0001-51		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.941/0001-05		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração	10.883.378/0001-34		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração	10.883.587/0001-88		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica I Parque Eólico S.A. Diretor de Geração	12.773.558/0001-99		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica II Parque Eólico S.A. Diretor de Geração	12.963.869/0001-10		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A. Diretor de Geração	12.981.225/0001-55		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A. Diretor de Geração	12.864.421/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
BVP S.A. Diretor de Engenharia e Obras	08.973.545/0001-96		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor de Geração	09.076.938/0001-60		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Ninho da Água Energia S.A. Diretor de Geração	09.079.118/0001-21		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A. Diretor de Geração	08.933.597/0001-39		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira			
Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira			
Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira			
Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor de Geração	09.119.054/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor de Geração	09.079.069/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A. Diretor de Operação de Manutenção	11.594.952/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção Observação	12.620.297/0001-77		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção Observação	12.620.252/0001-00		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bioenergia S.A. Diretor de Geração Observação	07.693.890/0001-03		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção Pessoa Relacionada	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor de Geração	05.441.551/0001-04		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor de Geração	13.438.769/0001-38		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor de Geração	13.271.413/0001-52		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor de Geração	13.326.039/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Geração	08.377.974/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção	15.008.729/0001-81		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção	15.079.464/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Operação de Manutenção <u>Observação</u>	03.491.252/0001-59		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Operação de Manutenção <u>Observação</u>	08.384.470/0001-08		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	05.367.233/0001-40		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	05.532.529/0001-70		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	05.532.571/0001-90		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	05.532.555/0001-06		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BVP S.A. Diretor de Operação de Manutenção	08.973.545/0001-96		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação de Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.079.142/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.551.205/0001-30		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.551.294/0001-14		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.991.563/0001-09		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.369.840/0001-80		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.076.970/0001-45		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.076.938/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.392/0001-82		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.401.225/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.369.836/0001-11		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.352/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.099.001/0001-84		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.446/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	07.091.059/0001-81		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.401.234/0001-02		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Ninho da Água Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	09.079.118/0001-21		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Paiol Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Participações S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.077.015/0001-22		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.342/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.551.286/0001-78		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A. Diretor de Sustentabilidade	11.594.952/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.235.807/0001-92		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.419.243/0001-48		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.620.297/0001-77		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.620.252/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.797.890/0001-68		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.797.889/0001-33		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.797.891/0001-02		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.797.893/0001-00		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.797.888/0001-99		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Burity S.A. Diretor de Sustentabilidade	11.631.681/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A. Diretor de Sustentabilidade	11.352.989/0001-19		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A. Diretor de Sustentabilidade	11.631.679/0001-33		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor de Sustentabilidade	10.797.899/0001-79		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor de Sustentabilidade	10.797.908/0001-21		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor de Sustentabilidade	10.797.910/0001-09		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.053.687/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.053.891/0001-23		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.053.657/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
São Domingos Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.053.825/0001-53		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	13.329.931/0001-80		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade	13.330.011/0001-81		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.377.974/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	15.008.729/0001-81		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	15.079.464/0001-02		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Sustentabilidade	03.491.252/0001-59		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SILF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Sustentabilidade	08.384.470/0001-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SILF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	05.367.233/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.640/0001-73		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.920.707/0001-70		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.920.755/0001-68		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.920.876/0001-00		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.920.997/0001-51		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.941/0001-05		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Sustentabilidade	10.883.378/0001-34		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Sustentabilidade	10.883.587/0001-88		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
BVP S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.973.545/0001-96		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.565.497/0001-34		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda. Diretor de Sustentabilidade	14.205.729/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u> PCH Holding S.A. Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	11.623.581/0001-34		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.076.926/0001-35		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	07.319.868/0001-06		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.076.988/0001-47		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.401.241/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.079.142/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.551.205/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.551.294/0001-14		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	08.991.563/0001-09		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	10.369.840/0001-80		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	09.076.970/0001-45		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	09.076.938/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.665.392/0001-82		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.401.225/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.369.836/0001-11		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.077.015/0001-22		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.665.342/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.551.286/0001-78		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	07.319.993/0001-08		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	08.933.585/0001-04		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	08.991.579/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.076.941/0001-83		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.510.047/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.119.054/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	09.079.069/0001-27		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Eólica Holding S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	11.594.952/0001-05		
Observação			
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPE Bio Coopcana S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.235.807/0001-92		
Observação			
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPE Bio Alvorada S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.419.243/0001-48		
Observação			
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	12.620.297/0001-77		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	12.620.252/0001-00		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	10.797.890/0001-68		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u>	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	10.797.889/0001-33		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.891/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.893/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.888/0001-99		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.899/0001-79		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.908/0001-21		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.910/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.907/0001-87		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.909/0001-76		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.797.906/0001-32		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	13.438.769/0001-38		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.053.687/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.053.891/0001-23		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.053.657/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
São Domingos Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	12.053.825/0001-53		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u> Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	149.528.488-33 13.329.931/0001-80	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u> Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	149.528.488-33 13.330.011/0001-81	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Pessoa Relacionada</u> Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia <u>Observação</u>	149.528.488-33 08.377.974/0001-09	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	15.008.729/0001-81		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	15.079.464/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	03.491.252/0001-59		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.920.941/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.883.378/0001-34		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	10.883.587/0001-88		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	05.532.529/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	05.532.571/0001-90		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	05.532.555/0001-06		
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	12.963.869/0001-10		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	07.565.497/0001-34		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia	14.205.729/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor de Novos Negócios	09.640.711/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Alessandro Gregori Filho			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Alessandro Gregori Filho			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Novos Negócios	12.620.252/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Novos Negócios	15.008.729/0001-81		
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Novos Negócios	15.079.464/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SILF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SILF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Wilson Pinto Ferreira Júnior	012.217.298-10	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Lorival Nogueira Luz Júnior	678.741.266-53	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Paulo Eduardo de Almeida Godoy	963.236.718-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Marcos Chaves de Melo	730.497.867-87	Controle	Controlador Direto
Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Carlos Márcio Ferreira Suplente do Conselho de Administração	016.712.938-43	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A. Presidente do Conselho de Administração	03.953.509/0001-47		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Hélio Viana Pereira Suplente do Conselho de Administração	237.109.776-49	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	03.953.509/0001-47		
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2011			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor Presidente	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor Presidente	09.079.142/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor Presidente	09.119.054/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Presidente	09.079.069/0001-27		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Presidente.			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cocaís Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Água Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Presidente	09.551.205/0001-30		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Presidente	09.551.294/0001-14		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor Presidente	08.991.563/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor Presidente	09.551.286/0001-78		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Presidente	10.883.378/0001-34		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	05.532.529/0001-70		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	05.532.555/0001-06		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	05.532.571/0001-90		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	10.996.738/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Presidente	10.883.587/0001-88		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente	05.367.233/0001-40		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor Presidente	08.384.470/0001-08		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor Presidente	03.491.252/0001-59		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A. Diretor Presidente	12.419.243/0001-48		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor Presidente	07.099.001/0001-84		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor Presidente	09.665.352/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor Presidente	07.319.993/0001-08		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alito Irani Energia S.A. Diretor Presidente	07.319.868/0001-06		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Presidente	10.401.241/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Presidente	10.369.840/0001-80		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Presidente	09.665.392/0001-82		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor Presidente	10.401.225/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor Presidente	10.369.836/0001-11		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor Presidente	13.326.039/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Jantus S.L. Diretor Presidente	08.542.501/0001-01		
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor de Novos Negócios	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor de Engenharia e Obras	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A. Diretor de Engenharia e Obras	09.077.015/0001-22		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Engenharia e Obras	11.623.581/0001-34		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	12.620.297/0001-77		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	12.620.252/0001-00		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	15.079.464/0001-02		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Engenharia e Obras	15.008.729/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor de Geração	09.076.926/0001-35		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.294/0001-14		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.205/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Geração	08.991.563/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Geração	09.551.286/0001-78		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	08.933.585/0001-04		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	08.991.579/0001-03		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
SPE Tombo Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	09.510.047/0001-70		
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras <u>Pessoa Relacionada</u>	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração <u>Observação</u>	10.920.640/0001-73		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.707/0001-70		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.755/0001-68		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração	10.920.876/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Geração	07.099.001/0001-84		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.352/0001-30		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Geração	09.079.142/0001-60		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Geração	10.401.225/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.392/0001-82		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Geração	10.369.836/0001-11		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.446/0001-00		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Geração	07.091.059/0001-81		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Geração	10.401.234/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin 10401234000102	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.342/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin 10401234000102	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração	10.883.587/0001-88		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Geração	03.491.252/0001-59		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	09.640.711/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.342/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração	10.883.587/0001-88		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Geração <u>Observação</u>	03.491.252/0001-59		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	09.551.286/0001-78		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	09.551.205/0001-30		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	09.551.294/0001-14		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	08.991.563/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor Financeiro	08.933.585/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor Financeiro	08.991.579/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.241/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.840/0001-80		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.225/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.392/0001-82		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.836/0001-11		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.446/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor Financeiro	07.091.059/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.234/0001-02		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.342/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bioenergia S.A. Diretor Financeiro	07.693.890/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Jantus S.L.	08.542.501/0001-01		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Financeiro	09.079.069/0001-27		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.941/0001-83		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.988/0001-47		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Ninho da Água Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.532.555/0001-06		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.532.571/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	10.996.738/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	05.367.233/0001-40		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Ponta das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Financeiro	10.883.587/0001-88		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	10.920.640/0001-73		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro	10.920.707/0001-70		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	10.920.941/0001-05		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
SIF Energies do Brasil Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	03.491.252/0001-59		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	08.384.470/0001-08		
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro <u>Pessoa Relacionada</u>	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor Financeiro <u>Observação</u>	08.377.974/0001-09		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
PCH Holding S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	09.640.711/0001-03		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	11.623.581/0001-34		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção <u>Pessoa Relacionada</u>	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
PCH Participações S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	09.077.015/0001-22		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A. Diretor de Operação e Manutenção	11.594.952/0001-05		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	12.620.297/0001-77		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	12.620.252/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Operação e Manutenção			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor de Operação e Manutenção	05.441.551/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	07.693.890/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.079.142/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.119.054/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.079.069/0001-27		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.076.941/0001-83		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.076.988/0001-47		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.076.938/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.076.970/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Água Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	09.079.118/0001-21		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	08.933.597/0001-39		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Operação e Manutenção	10.883.378/0001-34		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	05.532.529/0001-70		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eólica Icaraiunho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	05.532.555/0001-06		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	05.532.571/0001-90		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção'	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	05.367.233/0001-40		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Operação e Manutenção <u>Observação</u>	08.384.470/0001-08		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Operação e Manutenção	08.377.974/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.640.711/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Sustentabilidade	11.623.581/0001-34		
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.551.294/0001-14		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.991.563/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.551.286/0001-78		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.933.585/0001-04		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	08.991.579/0001-03		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Tombo Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.510.047/0001-70		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Coopcana S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.235.807/0001-92		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Bio Alvorada S.A. Diretor de Sustentabilidade	12.419.243/0001-48		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.099.001/0001-84		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.352/0001-30		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.319.868/0001-06		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.319.993/0001-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.401.241/0001-04		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.369.840/0001-80		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	09.665.392/0001-82		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.401.225/0001-03		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.369.836/0001-11		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.665.446/0001-00		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	07.091.059/0001-81		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.401.234/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	05.532.529/0001-70		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	05.532.555/0001-06		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	05.532.571/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.996.738/0001-04		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SILF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	05.367.233/0001-40		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	10.883.587/0001-88		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.640/0001-73		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.707/0001-70		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.755/0001-68		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.876/0001-00		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.997/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	10.920.941/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Sustentabilidade	08.384.470/0001-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	03.491.252/0001-59		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	08.377.974/0001-09		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	09.079.142/0001-60		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade <u>Pessoa Relacionada</u>	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
SPE Varginha Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade <u>Observação</u>	09.119.054/0001-45		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.079.069/0001-27		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.076.941/0001-83		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade	09.076.988/0001-47		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Wilson Pinto Ferreira Junior Presidente do Conselho de Administração	012.217.298-10	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A. Diretor Presidente	03.953.509/0001-47		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Otávio Lopes Castello Branco Neto Membro do Conselho de Administração	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações Administrador	12.461.756/0001-17		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Adriana Waltrick dos Santos Membro do Conselho de Administração	472.363.610-20	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A. Diretora	03.953.509/0001-47		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Paulo Eduardo de Almeida Godoy Membro do Conselho de Administração	963.236.718-91	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A. Diretor	03.953.509/0001-47		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marco Antonio Oliveira de Siqueira Membro do Comitê Operacional	593.263.287-91	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Comercialização Brasil S.A. Diretor Presidente	04.973.790/0001-42		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Lorival Nogueira Luz Junior Membro do Conselho de Administração	678.741.266-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A. Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	03.953.509/0001-47		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Oderval Esteves Duarte Filho Membro do Conselho de Administração	767.880.596-91	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Pessoa Relacionada			
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Gestor	07.032.374/0001-38		
Observação			
Administrador do Emissor			
Dirk Donath Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park) Administrador	08.952.278/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Otávio Lopes Castello Branco Neto Membro do Conselho de Administração	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações Gestor	12.461.756/0001-17		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Ouvinte do Conselho de Administração.	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.079.069/0001-27		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2010			
Administrador do Emissor			
Otávio Lopes Castello Branco Neto Presidente do Conselho de Administração	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações Gestor	12.461.756/0001-17		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Edward Misrahi Membro do Conselho de Administração		Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park) Administrador	08.952.278/0001-70		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Otávio Magalhães Membro do Conselho de Administração	053.187.248-33	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações Gestor	12.461.756/0001-17		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Oderval Esteves Duarte Filho Membro do Conselho de Administração	767.880.596-91	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Gestor	07.032.374/0001-38		
Observação			
Administrador do Emissor			
Dirk Donath Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park) Administrador	08.952.278/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Yves Ehlert Membro do Conselho de Administração	234.167.568-94	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft MBH Administrador	05.671.563/0001-25		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
É ouvinte do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u> GMR Energia S.A.	08.978.651/0001-62		
Administrador			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Bruno Alberto Lima Franco	072.991.427-59	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u> Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia	07.032.374/0001-38		
Gestor			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Paulo Thiago Passoni	272.922.268-50	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u> Secor LLC (Eton Park)	08.952.278/0001-70		
Administrador			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u> SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.665.392/0001-82		
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.665.446/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Co-Presidente	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Co-Presidente	10.401.234/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Co-Presidente	10.401.241/0001-04		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.551.205/0001-30		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.551.294/0001-14		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor Co-Presidente	08.933.585/0001-04		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.551.286/0001-78		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor Co-Presidente	08.991.579/0001-03		
Observação			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. Diretor Co-Presidente	09.325.592/0001-96		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor Co-Presidente	07.319.868/0001-06		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor Co-Presidente	07.319.993/0001-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A. Diretor Co-Presidente	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.926/0001-35		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.988/0001-47		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Água Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.079.069/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor Financeiro	07.099.001/0001-84		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.352/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor Financeiro	07.091.059/0001-81		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.342/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.392/0001-82		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor Financeiro	09.665.446/0001-00		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Financeiro	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.234/0001-02		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.241/0001-04		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Financeiro	09.551.205/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Financeiro	09.551.294/0001-14		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	08.991.563/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor Financeiro	07.319.868/0001-06		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor Financeiro	07.319.993/0001-08		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor Financeiro	10.401.225/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Aituruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Financeiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor Financeiro	09.079.142/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.970/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.938/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Ninho da Águia Energia S.A. Diretor Financeiro	09.079.118/0001-21		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A. Diretor Financeiro	08.933.597/0001-39		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor Financeiro	09.076.941/0001-83		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor Financeiro	09.119.054/0001-45		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Financeiro	09.079.069/0001-27		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A. Diretor Co-Presidente	07.099.001/0001-84		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.665.352/0001-30		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor Co-Presidente <u>Observação</u>	09.665.446/0001-00		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor Co-Presidente <u>Observação</u>	10.369.840/0001-80		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Co-Presidente <u>Observação</u>	10.401.234/0001-02		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Co-Presidente <u>Observação</u>	10.401.241/0001-04		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.551.205/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.551.294/0001-14		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor Co-Presidente	08.991.563/0001-09		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A. Diretor Co-Presidente	11.623.581/0001-34		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Aiuruoca Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.926/0001-35		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.988/0001-47		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.079.142/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.970/0001-45		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.076.938/0001-60		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Água Energia S.A. Diretor Co-Presidente	09.079.118/0001-21		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor	09.665.392/0001-82		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor	09.665.446/0001-00		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Galo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor	10.369.840/0001-80		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor	08.991.563/0001-09		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor	08.933.585/0001-04		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERSA - Comercialização de Energia S.A. Diretor	11.312.664/0001-02		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding S.A. Diretor	09.640.711/0001-03		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PCH Holding 2 S.A. Diretor	11.623.581/0001-34		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Ninho da Água Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor	09.076.941/0001-83		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A. Diretor	09.119.054/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo Diretor	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor	09.079.069/0001-27		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, bem como os administradores de suas controladas, estão segurados por uma apólice de seguro D&O do grupo CPFL Energia, onde o limite máximo de indenização cobre todas as suas controladas, sob o pagamento proporcional do prêmio total da apólice. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seus patrimônios pessoais sejam atingidos em decorrência de atos praticados no exercício regular de seus respectivos cargos na Companhia e/ou suas controladas. A cobertura da apólice é limitada ao valor global de US\$50 milhões (cinquenta milhões de dólares americanos). No exercício social de 2012, o valor do prêmio referente à apólice mencionada foi de R\$1.786,70 para a Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

De modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as nossas práticas, segue tabela com informações a respeito de nossas assembleias gerais realizadas nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente:

Assembleia	Data de Realização	Instalação em Segunda Convocação	Quórum de Instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	18/04/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	26/03/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	08/03/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	28/01/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	08/05/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2012	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	13/04/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	24/01/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	22/08/2011	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	29/04/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	14/01/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	22/12/2010	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	12/11/2010	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2010	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	20/04/2010	Não	100%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos administradores com função executiva praticada por nós tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com o padrão de excelência requerido pela CPFL Renováveis.

A remuneração fixa da nossa Diretoria estatutária é baseada em pesquisa de mercado realizada por consultoria especializada, que, periodicamente, apresenta as suas avaliações sobre a remuneração desses cargos praticada no mercado. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Mercer Human Resources Consulting Ltda.

A remuneração variável dos diretores estatutários é baseada em metas contratadas com base no nosso planejamento estratégico.

b) composição da remuneração, indicando:

(i) *descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.*

Conselho de Administração: os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à qualquer remuneração.

Conselho Fiscal: na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Diretoria Estatutária: os membros da nossa Diretoria estatutária, além da remuneração fixa recebida mensalmente, fazem jus a (i) benefícios, (ii) incentivos de curto prazo (que incluem salários, encargos e honorários dos administradores) e (iii) incentivos de longo prazo (que inclui a participação nos nossos resultados e, para determinados Diretores, remuneração com base em modelo a ser definido). Os incentivos de curto prazo têm por objetivo central direcionar o comportamento dos executivos ao aperfeiçoamento da estratégia dos nossos negócios e ao atingimento de resultados, e os incentivos de longo prazo têm como objetivos a criação de visão e comprometimento de longo prazo. Os membros de nossa Diretoria estatutária não fazem jus a benefícios recebidos em função da cessação do exercício do cargo.

Comitês: os membros dos nossos Comitês não fazem jus a remuneração exclusivamente pelo cargo que ocupam em tais comitês.

(ii) *qual a proporção de cada elemento na remuneração total.*

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Honorários fixos	Não aplicável	Não aplicável	63%
Benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4%
Incentivos de curto prazo	Não aplicável	Não aplicável	24%
Incentivos de longo prazo	Não aplicável	Não aplicável	9%
Total	Não aplicável	Não aplicável	100%

(iii) *metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.*

A proposta de remuneração definida pelo Conselho de Administração da Companhia para os Diretores estatutários, bem como eventual reajuste, baseia-se em pesquisa de mercado realizada por consultorias especializadas. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Mercer Human Resources Consulting Ltda., baseando-se em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

(iv) *razões que justificam a composição da remuneração.*

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções equivalentes em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Com relação à remuneração variável dos diretores estatutários, realizamos a avaliação do órgão, verificando o desempenho de seus membros, conforme metas corporativas e individuais, estabelecidas de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos nossos administradores compreendem o alcance de metas corporativas (tais como EBITDA e PMSO), específicas (com até quatro indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe). Com exceção de tais indicadores, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos de remuneração dos nossos administradores.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Os honorários dos Diretores estatutários serão revisados por meio de pesquisa de mercado e possíveis ajustes poderão ser validados pelo Conselho da Administração.

A remuneração variável é totalmente baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao nosso próprio desempenho no período em questão (tais como EBITDA e PMSO). Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de bônus ou participação nos resultados, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos seus administradores. Com exceção de tal verificação de desempenho, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos valores pagos a nossos administradores.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração dos Diretores estatutários está alinhada aos nossos interesses e com as metas alinhadas com plano estratégico da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		7,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.832.163,30		3.832.163,30
Benefícios direto e indireto		494.029,19		494.029,19
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		1.073.005,72		1.073.005,72
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus		2.229.945,24		2.229.945,24
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		486.735,37		486.735,37
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		8.115.878,82		8.115.878,82

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		7,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.605.765,63		3.605.765,63
Benefícios direto e indireto		326.708,56		326.708,56
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		1.009.614,38		1.009.614,38

Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus		779.880,00		779.880,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		271.000,00		271.000,00
Observação				
Total da remuneração		5.992.968,57		5.992.968,57

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,33	4,92		13,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.359.100,00		3.359.100,00
Benefícios direto e indireto	0,00	269.171,32		269.171,32
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	671.820,00		671.820,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	919.000,00		919.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	826.000,00		826.000,00
Observação	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	6.045.091,32		6.045.091,32

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	4,83		12,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.020.882,00		2.020.882,00
Benefícios direto e indireto	0,00	113.079,48		113.079,48
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	404.176,40		404.176,40
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.153.486,41		1.153.486,41
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	3.691.624,29		3.691.624,29

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Ano 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	7,00	0,00	7,00
Em relação ao bônus:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.783.956,19	0,00	1.783.956,19
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	2.675.934,29	0,00	2.675.934,29
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	2.229.945,24	0,00	2.229.945,24
Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	7,00	0,00	7,00
Em relação ao bônus:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.523.200,00	0,00	1.523.200,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	2.284.800,00	0,00	2.284.800,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	1.904.000,00	0,00	1.904.000,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	779.880,00	0,00	779.880,00
Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	9,00	0,00	9,00
Em relação ao bônus:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	603.524,00	0,00	603.524,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	905.286,00	0,00	905.286,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	754.405,00	0,00	754.405,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	919.000,00	0,00	919.000,00
Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	6,00	0,00	6,00
Em relação ao bônus:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	663.438,00	0,00	663.438,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	995.157,00	0,00	995.157,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	829.298,00	0,00	829.298,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	1.153.486,00	0,00	1.153.486,00
Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Ano 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Em relação ao bônus:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fosse Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	292.000,00	0,00	292.000,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração ...	0,00	438.000,00	0,00	438.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fosse Atingidas	0,00	365.000,00	0,00	365.000,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	365.000,00	0,00	365.000,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, possuíamos em vigor o Plano de Compra de Ações (“Plano”) aprovado por nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009.

Conforme mencionado no item “g” abaixo, o Plano estabelecia que poderiam ter sido emitidas Opções (conforme abaixo definido) que correspondiam até no máximo 1% das ações representativas do nosso capital social total. Desde a aprovação do Plano, nosso Conselho de Administração aprovou três Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), quais sejam: o Programa de 2009, em 29 de outubro de 2009, o Programa de 2010, em 9 de março de 2010, e o Programa de 2011, em 1º de março de 2011. Por decisão da Companhia e seus acionistas o Plano foi descontinuado, motivo pelo qual não houve novas outorgas de Opções (conforme abaixo definido) com base no Plano.

Os detalhes do Plano seguem abaixo, os quais foram ajustados para refletir o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012:

a. termos e condições gerais

Cada 5 (cinco) opções de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de nossa emissão, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano (“Opção”).

O Plano era administrado pelo nosso Conselho de Administração.

No âmbito do Plano, nosso Conselho de Administração aprovou, periodicamente, Programas, nos quais foram definidos os Participantes (conforme abaixo definido), o número de Opções, o preço de exercício, a distribuição das Opções, a data de vigência e as demais respectivas regras específicas de cada Programa, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

Nosso Conselho de Administração poderia ter agregado novos Participantes (conforme abaixo definido) aos Programas, determinando o número de ações que o Participante (conforme abaixo definido) teria direito de adquirir e ajustando o preço de exercício.

Quando do lançamento de cada um dos Programas, o nosso Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada Opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), que foram celebrados entre a Companhia e cada Participante, com referência aos Programas estabelecidos pelo nosso Conselho de Administração. Os Contratos definiram pelo menos as seguintes condições: (a) o número de ações que o Participante (conforme abaixo definido) teve direito de adquirir com o exercício da Opção e o preço por ação; (b) o prazo durante o qual a Opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial da Opção e em que os direitos decorrentes da Opção expirarão; (c) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações adquiridas; e (d) quaisquer outros termos e condições em consonância com o Plano ou o respectivo Programa.

Os nossos administradores e empregados de nível gerencial eram elegíveis ao Plano. Em cada um dos Programas, o nosso Conselho de Administração indicou, dentre os elegíveis, aqueles aos quais foram oferecidas Opções (“Participantes”). A indicação do Participante em determinado ano não implicava sua indicação como Participante em qualquer outro ano.

O Participante que tivesse interesse em participar do Programa para o qual tenha sido designado deveria firmar o competente Termo de Adesão, no prazo fixado em cada Programa.

As Opções objeto do Plano foram outorgadas aos Participantes em caráter pessoal, não podendo ser empenhadas, comunicadas, cedidas ou transferidas a terceiros, salvo na hipótese de falecimento expressamente prevista no Plano.

As ações adquiridas pelos Participantes das Opções farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia a partir da data da liquidação física do exercício das Opções, com a transferência das ações para o Participante.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

b. principais objetivos do Plano

O Plano tinha por objeto a outorga de opções de compra de ações de nossa emissão a administradores e empregados de nível gerencial, com os seguintes objetivos: (a) estimular a nossa expansão e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos participantes com nossos acionistas; (b) nos possibilitar atrair e manter os participantes, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e formas previstos no Plano; (c) promover o nosso bom desempenho e dos interesses dos nossos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte dos participantes; e (d) proporcionar aos participantes uma participação no valor criado com o nosso desenvolvimento, alinhando os seus interesses com os interesses dos nossos acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano visava despertar nos participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas.

d. como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano se inseria numa política de remuneração que visava premiar os participantes que haviam se destacado por contribuir significativamente para o nosso desempenho, ou cuja contratação fosse de vital importância para a boa execução dos nossos planos e estratégias.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano se alinhava com os interesses dos Participantes e nossos na medida em que visava despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano estava limitado a um máximo de Opções que resultasse em uma diluição de até 1% no total de ações de nossa emissão na data de criação de cada Programa. A diluição correspondia ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, dividido pela atual quantidade total de ações de nossa emissão adicionadas às Opções outorgadas no Plano. O limite total de diluição foi verificado na data de criação de cada Programa, levando em conta as Opções já anteriormente exercidas.

Considerando as Opções outorgadas no âmbito do Plano e que ainda são passíveis de serem exercidas (vide item "g" abaixo), as Opções poderão resultar na emissão de até 292.533 novas ações de nossa emissão, caso a totalidade das Opções outorgadas ainda passíveis de exercício sejam exercidas. Não haverá outorgas adicionais de Opção com base no Plano.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Das 4.685.729 opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários e aos nossos empregados em nível gerencial desde o início do Plano de Compra de Ações ("Plano"), 1.828.904 opções foram canceladas, devido ao desligamento do respectivo membro, nos termos do Plano, de modo que atualmente apenas 3.250.840 opções são passíveis de serem exercidas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

h. condições de aquisição de ações

A aquisição do direito ao exercício das Opções (“Vesting”) está sujeita aos prazos de carência de cada Programa. O Vesting das Opções ocorrerá em quatro etapas anuais, sendo a primeira parcela a partir do primeiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

Vesting das Opções (a partir da data de vigência de cada Programa)	Percentual de Opções Vested
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	Até 25%
A partir do segundo aniversário	Até 25%, mais eventual sobra não exercida no período antecedente
A partir do terceiro aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes
A partir do quarto aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço base de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes titulares das Opções (“Preço de Exercício”) foi definido pelo Conselho de Administração em cada um dos Programas, quais sejam: (i) para o Programa de 2009, o Preço de Exercício foi de R\$1,23 por Opção; (ii) para o Programa de 2010, o Preço de Exercício foi de R\$1,84 por Opção; e (iii) para o Programa de 2011, o Preço de Exercício foi de R\$1,84. Os Preços de Exercício são atualizados pelo IPCA desde (i) 1 de janeiro de 2009 para o Programa de 2009; e (ii) 8 de outubro de 2009 para os Programas de 2010 e de 2011.

j. critérios para fixação de prazo de exercício

Observados os prazos de carência acima, as Opções poderão ser exercidas pelo Participante titular das Opções durante o prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração para cada Programa, que deverá ser de no máximo dez anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato (“Prazo da Opção”). O exercício de cada Opção será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Opção (“Termo de Exercício”) devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Participantes em caso de ocorrência de um dos eventos a seguir (“Condições para Exercício das Opções”): (a) oferta pública inicial (primária ou secundária) para ações ordinárias, preferenciais ou *units*, resultando na negociação de nossas ações em mercado público brasileiro ou internacional (“IPO”); ou (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer de nossos acionistas (“Acionista Alienante”), de número de ações representativas de 10% ou mais do nosso capital social, a terceiro adquirente (“Adquirente”), antes da ocorrência de um IPO.

No caso do item (b) acima, o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Ainda na hipótese do item (b) acima, caso a alienação seja de um número de ações que implique alteração do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (“Alienação de Controle”), o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de (i) comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante; e (ii) declarar o vencimento antecipado de todos os prazos de carência das Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) de que os Participantes forem titulares para que estes, se assim desejarem, possam fazer a subscrição de novas ações. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

No caso da ocorrência de um IPO, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, aprovar que as Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e as Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) sejam liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos Participantes. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras especiais que permitam que as ações objeto das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções *Não-vested* (conforme abaixo definido) possam ser vendidas no IPO.

As Opções não exercidas pelo Participante durante o Prazo da Opção, seja pela não ocorrência das Condições para Exercício da Opção, ou por intenção do Participante em não exercê-las, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Caso a última data fixada para exercício durante o Prazo da Opção coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de nossa emissão, nos termos de nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários ou da legislação aplicável, o Prazo da Opção será prorrogado até a próxima data fixada pelo Conselho de Administração para o exercício das Opções.

k. forma de liquidação

O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da aquisição das ações, na forma determinada pelo Conselho de Administração em cada Programa, salvo na hipótese de o Participante optar por vender imediatamente, em bolsa de valores, parte ou a totalidade das ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Participante de nota promissória *pró-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a data da liquidação do exercício das Opções, com a transferência das ações para os Participantes.

l. restrições à transferência das ações

Eventuais restrições à transferência das ações adquiridas no âmbito do Plano será decididas pelo nosso Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso venham a ser feitas modificações na nossa estrutura acionária, envolvendo aumento, diminuição, desdobramento, grupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas nossas ações, ficará resguardado ao nosso Conselho de Administração o direito de também poder ajustar essas modificações às Opções não exercidas pelos seus titulares. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da Opção, mas com ajuste do preço de exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual não sejamos a sociedade remanescente, o Plano terminará e as Opções até então concedidas extinguir-se-ão, a não ser que, em conexão com tal operação, o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício das Opções dos Programas em vigência, ou estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções até então concedidas com a substituição de tais Opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista. Os ajustes efetuados no Plano quando da substituição das Opções originais por novas opções serão vinculativos. Os Participantes que discordem dos ajustes no Plano terão o direito de renunciar às suas Opções.

Os ajustes segundo as condições do item acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua revisão parcial ou integral, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do nosso Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de Desligamento Involuntário do Participante (conforme abaixo definido), todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis ("Opções Não-vested") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções já exercíveis na data do Desligamento Involuntário ("Opções Vested"), caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Involuntário**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco, tal como substituição ou não reeleição como nosso administrador estatutário ou rescisão sem justa causa de contrato de trabalho, exceto Desligamento Voluntário (conforme abaixo definido), Desligamento por Justa Causa (conforme abaixo definido), falecimento, invalidez permanente ou Desligamento Especial (conforme abaixo definido).

Em caso de Desligamento Voluntário do Participante, todas as Opções Não-vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções Vested caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Voluntário**" significa qualquer ato praticado de forma voluntária pelo titular da Opção que ponha fim à relação jurídica conosco, tal como pedido de demissão, no caso dos Participantes que sejam nossos empregados, ou renúncia ao cargo, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços.

Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Opções Vested ou Opções Não-vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Para fins do Plano, o termo “**Desligamento por Justa Causa**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam nossos empregados e, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador ou contrato de prestação de serviços; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos nossos negócios, imagem ou situação financeira, de nossos sócios, ou de quaisquer empresas controladas ou coligadas, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário ou contrato de prestação de serviços celebrado pelo Participante conosco ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; (f) descumprimento do nosso Estatuto Social, Código de Ética e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador ou prestador de serviços; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei, obrigações essas que serão também aplicáveis por analogia aos prestadores de serviços.

No caso de Desligamento Especial do Participante, todas as Opções *Vested* poderão ser exercidas imediatamente, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções, e todas as Opções *Não-vested* poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de *Vesting*.

Para efeitos do Plano, o termo “**Desligamento Especial**” significa o encerramento da carreira do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Desligamento Especial seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante; (iii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, no termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado por nós.

No caso de falecimento do Participante, todas as Opções *Não-vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. As Opções *Vested* ou *Não-vested* estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas imediatamente, no todo ou em parte, pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

No caso de invalidez permanente do Participante, todas as Opções *Não-vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. O Participante ou seu responsável legal terá o direito de exercer as Opções *Vested* ou *Não-vested* imediatamente, mediante pagamento à vista.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Até a data deste Formulário de Referência, não havia qualquer ação, quota ou outro valor mobiliário de emissão da Companhia, de seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que fosse detida por membro do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Para o exercício social corrente (2013), não houve e não há previsão de remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração e para a nossa Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve opções outorgadas.

A tabela a seguir refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

	<u>Diretoria Estatutária</u>
Número de membros	2 ⁽¹⁾
Data(s) da(s) outorga(s).....	1º de março de 2011
Quantidade de opções outorgadas	1.350.000 ⁽²⁾
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até o 1º aniversário – 0% A partir do 1º aniversário – 25% A partir do 2º aniversário – 50% A partir do 3º aniversário – 75% A partir do 4º aniversário – 100%
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações.....	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social.....	R\$9,65 ⁽³⁾
Perdidas durante o exercício social	Não aplicável
Exercidas durante o exercício social.....	Não aplicável
Expiradas durante o exercício social	Não aplicável
Valor justo das opções na data de outorga ⁽⁴⁾	Programa 2011: 1ª Tranche – R\$1,95; 2ª Tranche – R\$2,05; 3ª Tranche – R\$1,85 e 4ª Tranche – R\$1,95.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,07% ⁽⁵⁾

⁽¹⁾ Considera apenas o número de Diretores Estatutários à época da outorga das opções e os Diretores Estatutários que efetivamente receberam opções.

⁽²⁾ Considera apenas as opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários à época da outorga. A cada cinco opções outorgadas equivale uma ação ordinária de emissão da Companhia.

⁽³⁾ Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012, bem como a correção pelo IPCA.

⁽⁴⁾ Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.

⁽⁵⁾ A diluição potencial considera também o exercício das opções outorgadas aos nossos empregados não-diretores, bem como a diluição potencial no caso de exercício da totalidade das opções possíveis de serem exercidas. Para maiores informações, vide item 14.3.c deste Formulário de Referência.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A tabela a seguir refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

	<u>Diretoria Estatutária</u>
Número de membros	2 ⁽¹⁾
Data(s) da(s) outorga(s).....	9 de março de 2010
Quantidade de opções outorgadas	569.703 ⁽²⁾
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até o 1º aniversário – 0% A partir do 1º aniversário – 25% A partir do 2º aniversário – 50% A partir do 3º aniversário – 75% A partir do 4º aniversário – 100%
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações.....	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social.....	R\$8,20 ⁽³⁾
Perdidas durante o exercício social	Não aplicável
Exercidas durante o exercício social.....	Não aplicável
Expiradas durante o exercício social	Não aplicável
Valor justo das opções na data de outorga ⁽⁴⁾	Programa 2010: 1ª Tranche – R\$2,85; 2ª Tranche – R\$3,00; 3ª Tranche – R\$2,75 e 4ª Tranche – R\$2,90.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,07% ⁽⁵⁾

⁽¹⁾ Considera apenas o número de Diretores Estatutários à época da outorga das opções e os Diretores Estatutários que efetivamente receberam opções.

⁽²⁾ Considera apenas as opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários à época da outorga. A cada cinco opções outorgadas equivale uma ação ordinária de emissão da Companhia.

⁽³⁾ Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012, bem como a correção pelo IPCA.

⁽⁴⁾ Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.

⁽⁵⁾ A diluição potencial considera também o exercício das opções outorgadas aos nossos empregados não-diretores, bem como a diluição potencial no caso de exercício da totalidade das opções possíveis de serem exercidas. Para maiores informações, vide item 14.3.c deste Formulário de Referência.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	862.772 ⁽³⁾
Data em que se tornarão exercíveis	A partir do 4º aniversário da outorga 100% das opções poderão ser exercidas
Prazo máximo para exercício das opções.....	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício ⁽²⁾	R\$0,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social ⁽²⁾	Programa 2009: 1ª Tranche – R\$1,80; 2ª Tranche – R\$1,55; 3ª Tranche – R\$1,25 e 4ª Tranche – R\$1,35. Programa 2010: 1ª Tranche – R\$2,85; 2ª Tranche – R\$3,00; 3ª Tranche – R\$2,75 e 4ª Tranche – R\$2,90. Programa 2011: 1ª Tranche – R\$1,95; 2ª Tranche – R\$2,05; 3ª Tranche – R\$1,85 e 4ª Tranche – R\$1,95.
Opções exercíveis	
Quantidade	1.745.786 ⁽³⁾
Prazo máximo para exercício das opções.....	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício ⁽²⁾	R\$0,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social ⁽²⁾	Programa 2009: 1ª Tranche – R\$1,80; 2ª Tranche – R\$1,55; 3ª Tranche – R\$1,25 e 4ª Tranche – R\$1,35. Programa 2010: 1ª Tranche – R\$2,85; 2ª Tranche – R\$3,00; 3ª Tranche – R\$2,75 e 4ª Tranche – R\$2,90. Programa 2011: 1ª Tranche – R\$1,95; 2ª Tranche – R\$2,05; 3ª Tranche – R\$1,85 e 4ª Tranche – R\$1,95.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social ⁽²⁾	Programa 2009: 1ª Tranche – R\$1,80; 2ª Tranche – R\$1,55; 3ª Tranche – R\$1,25 e 4ª Tranche – R\$1,35.
	Programa 2010: 1ª Tranche – R\$2,85; 2ª Tranche – R\$3,00; 3ª Tranche – R\$2,75 e 4ª Tranche – R\$2,90.
	Programa 2011: 1ª Tranche – R\$1,95; 2ª Tranche – R\$2,05; 3ª Tranche – R\$1,85 e 4ª Tranche – R\$1,95.

⁽¹⁾ A tabela considera as opções outorgadas aos Diretores Estatutários até 31 de dezembro de 2012 aos quais foram outorgadas opções e que ainda permanecem nos seus respectivos cargos na data deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.

⁽³⁾ A cada cinco opções outorgadas equivalem a uma ação ordinária de emissão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Até a data deste Formulário de Referência não houve exercício das opções pelos Participantes.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

Precificamos as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As informações abaixo foram ajustadas para refletir o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2011 é fixo em R\$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 1º de março de 2011. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2010 é fixo em R\$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 9 de março de 2010. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2009 é fixo em R\$1,23 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 29 de outubro de 2009. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Com relação ao Programa, não é aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, que então, definirá os métodos e as premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

O método de cálculo da volatilidade esperada representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica das opções foi utilizada na mensuração do valor justo além daquelas divulgadas na letra (b) acima.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração. Quanto aos diretores estatutários, a partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Previdência, para o plano de previdência privada. A regra de contribuição para os diretores estatutários é de 7% do salário, descontado em folha de pagamento. Em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os diretores estatutários, que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da empresa

a. Órgão	Diretoria Estatutária	
b. Número de membros	6 diretores	1 diretor
c. Nome do plano	PGBL Bradesco	Fundação CESP
d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	03	00
e. Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$102.176,40	R\$19.434,81
g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*	R\$102.176,40	R\$19.434,81
h. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de vesting).	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de vesting).

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	7,00	4,92	4,83
Valor da maior remuneração(Reais)	893.886,67	1.303.835,07	776.072,69
Valor da menor remuneração(Reais)	399.356,40	250.666,95	392.338,17
Valor médio da remuneração(Reais)	560.164,14	1.228.647,67	764.311,45

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2012	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.
31/12/2011	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.
31/12/2010	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

O desfazimento de nossa relação jurídica com os nossos administradores, qualquer que seja a forma, será objeto de deliberação ou ciência pelo nosso Conselho de Administração, que determinará a adoção dos procedimentos impostos pela legislação societária vigente.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, em razão do término do mandato, e desde que não haja recondução ao cargo. Neste caso, pagaremos aos nossos administradores: (a) honorários integrais do mês de extinção do mandato; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) bônus proporcionais, de curto prazo, a critério do nosso Conselho de Administração.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, antes do término do prazo do mandato, se ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) extinção do cargo para o qual o nosso administrador foi eleito; (b) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração; e (c) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração, por descumprimento, pelo nosso administrador, de qualquer cláusula do respectivo contrato de trabalho, ou pela não observação das obrigações impostas pelas leis aplicáveis para o exercício das funções inerentes ao cargo de administração, ou por qualquer outro motivo que, a critério do mencionado órgão, seja considerado justo.

Caso a extinção da relação jurídica se dê pelas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” acima, pagaremos ao administrador, a título de indenização, 50% dos honorários mensais do tempo restante deste contrato, respeitando o valor mínimo relativo a um honorário mensal, além das verbas abaixo: (a) honorários integrais do mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13ª honorário proporcional ao número de meses em exercício do cargo no ano; (d) indenização das parcelas conversíveis do Incentivo de Longo Prazo (“ILP”), conforme previsto na norma específica, sendo abrangidas todas as unidades que ultrapassarem o período de *vesting* e ainda não tenham sido convertidas. Já na hipótese prevista na alínea “c” acima, pagaremos ao administrador, exclusivamente, as seguintes verbas: (a) honorários proporcionais referentes ao mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*.

A relação jurídica entre as partes poderá ser considerada extinta antes do término do prazo do mandato por renúncia expressa apresentada pelo nosso administrador. Neste caso, o nosso administrador perderá o direito de converter as parcelas de ILP, conversíveis e a converter, de acordo com norma específica. Neste caso, serão abrangidas todas as unidades do ILT, tanto pós como pré *vesting*. O administrador ainda Fará jus: (a) honorários integrais do mês da renúncia; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13º honorário proporcional ao número de meses trabalhados no ano.

Asseguramos ao administrador, de forma suplementar aos demais direitos, o recebimento de uma indenização especial e única, correspondente ao valor de seis honorários, caso ocorram alterações significativas dos acionistas que compõem o nosso bloco de controle majoritário, que impliquem em: (a) extinção do cargo, objeto do respectivo contrato de trabalho; ou (b) destituição do administrador unilateral por parte do Conselho de Administração, ou (c) alterações das condições de exercício do cargo, que tornem menos atraente o desempenho da função, tais como: remuneração, benefícios, funções, atribuições, autoridade ou responsabilidades. Em tal hipótese, o administrador poderá pleitear ao nosso Conselho de Administração a rescisão do seu contrato de trabalho, apresentando, por escrito, os fundamentos do seu pedido, e fará jus à indenização aqui mencionada caso o referido órgão entenda, por maioria, que se caracterizou a hipótese aqui mencionada.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

<u>Órgão</u>	<u>2012 (%)</u>	<u>2011 (%)</u>	<u>2010 (%)</u>
Conselho de Administração	—	—	—
Diretoria Estatutária	—	—	—
Conselho Fiscal*	—	—	—

* Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não possui Conselho Fiscal.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há qualquer outro valor reconhecido no nosso resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que não em razão da função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

Exercícios Sociais encerrados em 2012, 2011 e 2010

Órgão	Exercícios Sociais encerrados em 2012, 2011 e 2010		
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*
Controladores diretos e indiretos	–	–	–
Controladas da Emissora.....	–	–	–
Sociedades sob controle comum.....	–	–	–

* A companhia não possui Conselho Fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo demonstra o cálculo da média anual do número de membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração			
	Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de			
	2010	2011	2012	2013⁽¹⁾
Janeiro	8	8	8	7
Fevereiro	8	8	8	7
Março	8	8	8	7
Abril	8	8	9	7
Maio	8	8	9	7
Junho	8	8	9	7
Julho	8	8	9	7
Agosto	8	9	9	7
Setembro	8	9	9	7
Outubro	8	9	9	7
Novembro	8	9	9	7
Dezembro	8	8	9	7
Total	96	100	104	84
Média	8,00	8,33	8,66	7,00

⁽¹⁾ Estimativa do número de membros do órgão para o exercício social corrente.

	Diretoria Estatutária			
	Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de			
	2010	2011	2012	2013⁽¹⁾
Janeiro	5	4	7	7
Fevereiro	5	4	7	7
Março	5	4	7	7
Abril	5	4	7	7
Maio	5	4	7	7
Junho	5	4	7	7
Julho	5	4	7	7
Agosto	5	6	7	7
Setembro	5	6	7	7
Outubro	5	6	7	7
Novembro	4	6	7	7
Dezembro	4	7	7	7
Total	58	59	84	84
Média	4,83	4,92	7,00	7,00

⁽¹⁾ Estimativa do número de membros do órgão para o exercício social corrente.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

	Com base na atividade desempenhada			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Administrativo	184	181	143	98
Operacional.....	142	141	76	61
Total	326	322	219	159

	Com base na localização geográfica			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Região Sudeste	226	222	195	143
Região Sul	30	29	21	16
Região Nordeste	70	71	3	0
Total	326	322	219	159

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Com base na atividade desempenhada			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Operacional.....	2.087	1.925	284	646
Total	2.087	1.925	284	646

	Com base na localização geográfica			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Minas Gerais.....	532	623	152	602
Santa Catarina.....	92	188	132	44
São Paulo	102	296	0	0
Ceará	119	93	0	0
Paraná	304	222	0	0
Mato Grosso	3	3	0	0
Rio Grande do Sul	620	452	0	0
Rio Grande do Norte.....	315	45	0	0
Total	2.087	1.922	284	646

c) índice de rotatividade

	Índice de Rotatividade (em %)			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Índice de Rotatividade	2,48	3,17	3,98	4,72

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Estes passivos estão mencionados no item 4.3 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve mais motivos substanciais para o aumento de funcionários, somente o aumento das operações da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável.

A política tem por objetivo viabilizar a administração da área de remuneração na CPFL Renováveis, com devida atenção às necessidades de consistência interna, competitividade externa, motivação profissional e transparência administrativa.

A estrutura salarial da CPFL Renováveis é realizada por meio de pesquisa de mercado, com empresas previamente selecionadas.

A linha mestra da estrutura salarial é a mediana, que corresponde a 100% ou ponto médio da tabela salarial.

A Tabela Salarial é estruturada da seguinte forma:

Inicial	Mediana	Final
80%.....	100%	120%

- As faixas que compõem a tabela salarial são utilizadas para dar flexibilidade aos gestores na administração dos salários, principalmente levando em conta o desempenho e potencial dos colaboradores.
- As correções das faixas salariais serão de acordo com os aumentos globais concedidos pela empresa (acordo sindical, antecipações e leis salariais).

Os ajustes em função de mercado serão efetuados através de pesquisa salarial. A pesquisa salarial será realizada anualmente.

b) Política de benefícios.

Oferecemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, dentre os quais destacamos vale-refeição, vale-transporte, assistência médica hospitalar e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia. A partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Previdência, para o plano de previdência privada, somando-se mais um benefício. A regra de contribuição para todos os colaboradores está de acordo ao plano de cargos e salários da empresa sendo, descontado em folha de pagamento. Em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os colaboradores, que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da empresa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

i. grupos de beneficiários

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

ii. condições para exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

iii. preços de exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

iv. prazos de exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os instrumentos coletivos celebrados com essas entidades sindicais representam para a CPFL o instrumento fundamental a reger as relações de trabalho e suas disposições serão integralmente cumpridas no período de sua vigência.

A CPFL Renováveis considera indispensável para o desenvolvimento saudável das relações com os Sindicatos, o permanente respeito mútuo entre as partes e a lisura nos procedimentos, garantindo total imparcialidade, seja qual for a entidade sindical.

Abaixo segue a lista de todos os sindicatos com os quais a Companhia mantém relações:

- Sindicato dos eletricitários de São Paulo
- STIEEC / Campinas
- Senergisul / RS
- Sindeletro / CE

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPFL Geração de Energia S.A.						
CPF/CNPJ acionista 03.953.509/0001-47						
CPFL Energia S.A.						
02.429.144/0001-93	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2004		
68.495.905.264	100,000000	136.991.810.529	100,000000	205.487.715.793	100,000000	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000	Ações %			
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
68.495.905.264	100,000000	136.991.810.529	100,000000	205.487.715.793	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPFL Energia S.A.					02.429.144/0001-93	
BNDES Participações						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não		15/08/2011	
81.053.460	8,420000	0	0,000000	81.053.460		8,420000
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
Bonaire Participações S.A.						
02.117.801/0001-67	Brasileira-SP	Sim	Sim		15/08/2011	
6.308.788	0,660000	0	0,000000	6.308.788		0,660000
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
02.178.371/0001-93	Brasileira-SP	Sim	Sim		15/08/2011	
115.118.250	11,960000	0	0,000000	115.118.250		11,960000
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I						
73.899.742/0001-74	Brasileira-RJ	Sim	Sim		15/08/2011	
298.467.458	31,020000	0	0,000000	298.467.458		31,020000
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPFL Energia S.A.						
						02.429.144/0001-93
OUTROS						
215.428.850	22,390000	0	0,000000	215.428.850	22,390000	
TOTAL						
962.274.260	100,000000	0	0,000000	962.274.260	100,000000	
VBC Energia S.A.						
00.095.147/0001-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	15/08/2011		
245.897.454	25,550000	0	0,000000	245.897.454	25,550000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Bonaire Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
02.117.801/0001-67						
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
02.178.371/0001-93	Brasileira-RJ	Não	Não	14/10/2011		
66.728.872	100,000000	0	0,000000	66.728.872	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS	6	0,000000	0	0,000000	6	0,000000
TOTAL	66.728.878	100,000000	0	0,000000	66.728.878	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
02.178.371/0001-93						
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petro						
34.063.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	16/11/2004		
181.405.069	22,780000	0	0,000000	181.405.069	22,780000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV						
65.471.914/0001-86	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
4.823.881	0,610000	0	0,000000	4.823.881	0,610000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundação Sistel de Seguridade Social						
00.493.916/0001-20	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
256.722.311	32,230000	0	0,000000	256.722.311	32,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114						
07.792.436/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
353.528.507	44,380000	0	0,000000	353.528.507	44,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
				02.178.371/0001-93		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000
TOTAL						
796.479.768	100,000000	0	0,000000	796.479.768		100,000000
Composição capital social						

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I						
						73.899.742/0001-74
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI						
33.754.482/0001-24	Brasileira-RJ	Não	Não	0,000000	03/11/2009	
130.163.541	100,000000	0	0,000000	130.163.541		100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000
TOTAL	130.163.541	100,000000	0	0,000000	130.163.541	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
VBC Energia S.A.						
00.095.147/0001-02						
Áttila Holdings S.A.						
07.305.671/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	Não	31/08/2011	
2.405.393	44,930000	70.530	50,000000	2.475.923		45,060000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Camargo Corrêa Energia S.A.						
04.922.357/0001-88	Brasileira-SP	Não	Não	Não	05/09/2011	
1.504.095	28,090000	47.018	33,330000	1.551.113		28,220000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.						
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	Não	31/08/2011	
388.107	7,250000	0	0,000000	388.107		7,060000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Camargo Corrêa S.A.						
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	Não	31/08/2011	
1.056.630	19,730000	23.512	16,670000	1.080.142		19,660000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
VBC Energia S.A.						
				00.095.147/0001-02		
OUTROS	5	0,000000	0	0,000000	5	0,000000
TOTAL	5.354.230	100,000000	141.060	100,000000	5.495.290	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Átla Holdings S.A.						
07.305.671/0001-00						
Camargo Corrêa S.A.						
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	01/09/2009		
440.877.607	53,670000	0	0,000000	440.877.607	53,670000	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.						
61.522.512/0001-02	Brasileira-SP	Não	Não	31/08/2011		
380.575.180	46,330000	0	0,000000	380.575.180	46,330000	
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
821.452.787	100,000000	0	0,000000	821.452.787	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Camargo Corrêa Energia S.A.						
04.922.357/0001-88						
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.						
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	Não	05/09/2011	
2.357.982	100,000000	688.220	100,000000	3.046.202		100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	7	0,000000	7		0,000000
TOTAL	2.357.982	100,000000	688.227	100,000000	3.046.209	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.						
02.372.232/0001-04						
Camargo Corrêa S.A.						
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não		29/04/2011	
861.502.274	100,000000	0	0,000000	861.502.274		100,000000
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
7	0,000000	0	0,000000	7		0,000000
TOTAL						
861.502.281	100,000000	0	0,000000	861.502.281		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Camargo Corrêa S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
01.098.905/0001-09						
OUTROS						
5	0,010000	1	0,000000	6	0,000000	
Participações Morro Vermelho S.A.						
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2010		
48.941	99,990000	93.099	100,000000	142.040	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
48.946	100,000000	93.100	100,000000	142.046	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
02.178.371/0001-93						
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros						
34.063.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
181.405.069	22,780000	0	0,000000	181.405.069	22,780000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV						
65.471.914/0001-86	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
4.823.881	0,610000	0	0,000000	4.823.881	0,610000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundação Sistel de Seguridade Social						
00.493.916/0001-20	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
256.722.311	32,230000	0	0,000000	256.722.311	32,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114						
07.792.436/0001-00	SP	Não	Não	16/11/2004		
353.528.507	44,380000	0	0,000000	353.528.507	44,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações						
CPF/CNPJ acionista						
02.178.371/0001-93						
OUTROS	0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	796.479.768	100,000000	0	0,000000	796.479.768	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.						
61.522.512/0001-02						
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.						
11.196.609/0001-02	Brasileira-SP	Não	Não		29/06/2011	
363.933	100,000000	87.772	99,990000	451.705		99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
5	0,000000	8	0,010000	13		0,010000
TOTAL						
363.938	100,000000	87.780	100,000000	451.718		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
07.792.436/0001-00						
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114						
Fundação CESP						
62.465.117/0001-06	Brasileira-SP	Não	Não	16/11/2004		
353.528.507	100,000000	0	0,000000	353.528.507	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS	0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	353.528.507	100,000000	0	0,000000	353.528.507	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
03.987.192/0001-60						
OUTROS						
6	0,010000	0	0,000000	6	0,010000	
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.						
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008		
749.998	33,330000	0	0,000000	749.998	11,110000	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.						
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.						
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008		
749.998	33,330000	0	0,000000	749.998	11,110000	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.						
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
Classe ação						
TOTAL		0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		ACIONISTA CONTROLADOR		COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ acionista	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)		Ações ordinárias %	Ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %			
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)			
CONTROLADORA / INVESTIDORA							
Participações Morro Vermelho S.A.							
03.987.192/0001-60							
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.							
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008			
0	0,00000	1.498.080	33,290000	1.498.080		22,190000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000					
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.							
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008			
749.998	33,330000	0	0,000000	749.998		11,110000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000					
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.							
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008			
0	0,00000	1.498.080	33,290000	1.498.080		22,190000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000					
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.							
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008			
0	0,00000	5.760	0,130000	5.760		0,090000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000000					

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Participações Morro Vermelho S.A.						
				03.987.192/0001-60		
TOTAL	2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000

Composição capital social

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista 11.196.609/0001-02						
Camargo Corrêa S.A.						
01.088.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não		29/06/2011	
2.749.756.288	100,000000	0	0,000000	2.749.756.288		100,000000
Classe ação						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
6	0,000000	0	0,000000	6		0,000000
TOTAL	2.749.756.294	100,000000	0	0,000000	2.749.756.294	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.						
				09.594.448/0001-55		
OUTROS	0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000
Rosana Camargo de Arruda Botelho						
535.804.368-68	Brasileira-SP	Não	Não	Não		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890		99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.						
				CPF/CNPJ acionista		09.594.459/0001-35
OUTROS						
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000	
Rosana Camargo de Arruda Botelho						
535.804.368-68	Brasileira-SP	Não	Não			
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.						
			CPF/CNPJ acionista			
			09.594.570/0001-21			
OUTROS	0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000
Renata de Camargo Nascimento						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Não	Não		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890		99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista 09.594.480/0001-30						
OUTROS						
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000	
Renata de Camargo Nascimento						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Não			
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista 09.594.541/0001-60						
OUTROS						
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000	
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Não			
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
09.594.468/0001-26						
OUTROS						
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000	
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Não			
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.						
09.608.284/0001-78						
OUTROS	0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Não	Não		
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980		33,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Renata de Camargo Nascimento						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Não	Não		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980		33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Rosana Camargo de Arruda Botelho						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Não	Não		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980		33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	5.940	100,000000	0	0,000000	5.940	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	7

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	152.525.230	37,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	152.525.230	37,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Os nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de nosso capital social total estão identificados nas seções 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em resumo, o nosso Acordo de Acionistas dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais e em reuniões do Conselho de Administração, participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos nossos órgãos diretivos; direito de preferência em relação à aquisição das ações de nossa emissão e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações de nossa emissão e direitos econômicos associados à titularidade a elas; direito de preferência nos aumentos de capital social.

Destaca-se que o nosso Acordo de Acionistas é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas ao acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA.

a. partes.

São partes no nosso Acordo de Acionistas: (i) Grupo CPFL (CPFL Comercialização Brasil S.A.) (63,00%); e (ii) Bloco ERSA (Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor – LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%), Roberto Sahade (1,00%).

b. data de celebração.

O nosso atual Acordo de Acionistas foi aditado e consolidado em 24 de agosto de 2011 e aditado novamente em 31 de maio de 2012.

c. prazo de vigência.

O nosso Acordo de Acionistas permanecerá em vigor até o evento que primeiro ocorrer dentre: (1) os acionistas do Bloco ERSA detiverem, em conjunto, menos de 20% do nosso capital social votante; ou (2) a expiração do prazo de todas as outorgas aos empreendimentos de nossa titularidade (sob forma de concessão, autorização, ou outras), a não ser que de outra forma acordado, por escrito, por todos os acionistas.

Em todo caso, o nosso Acordo de Acionistas deverá ser extinto em relação a um acionista se tal acionista, nos termos de referido instrumento, deixar de ser nosso acionista.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

Reunião Prévia – Bloco ERSA. Há a realização de reunião prévia, entre os acionistas do Bloco ERSA, antes de toda e qualquer de nossas Assembleias Gerais, e de toda e qualquer reunião do nosso Conselho de Administração, de forma a definir e indicar a instrução de voto conjunto a ser proferida pelos acionistas do Bloco ERSA em Assembleia Geral ou pelos Conselheiros que foram por eles indicados em reunião do Conselho de Administração.

Assembleia Geral. Até a data de liquidação da nossa oferta pública inicial de ações, e enquanto o Bloco ERSA mantiver uma participação superior a 20% do nosso capital social total e votante, todas e quaisquer deliberações que tratem dos assuntos relacionados abaixo somente poderão ser aprovadas mediante voto favorável dos acionistas que representem, no mínimo, 85% das ações então detidas pelos acionistas participantes do acordo de acionistas:

- (a) alteração ao nosso Estatuto Social, especificamente no que tange a (i) nosso objeto social, (ii) modificação do nosso capital autorizado; (iii) alteração da composição, competência e funcionamento (incluindo instalação e quorum para deliberação) do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria; (iv) política de distribuição de dividendos; ou (v) conforme necessário para implementar as matérias listadas nos itens “b”, “c” e “d” abaixo;
- (b) aumento do nosso capital social, ressalvados os aumentos decorrentes de aportes emergenciais previstos na cláusula 2.8 do nosso Acordo de Acionistas, que poderão ser aprovados por maioria simples;
- (c) redução do capital social, recompra, resgate ou amortização de nossas ações;
- (d) emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens ou condições (incluindo resgate ou amortização) de ações existentes ou outros valores mobiliários, ou emissão de ações ou valores mobiliários de classe mais favorável ou sem guardar proporção com as demais classes de ações existentes;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (e) fusão, cisão, incorporação, dissolução, liquidação (incluindo a cessação do estado de liquidação) ou qualquer outro processo de reorganização societária nosso ou que nos envolva (inclusive nomeação do liquidante e aprovação das contas por este apresentadas);
- (f) nossa participação em grupo de sociedades, conforme previsto no artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) realização da nossa oferta pública inicial de ações, observado o disposto na cláusula 16.1.1 do nosso Acordo de Acionistas;
- (h) distribuição de lucros por nós, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, em qualquer montante que seja superior ao dividendo obrigatório previsto na cláusula 9.1 do nosso Acordo de Acionistas;
- (i) observado o disposto na cláusula 4.4.2 do nosso Acordo de Acionistas, mudança na natureza do negócio da Companhia e/ou das sociedades investidas;
- (j) emissão de debêntures conversíveis em ações de nossa emissão e/ou bônus de subscrição de nossa emissão, bem como alteração de suas respectivas condições;
- (k) transformação do nosso tipo societário; e
- (l) aprovação de nosso plano de opção de compra de ações e/ou modificação do nosso plano de opção de compra de ações existente na data do nosso Acordo de Acionistas.

Todas as demais deliberações da Assembleia Geral que não estejam relacionadas na lista acima serão tomadas por maioria simples do nosso capital social total e votante.

Conselho de Administração. Até a data de liquidação da nossa oferta pública inicial de ações e enquanto o Bloco ERSA mantiver uma participação superior a 20% do nosso capital social total e votante, a aprovação das matérias abaixo dependerá do voto favorável da totalidade dos nossos Conselheiros nomeados nos termos do Acordo de Acionistas:

- (a) aumento do nosso capital social dentro do capital autorizado, ressalvados os aumentos decorrentes de aportes emergenciais previstos na cláusula 2.8 do nosso Acordo de Acionistas, que poderão ser aprovados por maioria simples;
- (b) aprovar investimento de valor agregado superior a R\$40.000.000,00, em outras sociedades ou empreendimentos relacionados ao nosso objeto social;
- (c) aprovar operações, assunção de dívidas, transações ou garantias que acarretem aumento no nosso nível de endividamento equivalente a um montante superior a R\$50.000.000,00;
- (d) aprovar a assinatura, alteração ou rescisão de contratos ou acordos e a realização de operações de qualquer tipo com valor superior a R\$8.500.000,00, entre nós ou uma sociedade investida e qualquer parte relacionada, entendida como (i) qualquer dos nossos acionistas; (ii) qualquer dos nossos administradores, efetivos ou suplentes, e respectivos cônjuges e parentes até o quarto grau; ou (iii) quaisquer afiliadas de qualquer das pessoas citadas nos itens (i) e (ii);
- (e) aprovar a venda, transferência, cessão ou oneração dos nossos ativos com valor ou preço de compra superior a um montante agregado de R\$50.000.000,00;
- (f) adquirir ativos não relacionados diretamente com o nosso negócio, com um valor superior a R\$525.484,00;
- (g) sem prejuízo ao disposto no item (a) acima, aprovar a outorga de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, ou de qualquer aval, em qualquer obrigação de quaisquer terceiros;
- (h) eleger os nossos Diretores;
- (i) escolher a instituição financeira de primeira linha para apurar o preço de emissão de ações em aumento de capital ou aportes emergenciais, conforme o disposto na cláusula 2.9 do Acordo de Acionistas; e

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (j) determinar o voto ou apresentar instruções para o nosso voto ou de qualquer sociedade investida em qualquer reunião, de qualquer sociedade investida ou de qualquer outra sociedade ou consórcio no qual, direta ou indiretamente, tenhamos qualquer participação, que tenha por objetivo deliberar acerca de qualquer uma das matérias listadas nas cláusulas 5.3 e 6.12 do Acordo de Acionistas.

Todas as demais matérias submetidas para deliberação pelo Conselho de Administração (incluindo, sem limitação, todas as matérias de competência do Conselho de Administração, conforme listadas no nosso Estatuto Social) somente poderá ser aprovada pelo voto favorável de ao menos 50% de todos os membros do Conselho de Administração.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores.

Nosso Conselho de Administração será composto por 7 membros e, nos termos do Acordo de Acionistas, (i) Grupo CPFL terá o direito de nomear quatro Conselheiros e os respectivos suplentes, dentre eles o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (ii) Integrantes do Bloco ERSA terão, em conjunto, o direito de nomear até 3 Conselheiros e os respectivos suplentes. Para tanto, cada um dos acionistas integrantes do Bloco ERSA terá o direito de nomear 1 Conselheiro e o respectivo suplente, enquanto mantiver em seu nome uma participação no capital social total e votante da Companhia igual ou superior a 6,5% (seis e meio por cento) do total de ações da Companhia na data da respectiva eleição ("Participação Mínima"). Caso mais de 3 integrantes do Bloco ERSA possuam em seu nome a Participação Mínima na data da respectiva eleição, deverão, em conjunto, decidir e indicar para que sejam eleitos, somente 3 Conselheiros e respectivos suplentes.

Caso um acionista integrante do Bloco ERSA perca o direito de nomear um membro do Conselho de Administração, os demais acionistas poderão, por deliberação da maioria, destituir o membro do Conselho de Administração que aquele acionista não terá mais direito de nomear.

Os acionistas integrantes do Bloco ERSA que perderem o direito a indicar seu próprio Conselheiro, conforme o disposto no Acordo de Acionistas, poderão combinar entre si suas participações remanescentes, caso em que cada bloco de ações representando participação conjunta superior a 6,5% das ações então detidas pelos acionistas participantes do acordo de acionistas dará direito a indicar um Conselheiro para ocupar a vaga deixada pelo Conselheiro ao qual um acionista não tenha mais o direito de nomear. Não obstante o acima, o total de Conselheiros que poderão ser eleitos pelos acionistas integrantes do Bloco ERSA não excederá, em qualquer hipótese, a quatro Conselheiros.

Cada acionista do Bloco ERSA terá o direito de destituir e substituir os membros do Conselho de Administração por ele nomeados a qualquer tempo e por qualquer razão.

Nos termos do Acordo de Acionistas, os nossos Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, com possibilidade de reeleição.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não será permitido a qualquer acionista que seja parte do Acordo de Acionistas, direta ou indiretamente, vender, transferir, doar, ceder, empenhar, onerar, gravar ou alienar de qualquer outro modo (sendo quaisquer dessas ações designadas como "Transferência") ações ou outros direitos deles decorrentes em favor de qualquer pessoa física ou jurídica, salvo (a) conforme especificamente previsto nas cláusulas 10, 12, 13, 14 e/ou 15 do Acordo de Acionistas (o Acordo de Acionistas contém disposições referentes a direito de preferência e direito de venda em conjunto (*tag-along*)); (b) no caso de Transferências no âmbito de uma oferta pública inicial ou Transferências realizadas na bolsa de valores aceitável após uma oferta pública inicial, desde que tal Transferência seja precedida do procedimento previsto na cláusula 22.3 do Acordo de Acionistas; ou (c) em razão do pagamento de eventuais indenizações no âmbito do Acordo de Associação assinado pelas partes signatárias do Acordo de Acionistas em abril de 2011, incluindo, mas não se limitando a: violação de declarações ou garantias, violação de compromissos ou acordos, fato ou omissão prestados anteriormente à data de fechamento do contrato, responsabilidade fiscal decorrentes da consumação das operações previstas no contrato, e perdas decorrentes da inadimplência de seus consorciados no que se refere ao fornecimento de biomassa e /ou prestação de serviços de operação e manutenção.

Se algum acionista do Bloco ERSA receber proposta por escrito de terceiro que não faça parte do Acordo de Acionistas e desejar transferir a totalidade ou parte de suas Ações deverá enviar por escrito, aos demais acionistas do Bloco ERSA, todos os termos e condições da proposta; os demais acionistas do Bloco ERSA terão preferência para a aquisição de tais ações nas mesmas condições.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Adicionalmente, caso a Companhia não realize uma oferta pública inicial de ações ("IPO") até 24 de agosto de 2013, cada um dos acionistas integrantes do BLOCO ERSA, individualmente, detém o direito de vender suas ações para a CPFL Energia ou para terceiro(s) indicados(s) por ela, e a CPFL Energia tem a obrigação de comprá-las, mediante pagamento em espécie, ações de emissão da CPFL Energia ou um misto entre espécie e ações, a critério da CPFL Energia, conforme cláusula 16 do acordo de acionistas.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Previamente à realização das reuniões de nosso Conselho de Administração, os acionistas do Bloco ERSA realizam reuniões com o objetivo de alinhar e indicar instrução de voto a ser proferida pelo Bloco ERSA. Para fins da determinação do exercício do direito de voto conjunto do Bloco ERSA, a aprovação das matérias de Assembléia Geral elencadas no item 15.5 (d) acima, dependerá do voto afirmativo de acionistas integrantes do Bloco ERSA representando pelo menos 85% do total de ações dos acionistas integrantes do Bloco ERSA presente à referida reunião. Para a aprovação das matérias de Conselho de Administração também elencadas no item 15.5 (d) acima, dependerá do voto afirmativo de acionistas integrantes do Bloco ERSA representando pelo menos 67% do total de ações dos acionistas integrantes do Bloco ERSA presente à referida reunião.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 28 de março de 2013 foi realizada a cisão parcial da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), que resultou na transferência de seus ativos e passivos, relacionados ao seu investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento) na Companhia, para a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"). Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia. Tal operação não resultou em qualquer mudança de controle acionário da Companhia, uma vez que tanto CPFL Brasil como CPFL Geração são integralmente detidas pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e as ações objeto de tal operação continuarão sujeitas às disposições do acordo de acionistas da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A nossa atual política é de que as operações e negócios com nossas partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe a conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

Além disso, o nosso Conselho de Administração deve aprovar, prévia e expressamente, a celebração, alteração ou rescisão de contratos ou acordos com valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou série de operações relacionadas durante o período de 12 (doze) meses, firmados entre, de um lado, a Companhia, sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas, e, de outro lado, qualquer sociedade investida e/ou parte relacionada, assim entendida como (i) qualquer acionista da Companhia, direto ou indireto; (ii) quaisquer administradores da Companhia, efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4º grau; (iii) quaisquer afiliadas de qualquer das pessoas indicadas nos itens "i" e "ii"; ou (iv) quaisquer sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Boa Vista 1	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Costa Branca	31/03/2013	5.776.000,00	31/03/2013 - R\$ 5.776.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 290.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 5.776.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Juremas	31/03/2013	3.770.000,00	31/03/2013 - R\$ 3.770.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 300.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 3.770.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Navegantes	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Pedra Preta	31/03/2013	4.637.000,00	31/03/2013 - R\$ 4.637.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 4.637.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
T-15	31/03/2013	10.000,00	31/03/2013 - R\$ 10.000,00 / 10.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 10.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Santa Mônica	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Santo Dimas	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 2.000,00	0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
São Benedito	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
São Martinho	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Tombo	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BTG Pactual	31/03/2013	0,00	DRE- 31/03/2013- R\$0,00 / 31/03/2012- R\$0,00 / 31/12/2012- R\$1.168.000,00 / 31/12/2011- R\$2.793.000,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O banco BTG Pactual participa no FIP Brasil Energia, nosso acionista.							
Objeto contrato							
Aplicação Financeira.							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Cia Luz e Força	31/03/2013	9.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 9.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 8.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 2.000,00	R\$ 9.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato							
Mútuo							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	75.000,00	DRE - CONTROLADA / 31/03/13 R\$75.000,00 / 31/12/2012 R\$129.000,00 / 31/12/11 R\$0,00	R\$ 75.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato							
Mútuo							

Garantia e seguros	Não se aplica.						

Rescisão ou extinção	Não se aplica.						

Natureza e razão para a operação							
Baixa Verde	31/03/2013	0,00	31/12/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 3.370.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

Relação com o emissor							
Controladora							

Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						

Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						

Natureza e razão para a operação							
Atlântica V	31/03/2013	660.000,00	31/03/2013 - R\$ 660.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00 /	R\$ 660.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

Relação com o emissor							
Controlada							

Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						

Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						

Natureza e razão para a operação							
Bio Alvorada	31/03/2013	8.440.000,00	31/03/2013 - R\$ 8.440.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00 /	R\$ 8.440.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada	Adiantamento para futuro aumento de capital					
Rescisão ou extinção		Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital					
Natureza e razão para a operação							
Bio Coopcana	31/03/2013	5.540.000,00	R\$ 31/03/2013 - R\$ 5.540.000,00 / R\$ 31/12/2012 - R\$ 0,00 / R\$ 31/12/2011 - R\$ 3.492.000,00	R\$ 5.540.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada	Adiantamento para futuro aumento de capital					
Rescisão ou extinção		Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital					
Natureza e razão para a operação							
CPFL Bio Formosa	31/03/2013	345.000,00	31/03/2013 - R\$ 345.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 345.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 345.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada	Adiantamento para futuro aumento de capital					
Rescisão ou extinção		Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital					
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PCH Participações	31/03/2013	34.000,00	31/03/2013 - R\$ 34.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 34.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 34.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Penedo	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 380.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Macacos	31/03/2013	5.070.000,00	31/03/2013 - R\$ 5.070.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 380.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 5.070.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Boa Vista 2	31/03/2013	170.000,00	31/03/2013 - R\$ 170.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 140.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 95.000,00	R\$ 170.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Santa Clara I	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	6.000.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R\$ 6.000.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 6.000.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Santa Clara III	31/03/2013	82.000,00	31/03/2013 - R\$ 82.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 82.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Bioenergia	31/03/2013	780.000,00	31/03/2013 - R\$ 780.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 780.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Nect Consultoria	31/03/2013	500.000,00	DRE- 31/03/2013 - R\$ 500.000,00 / 31/03/2012 - R\$ 3.439.000,00 / 31/12/2011 - R\$0	R\$ 500.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa controlada pela CPFL Energia S.A., nossa acionista.							
Objeto contrato							
Consultoria em manutenção de sistemas e gestão empresarial.							
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável							
Natureza e razão para a operação							
Diretores							
	31/03/2013	1.195.000,00	PL - 31/03/2013 - R\$ 1.195.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 1.097.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 826.000,00	R\$ 1.195.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.							
Objeto contrato							
Opção de ações							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	66.610.000,00	DRE 31/03/13 R\$66610000,00 / 31/03/12 R\$14279000,00 / 31/12/12 R\$80191000,00 / 31/12/11 R\$6756000,00	R\$ 66.610.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrada	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	833.000,00	DRE - 31/03/13 R\$833.000,00 -	R\$ 833.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
			31/03/12				
			R\$32.082.000,00 -				
			31/12/12				
			R\$133.087.000,00				
			31/12/11 R\$0,00				
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	338.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 338.000,00 /	R\$ 338.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
			31/12/2012 - R\$				
			11.640.000,00 /				
			31/12/2011 - R\$				
			11.024.000,00				
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Lacenas	31/03/2013	4.180.000,00	31/03/2013 - R\$ 4.180.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.817.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	4.180.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Piratininga	31/03/2013	515.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 515.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 769.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 181.000,00	R\$ 515.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Coligada							
Venda de energia							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Alto Irani	31/03/2013	1.541.000,00	31/03/2013 - R\$1.541.000,00 / 31/12/2012 - R\$1.541.000,00 / 31/12/2011 - R\$1.541.000,00	R\$ 1.541.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada						
Rescisão ou extinção	Adiantamento de futuro aumento de capital						
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Serviços	31/03/2013	40.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R\$ 40.000,00 / R\$ 40.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Prestador de serviços de manutenção de atividade operacional						
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	15.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 15.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 32.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 8.000,00	R\$ 15.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Não se aplica.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Sócio não controlador	31/03/2013	56.000,00	DRE - 31/03/2013 - R\$ 56.000,00 / 31/03/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 56.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Sócio	Sócios em determinadas SPE's					
Rescisão ou extinção	Não se aplica.	Não se aplica.					
Natureza e razão para a operação							
Arvoredo	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R\$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada	Rateio de despesa					
Rescisão ou extinção	Não se aplica.	Não se aplica.					
Natureza e razão para a operação							
Barra da paciência	31/03/2013	25.000,00	31/03/2013 - R\$ 25.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 30.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 24.000,00	R\$ 25.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada	Controlada	Rateio de despesa					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrada	Taxa de juros
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Bioenergia	31/03/2013	14.000,00	31/03/2013 - R\$ 14.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 17.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 14.000,00	Não se aplica	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Bons Ventos	31/03/2013	502.000,00	31/03/2013 - R\$ 502.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 230.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 502.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesas						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Chimay	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 9.684.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Cocais Grande	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R\$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 13.000,00	R\$ 32.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Corrente Grande	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R\$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 23.000,00	R\$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eólica Formosa	31/03/2013	53.000,00	31/03/2013 - R\$ 53.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 63.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 53.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada	Ratelo de despesa					
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Santa Ursula	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada	Adiantamento para futuro aumento de capital					
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Icaraizinho	31/03/2013	71.000,00	31/03/2013 - R\$ 71.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 84.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 71.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada	Ratelo de despesas					
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Eólica Paracuru	31/03/2013	28.000,00	31/03/2013 - R\$ 28.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 34.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 28.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica							
Garantia e seguros							
Não se aplica							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica							
Natureza e razão para a operação							
Jayaditya	31/03/2013	46.000,00	31/03/2013 - R\$ 46.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 55.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 26.000,00	R\$ 46.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica							
Garantia e seguros							
Não se aplica							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica							
Natureza e razão para a operação							
Mohini	31/03/2013	50.000,00	31/03/2013 - R\$ 50.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 59.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 26.000,00	R\$ 50.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação	Ninho da água						
	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R\$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 23.000,00	R\$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação	São Domingos						
	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Paioi	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R\$32.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 20.000,00	R\$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
PCH Holding	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 156.652.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital							
Natureza e razão para a operação							
Solar 1	31/03/2013	2.891.000,00	31/03/2013 - R\$ 2.891.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 2.901.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 1.000,00	R\$ 2.891.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
.....							
Rescisão ou extinção							
.....							
Natureza e razão para a operação							
.....							
Plano Alto	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R\$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 18.000,00	R\$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
.....							
Objeto contrato							
.....							
Garantia e seguros							
.....							
Rescisão ou extinção							
.....							
Natureza e razão para a operação							
.....							
Salto Goês	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 18.196.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
.....							
Objeto contrato							
.....							
Garantia e seguros							
.....							
Rescisão ou extinção							
.....							
Natureza e razão para a operação							
.....							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bradesco	31/03/2013	2.901.000,00	DRE 31/03/13 R\$2901000,00 / 31/03/12 R\$1849000,00 / 31/12/12 R\$8646000,00 / 31/12/11 R\$8193000,00	R\$ 2.901.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), nosso acionista.							
Objeto contrato							
Aplicação financeira							
Não se aplica.							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
São Gonçalo	31/03/2013	57.000,00	31/03/2013 - R\$ 57.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 67.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 16.000,00	R\$ 57.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica							
Não se aplica							
Natureza e razão para a operação							
Siff Cinco	31/03/2013	39.000,00	31/03/2013 - R\$ 39.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 46.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 39.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Turbina 16	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 1.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	3.685.000,00	ATIVO - CONTROLADORA / 31/03/2013 - R\$ 3.685.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 3.610.000,00 / 2011 - R\$ 0,00	R\$ 3.685.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Varginha	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R\$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 11.000,00	R\$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Varzea alegre	31/03/2013	11.000,00	31/03/2013 - R\$ 11.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 13.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 18.000,00	R\$ 11.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Rateio de despesa							
Não se aplica							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica							
Natureza e razão para a operação							
Turbina 17	31/03/2013	1.000,00	31/03/2013 - R\$ 1.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 1.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Adiantamento para futuro aumento de capital							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eólica Holding	31/03/2013	45.248.000,00	31/03/2013 - R\$45.248.000,00 / 31/12/2012 - R\$45.248.000,00 / 31/12/2011 - R\$1.000,00	R\$ 45.248.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento de futuro aumento de capital							
Garantia e seguros							
Não se aplica							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica							
Natureza e razão para a operação							
Acionistas Não Controladores							
	31/03/2013	30.000,00	DRE 31/03/2013 R\$30.000,00 / 31/03/2012 R\$1.792.000,00 / 31/12/2012 R\$355.000,00 / 31/12/2011 R\$0,00	R\$ 30.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Sócios							
Objeto contrato							
Consultoria de Sócios							
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável							
Natureza e razão para a operação							
Cia Luz e Força							
	31/03/2013	27.000,00	DRE 31/03/2013 - R\$27.000 / 31/03/2012 - R\$4.000,00 / 31/12/2012 - R\$37.000,00 / 31/12/2011 - R\$0,00	R\$ 27.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia.						
	Não aplicável.						
	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Piratininga	31/03/2013	1.289.000,00	DRE 31/03/13 R\$1.289.000,00 / 31/03/12 R\$414.000,00 / 31/12/12 R\$3.446.000,00 / 31/12/11 R\$0,00	R\$ 1.289.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	7.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R\$ 7.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 6.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 7.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Compra de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Sócio não controladores	31/03/2013	4.308.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 R\$ 4.308.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 4.252.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 4.308.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Sócios em determinadas SPE's							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Alto Irani							
31/03/2013 25.000,00							
31/03/2013 - R\$ 25.000,00							
25.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 30.000,00 /							
31/12/2011 - R\$ 29.000,00							
NÃO 0,000000							
Não se aplica.							
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada							
Rateio de despesa							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Chimay							
31/03/2013 85.000,00							
31/03/2013 - R\$ 85.000,00							
85.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 101.000,00 /							
31/12/2011 - R\$ 28.000,00							
NÃO 0,000000							
Não se aplica.							
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada							
Rateio de despesas							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
PCH Holding	31/03/2013	210.000,00	31/03/2013 - R\$ 210.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 29.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 210.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Salto Goés	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R\$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	67.000,00	31/03/2013 - R\$ 67.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 80.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 10.000,00	R\$ 67.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada	Rateio de despesa					
Rescisão ou extinção		Não se aplica.					
Natureza e razão para a operação							
Sócio não controlador	31/03/2013	3.436.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 3.436.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 3.401.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 3.436.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Sócio	Mútuo					
Rescisão ou extinção		Não aplicável					
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	33.540.000,00	ATIVO 31/03/2013 - R\$ 33.540.000,00 / 31/12/2012 - R\$ 7.694.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 8.460.000,00	R\$ 33.540.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada	Venda de energia elétrica.					
Rescisão ou extinção		Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação							
		Não aplicável.					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Diretores	31/03/2013	98.000,00	DRE 31/03/13 R\$98.000,00 / 31/03/12 R\$68.000,00 / 31/12/12 R\$271.000,00 / 31/12/11 R\$315.000,00	R\$ 98.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.							
Objeto contrato							
Opção de ações							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável.							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	0,00	DRE 31/03/13 R\$0,00 / 31/03/12 R\$437.000,00 / 31/12/12 R\$8.127.000,00 / 31/12/11 R\$1.827.000,00	R\$ 0,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato							
Compra de energia							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável.							
Natureza e razão para a operação							
Bradesco	31/03/2013	437.350.000,00	ATIVO - 31/03/2013 R\$ 437.350.000,0 / 31/12/2012 R\$ 668.408.000,00 / 31/12/2011 R\$ 255.349.000,00	R\$ Não é possível auferir	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), nosso acionista.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato							
Aplicação financeira							
Garantia e seguros							
Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.							
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 13.000,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato							
Compra de energia							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Nect Consultoria	31/03/2013	0,00	Passivo - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 336.000,00 - 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Coligada							
Objeto contrato							
Consultoria na manutenção de sistemas e gestão empresarial.							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 52.000,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Compra de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	36.000,00	DRE 31/03/13 - R\$36.000,00 / 31/03/12 - R\$15.000,00 / 31/12/12 - R\$143.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 36.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Coligada						
Rescisão ou extinção	Venda de energia						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
T-15	31/03/2013	12.810.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R\$12.810.000,00 / 31/12/2012 - R\$12.810.000,00 / 31/12/2011 R\$0,00		Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros	Controlada						
Rescisão ou extinção	Acerto de contas a pagar como parte de pagamento na aquisição BVP						
	Não se aplica.						
	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bio Pedra	31/03/2013	0,00	ATIVO - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 3.593.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Dividendos a pagar							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas da Paraíba	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 4.792.000,00 / 31/12/2011 - R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Coligada							
Compra de energia							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							
Natureza e razão para a operação							
Assessoria Banco Pátria	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R\$ 0,00 / 31/12/2012 - R\$ 0,00 / 31/12/2011 - R\$ 3.750.000,00	R\$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Sócio acionista							
Consultoria de gestão empresarial.							
Garantia e seguros							
Não se aplica.							
Rescisão ou extinção							
Não se aplica.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
-------------------	----------------	----------------------------	-----------------	------------------	---------	------------------------------------	------------------------

.....
Natureza e razão para a operação

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório.

A nossa intenção é de assegurar que todas as operações entre nós e nossos Diretores, Conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à nós como os que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

Na hipótese de pretendermos celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização, destacando-se os contratos de venda de energia firmados entre nós e nosso controladores, acionistas ou controladores ou gestores de nossos acionistas, tais como os nossos investimentos financeiros mantidos no Banco Bradesco e no Banco BTG Pactual, cujos objetivos de rendimento são os praticados pelo mercado, ou seja, variam conforme a variação do da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
15/12/2011	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	Capital Subscrito				
24/08/2011	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/08/2011	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	Capital Autorizado				
24/08/2011	1.250.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
22/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	22/08/2011	56.377.784,88	Subscrição particular	54.222.660	0	54.222.660	6,00000000	1,04	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações										
Forma de integralização Moeda corrente nacional										
24/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	384.196.650,00	Subscrição particular	180.334.222	0	180.334.222	26,00000000	2,13	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações										
Forma de integralização Moeda corrente nacional										
24/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	539.658.003,38	Subscrição particular	733.141.077	0	733.141.077	58,00000000	0,75	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações										
Forma de integralização Contribuição de Ativos										
15/12/2011	Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2011	820.803.350,00	Subscrição particular	385.268.687	0	385.268.687	44,00000000	2,13	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações										
Forma de integralização Moeda corrente nacional										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2012	2.061.370.145	0	2.061.370.145	412.274.029	0	412.274.029

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções do capital social da Companhia no período a que se refere o presente Formulário.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O nosso Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Convertibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre o reembolso de capital no direito de retirada e respeita a Lei 6.404/76 que dispõe em seu artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e, levantado balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A nossa política de negociação de valores mobiliários, aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2006, contém restrições à negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. Para maiores informações a respeito da nossa política de negociação de valores mobiliários, ver Seção 20 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seus direitos essenciais conforme determinado pela Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social prevê que os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência para os nossos antigos acionistas, nas hipóteses de conversão de títulos mobiliários em ações ou na outorga de exercício de compra de ações, na forma do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, bem como nas hipóteses de venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou na permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos incisos I e II do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nossas ações ainda não são negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA. No entanto, nós já adotamos as práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e o nosso Estatuto Social prevê as seguintes situações nas quais a oferta pública de aquisição das ações de nossa emissão devem ser realizadas:

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta. O cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do acionista controlador ou grupo de acionistas controladores só pode ocorrer caso o controlador, grupo de acionistas controladores, ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM bem como o Regulamento do Novo Mercado que, entre outros requisitos, exigem que o preço ofertado seja justo, limitado ao valor preço mínimo correspondente ao valor econômico dessas ações, na forma estabelecida em lei; e que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, consideram-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, preço justo é definido como sendo o nosso valor de avaliação, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de nossa emissão no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de, no mínimo, 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos Administradores que convoquem Assembleia Especial dos acionistas titulares de ações de nossa emissão em circulação para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação de nosso valor de avaliação. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor das ações da oferta pública de aquisição, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública de aquisição deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor ou ser cancelada, devendo tal decisão ser divulgada ao mercado.

Para os fins do acima, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, ações em circulação no mercado significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa Administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Saída do Novo Mercado. Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das ações de nossa emissão, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários de nossa emissão passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. A nossa saída do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, observados os termos e condições prescritos na regulamentação. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada nesses casos deverá corresponder, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos nossos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caso o nosso controle seja alienado nos doze meses subsequentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de aquisição de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública de aquisição.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após a sua saída do Novo Mercado.

Alienação de Controle da Companhia. O Regulamento do Novo Mercado, bem como o nosso Estatuto Social, estipula que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos nossos outros acionistas, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Aquele que já detiver ações de nossa emissão e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) ressarcir os acionistas que tenham comprado ações em bolsa de valores nos 6 meses anteriores à data da alienação do nosso controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações de nossa emissão nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de nossa emissão em circulação, dentro dos 6 meses subsequentes à aquisição do controle.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de nosso controle, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Por fim, não registraremos: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Da mesma forma, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O nosso Estatuto Social prevê que o direito de preferência dos acionistas poderá ser excluído nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) a venda em bolsa de valores ou subscrição pública; e (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência na subscrição de ações pode, ainda, ser excluído nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que até a data deste Formulário de Referência não possuímos valores mobiliários negociados.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Data de emissão	21/05/2012
Data de vencimento	21/05/2022
Quantidade (Unidades)	43.000
Valor total (Reais)	430.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir da data de emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das debêntures de 15 dias úteis da data do evento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, ou realizar amortizações antecipadas de qualquer parcela limitado a 98% do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso de amortização, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures. Não haverá resgate antecipado facultativo parcial das debêntures.

Características dos valores mobiliários

A escritura de emissão das debêntures foi assinada em 06 de junho de 2012. A data de emissão, conforme definido na escritura é 21 de maio de 2012. No entanto, a efetiva subscrição das Debêntures ocorreu em 15 de junho de 2012.

Abaixo seguem as principais características da Debêntures.

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 21 de maio de 2022. A escritura de emissão das debêntures prevê eventos de inadimplemento incluindo, mas não se limitando: (1) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00, apenas para a hipótese de inadimplemento; (2) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se previa e expressamente autorizado pelos debenturistas; (3) realização de redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da escritura de emissão, sem que haja anuência prévia dos debenturistas; (4) proposta pela Companhia, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial.

ii. Juros

A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis.

iii. Garantia

As debêntures serão objeto de garantia real, e serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A.; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A.; e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculada(s) pela qual(is) deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A.

iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado:

Quirografário.

vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação:

à distribuição de dividendos:

O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na escritura de emissão é hipótese de vencimento antecipado.

à alienação de determinados ativos:

Não há.

à contratação de novas dívidas:

A contratação de novas dívidas pelas subsidiárias da PCH Holding S.A. em montante que ultrapasse individualmente R\$40.000.000,00 é hipótese de vencimento antecipado.

à emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

vi. Agente fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações nas características e condições dos debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Nossas debêntures da 1ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”). Para maiores informações sobre as debêntures da 1ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. país

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

b. mercado

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

d. data de admissão à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

e. se houver, indicar o segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

f. data de início de listagem no segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

h. se houver, proporção de certificados de depósitos no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

i. se houver, banco depositário

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, dado que nem nós nem terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, realizamos ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a valores mobiliários de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de suas ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**27/04/2012****Cargo e/ou função**

Para maiores detalhes sobre Pessoas Vinculadas, vide texto anexo no item 20.2.

Principais características

Possuímos uma política interna de negociação de valores mobiliários, em conformidade com a Instrução CVM n.º 358/2002. A referida política tem por objetivo propiciar uma negociação ordenada de Valores Mobiliários pelas pessoas vinculadas à Companhia, visando proporcionar transparência nas negociações desta natureza a todos os agentes de mercado com os quais a Companhia se relaciona. Abrangência: aplica-se às Pessoas Vinculadas, a partir da data da publicação da ata de reunião do Conselho de Administração que delibera pela sua aprovação.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários: (a) antes de decorridos 180 dias contados a partir da data de sua respectiva aquisição em Bolsa de Valores; (b) desde a data da ciência até a data da Comunicação de Ato ou Fato Relevante ao mercado; (c) no período compreendido entre os 15 dias anteriores e os cinco dias posteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (d) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações pela própria Companhia; (e) nos períodos determinados pela regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários; (f) quando o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, independentemente de justificação ou da existência de Ato ou Fato Relevante, estipular períodos em que as Pessoas Vinculadas não possam negociar com Valores Mobiliários, podendo ser considerados eventos, entre outros, que justificam a estipulação destes períodos, (i) operações de fusão ou aquisição envolvendo empresas do Grupo CPFL e (ii) operações de aumento do capital social da Companhia, de distribuição de dividendos, de pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação em Ações ou seus derivativos, de grupamento e/ou desdobramento de Ações. No caso de a Pessoa Vinculada se afastar da Companhia e/ou de algum dos órgãos deliberativos e/ou de comitês relacionados, esta Pessoa Vinculada continuará obrigada a observar os termos e condições da presente Política de Negociação pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o seu afastamento. Os termos e condições da presente Política de Negociação aplicam-se a negociações indiretas com Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas, seja por intermédio de sociedade controlada por uma ou mais Pessoas Vinculadas ou na qual tais pessoas detenham participação, seja por interposta pessoa com a qual tenha sido firmado ou estipulado contrato de fidúcia ou administração de carteira de valores mobiliários ou qualquer outra avença contratual, verbal ou escrita.

20.2 - Outras informações relevantes

AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO

As Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários:

(i) na Companhia, os atuais membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da Diretoria Executiva e gerentes de departamento e divisão; (ii) nas sociedades controladas pela Companhia, membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, membros dos comitês de assessoramento do conselho de administração, membros da diretoria executiva, assessores da diretoria e gerentes de departamento e divisão; (iii) nos Acionistas Controladores diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva e assessores da Diretoria Executiva; (iv) demais pessoas as quais, em decorrência de sua função, cargo, posição ou relacionamento com a Companhia ou com as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia ou Acionistas Controladores, tenham acesso a Ato ou Fato Relevante; e (v) pessoas naturais ou jurídicas que mantenham com as pessoas mencionadas nos itens anteriores os seguintes vínculos: (a) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (b) o companheiro; (c) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (d) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da diretoria e gerentes da Companhia.

RESPONSABILIDADES

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o responsável pelo acompanhamento e execução da Política de Negociação, competindo-lhe o dever de informar às Pessoas Vinculadas e aos órgãos públicos competentes sobre os períodos de vedação a negociação de Valores Mobiliários.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá fazer com que as Pessoas Vinculadas que sejam colaboradores da Companhia e de suas sociedades controladas firmem o Termo de Adesão à Política de Negociação de forma a documentar a adesão aos seus termos.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações privilegiadas têm o dever de guardar sigilo até a divulgação de tais informações por meio de Comunicação de Ato ou Fato Relevante feita pela Companhia nos termos da regulamentação aplicável, e de zelar para que seus subordinados hierárquicos e terceiros com quem mantenham contato que tenham tido acesso a informações privilegiadas também o façam.

As Pessoas Vinculadas deverão informar a espécie, a classe e a quantidade de Valores Mobiliários de que são titulares, bem como quaisquer alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores, (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o último dia do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores e os demais acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração da Companhia deverão comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e divulgar ao mercado quaisquer aquisições ou alienações de Participação Acionária Relevante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

As vedações da Política de Negociação não se aplicam a negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas das Pessoas Vinculadas, desde que (i) tais fundos não sejam exclusivos e (ii) as Pessoas Vinculadas não possam efetivamente influenciar a decisão de investimento do administrador ou gestor do fundo.

Quaisquer alterações, aditamentos ou modificações dos termos da Política de Negociação devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, reunido para deliberar sobre este fim.

Quaisquer casos omissos na Política de Negociação devem ser apreciados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e, quando for o caso, encaminhados para o Conselho de Administração para serem aprovados.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM nº 358, nossa Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes (“Política de Divulgação”) consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012. Abaixo as principais características da nossa Política de Divulgação:

1. Público Alvo

- (i) a própria Companhia;
- (ii) acionistas controladores, diretos ou indiretos;
- (iii) diretores estatutários;
- (iv) membros do conselho de administração;
- (v) membros do conselho fiscal;
- (vi) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;
- (vii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;
- (viii) quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e peritos;
- (ix) administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão.

2. Âmbito e Finalidade

São regulados pelas disposições da Política de Divulgação: (i) o procedimento relativo à divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante; e (ii) o procedimento relativo à manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 358, 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

3. Definição de Ato ou Fato Relevante

Considera-se relevante, para os efeitos desta política, qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

- (i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;
- (ii) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;
- (iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- (iv) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- (v) autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- (vi) decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta da Companhia;
- (vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;
- (viii) transformação ou dissolução da Companhia;
- (ix) mudança na composição do patrimônio da Companhia;
- (x) mudança de critérios contábeis;
- (xi) renegociação de dívidas;
- (xii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;
- (xiii) alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- (xiv) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;
- (xv) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;
- (xvi) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;
- (xvii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;
- (xviii) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- (xix) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- (xx) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;
- (xxi) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e
- (xxii) impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

4. Procedimentos Relativos à Divulgação de Ato ou Fato Relevante

- 4.1 Cumprido ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e à BM&FBM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBM&FBOVESPA”), qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.
- 4.2 Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.
- 4.2.1 Na hipótese de dúvida acerca da natureza relevante de ato ou fato que qualquer das pessoas referidas no item 4.2 acima tiver conhecimento, deverá ser feita consulta expressa ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a fim de sanar referida dúvida.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- 4.3 Caso as pessoas referidas no item 4.2 acima tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e, após a consulta referida no item 4.2.1 acima, constatem a omissão do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM 358, somente se eximirão de responsabilidade caso o ato ou fato relevante seja imediatamente comunicado à CVM.
- 4.3.1 Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciado, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.
- 4.4 O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.
- 4.5 A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (internet), onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e BM&FBOVESPA.
- 4.6 A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item 4.5 acima, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.
- 4.7 Nos termos do § 6º do artigo 3º e do artigo 4º da Instrução CVM 358, a CVM poderá determinar, a qualquer tempo, a divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante, bem como exigir do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante.
- 4.8 A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA.
- 4.8.1 Caso os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.
- 4.8.2 Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente à BM&FBOVESPA, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.
- 4.8.3 A suspensão de negociação a que se refere o item 4.8.2 acima não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, e na BM&FBOVESPA os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.
- 4.9 Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos acionistas controladores ou dos administradores, conforme o caso, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 358.
- 5. Procedimentos Relativos à Manutenção de Sigilo Acerca de Ato ou Fato Relevante Ainda Não Divulgado ao Mercado**
- 5.1 Ressalvado o disposto no item 5.1.1 abaixo, os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.
- 5.1.1 Os acionistas controladores e ou administradores ficam obrigados a, diretamente ou através do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- 5.2 Os acionistas controladores e os administradores da Companhia podem submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”.
- 5.3 Caso a CVM decida pela divulgação do ato ou fato relevante, determinará ao interessado, ou ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente, à BM&FBOVESPA, e o divulgue na forma do item 4.1 acima, desta política.
- 5.4 Na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, o requerimento de que trata o item 5.2 acima, não eximirá os acionistas controladores e os administradores de sua responsabilidade pela divulgação do ato ou fato relevante.
- 5.5 Cumpridos aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da Companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.
- 5.6 Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários da emissão da Companhia, ou a eles referenciados:
- (i) pela própria Companhia;
 - (ii) pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos;
 - (iii) pelos diretores;
 - (iv) pelos membros do conselho de administração;
 - (v) pelos membros do conselho fiscal;
 - (vi) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;
 - (vii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;
 - (viii) por quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e
 - (ix) pelos administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.
- 5.6.1 A vedação de que trata o item 5.6 acima também prevalecerá:
- (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e
 - (ii) em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.
- 5.6.2 Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 5.6 acima no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- 5.6.3 As vedações previstas nos itens 5.6 e 5.6.1, inciso I, deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.
- 5.6.4 Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

6. Disposições Gerais

- 6.1 Por deliberação do conselho de administração da Companhia, em reunião realizada no dia 27 de abril de 2012, a Companhia passou a adotar esta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.
- 6.2 A Companhia está comunicando formalmente os termos desta política, aos acionistas controladores e às demais pessoas indicadas no item 5.6, acima e deles obterá expressa anuência aos termos desta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante mediante assinatura de Termo de Adesão, anexo à presente.
- 6.3 A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 5.6 acima e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ou no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, atualizando-a sempre que houver modificação.
- 6.4 A aprovação ou alteração desta política de divulgação da Companhia será comunicada à CVM e à BM&FBOVESPA, acompanhada de cópia da deliberação e do inteiro teor da presente política.

7. Infração Grave

- 7.1 Configura infração grave a transgressão às disposições previstas na Instrução CVM 358, podendo sujeitar o infrator, conforme deliberado pela CVM, às penas de (i) advertência; (ii) suspensão do exercício do cargo; e (iii) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para o exercício do cargo.
- 7.2 A CVM deverá comunicar ao Ministério Público a ocorrência dos eventos previstos na Instrução CVM 358, conforme alterada posteriormente, que constituam crime, exemplo:

Uso Indevido de Informação Privilegiada – utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Pena: reclusão de 1 a 5 anos, e multa de até três vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Vide item 21.1 deste Formulário de Referência.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração de uma companhia deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, podem ser citadas algumas adotadas por nós: (a) além de outras atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal; (iii) reforma do nosso Estatuto Social; (iv) nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição de liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo nosso Conselho de Administração; (b) contratação de empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demonstrativos financeiros; (c) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (d) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes; (d) clara definição no nosso Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria; (e) relacionamento transparente entre os Diretores Co-Presidentes e os demais Diretores com indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto perante nós; (f) transparência na divulgação pública do nosso relatório anual da Administração; (g) relatório anual que, além das exigências legais, envolve todos os aspectos da nossa atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressaltados assuntos de justificada confidencialidade; e (h) livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do nosso Conselho de Administração.

Nossa área de relações com investidores envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados do nosso grupo econômico. Além disso, informações sobre nós são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas vislumbrando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre o grupo econômico ao qual pertencemos e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, procuramos manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 22 do Formulário de Referência.